

Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Distribuição

PDIRD 2026
Período 2027-2031



30 de abril de 2026

Plano de Desenvolvimento e Investimento das Redes de Distribuição

PDIRD 2026
Período 2027-2031



portgás

Índice

1.	Sumário Executivo	17
2.	Enquadramento	35
2.1.	Contexto regulatório	37
2.2.	Contexto macroeconómico	39
2.2.1.	Contexto nacional	39
2.2.2.	Contexto regional	42
2.3.	Caracterização da atividade de distribuição de gás	44
2.4.	Evolução do sistema de distribuição de gás	48
2.4.1.	Política energética no plano europeu e nacional	49
2.4.2.	Descarbonização	53
2.4.3.	Potencial de incorporação de gases de origem renovável	55
2.4.3.1	Potencial de Hidrogénio	58
2.4.3.2	Potencial de Biometano ou Metano Sintético	61
2.5.	Previsão da procura a médio-longo prazo	63
3.	Caracterização das Infraestruturas de Distribuição de Gás	67
3.1.	Caracterização da rede	70
3.2.	Dados atuais da concessão	72
3.2.1.	Rede e pontos de abastecimento	72
3.2.2.	Energia veiculada	74
3.2.3.	Investimento realizado	76
3.3.	Dados da concessão por concelho	79
3.4.	Qualidade de Serviço	83
4.	Planeamento e Organização	87
4.1.	Modelo de desenvolvimento de negócio	89
4.2.	Planeamento da infraestrutura	94
4.2.1.	Exigências legais, regulamentares e normativas	95
4.2.2.	Investimentos em infraestruturas	96
4.2.3.	Gestão de Risco	97
4.3.	Sustentabilidade e Sistemas de Gestão	97
4.3.1.	Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança (SIGQAS)	100
4.3.2.	Sistema de Gestão de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (SGIDI)	101
4.3.3.	Sistema de Gestão de Continuidade de Negócio	103

4.3.4.	Sistema de Gestão de Gestão de Ativos	103
5.	Previsão de Pontos de Abastecimento e Energia Veiculada	107
5.1.	Projeção de pontos de abastecimento	109
5.2.	Projeção de consumos e energia	111
6.	Plano de Investimento	117
6.1.	Princípios orientadores e critérios de suporte à seleção de investimento	119
6.2.	Caracterização do plano de investimento	121
6.2.1.	Desenvolvimento de Negócio e Expansão de Rede	122
6.2.2.	Conformidade e Segurança do Abastecimento	124
6.2.3.	Descarbonização do Sistema Nacional de Gás	125
6.2.4.	Digitalização	130
6.2.5.	Contadores não elegíveis para a Base de Ativos Regulada	131
6.2.6.	Outros Investimentos	132
6.2.7.	Avaliação técnico-económica	133
6.2.8.	Impacto em proveito permitido em PDIRD	138
6.2.9.	Análise de sensibilidade ao consumo	140
7.	Benefícios Associados ao Investimento Previsto	143
7.1.	Pilar Ambiental	146
7.2.	Pilar Social	149
7.3.	Pilar Económico	151
7.4.	Pilar Coesão Territorial e do Acesso à Energia	154
8.	Sustentabilidade da Infraestrutura a Longo Prazo	157
	Anexo 1. Fichas de Investimento por Concelho	169
	Anexo 2. Gás e Emissões de CO₂	201
	Anexo 3. Fichas de Descarbonização por Concelho	205
	Anexo 4. Detalhe dos Projetos “Conformidade e Segurança do Abastecimento”	217
	Anexo 5. Detalhe dos Projetos de “Descarbonização do Sistema Nacional de Gás”	223
	Anexo 6. Detalhe dos Projetos de “Digitalização”	233
	Anexo 7. Detalhe dos Projetos de “Outros Investimentos”	239
	Anexo 8. Roadshow de Investimento	243
	Anexo 9. Projetos Complementares	251
	Anexo 10. Indicadores Harmonizados	257

Índice de Quadros

Quadro 1: Variação Total do Investimento PDIRD 2026 vs PDIRD 2024 (m€)	24
Quadro 2: Previsões macroeconómicas para Portugal, Banco de Portugal (março 2026)	41
Quadro 3: Capacidade de incorporação de gases renováveis na rede de distribuição	56
Quadro 4: Cenários de evolução da procura total de gás- RMSA-G 2024	64
Quadro 5: Impacto demográfico e geográfico da concessão	69
Quadro 6: Evolução da extensão das redes de distribuição da Portgás (km)	72
Quadro 7: Pontos de Abastecimento acumulados por nível de pressão (#)	73
Quadro 8: Novos Pontos de Abastecimento no período por segmento de mercado (#)	73
Quadro 9: Evolução dos rácios de PA (#) por km de rede secundária (km)	74
Quadro 10: Número total de ramais na concessão (#)	74
Quadro 11: Histórico de energia veiculada por nível de pressão (GWh)	75
Quadro 12: Investimento anual no período 2022-2026 (m€)	77
Quadro 13: Comparação entre Real de 2023 e ano de 2023 do PDIRD 2022	78
Quadro 14: Comparação entre Real de 2024 e ano de 2024 do PDIRD 2022	79
Quadro 15: Caracterização de área de concessão em 2025	80
Quadro 16: Classes de interrupção	84
Quadro 17: Indicadores gerais de qualidade de serviço técnico	84
Quadro 18: Padrões para a rede de distribuição	84
Quadro 19: Indicadores gerais de qualidade de serviço comercial	85
Quadro 20: Captação de novos Pontos de Abastecimento por segmento no período (#)	110
Quadro 21: Pontos de Abastecimento adicionais por nível de pressão (#)	110
Quadro 22: Pontos de Abastecimento acumulados por nível de pressão (#)	110
Quadro 23: Taxa de penetração ativa (%)	110
Quadro 24: Energia veiculada adicional por nível de pressão (MWh)	112
Quadro 25: Energia veiculada por nível de pressão (GWh)	113
Quadro 26: Volumes unitários por nível de pressão (MWh/PA)	113
Quadro 27: Tipologia de Investimento (m€)	121
Quadro 28: Investimento global (m€)	122
Quadro 29: Investimento Total período 2027-2029 – PDIRD 2024 Vs. PDIRD 2026 (m€)	122
Quadro 30: Investimento de expansão em rede e pontos de abastecimento (m€)	123
Quadro 31: Crescimento de rede (m) e pontos de abastecimento (#)	123
Quadro 32: Instalação de contadores (desenvolvimento de negócio) e redutores	123

Quadro 33: Indicadores de investimento	124
Quadro 34: Investimentos em conformidade e segurança do abastecimento(m€)	124
Quadro 35: Extensão da rede primária e secundária estruturante (km)	124
Quadro 36: Instalação de contadores – reativações (m€)	125
Quadro 37: Projetos de descarbonização de ativos (m€)	129
Quadro 38: Plano de investimento em “Digitalização” (m€)	130
Quadro 39: Plano de investimento em “Contadores não elegíveis para a Base de Ativos Regulada” (m€)	132
Quadro 40: Plano de investimento em “Outros investimentos” (m€)	132
Quadro 41: Investimento em renovação da instalação de contadores por imposição legal (m€)	133
Quadro 42: Energia veiculada adicional (GWh)	134
Quadro 43: Investimento em desenvolvimento de negócio e rentabilidade por concelho, com tarifas do ano gás 2025-2026	135
Quadro 44: Resumo operacional e rentabilidade de Desenvolvimento de Negócio e Expansão de Rede, Conformidade e Segurança do Abastecimento, Digitalização e Outros Investimentos, com tarifas do ano gás 2025-2026	136
Quadro 45: Resumo operacional e rentabilidade total do PDIRD 2026, com tarifas do ano gás 2025-2026	136
Quadro 46: Plano de Investimento Concessão (m€)	137
Quadro 47: Impacto PDIRD 2026 em PUUD	138
Quadro 48: Análise de sensibilidade da rentabilidade em relação ao volume unitário	140
Quadro 49: Benefícios metodologia IP&L	160
Quadro 50: Princípios metodologia IP&L	161

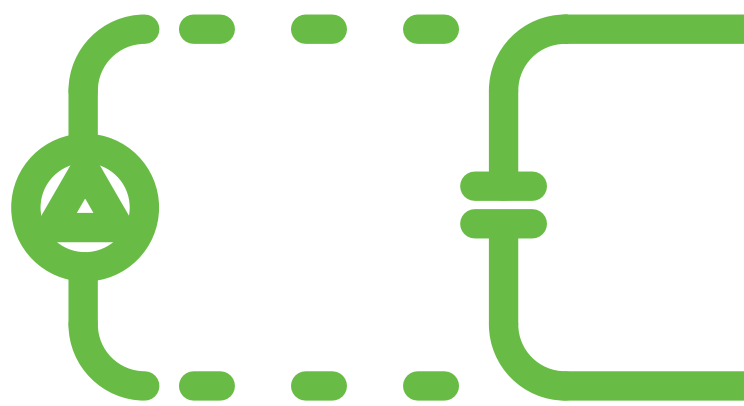
Índice de Figuras

Figura 1: Abrangência do projeto-piloto H2 Braga	60
Figura 2: Evolução da redução de emissões pela introdução de gradual de hidrogénio.	61
Figura 3: Potência instalada para produção de biogás em Portugal (2025).	61
Figura 4: a) Representação da distribuição de potencial técnico de produção de biometano através de digestão anaeróbica na zona de concessão da Portgás; b) Partição do potencial por matérias-primas disponíveis.	62
Figura 5: a) Potencial de produção de metano renovável; b) Potencial de produção através de três processos de produção diferentes.	63
Figura 6: Evolução do Mercado ao longo dos anos (RMSA-G 2024)	65
Figura 7: Mapa da área de concessão	69
Figura 8: Níveis de pressão de abastecimento	71
Figura 9: Esquema da Rede Primária e Secundária da área de concessão	72
Figura 10: Evolução de consumos de cogerações	76
Figura 11: Esquema da atuação no investimento da Portgás	104
Figura 12: Certificações Portgás - APCER	104
Figura 13: Participação 57ª edição da AGRO	148
Figura 14: Participação ENERH20- 4th ENERGY AND WATER INNOVATION & TECHNOLOGY TRADE SHOW	149
Figura 15: Participação na audiência no âmbito do PTRR [Publicação do Ministério do Ambiente e Energia]	153
Figura 16: Metodologia <i>True Value</i> da KPMG para a Portgás	160
Figura 17: Contributo da Portgás para a sociedade em 2024	162
Figura 18: Apresentação da <i>Integrated Profit and Loss</i> (IP&L) da Portgás para o ano 2024, refletindo os resultados para esse ano em termos das externalidades consideradas	162
Figura 19: Apresentação numa base comparativa entre a rede de gás e as anteriores soluções de GPL e fuelóleo da monetização das externalidades económicas (volumes de consumo dos clientes da Portgás em 2024) e ambientais (emissões de CO2 associadas aos referidos consumos)	164
Figura 20: Apresentação numa base comparativa entre o gás e a solução eletricidade da monetização das externalidades económicas (volumes de consumo dos clientes da Portgás em 2024) e ambientais (emissões de CO2 associadas aos referidos consumos). O efeito "One-off" corresponde ao impacto dos investimentos necessários para a transição para a solução de eletrificação.	166
Figura 21: Impacto anual da Portgás no PIB em 2024	167

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Investimento médio anual PDIRD 2026 (M€)	25
Gráfico 2: Nova construção na Região Norte de Portugal 2021-set 2025 Dados do INE, zona Norte do país	43
Gráfico 3: Área dos concelhos da concessão (km ₂)	80
Gráfico 4: Número de fogos por km de via pública, 2025 (#/km)	81
Gráfico 5: Pontos de abastecimento ativos por km de rede secundária, 2025 (#/km)	81
Gráfico 6: Extensão da rede secundária, 2025 (km)	81
Gráfico 7: Extensão da rede secundária por extensão de rede de via pública, 2025 (%)	82
Gráfico 8: Pontos de abastecimento ativos por concelho, 2023 (#)	82
Gráfico 9: Taxas de penetração ativa por concelho 2023 (% - PA Ativos/N.º de fogos)	82
Gráfico 10: Caracterização das Freguesias por concelho quanto à disponibilidade de gás	83
Gráfico 11: Evolução proveitos permitidos em dois cenários de investimento	139

Plano de
Desenvolvimento
e Investimento
das Redes de
Distribuição



portgals

Siglas e Abreviaturas



Siglas e abreviaturas

AMP – Área Metropolitana do Porto

AP – Alta Pressão

APEG – Associação Portuguesa das Empresas de Gás

APREN – Associação Portuguesa de Energias Renováveis

ASME – *American Society of Mechanical Engineers*

B2B – *Business to Business*

B2C – *Business to Customer*

BCE – Banco Central Europeu

BdP – Banco de Portugal

BP – Baixa Pressão

BIA – *Business Impact Analysis*

CAPEX – *Capital Expenditure*

CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte

CDP – *Carbon Disclosure Project*

COLAB BIOREF – Laboratório Colaborativo das Bio-refinarias

CP – Consulta Pública

CSRD – *Corporate Sustainability Reporting Directive*

CUI – Código Universal de Instalação

DGEG – Direção-Geral de Energia e Geologia

EN-H2 – Estratégia Nacional para o Hidrogénio

EI – Estações de Injeção

EMI – Estações de Mistura e Injeção

ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

ESG – *Environmental, Social and Governance*

ESRS – *European Sustainability Reporting Standard*

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

FER – Fontes Renováveis de Energia

FMI – Fundo Monetário Internacional

GEE – Gases de Efeito de Estufa

G – Gás

GPL – Gás de Petróleo Liquefeito

GL – Gás Liquefeito

GO – Garantias de Origem

GOR – Gases de origem renovável

GRMS – *Gas Regulating and Metering Station*

HVO – *Hydrotreated Vegetable Oil*

IDI – Investigação, Desenvolvimento e Inovação

IHPC – Índice Harmonizado de Preços no Consumidor

INE – Instituto Nacional de Estatística

INEGI – Instituto para a Ciência e Inovação na Engenharia Mecânica e Gestão Industrial

IP – Infraestruturas de Portugal

MEGA – Manual Estratégico de Gestão de Ativos

MP – Média Pressão

NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OGMP – *Oil & Gas Methane Partnership*

OPEX – *Operational Expenditure*

ORD – Operador da Rede de Distribuição

ORT – Operador da Rede de Transporte

OT – Obrigação do Tesouro

PA – Pontos de Abastecimento

PAB – Plano de Ação para o Biometano

PAEC 2030 – Plano de Ação Economia Circular 2030

PCI – Poder Calorífico Inferior

PCS – Poder Calorífico Superior

PDCA – *Plan, Do, Check and Act*

PDIRD – Plano Quinquenal de Desenvolvimento e Investimento das Redes de Distribuição de gás

PDIRG – Plano Decenal Indicativo do Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte e Infraestruturas de Armazenamento de Gás e Terminais de GNL

PDM – Plano Diretor Municipal

PIB – Produto Interno Bruto

PNEC2030 – Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030

Portgás – REN Portgás Distribuição, S.A.

PPC – Paridade de poder de compra

PRM – Posto de Regulação e Medida

PRR – Plano de Recuperação e Resiliência



PSM – Posto de Seccionamento e Medida

PTRR – Portugal: Transformação, Recuperação e Resiliência

PUUD – Proveito Unitário por Unidade Distribuída

RAB – Base de Ativos Regulada

RARII – Regulamento do Acesso às Redes, às Infraestruturas e às Interligações do Setor do Gás

RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados

RFNBO – *Renewable Fuels of Non-Biological Origin*

RMSA – Relatório de Monitorização da Segurança de Abastecimento

RN – Região Norte

RNC2050 – Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050

RNDG – Rede Nacional de Distribuição de Gás

RNTG – Rede Nacional de Transporte de Gás

RoR – *Rate of Return*

RQS – Regulamento da Qualidade de Serviço

RRC – Regulamento de Relações Comerciais

SBTI – *Science Based Target Initiative*

SCADA – *Supervisory Control and Data Acquisition*

SEA – *Supplier Engagement Assessment*

SEN – Sistema Elétrico Nacional

SGA – Sistema de Gestão de Ativos

SIG – Sistema de Informação Geográfico

SIGQAS – Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança

SGCN – Sistema de Gestão de Continuidade de Negócio

SGIDI – Sistema de Gestão de Investigação, Desenvolvimento e Inovação

SNG – Sistema Nacional de Gás

SNH – Sistema Nacional de Hidrogénio

TIR – Taxa Interna de Rentabilidade

TOS – Taxas de Ocupação do Subsolo

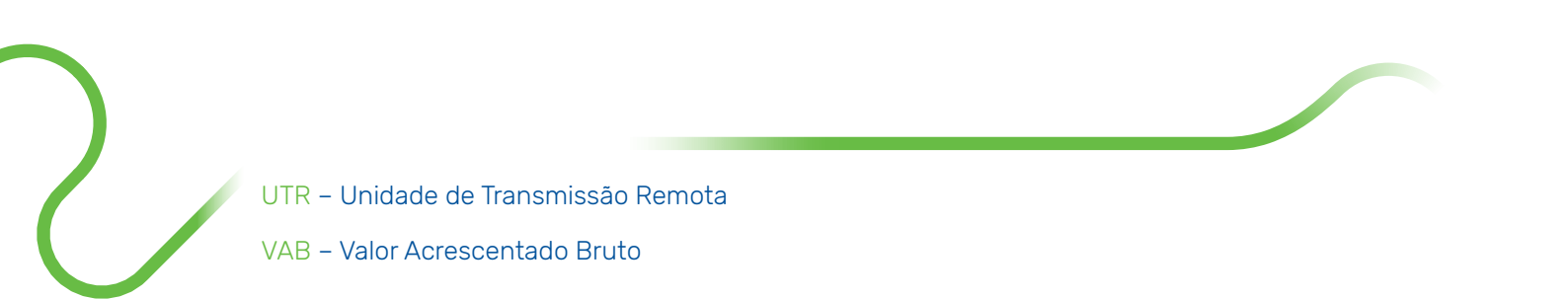
TOTEX – *Capital and Operational Expenditure*

UAG – Unidade Autónoma de Gás Liquefeito

UE – União Europeia

UPAC – Unidade de Produção e Autoconsumo

URD – Utilização de Redes de Distribuição



UTR – Unidade de Transmissão Remota

VAB – Valor Acrescentado Bruto

Several thick, green, wavy lines that flow from the top left towards the bottom right, creating a sense of movement and organic shape.

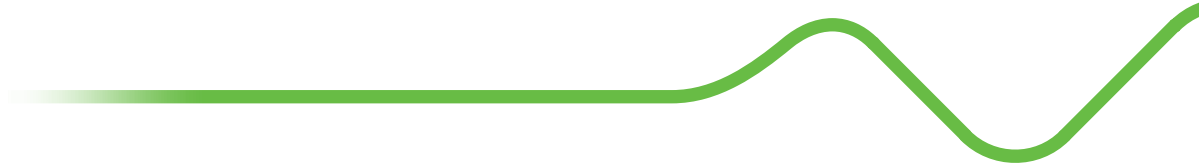
Plano de
Desenvolvimento
e Investimento
da Rede de
Distribuição

The logo for Portugal, featuring a stylized blue 'p' with a green square dot, followed by the word 'ortugal' in a blue, rounded, sans-serif font.

portugal

The background features several thick, vibrant green lines that curve and loop across the page in an abstract, organic manner. These lines vary in thickness and create a sense of movement and flow, framing the central text.

1. Sumário Executivo



1. Sumário Executivo

O Plano de Desenvolvimento e Investimento das Redes de Distribuição de Gás (PDIRD) 2026 da Portgás apresenta-se como um instrumento estratégico de planeamento para o período 2027-2031, elaborado no quadro da legislação em vigor, do contrato de concessão celebrado com o Estado português e das orientações de política energética nacional e europeia. O presente plano foi estruturado em estrita conformidade com as diretrizes e orientações para a elaboração dos PDIRD 2026, definidas pelo Governo, incorporando na sua génese os princípios de prudência no investimento, alinhamento com a evolução efetiva da procura, mitigação do risco de criação de ativos obsoletos e contributo para a descarbonização do Sistema Nacional de Gás (SNG) através da incorporação de gases de origem renovável.

Este PDIRD da Portgás constitui-se como um instrumento de materialização da estratégia de desenvolvimento no período compreendido entre 2027 e 2031, apresentando-se no âmbito da legislação em vigor e do contrato de concessão celebrado com o Estado português, enquanto uma proposta de desenvolvimento sustentável do SNG. A Portgás considera que a Rede Nacional de Distribuição de Gás (RNDG) é um vetor fundamental da economia portuguesa, indissociável da estratégia de transição energética e das metas de neutralidade carbónica, enquanto mecanismo de acesso a energia competitiva pela indústria, serviços e setor residencial, bem como incorporando gases de origem renovável que viabilizam a valorização dos resíduos em Portugal, bem como a integração do sistema elétrico e do sistema de gás, reduzindo emissões.

Além das mais recentes orientações para a elaboração deste plano foram também incorporadas as conclusões e recomendações expressas no Parecer da ERSE às propostas de PDIRD 2024, nomeadamente no que respeita à necessidade de prudência no investimento, ao alinhamento entre o ritmo de desenvolvimento da infraestrutura e a evolução efetiva da procura, bem como à mitigação de riscos de sustentabilidade tarifária no médio e longo prazo. Neste contexto, o plano agora apresentado incorpora uma abordagem reforçada de seletividade e priorização dos investimentos, assegurando coerência com os cenários oficiais de procura e com a trajetória de descarbonização do SNG, evitando a criação de ativos suscetíveis de se tornarem obsoletos ou de gerar encargos desproporcionados para os consumidores.

O PDIRD 2026 resulta de uma reflexão do contexto nacional da política pública, da realidade territorial dos municípios da concessão, com vista a garantir a Conformidade e Segurança de Abastecimento, a Descarbonização do SNG, a Digitalização dos Ativos e, não menos relevante, o Desenvolvimento e Expansão da Rede de forma a promover o acesso à energia. Este documento integra uma visão técnica e comercial que, associado ao mandato e diretrizes do Estado português ditam os vários projetos a realizar na infraestrutura, traduzindo-se num plano de investimento quantificável mediante a elaboração de um orçamento, avaliando os respetivos impactos no SNG e nos consumidores.

Este PDIRD dá continuidade ao quadro estratégico e metodológico de exercícios anteriores, incorporando, desde a origem, as boas práticas, lições aprendidas e orientações regulatórias consolidadas, nomeadamente na prudência no investimento, robustez na observabilidade do controlo da injeção de gases renováveis e alinhamento com a evolução efetiva da procura. De igual forma, o Estado português emanou um conjunto de diretrizes para elaboração do PDIRD 2026, fundamentais enquanto indutoras de reflexão estratégica do contexto e da orientação do plano.



No domínio da previsão da procura, a Portgás adota um cenário globalmente conservador, tomando como referencial os dados mais recentes do Relatório de Monitorização da Segurança de Abastecimento do Sistema Nacional de Gás (RMSA-G 2024), explicitando de forma transparente as opções metodológicas adotadas e assumindo, em vários segmentos, pressupostos mais prudentes do que os cenários centrais de planeamento. Esta abordagem reforça o alinhamento entre a decisão de investimento e a utilização expectável da infraestrutura, mitigando riscos de sobreinvestimento e contribuindo para a estabilidade tarifária do sistema.

O desenvolvimento da RNDG, no plano quinquenal para 2027-2031, assenta, portanto, na adoção de soluções que visam corresponder ao desenvolvimento de negócio numa perspetiva de qualidade de serviço de distribuição de gás em condições de fiabilidade e segurança, de crescimento da área de influência da concessão, nas suas duas dimensões essenciais: captação de novos pontos de abastecimento e, por esta via, crescimento da energia veiculada, contribuindo, paralelamente, de forma ativa, para um crescente processo de descarbonização dos ativos de distribuição de gás, assegurando integração dos sistemas energéticos, bem como resiliência e flexibilidade do setor energético como um todo. Às dimensões referidas anteriormente acrescenta-se um novo e importante vetor de atividade que é a ligação à RNDG de produtores de gases renováveis, no caso específico o biometano, que potenciará a descarbonização do setor energético com base em recursos endógenos, contribuindo também para a valorização do setor dos resíduos em Portugal.

O plano de investimento proposto está em conformidade com os normativos e regulamentação vigentes e aplicáveis de forma geral ao SNG, destacando-se particularmente:

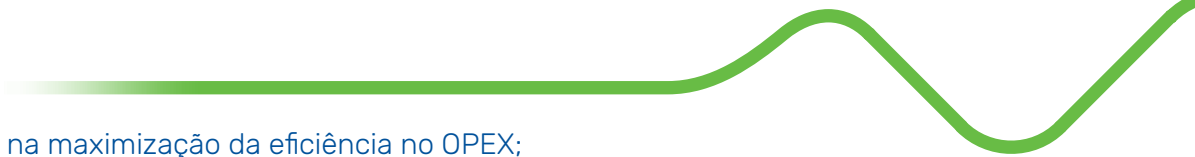
- Diretiva (UE) 2024/1788 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa a regras comuns para os mercados internos do gás renovável, do gás e do hidrogénio, enquanto referencial europeu a transpor para o ordenamento jurídico nacional;
- Regulamento (UE) 2024/1789 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo aos mercados internos do gás renovável, do gás e do hidrogénio, diretamente aplicável nos Estados-Membros;
- Diretiva (UE) 2023/2413 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de outubro de 2023 (RED III – Renewable Energy Directive), relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis;
- Regulamento (UE) 2024/1787 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de junho de 2024, relativo à redução das emissões de metano no setor da energia, que altera o Regulamento (UE) 2019/942, diretamente aplicável nos Estados-Membros;
- Lei de Bases do SNG, nomeadamente, Decreto-Lei n.º 62/2020, de 28 de agosto;
- Estratégia Nacional e Europeia de Energia e Clima;
- Políticas Públicas do Setor de Energia, nomeadamente o PNEC2030 e o RNC2050;
- Estratégia Nacional para o Hidrogénio;
- Plano de Ação para o Biometano 2024-2040;

- 
- Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética 2023-2050 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2024);
 - Regulamento Nacional das Redes de Distribuição de Gás (Despacho n.º 2791/2025, de 28 de fevereiro);
 - Plano de Ação para a Economia Circular 2025-2030 (PAEC 2030), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 58/2026, de 24 de março;
 - Cenários de procura de gás e de evolução do mercado;
 - Cenário energético 2050 CN50, DGEG;
 - Quadro global de desenvolvimento macroeconómico da economia;
 - Evoluções tecnológicas e tendências do mercado;
 - Informações e manifestações de interesse apresentadas por partes interessadas (Câmaras Municipais, Sociedades de Renovação Urbana, Associações Empresariais, promotores imobiliários, potenciais clientes – principalmente os do tecido industrial e produtores de gases renováveis);
 - Desenvolvimento de interações com instituições nacionais e regionais ligadas ao setor da energia (CCDR-N, Agências de Energia, Ordem dos Engenheiros, ADENE, etc.).

O plano de desenvolvimento proposto pretende, desta forma, assegurar as atividades do distribuidor de rede, garantindo o acesso à infraestrutura de gás a novos clientes industriais e domésticos, a produtores de gases renováveis, assegurando níveis de segurança, qualidade de serviço e fiabilidade das infraestruturas inerentes ao cumprimento estrito do contrato de concessão, potenciando a modernização dos ativos e níveis de satisfação de clientes, num cenário de crescente descarbonização dos ativos, de forma a que a implementação dos projetos identificados conduza a uma sustentabilidade crescente do SNG.

Neste sentido, os objetivos estratégicos do plano de investimento proposto são:

- Otimização do CAPEX, através da seleção dos melhores projetos de investimento de desenvolvimento de negócio e expansão da rede, de incremento de qualidade de serviço e da resiliência da rede;
- Descarbonização das infraestruturas de distribuição de gás, enquanto ativos estratégicos nacionais – cumprindo com os desígnios estabelecidos na legislação e regulamentos aplicáveis, com ênfase reforçada nas suas revisões mais recentes, e com os objetivos estabelecidos no Plano de Ação para o Biometano e na Estratégia Nacional para o Hidrogénio – e, por esta via, reduzindo as emissões e potenciando a competitividade do setor e da economia circular. Consolidação da transição energética nas redes de distribuição, garantindo a integração progressiva de gases renováveis;
- Acelerar a transformação digital através da modernização dos sistemas de informação, expandir SCADA, Smart Metering e analítica, e incorporar IA nos processos de previsão de consumos, otimização de balanços físicos, deteção de fraude, captação e retenção de clientes, de forma a garantir uma operação mais eficiente e o incremento da qualidade de serviço;

- 
- Foco continuado na maximização da eficiência no OPEX;
 - Incremento da taxa de penetração do gás pela disponibilização de um vetor energético mais resiliente e económico para as famílias e comunidade em geral;
 - Desenvolvimento de projetos de investigação e inovação posicionando a empresa na liderança da resposta aos desafios do setor, assegurando a eficiência na gestão dos ativos e a continuidade de negócio;
 - Garantir a equidade no acesso à energia numa ótica de coesão territorial, assegurando o nivelamento das assimetrias regionais e promovendo a competitividade industrial e dos polos habitacionais;
 - Fomentar a retenção via literacia e eficiência energética, envolvendo ativamente o cliente na transição e qualificando o uso do gás em cenários cada vez mais de origem renovável.

Neste plano são de relevar os seguintes projetos de referência:

- **Integração de potenciais polos de produção de gases de origem renovável na rede de distribuição** através da ligação de 15 instalações de produção de biometano, que representam cerca de 20 % de gás de origem renovável na matriz de gás distribuído na zona de concessão da Portgás, num montante total de investimento projetado para o período 2027-2031 de 5 M€, totalmente suportado pelo requisitante da ligação à rede (ver Anexo 3);
- **Conformidade e segurança do abastecimento** de média e baixa pressão, no âmbito da análise sistemática de risco ao estado global da infraestrutura e à respetiva cenarização de capacidade e condição de operação dos ativos, em contexto de mistura de gases, num total de 10,6 M€ de investimento previstos para o período 2027 – 2031 (ver Anexo 4);
- **Descarbonização do Sistema Nacional de Gás**, capacitando a transformação da infraestrutura para a veiculação de gases de origem renovável, como o biometano, o metano sintético e o hidrogénio, de forma a contribuir ativamente para as metas de neutralidade carbónica nacionais em 2025, 2030 e 2050, num total de investimento para o período 2027-2031 de 17,6 M€ (ver Anexo 5);
- **Desenvolvimento de negócio e expansão de rede** num plano de integração de 31 mil novos pontos de abastecimento e a incorporação de 558 GWh de consumo, maioritariamente no setor não doméstico, alargando a influência da infraestrutura a setores críticos identificados pelas iniciativas de prospeção comercial bem como a áreas ou instalações identificadas pelos Executivos dos Municípios da concessão (ver Anexo 8);
- **Digitalização** de suporte à atividade operacional, orientada para a modernização do ambiente tecnológico de *hardware* e *software*, promovendo maior flexibilidade, integração dos sistemas e articulação com os diversos *stakeholders*. O investimento em digitalização visa reforçar os níveis de qualidade, eficiência e fiabilidade exigidos à concessionária, incluindo a utilização de soluções de analítica avançada e inteligência artificial aplicadas à previsão de consumos, aos processos *meter-to-cash*, à *revenue assurance*, à deteção de utilizações indevidas e à segmentação de clientes, assegurando simultaneamente o reforço da ciber-resiliência das plataformas operacionais. Enquadra-se ainda neste eixo o projeto de transformação digital dos sistemas core da empresa, com destaque para a implementação de uma nova solução SAP, atualmente em curso.

Tipologias de Investimento

A proposta apresentada, suportada nos objetivos estratégicos definidos pela empresa, assenta na concretização de um plano de investimento estruturado em seis tipologias:

- **Desenvolvimento de Negócio e Expansão de Rede:** desenvolvimento do negócio pela captação de novos pontos de abastecimento, densificando a rede de distribuição nos concelhos da concessão. Este investimento tem como objetivo garantir acréscimo de energia veiculada, otimização dos ativos instalados e o cumprimento das obrigações regulamentares de ligação de pontos de abastecimento e de serviço público, alargando a área de influência em equilíbrio com a densificação e priorizando âncoras industriais com compromissos de volume por município, em coerência com a abordagem dos planos anteriores. A proposta de investimento tem ainda em linha de conta um vetor fundamental de incorporação de contributos dos Executivos Municipais, quer pela via de necessidades territoriais específicas dos Planos Diretores Municipais, quer pela necessidade de acesso à energia de parque edificado sob a gestão autárquica ou expansão a zonas de menor acesso a este vetor energético e cuja existência será fundamental para o desenvolvimento económico (acesso a parques industriais).
- **Conformidade e Segurança do Abastecimento:** investimento de conformidade destinado à veiculação de gases renováveis, nomeadamente o biometano e misturas com hidrogénio tal como preconizado no Decreto-Lei n.º 62/2020, de 28 de agosto, garantindo a qualidade do gás e a correta faturação da energia veiculada, a renovação e reestruturação da rede e a construção de sistemas de redundância, com o objetivo de garantir a fiabilidade de abastecimento, a resiliência, bem como os níveis exigidos de qualidade do serviço e potenciar a eficiência operacional. Estão também enquadrados nesta tipologia os investimentos necessários para monitorização, controlo e redução de emissões de metano para a atmosfera, nos termos do Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à redução das emissões de metano no setor da energia, que altera o Regulamento (UE) 2019/942.
- **Descarbonização do Sistema Nacional de Gás:** projetos de investimento em ativos de distribuição de gás para compatibilização com a veiculação de gás de origem renovável, incrementando o nível de sensorização e automação nas infraestruturas, de forma a garantir: segurança, controlo de qualidade de gás, nível de qualidade de serviço e a gestão do sistema em linha com os requisitos regulamentares de injeção de novos gases.
- **Digitalização:** o investimento em Digitalização assume um papel estruturante na modernização da atividade de distribuição de gás, incidindo na implementação e evolução de sistemas de informação de suporte à gestão, monitorização e otimização da operação. Esta rubrica visa reforçar a eficiência operacional, a qualidade de serviço prestado e a capacidade de resposta da organização aos desafios crescentes de complexidade técnica, integração de novos vetores energéticos e exigências regulatórias. Adicionalmente, estes investimentos asseguram a atualização e conformidade tecnológica dos ativos digitais, com particular enfoque no reforço da cibersegurança, mitigando riscos associados à proteção da informação, à continuidade do serviço e à resiliência da infraestrutura crítica, num contexto de crescente digitalização dos processos e sistemas de controlo.
- **Contadores não elegíveis para a base de ativos regulada:** esta tipologia de investimento inclui os custos associados à aquisição de contadores que, nos termos regulamentares, não são elegíveis para integração na Base de Ativos Regulada, mas que são necessários à normal execução da atividade de distribuição. Abrange, nomeadamente,

os contadores associados à expansão da rede (novos consumidores), bem como à substituição por avaria, rotação técnica ou fim de vida útil e ainda aqueles que surgem por imposição legal ou regulamentar.

- **Outros Investimentos:** integra investimentos de natureza transversal, predominantemente orientados para a conformidade legal, a sustentabilidade da operação e o suporte ao desenvolvimento e exploração da infraestrutura de distribuição. Estes investimentos são estruturados em torno de vetores de eficiência operacional, fiabilidade e qualidade de serviço, assegurando o cumprimento das obrigações regulamentares e a manutenção das condições adequadas de operação dos ativos. Incluem-se nesta rubrica, designadamente, a instalação afeta a contadores por imposição legal, investimentos em edifícios, equipamentos de transporte e outros equipamentos de apoio à atividade, essenciais para garantir a continuidade do serviço, a segurança das operações e a adequada capacitação dos meios técnicos e logísticos da concessão.

Os seis vetores de investimento acima descritos apresentam um plano global de investimento de 128,5 M€ para os cinco anos de projeção de PDIRD 2026:

Investimento	PDIRD 2024		PDIRD 2026		Variação	
Desenvolvimento de Negócio e Expansão de Rede	67 086	60%	85 260	66%	18 174	27%
Conformidade e Segurança do Abastecimento	16 291	15%	10 575	8%	-5 716	-35%
Descarbonização do Sistema Nacional de Gás	12 285	11%	17 615	14%	5 330	43%
Digitalização	7 201	6%	6 512	5%	-689	-10%
Contadores Não Elegíveis para a Base de Ativos Regulada	3 377	3%	3 779	3%	402	12%
Outros Investimentos	4 856	4%	4 761	4%	-95	-2%
Total	111 096	100%	128 501	100%	17 405	16%

Quadro 1: Variação Total do Investimento PDIRD 2026 vs PDIRD 2024 (m€)

Esta proposta de PDIRD traduz-se num acréscimo global de investimento de 16 % face ao PDIRD 2024, correspondente a um reforço de cerca de 17,4 M€. Este aumento resulta, essencialmente, do crescimento do investimento nas rubricas de "Desenvolvimento de Negócio e Expansão de Rede" e de "Descarbonização do Sistema Nacional de Gás". Em sentido inverso, verifica-se uma redução do investimento, essencialmente, em "Conformidade e Segurança do Abastecimento" e "Digitalização", refletindo a conclusão e maturidade de investimentos estruturantes já realizados em anteriores PDIRD.

Em conformidade com as Diretrizes para a elaboração das propostas de PDIRD 2026 (Despacho n.º 4725/2026, de 10 de abril), o presente documento incorpora integralmente as rubricas de investimento definidas no enquadramento regulatório aplicável, assegurando a adequada identificação e segregação das diversas tipologias de investimento. Neste contexto, são explicitamente autonomizadas, para além das rubricas tradicionalmente consideradas, as tipologias de “Digitalização” e de “Contadores não elegíveis para a Base de Ativos Regulada”, reforçando a transparência e a comparabilidade do plano. Importa salientar que esta última rubrica resulta de uma evolução do enquadramento regulatório aplicável ao PDIRD 2026, não se encontrando, por esse motivo, desagregada no PDIRD 2024.

Ao nível do “Desenvolvimento de Negócio e Expansão de Rede” promove-se um criterioso processo de seleção de projetos com vista à captação de novos pontos de abastecimento e expansão através da coesão territorial e, por esta via, acréscimo da energia veiculada assegurando o contributo favorável para o SNG. Adicionalmente, mantêm-se as matrizes de segurança e fiabilidade de abastecimento, complementadas e coordenadas com a estratégia de descarbonização dos ativos, evidenciando a importância de articulação das diversas dimensões no cumprimento das metas de redução de emissões, ao viabilizar a incorporação de gases de origem renovável.

Comparando os três anos comuns ao PDIRD 2024 – 2027, 2028 e 2029, o plano agora apresentado propõe a aprovação de 16,8 M€ adicionais. A variação está distribuída, de forma geral, por todas as tipologias de investimento, mas reside, sobretudo, no incremento do investimento em “Descarbonização do Sistema Nacional de Gás”, no desígnio de transição energética assumido, e pelo reforço em projetos de capacitação da infraestrutura e resiliência da rede, com vista a garantir a adequação e conformidade da infraestrutura, no contexto da resiliência e qualidade para o novo contexto de misturas de gases.

O investimento previsto traduz um CAPEX médio anual de 25,7 M€, que contrapõe com o apresentado para o período 2025–2029 de 22,2 M€.

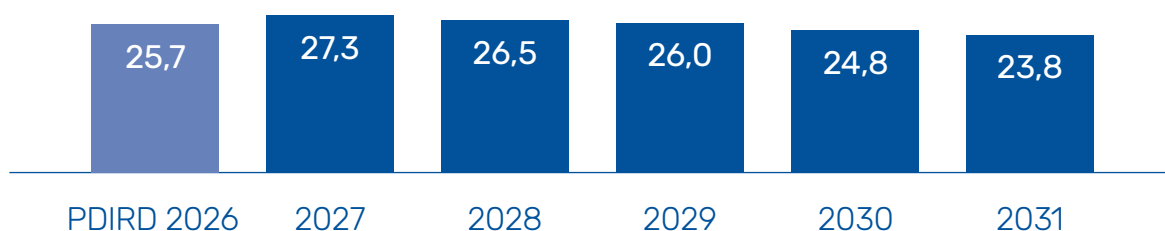


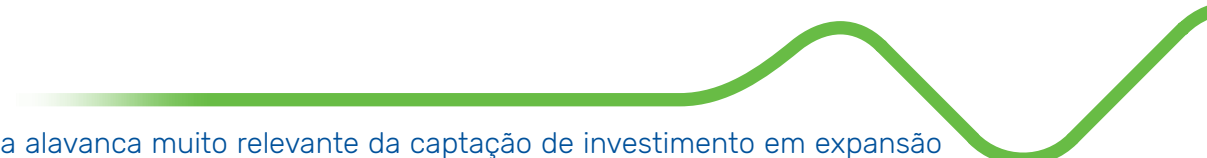
Gráfico 1: Investimento médio anual PDIRD 2026 (M€)

Este PDIRD 2026 integra, adicionalmente, um conjunto de “Projetos Complementares”, de natureza transversal, estruturados em torno de três pilares de intervenção distintos – adaptação climática da rede de gás (1,2 M€), reforço tecnológico da operação (4,5 M€) e integração de gases de origem renovável (5 M€). O investimento total associado a estes projetos ascende a 10,7 M€, resultante da agregação dos investimentos preconizados em cada um destes pilares, encontrando-se o respetivo detalhe devidamente sistematizado no Anexo 9. Não obstante a sua natureza complementar (por isso, não são integrados diretamente no plano), estes projetos, que dependem de outras iniciativas regulamentares ou de política energética, assumem elevada relevância estratégica para a robustez, a segurança energética e a execução consistente da trajetória de descarbonização do SNG.

Investimento em Desenvolvimento de Negócio e Expansão de Rede

O plano de investimento em “Desenvolvimento de Negócio e Expansão de Rede” proposto é de 85,3 M€ e permitirá o crescimento sustentado do SNG, nomeadamente nas suas vertentes de captação de novos pontos de abastecimento e desenvolvimento da infraestrutura de rede de distribuição. A concretização do plano permitirá ligar à rede de distribuição de gás mais 31 mil novos pontos de abastecimento, para ultrapassar os 418 mil pontos ativos no final do período (taxa de crescimento anual de 0,3 %) e um acréscimo de 0,56 TWh de energia veiculada, para uma projeção conservadora dos consumos de gás de 4,2 TWh em 2031 (decrécimo médio anual de 2,5 %, considerando os efeitos de saídas e a eficiência energética do parque). Para tal, o plano preconiza o desenvolvimento da infraestrutura de rede de distribuição assente, prioritariamente, numa estratégia de densificação da rede existente ao longo dos concelhos da área de influência da concessão, privilegiando uma expansão responsável e sustentável, orientada para a maximização da utilização dos ativos instalados, através da construção de, aproximadamente, 407 km de rede.

Neste contexto, a captação de Grandes Consumidores assume um papel central na estratégia de desenvolvimento, permitindo assegurar níveis de consumo muito relevantes que reforçam a previsibilidade de volume de gás veiculado e suportam a viabilidade económica das expansões de rede para outros segmentos. O tecido industrial da zona norte do



país é, assim, uma alavanca muito relevante da captação de investimento em expansão de rede, aliás, muitas das zonas industriais apenas são desenvolvidas com a garantia de abastecimento de gás para os processos produtivos.

A expansão da infraestrutura, no interior da área de concessão, é conduzida de forma seletiva e criteriosa, privilegiando intervenções que promovam simultaneamente a eficiência do investimento e a sustentabilidade do sistema. Assim, são priorizados projetos que permitam equilibrar a extensão de rede com o número de pontos de abastecimento ligados, otimizar o CAPEX por cliente e potenciar a densificação em zonas com atividade económica relevante, bem como a ligação de polos industriais, o reforço da resiliência e a otimização da utilização da rede existente.

A avaliação do mercado potencial integra diferentes dimensões, com especial destaque para a identificação de polos industriais e Grandes Consumidores com potencial de substituição energética competitiva. Paralelamente, são também consideradas oportunidades de captação no segmento doméstico e serviços, designadamente em zonas onde predominam soluções energéticas mais poluentes ou menos eficientes, contribuindo para uma base de consumo diversificada e estável.

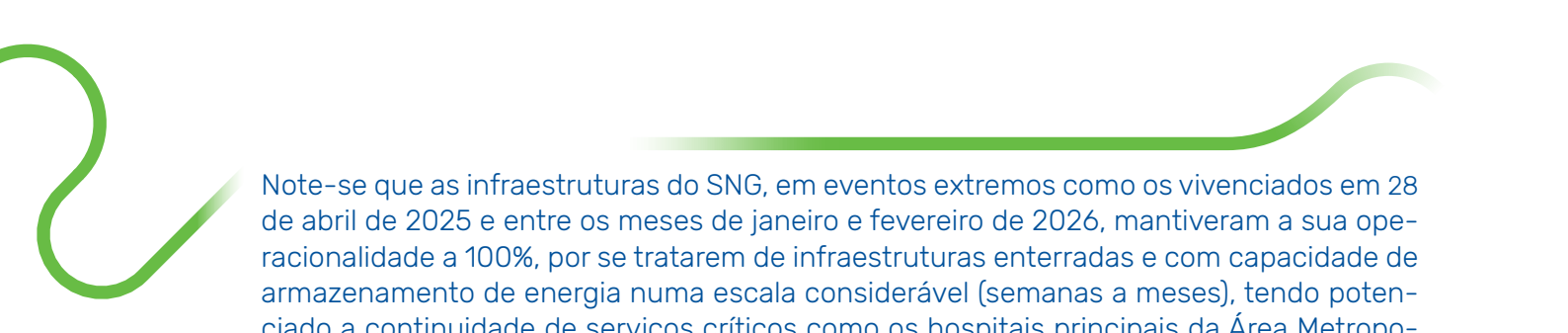
Os projetos de investimento são priorizados de acordo com critérios de rentabilidade e impacto estrutural para a rede, sendo frequentemente suportados por consumidores industriais de referência que funcionam como projetos-âncora. Esta abordagem permite viabilizar o desenvolvimento da infraestrutura e criar condições para uma expansão gradual e sustentável do número de clientes e da energia veiculada.

No âmbito da preparação do PDIRD 2026, a Portgás realizou um conjunto de sessões com os municípios da área de concessão, permitindo recolher inputs estruturados sobre expansão urbana, polos industriais, equipamentos públicos e projetos em desenvolvimento. Este processo reforçou a robustez da previsão de procura e permitiu identificar necessidades concretas de expansão da rede, assegurando que o plano de investimento assenta numa abordagem territorial, fundamentada e alinhada com as orientações regulatórias (ver Anexo 8).

Investimentos em Conformidade e Segurança do Abastecimento:

O plano de investimento no montante global de 10,6 M€ materializa um conjunto coerente de projetos orientados para o reforço da qualidade e da resiliência da infraestrutura de distribuição, numa perspetiva de sustentabilidade da sua expansão e de valorização de longo prazo dos ativos da concessão. Este esforço integra intervenções para desenvolver a resiliência e a segurança da rede existente, investimentos em equipamentos de medição, reativações de pontos de consumo e o desenvolvimento de estudos técnicos de suporte à atividade, assegurando uma abordagem integrada à gestão e evolução da infraestrutura.

O racional subjacente ao investimento na rede existente assenta: por um lado, na mitigação do risco associado a determinados subsistemas, previamente identificados no âmbito do Plano Diretor de Planeamento, Operação e Manutenção da Infraestrutura, enquanto instrumento estruturante de planeamento e gestão de risco da rede, cujos princípios e orientações se mantêm incorporados no presente PDIRD; por outro, na criação de redundâncias operacionais em segmentos da rede historicamente desenvolvidos com alimentação radial, em particular nas ligações à rede de transporte. Estas intervenções contribuem de forma direta para o reforço da segurança de abastecimento, da resiliência da infraestrutura face a eventos externos, potenciando a continuidade de serviço e a capacidade de resposta da rede a diferentes cenários de exploração.



Note-se que as infraestruturas do SNG, em eventos extremos como os vivenciados em 28 de abril de 2025 e entre os meses de janeiro e fevereiro de 2026, mantiveram a sua operacionalidade a 100%, por se tratarem de infraestruturas enterradas e com capacidade de armazenamento de energia numa escala considerável (semanas a meses), tendo potenciado a continuidade de serviços críticos como os hospitais principais da Área Metropolitana do Porto, por recorrerem a centrais de cogeração, o que permitiu a ininterruptibilidade dos serviços críticos aquando da falha de abastecimento de energia elétrica em abril de 2025. Esta flexibilidade e resiliência permitiu, de igual forma, às indústrias críticas com sistemas de cogeração ou microgeração a continuidade de serviço nestas condições extremas, relevando a sensatez da diversidade tecnológica na matriz energética nacional.

Neste enquadramento, esta tipologia de investimento inclui igualmente o plano dedicado à resiliência da infraestrutura de distribuição para a veiculação de misturas de gás com gases de origem renovável, com uma projeção de 3,1M € ao longo do horizonte de cinco anos do presente PDIRD. Estão contemplados os investimentos necessários à adequação da infraestrutura para operar com misturas até 20 % de hidrogénio, garantindo o cumprimento das exigências normativas aplicáveis e criando as condições técnicas para responder aos novos desafios e oportunidades decorrentes da operação de uma rede com diferentes tipologias de gás. Esta preparação reforça a robustez física e operacional do sistema, promovendo uma rede mais resiliente, segura e preparada para a transição energética.

Paralelamente, os investimentos em novos ativos seguem, desde a fase de conceção, a diretriz de assegurar a sua compatibilidade com gases renováveis, nomeadamente com o hidrogénio, antecipando a evolução do enquadramento regulatório e tecnológico. Esta abordagem permite preparar, de forma faseada e eficiente, as infraestruturas de distribuição para os desafios futuros do sistema energético nacional, consolidando o papel da rede de gás como um ativo estratégico ao serviço da descarbonização, da segurança de abastecimento e do interesse público.

Investimento em Descarbonização do Sistema Nacional de Gás

O plano de investimento em Descarbonização do Sistema Nacional de Gás está concebido no quadro da visão estratégica da Portgás e alinhado com a Lei de Bases do Setor do Gás, a qual estabelece que a descarbonização do setor deve ser prosseguida através da incorporação progressiva de gases de origem renovável e de gases de baixo teor de carbono no SNG, salvaguardando, em permanência, os respetivos constrangimentos técnicos, físicos e operacionais. Neste contexto, a rede de distribuição assume um papel estruturante enquanto infraestrutura fundamental da transição energética, permitindo a redução gradual da intensidade carbónica do gás distribuído sem comprometer a segurança de abastecimento, a continuidade de serviço e a proteção dos consumidores, a par da redução de emissões nos setores dos resíduos pela respetiva valorização e incorporação de gás nacional, endógeno.

A incorporação de gases de origem renovável, designadamente biometano e hidrogénio, no combustível veiculado pela rede pública de gás possibilita assegurar simultaneamente a continuidade do fornecimento e a progressiva descarbonização das redes e do setor energético. Esta abordagem permite uma transição faseada, tecnicamente sustentada e compatível com a infraestrutura existente, promovendo a integração de produção descentralizada e a diversificação do mix energético nacional, sem introduzir disrupções no funcionamento do sistema.

Adicionalmente, a incorporação progressiva de gases renováveis contribui para evitar a ociosidade e a obsolescência prematura das infraestruturas concessionadas, assegu-



rando a continuidade da sua utilização e a valorização do investimento regulado, capacitando o desenvolvimento económico das indústrias. A adaptação das redes de gás, bem como o investimento necessário para a sua capacitação gradual para a veiculação de misturas com maior teor de gases renováveis, constitui um fator relevante para a diminuição da dependência energética externa do país, reforçando a resiliência, a robustez e a segurança do sistema energético nacional. Num contexto de transição energética, em que a utilização de moléculas de origem renovável se afirma como uma solução tecnicamente viável para responder aos desafios climáticos, ao armazenamento de energia e à flexibilidade do sistema, as infraestruturas de gás consolidam-se como um ativo estratégico ao serviço do interesse público.

O contexto recente e a evolução da tecnologia e das políticas públicas não permitem vislumbrar saídas alternativas à complementaridade entre os setores elétricos, de gás descarbonizado e de hidrogénio, enquanto infraestruturas essenciais à necessária descarbonização da economia.

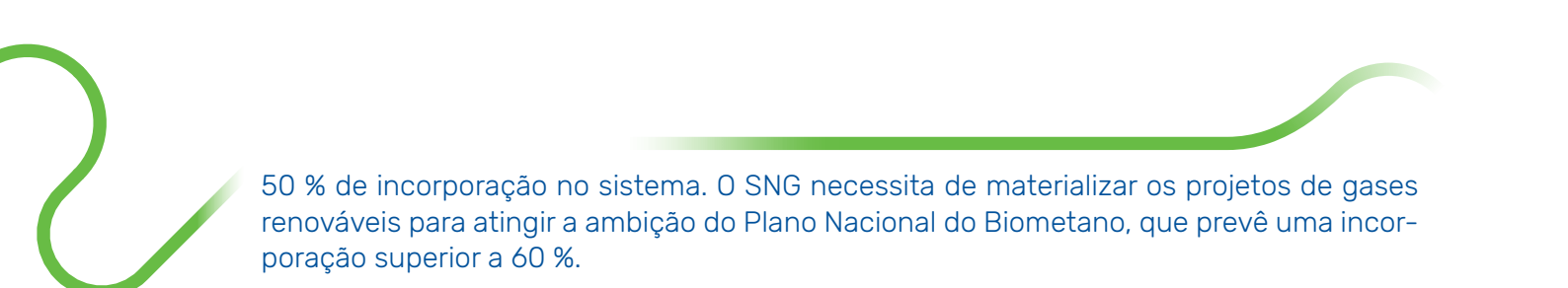
No sentido de assegurar o contributo ativo da infraestrutura da Portgás no mix energético nacional e para o cumprimento das metas de neutralidade carbónica definidas pelo Estado português, a empresa estruturou um conjunto de projetos de investimento ao longo da cadeia de valor dos gases de origem renovável. Estes projetos incidem, em particular, na transformação e capacitação de ativos críticos da rede de distribuição para a veiculação de hidrogénio e outros gases renováveis, no reforço dos sistemas de controlo de volume e qualidade do gás distribuído e na implementação de soluções de monitorização e controlo dos fluxos energéticos, garantindo uma operação segura da infraestrutura, uma resposta adequada às solicitações dos produtores e a manutenção dos níveis de qualidade exigidos aos clientes finais.

O investimento total proposto para esta tipologia ascende a 17,6 M€, no horizonte temporal de 2027 a 2031. Atendendo ao carácter inovador de parte das iniciativas previstas e à necessidade de mitigar riscos de execução, a estratégia da Portgás assenta no desenvolvimento de um ecossistema colaborativo, suportado por parcerias com empresas, instituições e, em particular, com a academia, promovendo a maturação tecnológica, a partilha de conhecimento e a redução de incerteza associada aos projetos.

No âmbito desta linha de investimento, encontram-se atualmente identificadas 15 iniciativas orientadas para a injeção de gases de origem renovável, em particular biometano, na rede de distribuição, cuja caracterização tem por base o referencial de dados de 2025. No seu conjunto, estes projetos apresentam um potencial de injeção estimado de cerca de 1.070 GWh/ano, correspondente a aproximadamente 20 % da energia atualmente veiculada pela Portgás. As iniciativas distribuem-se por oito municípios, sendo expectável atingir níveis de descarbonização superiores a 50 % em cinco deles, com destaque para os concelhos de Vila do Conde e Penafiel, onde o potencial identificado poderá exceder o consumo local, implicando a veiculação do remanescente para municípios vizinhos. Estes projetos encontram-se em distintos estádios de maturidade, prevendo-se a sua materialização progressiva ao longo do período de vigência do presente PDIRD, entre 2027 e 2031, em alinhamento com a evolução do enquadramento regulatório, a decisão final de investimento dos promotores e a capacidade da infraestrutura de distribuição.

Note-se que este valor de fontes renováveis é muito relevante para a matriz energética nacional e compara com o valor de incorporação de energia fotovoltaica e eólica em 2005 no Sistema Elétrico Nacional (SEN)¹, cuja ambição se materializou em 2025 com mais de

¹ Produção de Energia Elétrica a partir de FER (1995-2024), DGEG, 2025



50 % de incorporação no sistema. O SNG necessita de materializar os projetos de gases renováveis para atingir a ambição do Plano Nacional do Biometano, que prevê uma incorporação superior a 60 %.

O investimento associado à ligação destes projetos à rede de distribuição é estimado em cerca de 5 M€, sendo integralmente assumido pelos respetivos promotores. Não obstante a incerteza inerente à concretização destes projetos, considera-se relevante refletir, no âmbito do PDIRD, o elevado nível de interesse e de dinamismo observado no setor, bem como o grau de maturidade já evidenciado por estas iniciativas no que respeita à proximidade da decisão final de investimento.

Digitalização

O plano de investimento em Digitalização, no qual se insere o investimento em “Sistemas de Informação”, ascende a 6,5 M€ e constitui uma componente integrante desta tipologia de investimento. Este plano tem como objetivo a atualização tecnológica do ambiente de hardware e software dos sistemas operativos e aplicativos de suporte ao negócio, criando as condições necessárias para assegurar os elevados níveis de qualidade, fiabilidade e eficiência exigidos à concessionária no exercício da sua atividade, nomeadamente o upgrade tecnológico para resposta aos desafios de Cibersegurança e à obsolescência tecnológica que limitava a otimização de processos.

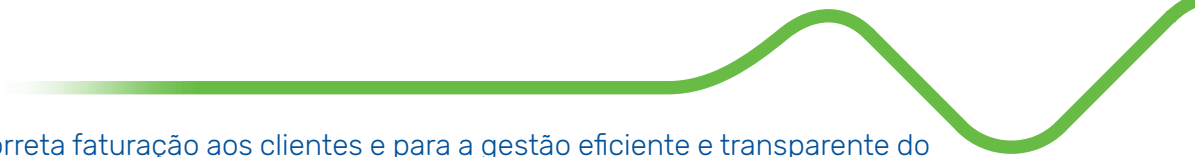
É neste enquadramento que a Portgás se encontra a desenvolver um plano de digitalização orientado para a revisão do suporte estruturante dos seus sistemas core, destacando-se a implementação de uma nova solução SAP for Utilities. Este projeto visa mitigar riscos associados à obsolescência tecnológica, garantir a continuidade do suporte aplicativo e reforçar a estabilidade e segurança dos sistemas de informação críticos para a operação da rede de distribuição. O início do projeto ocorreu em 2024, estando a sua conclusão prevista para o final de 2027.

Contadores Não Elegíveis para a Base de Ativos Regulada

No âmbito do PDIRD 2026, é considerada de forma autónoma, uma nova rubrica “Contadores Não Elegíveis para a Base de Ativos Regulada”, em conformidade com as Diretrizes para a elaboração dos planos quinquenais de desenvolvimento e investimento das redes de distribuição de gás. Esta rubrica visa assegurar a adequada identificação e segregação dos investimentos associados a equipamentos de medição que, apesar de essenciais à atividade do ORD, não reúnem as condições para integração na Base de Ativos Regulada, nos termos regulamentares aplicáveis.

O investimento nesta rubrica abrange, designadamente, os contadores associados à expansão da rede, no âmbito da captação e ligação de novos consumidores, bem como os contadores destinados à substituição, seja por avaria, à rotação técnica ou ao fim de vida útil dos equipamentos instalados. Incluem-se ainda os contadores substituídos por imposição legal ou regulamentar, nomeadamente os decorrentes de requisitos metrológicos, de segurança e de conformidade técnica.

Para o horizonte quinquenal 2027-2031, o investimento total previsto nesta rubrica ascende a 3,8 M€, refletindo um esforço financeiro relevante e plenamente justificado do ponto de vista técnico e operacional. Embora não remunerados, estes investimentos são essenciais para assegurar a fiabilidade da medição da energia distribuída, condição indis-



pensável para a correta faturação aos clientes e para a gestão eficiente e transparente do sistema. Contribuem, assim, de forma direta para a continuidade e qualidade do serviço, a proteção dos consumidores e o cumprimento do enquadramento normativo vigente, constituindo uma componente estrutural e necessária do plano global de investimentos da concessionária.

Outros Investimentos

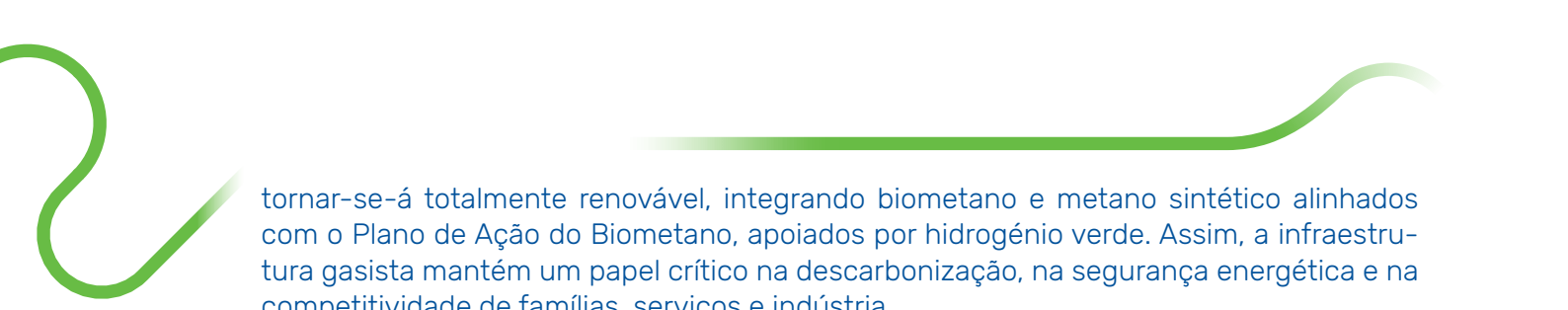
O investimento previsto nesta rubrica ascende a 4,8 M€ e destina-se à realização de investimentos de natureza transversal, maioritariamente decorrentes de imposições legais e de necessidades estruturais de suporte à atividade de distribuição de gás. Enquadram-se nesta rubrica, nomeadamente, os investimentos associados à instalação e adaptação de infraestruturas relacionadas com contadores por imposição legal, bem como a aquisição, renovação e modernização de ativos de suporte à atividade de distribuição e operação das infraestruturas, designadamente ao nível de edifícios e meios de transporte operacionais.

Estes investimentos visam assegurar a fiabilidade da medição, a segurança das instalações e a qualidade do serviço prestado, acompanhando a evolução tecnológica e as exigências regulamentares crescentes. Contribuem, igualmente, para o reforço da eficiência operacional, para a melhoria da relação com os diversos agentes do Sistema Nacional de Gás e para a mitigação de impactos ambientais.

Numa nota final, de sublinhar que Portugal dispõe hoje de uma rede de distribuição de gás recente quando comparada com outras infraestruturas europeias, moderna e tecnicamente preparada para a integração progressiva de gases renováveis, representando um ativo nacional de elevado valor, apto para a transição energética sem necessidade de reconstrução estrutural. Subutilizar ou substituir esta infraestrutura – robusta, em amortização e totalmente compatível com biometano e hidrogénio – implicaria a criação de custos afundados significativos, que inevitavelmente recairiam sobre empresas e famílias, comprometendo a sustentabilidade tarifária e a eficiência económica do setor.

É oportuno referir que a Portgás, no âmbito do presente PDIRD, procedeu à análise da eventual necessidade de desativação de ativos da rede de distribuição. Da avaliação realizada conclui-se que, no período de vigência do PDIRD (2027 a 2031), não se identificam situações de desativação por transferência de ativos para integração em redes de hidrogénio, nem a necessidade de desativação da rede por perda de utilidade para os clientes, refletindo-se, assim, a adequação e relevância continuada da infraestrutura existente. Nos próximos PDIRD esta análise continuará a ser realizada, envolvendo cada vez mais partes interessadas, nomeadamente, os operadores das redes de hidrogénio, na medida em que o mercado ganhe maturidade e o Sistema Nacional de Hidrogénio (SNH) seja criado após transposição da Diretiva.

Numa cenarização da matriz de energia, o Estado Concedente, na sua visão 2050 de cenários da matriz energética nacional (DGEG, 2024), assume que as redes de gás são essenciais para garantir acesso contínuo à energia pelos setores residencial e não residencial na transição energética ao longo das próximas décadas, quer pelo consumo final, quer pela crescente penetração de renováveis. O cenário oficial CN50 confirma que, apesar da eliminação do gás fóssil até meados do século, o consumo de gases de rede permanece significativo até 2050, cerca de 11,1 TWh, incluindo o setor residencial a rede



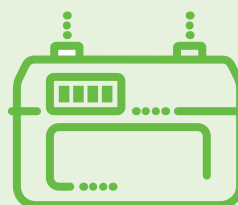
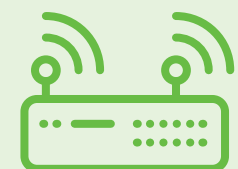
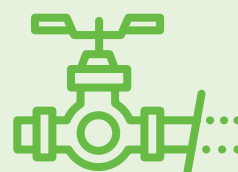
tornar-se-á totalmente renovável, integrando biometano e metano sintético alinhados com o Plano de Ação do Biometano, apoiados por hidrogénio verde. Assim, a infraestrutura gasista mantém um papel crítico na descarbonização, na segurança energética e na competitividade de famílias, serviços e indústria.

No contexto regional, o gás mantém-se ainda um vetor absolutamente essencial para a competitividade industrial do Norte do país, sustentando cadeias produtivas intensivas em energia e permitindo às indústrias locais manter níveis de eficiência, estabilidade operacional e competitividade internacional que seriam impossíveis de garantir com alternativas energéticas de custo superior ou menor maturidade tecnológica.

Este plano de investimento afirma-se, assim, como um acelerador decisivo da transição energética no Norte, garantindo acesso equitativo à energia, reforçando a competitividade industrial e promovendo a coesão territorial, enquanto prepara a infraestrutura para gases renováveis com a máxima custo-eficácia para famílias e empresas – assegurando uma transição verdadeiramente sustentável, justa e economicamente eficiente para Portugal, numa concessão que representa mais de 25 % da população portuguesa.

VISÃO GRÁFICA DO PDIRD PORTGÁS 2026 PERÍODO 2027-2031

INVESTIMENTO: 128,5 M€
PRÉMIO: 0,47 PP



BIOMETANO

14 PROJETOS
1.055.972 MWh



HIDROGÉNIO

1 PROJETO
14.401 MWh



CH₄

GÁS NATURAL



DESENVOLVIMENTO
DE NEGÓCIO
E EXPANSÃO DE REDE
85,3 M€

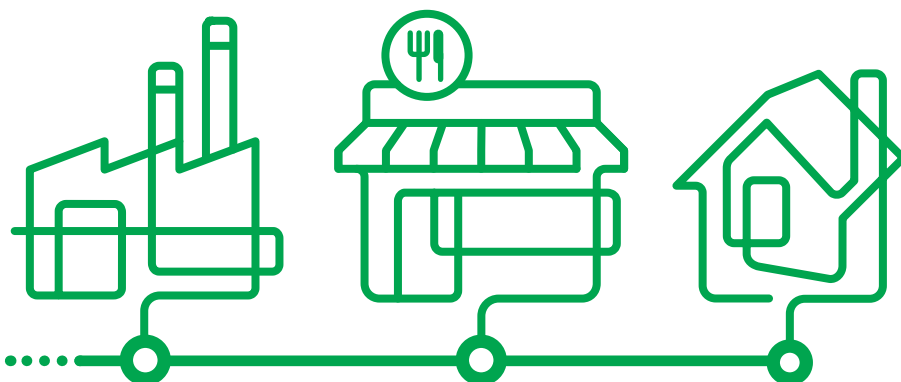
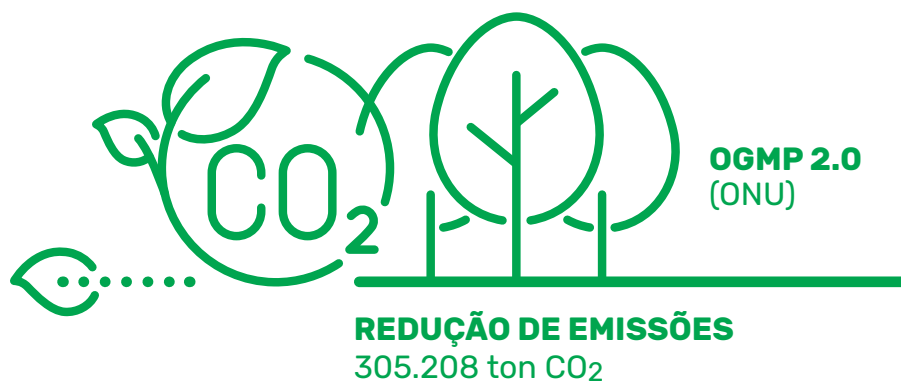
CONFORMIDADE
E SEGURANÇA
DO ABASTECIMENTO
10,6 M€

DESCARBONIZAÇÃO
SISTEMA NACIONAL
DE GÁS
17,6 M€

DIGITALIZAÇÃO
6,5 M€

CONTADORES
NÃO ELEGÍVEIS PARA
A BASE DE ATIVOS
REGULADA
3,8 M€

OUTROS
INVESTIMENTOS
4,8 M€



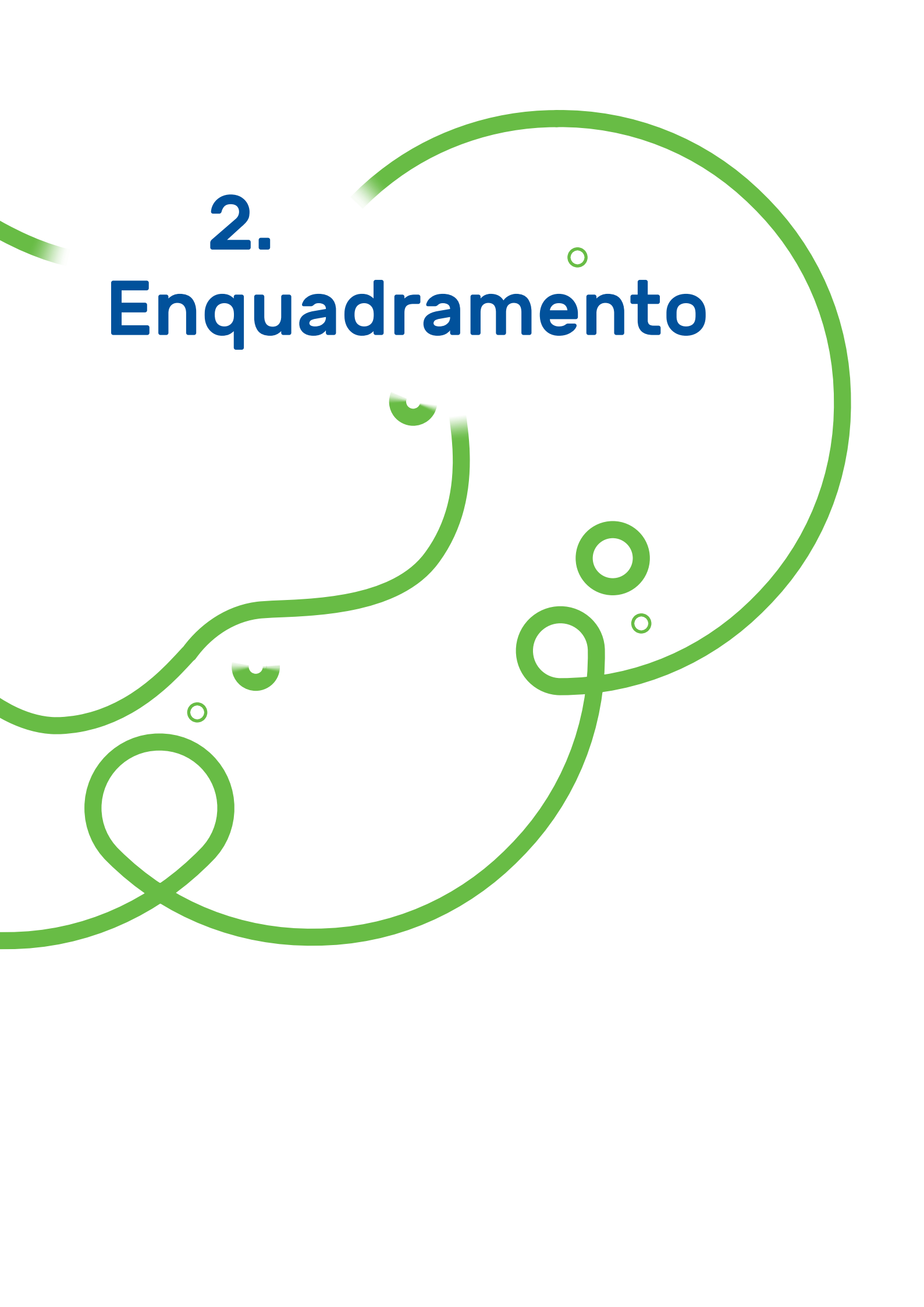
A thick green line starts horizontally from the left, then loops into a large 'C' shape on the right. Below this, there are three small green circles arranged vertically, and a large green 'X' shape formed by two intersecting lines.

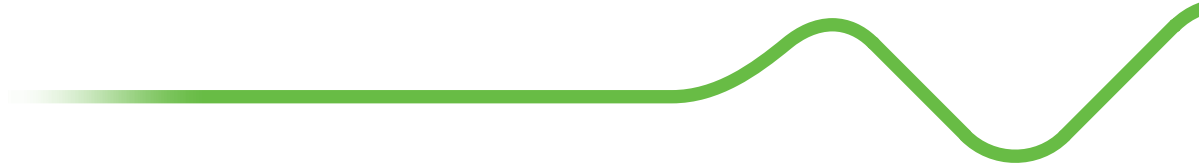
**Plano de
Desenvolvimento
e Investimento
da Rede de
Distribuição**

The logo for E.ON Portugal, featuring a small green square to the left of the word 'portugal' in a blue, lowercase, sans-serif font.

portugal

2. Enquadramento

The background features a complex, abstract design of thick green lines. These lines form a large, sweeping loop that encompasses the top right portion of the page. Smaller, more intricate loops and swirls are scattered throughout the lower half, creating a sense of movement and organic flow. The overall aesthetic is clean and modern, with a focus on geometric and organic shapes.



2. Enquadramento

2.1. Contexto regulatório

Nos termos do disposto no art.º 88º do Decreto-Lei n.º 62/2020, de 28 de agosto, constitui responsabilidade dos operadores da rede de distribuição de gás a elaboração de um Plano de Desenvolvimento e Investimento das Redes de Distribuição de Gás (PDIRD) para um período de cinco anos. Este plano é elaborado de forma a assegurar a existência de capacidade nas redes para a receção e entrega de gás, com níveis adequados de qualidade de serviço e de segurança, no âmbito do mercado interno de gás, alinhados com a política energética.

Os PDIRD devem basear-se na caracterização técnica das redes e na oferta e procura, atuais e previstas, aferidas com base na análise do mercado e devem ainda promover o desenvolvimento de medidas de gestão da procura e os pedidos de ligação à rede de produtores de gases de origem renovável.

Enquanto empresa concessionária de serviço público, e de acordo com o art.º 5º do referido Decreto-Lei n.º 62/2020, constituem obrigações da Portgás:

- A segurança, resiliência e qualidade do serviço;
- A incorporação de gases de origem renovável e de gases de baixo teor de carbono, garantindo e controlando a qualidade e composição do gás veiculado;
- A garantia de ligação de produtores de gases de baixo teor de carbono às redes, nos termos previstos regulamentarmente;
- A garantia de ligação dos clientes às redes, nos termos previstos nos contratos de concessão ou nos títulos das licenças;
- A proteção dos utilizadores, designadamente quanto a tarifas e preços;
- A promoção da eficiência energética e da utilização racional dos recursos, a proteção do ambiente;
- A contribuição para a progressiva descarbonização do SNG, com o objetivo de alcançar a neutralidade carbónica até 2050.

Cumprindo com o disposto no artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 62/2020, de 28 de agosto, a Portgás procede à elaboração do PDIRD 2026, para o período de projeção 2027-2031, apresentando-o, assim, à ERSE, à DGEG e ao ORT.

Por sua vez, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 89.º, a ERSE dispõe de 22 dias para promover a sua Consulta Pública (CP), com duração de 30 dias, dispondo dos 22 subsequentes para elaboração do respetivo relatório que, juntamente com os contributos recebidos, é levado ao conhecimento dos operadores da RNDG e RNTG.

Enviado o relatório da CP, nos termos do número 3 do mesmo artigo 89.º, a DGEG, a ERSE e operador da RNTG emitem e comunicam entre si e aos ORD o respetivo parecer no prazo de 30 dias.



Sobre esta data, os operadores de rede terão 60 dias para enviarem à DGEG as propostas finais dos seus PDIRD 2026 que terão em conta os resultados da consulta pública e devem incorporar as alterações que decorram dos pareceres emitidos.

A proposta de PDIRD 2026 é enquadrada num contexto de elevada volatilidade dos mercados energéticos internacionais, resultante, entre outros fatores, dos conflitos iniciados na Ucrânia em 2022 e no Médio Oriente em 2026 e das suas consequências prolongadas sobre os equilíbrios energéticos, económicos e geopolíticos na União Europeia. Estes acontecimentos contribuem para um período, que se antecipa, de inflação acentuada e para uma maior imprevisibilidade na evolução dos mercados, cujos efeitos se mantêm de forma estrutural.

A persistência deste enquadramento de incerteza coloca desafios relevantes ao setor do gás, em particular no que respeita à segurança de abastecimento, à resiliência das infraestruturas e à necessidade de adaptação progressiva do sistema energético. Neste contexto, o PDIRD assume-se como um instrumento fundamental de planeamento e mitigação de risco, orientado para o reforço da robustez da rede, para a eficiência operacional e para a preparação da infraestrutura de distribuição face aos novos desafios e oportunidades do setor.

Simultaneamente, estão a ser reforçadas definições de políticas públicas para promover e organizar a produção de gás de origem renovável, bem como medidas para a transição energética. Destacam-se o Plano de Ação para o Biometano, a revisão do PNEC 2030, a Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho sobre regras comuns para os mercados internos de gás renovável, gás e hidrogénio e, também, o Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos mercados internos destes gases. Estas iniciativas evidenciam os desafios enfrentados pelos operadores de infraestruturas, mas igualmente abrem novas oportunidades de desenvolvimento para o setor.

Importa, por fim, referir que, nos termos do disposto no n.º 10 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 62/2020, de 28 de agosto, o PDIRD 2018, com plano de investimento para o período 2019-2023, foi aprovado pelo membro do governo responsável pela área de energia.

Não tendo sido concluído qualquer processo de aprovação dos PDIRD 2020 e PDIRD 2022, referentes aos períodos 2021-2025 e 2023-2027, respetivamente, o investimento de 2024 foi aprovado autonomamente.

A Portgás regista que o Despacho n.º 17/MAEN/2026 aprova pelo membro do governo responsável pela área de energia, na sequência do processo de consulta pública, pronúncia dos reguladores e do Operador da Rede de Transporte, tendo sido também escrutinado em sede de audiência na Assembleia da República Portuguesa o PDIRD 2024 para o período 2025-2029. Esta aprovação estabelece limites máximos de investimento para 2025-2027, fixando em zero o valor global aprovado para 2028 e 2029. A concessionária destaca que esta aprovação condicionada, em particular a fixação de investimento nulo a partir de 2028, tem implicações diretas na capacidade de garantir a continuidade do acesso à energia em condições de segurança, na prossecução do desenvolvimento sustentável do negócio e na preservação e modernização das infraestruturas essenciais. Não obstante estas restrições, e conforme expresso na sua pronúncia em sede de audiência prévia, a Portgás reafirma publicamente e neste documento estratégico o seu compromisso em assegurar a gestão eficiente da concessão e a manutenção de uma rede preparada para responder às necessidades dos clientes e às políticas de transição energética,



sublinhando a importância de que futuros processos de aprovação considerem a indispensabilidade de um nível adequado e previsível de investimento para garantir a resiliência, a sustentabilidade e o bom funcionamento do Sistema Nacional de Gás, no âmbito do preconizado nos contratos de concessão.

2.2. Contexto macroeconómico

2.2.1. Contexto nacional

A economia mundial manteve, ao longo de 2025, uma trajetória de crescimento moderado, sustentado pela melhoria gradual das condições financeiras internacionais e pela antecipação de fluxos comerciais, num contexto de elevada incerteza geopolítica. A atividade global acelerou sobretudo na primeira metade do ano, beneficiando do dinamismo das principais economias avançadas e da atuação contra cíclica de várias economias emergentes de grande dimensão.

Nas economias avançadas, o crescimento reforçou-se no segundo trimestre, apoiado principalmente pelos Estados Unidos e pelo Japão, onde a procura interna e o investimento privado superaram as expectativas. No entanto, a economia norte-americana evidenciou sinais de desaceleração ao longo do ano, refletindo o impacto de tarifas mais elevadas, da maior incerteza política e da contração do investimento e do consumo. A economia chinesa apresentou igualmente um desempenho positivo, sustentado por estímulos fiscais de grande escala e pelo crescimento das exportações, apesar da intensificação das políticas protecionistas norte-americanas.

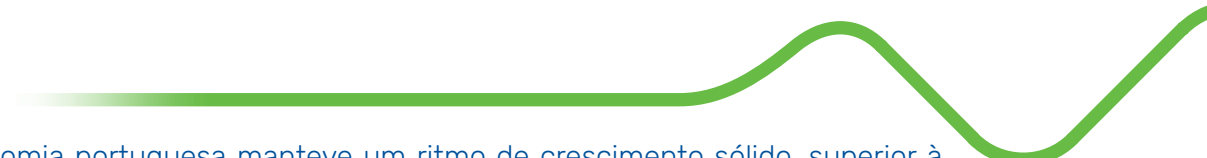
Os mercados de energia permaneceram sujeitos a elevada volatilidade, influenciados por tensões geopolíticas persistentes no Médio Oriente e na Europa de Leste, condicionando os preços de matérias-primas.

Em 2025, a economia europeia evoluiu num contexto de recuperação gradual, marcado pela estabilização da inflação, pela normalização da política monetária e por níveis de crescimento moderados. A atividade económica continuou condicionada por fatores externos, nomeadamente a desaceleração do comércio internacional, a volatilidade dos preços da energia e o prolongamento da incerteza geopolítica.

O rendimento disponível das famílias manteve uma recuperação progressiva, suportado pela criação de emprego e pela recuperação dos salários reais. Ainda assim, o consumo privado manteve-se contido, refletindo níveis de poupança historicamente elevados e maior prudência dos agregados familiares.

O investimento apresentou um desempenho heterogéneo, com alguns Estados-Membros a registarem quedas significativas no primeiro semestre. O Mecanismo de Recuperação e Resiliência continuou a desempenhar um papel relevante no apoio ao investimento público e privado. Por seu turno, o setor externo voltou a contribuir positivamente para o crescimento, beneficiando da recuperação das exportações, sobretudo de serviços.

A inflação recuou para níveis próximos do objetivo do BCE, em torno de 2,1 % em 2025, apoiada pela estabilização dos preços energéticos e dos bens transacionáveis. O mercado de trabalho manteve-se resiliente, ainda que com alguma moderação na criação líquida de emprego. A taxa de desemprego situou-se em 6,0 % em final de 2025.



Em 2025, a economia portuguesa manteve um ritmo de crescimento sólido, superior à média da área do euro. O desempenho foi impulsionado pelo consumo privado, sustentado pela recuperação gradual do rendimento real e pela resiliência do mercado de trabalho, pelo bom comportamento das exportações e, sobretudo, pelo investimento apoiado por fundos europeus.

O mercado de trabalho permaneceu dinâmico, com aceleração da criação de emprego durante o verão e consequente redução da taxa de desemprego. A taxa média (12 meses) recuou para cerca de 6,3 % em agosto, após 6,5 % em 2024. A inflação média, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), diminuiu para 2,2 % em 2025, abaixo dos 2,7 % registados em 2024, refletindo a evolução favorável dos preços da energia e de bens industriais.

Em 2025, o enquadramento financeiro na área do euro continuou a ser determinado pela evolução da política monetária do Banco Central Europeu (BCE) e pela melhoria gradual das condições de financiamento para empresas e famílias.

Ao longo do ano, o BCE prosseguiu o ciclo de redução das taxas diretoras, num contexto de desaceleração sustentada da inflação e de convergência para o objetivo de 2 %. A taxa de juro da facilidade permanente de depósito recuou para 2 %, enquanto as taxas das operações principais de refinanciamento e da facilidade permanente de cedência de liquidez diminuíram para 2,15 % e 2,40 %, respetivamente. Nos Estados Unidos, a Reserva Federal iniciou o seu próprio ciclo de flexibilização em setembro, com um corte inicial de 0,25 p.p., seguido de duas novas reduções em outubro e dezembro. A taxa diretora norte-americana situava-se assim em 3,75 % no final de 2025.

As condições de acesso ao crédito na zona euro melhoraram de forma gradual, acompanhando a descida das taxas de juro aplicadas a novos financiamentos.

As taxas Euribor mantiveram a tendência descendente ao longo do ano, fixando-se a 31 de dezembro em 2,026 % (3 meses), 2,107 % (6 meses) e 2,243 % (12 meses), face a 2,736 %, 2,562 % e 2,448 % no início do ano.

Nos mercados obrigacionistas europeus, a volatilidade permaneceu moderada, observando-se uma ligeira subida das taxas de juro de longo prazo desde a primavera. O rendimento das obrigações soberanas a dez anos da área do euro aumentou cerca de 15 pontos base, refletindo expectativas mais elevadas de taxas diretoras futuras. Nos Estados Unidos, por contraste, a curva de rendimentos registou um movimento descendente no mesmo período. Em Portugal, as *yields* soberanas seguiram uma trajetória crescente desde o terceiro trimestre de 2023, situando-se em 3,246 % no final de dezembro.

Assim, as perspetivas para a economia mundial e portuguesa têm sofrido um forte impacto com o conflito russo-ucraniano e, mais recentemente, com o conflito no Médio Oriente, que conduzem ao aumento dos preços da energia, das matérias-primas, da perturbação do comércio internacional e da confiança, uma vez que estamos perante um cenário adverso, incontrolável e imprevisível. Adicionalmente, acrescem as restrições da política monetária, que se deverão manter nos próximos dois anos, não só na Zona Euro como nos Estados Unidos e países emergentes. Assumindo este cenário, o Banco de Portugal publicou, em março, o boletim económico atualizado com as previsões económicas 2026-2028, refletindo o contexto atual e os efeitos muito significativos e prolongados no tempo, conforme quadro seguinte:

Previsões Banco de Portugal	Boletim Económico março 2026				
	2024 (R)	2025 (R)	2026 (P)	2027 (P)	2028 (P)
PIB (Taxa de crescimento real, %)	2,1	1,9	1,8	1,6	1,8
- Consumo Privado	3,0	3,5	2,0	1,8	1,6
- Consumo Público	1,5	1,7	1,2	1,0	0,7
- FBCF	4,2	3,5	3,8	1,3	2,6
- Exportações	3,1	0,4	1,4	2,6	3,1
- Importações	4,8	4,2	1,9	2,4	2,8
IHPC (taxa de variação)	2,7	2,2	2,8	2,3	2,0

Quadro 2: Previsões macroeconómicas para Portugal, Banco de Portugal (março 2026)

De acordo com as projeções do Banco de Portugal de março de 2026 (quadro 2), a taxa de crescimento do PIB foi de 1,9 % em 2025. Para 2026 está previsto um crescimento moderado da economia portuguesa de 1,8 %, para 2027 um crescimento de 1,6 %, e para 2028 mantém-se um crescimento de 1,8 %.

O investimento desacelerou em 2025, mas recuperará em 2026–2028, suportado pelo impulso de melhoria do enquadramento macrofinanceiro e pelas entradas de fundos da UE.

O consumo privado aumentou 3,5 % em 2025, após um aumento de 3,0 % em 2024, refletindo subidas nos salários nominais progressivamente menores e o crescimento mais contido dos preços. Em 2026 prevê-se que o consumo privado aumente 2,0 % devido à necessidade de criação de uma almofada financeira das famílias, apesar do aumento do serviço da dívida. Em 2027–2028 a taxa de crescimento média situar-se-á nos 1,7 %, consequência da redução dos impostos sobre as famílias e do aumento das prestações sociais.

Relativamente ao mercado de trabalho, as projeções do Banco de Portugal em março de 2026, refletem um aumento do emprego de 2,3 % em 2025, com uma desaceleração para 1,3 % em 2026 e média de 0,4 % em 2027–2028. Projeta-se uma estabilização da taxa de desemprego, para um valor médio de 5,8 % entre 2026 e 2028. Estima-se que haja uma normalização da frequência de ajustamentos dos preços, pelo que a inflação, medida pela taxa de variação do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), deverá reduzir no período 2027–28, sendo que em 2026 se estima ainda em 2,8 %. Com a previsão da redução de custos e das restrições da política monetária, a taxa de inflação situar-se-á em 2,3 % em 2027 e em 2,0 % em 2028, revelando uma recuperação da atividade económica.

No ano 2025, o preço do petróleo diminuiu consideravelmente face a 2024 para os 61,3 euros. Devido ao conflito no Médio Oriente, que está a provocar constrangimentos no Estreito de Ormuz, prevê-se que, em 2026, o preço aumente 15,5% e se situe em 70,8 euros, em 2027 seja de 61,8 euros e em 2028 se mantenha nos 60,0 euros.

2.2.2. Contexto regional

A economia da região Norte do país é marcada pela produção de bens transacionáveis e por uma forte orientação para a exportação, tendo sofrido nos últimos anos o efeito da intensificação da globalização nos mercados (nomeadamente com a adesão da China à Organização Mundial do Comércio), com alguma perda de competitividade que ameaçou a preponderância das exportações desta região para o mercado europeu.

De acordo com o Programa Operacional ao Abrigo do Objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego, a indústria contribui com mais de 30 % para o Valor Acrescentado Bruto na região, apesar de nos últimos anos se ter intensificado o processo de terciarização, destacando-se o dinamismo do setor do turismo que, segundo dados do último Relatório Trimestral Norte Conjuntura de 2025 disponível – 3.º trimestre, apresentou taxas de variação homólogas para dormidas de 3 %, aliadas a um aumento da capacidade de alojamento e taxa efetiva de ocupação de camas.

A Região Norte (RN), tal como o país como um todo, teve uma favorável recuperação no período pré-pandemia, refletindo-se na contínua diminuição do desemprego, sendo esta tendência invertida a partir de 2021. No 3.º trimestre de 2025 a taxa de desemprego na RN foi de 6,1 %, menos 0,1 p.p. que no período homólogo.

Em balanço, e de acordo com o INE, em 2024, o crescimento real do PIB da Região Norte foi de 2,3%, que compara com um crescimento de 2,1 % em Portugal. Este crescimento dá continuidade ao observado em 2023, pois o PIB da Região Norte cresceu acima da média nacional, demonstrando uma consolidação na recuperação sustentada da economia da Região. Durante esse período, a economia do Norte convergiu com a média nacional, e com a UE27, que assistiu a um crescimento económico médio anual de 0,9 %. A taxa de desemprego nesta região tem sido também constantemente superior à verificada no país, tendo atingido um pico de 17,1 % em 2013, com uma notória recuperação para 6,5 % em 2024.

Entre 2000 e 2024 verificou-se uma redução das assimetrias de desenvolvimento nas NUTS III da RN, devido a um enfraquecimento da posição relativa das sub-regiões mais desenvolvidas, nomeadamente da região com maior peso (Área Metropolitana do Porto).

Segundo o Relatório Trimestral Norte Conjuntura de 2025 – 3.º trimestre, a evolução do comércio internacional na região caracterizou-se por:

- Um peso do comércio intra-UE, em 2024, de 75 % nas exportações e 76 % nas importações;
- Um aumento das exportações de bens por empresas sedeadas na região e uma redução nas exportações nacionais como um todo (0,4 % contra -0,5 %, no 3.º trimestre de 2025), por tendência descendente nas exportações de veículos, respetivas peças e acessórios, instrumentos de precisão, ferro fundido, ferro e aço, indústrias fortemente dependentes de gás.

Quanto ao setor da construção, verificou-se:

- Um aumento, ao longo dos últimos trimestres, das licenças para construções novas, sendo que, no terceiro trimestre de 2025 estas licenças mantiveram-se estáveis em relação ao período homólogo;

- Aumento de 0,4 % nos edifícios licenciados para habitação no 3.º trimestre de 2025, face ao 3.º trimestre de 2024.

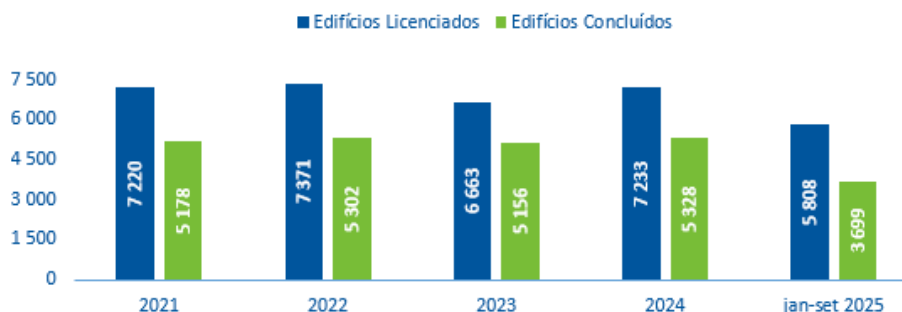


Gráfico 2: Nova construção na Região Norte de Portugal 2021-set 2025 Dados do INE, zona Norte do país

Quanto ao crédito constatou-se:

- Aumento de 6,5 % no 3.º trimestre de 2025 face ao 3.º trimestre de 2024, justificado pela evolução crescente do crédito concedido às empresas (aumento de 2,2 %) e às famílias (7,6 %), potenciado pela subida das taxas de juro;
- Diminuição do rácio de crédito às empresas vencido, de 2,1% no 3.º trimestre de 2024 para 1,9% no 3.º trimestre de 2025.

O setor do turismo, como já referido acima, demarcou-se pelo forte dinamismo, com aumento de 3 % em termos homólogos no 3.º trimestre de 2025 nas dormidas, e 2,1 % no número de hóspedes. As dormidas de residentes no estrangeiro representaram 64,9 % do total, no 3.º trimestre de 2025, mais 0,1 p.p. face ao observado no trimestre homólogo de 2024.

De notar que, nos três setores analisados – indústrias, construção (licenças) e turismo – e na atividade exportadora, se verifica uma elevada correlação positiva com o consumo de gás.

A evolução futura da economia da RN do país, ainda que expectavelmente alinhada com a economia nacional, está intrinsecamente associada ao baixo nível de desenvolvimento relativo que esta apresenta, quer face à economia nacional como um todo, quer face aos restantes países da União Europeia.

No que diz respeito à RN e para apoiar o desenvolvimento e o reforço das capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas, bem como ao desenvolvimento de competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo, a Estratégia de Especialização Inteligente da Região do Norte 2021-27 (S3 NORTE 2027) foi aprovada em 30 de dezembro de 2020 pelo Conselho Regional da CCDR-NORTE constando da Estratégia de Desenvolvimento do Norte para Período de Programação 2021-27 das Políticas da União Europeia (NORTE 2030), alinhada com os dois objetivos da Comissão Europeia de apoiar o tecido empresarial e a aplicação do Acordo de Paris, com medidas de redução de emissão de gases com efeito de estufa.



O quadro de financiamento para o período 2021-2027 (NORTE 2030), no valor global de 3,4 mil milhões de euros de fundos Europeus, que visa potenciar e desenvolver a região, com a ambição de um Norte mais equilibrado, próspero e resiliente em 2030, traduz as orientações estabelecidas no PNEC 2030, nomeadamente no que respeita aos eixos da mobilidade sustentável, da descarbonização da indústria, das energias renováveis e eficiência energética, das cidades inteligentes e sustentáveis, do sequestro de carbono, da agricultura sustentável, da bioeconomia, entre outros relevantes.

Outro meio de financiamento disponibilizado pela Comissão Europeia atualmente e para os próximos anos é o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, sendo o seu objetivo imediato a reanimação económica e a criação de emprego. No total, Portugal receberá mais de 22 mil milhões de euros neste âmbito. O mote do PRR é “Recuperar Portugal” e enquadra investimentos em três dimensões estruturantes: (i) resiliência, (ii) transição climática e (iii) transição digital. A região Norte, neste meio de financiamento, tem aprovados e contratados, em final de 2025, cerca de 114 mil projetos, no valor de cerca de 7 mil milhões de euros, tendo sido recebidos cerca de 50% deste valor. A Portgás alinha, portanto, a sua atividade com os objetivos descritos, não só ao permitir o fornecimento de uma energia mais limpa face às alternativas, que permitiu em 2025 uma poupança de emissões de CO2 superior a 305 mil toneladas na área de concessão, nos 29 concelhos da área de concessão (Anexo 2), como também ao investigar soluções para o cumprimento dos objetivos de descarbonização europeus e nacionais, através da realização de diversos estudos e da participação em projetos capazes de responder aos desafios futuros do setor energético.

2.3. Caracterização da atividade de distribuição de gás

Atualmente existem onze operadores de rede de distribuição de gás em atividade no SNG. Seis operadores de rede de distribuição regionais – Beiragás, Lisboagás, Lusitaniagás, Portgás, Setgás e Tagusgás, que exercem a sua atividade ao abrigo de contratos de concessão e estão ligados à rede de transporte. Os restantes cinco são operadores de rede de distribuição locais – Dianagás, Duriensegás, Medigás, Paxgás e Sonorgás, que exercem a sua atividade ao abrigo de licenças de distribuição, estando as suas redes isoladas da rede de transporte e abastecidas por Unidades Autónomas de GNL (UAG).

A atividade da Portgás desenvolve-se nos três distritos localizados no litoral norte de Portugal (Porto, Braga e Viana do Castelo) e centra-se no desenvolvimento harmonioso da infraestrutura ligada à rede nacional de transporte, garantindo sustentabilidade do crescimento dos ativos, resiliência da rede, gestão adequada de risco e qualidade de serviço. Tem como objetivo incrementar os índices de densificação da rede existente e o desenvolvimento de projetos de alargamento da zona de influência da rede, tendo por base um planeamento rigoroso, baseado, entre outros fatores, numa criteriosa seleção dos projetos de investimento, assegurando a captação de novos pontos de abastecimento e um aumento global de consumo no SNG, garantindo critérios de fiabilidade, continuidade de serviço e segurança, cumprindo os requisitos regulamentares estabelecidos pela ERSE.

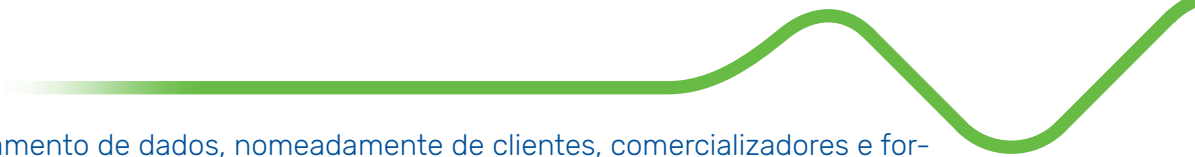
Estão também subjacentes as atividades de receção, a veiculação e a entrega de gás a clientes finais através das redes de média e de baixa pressão, bem como a construção, manutenção e operação das infraestruturas que integram o sistema de distribuição na área de concessão, as respetivas interligações com a rede de transporte e todas as interfaces com os utilizadores finais.



A atividade de planeamento e conceção, atividade nuclear, é efetuada tendo em conta a distribuição geográfica da população, as solicitações dos agentes de mercado, dos utilizadores finais e as necessidades técnicas, garantindo que as redes construídas cumprem com todos os requisitos de qualidade de serviço, garantem as condições de segurança adequadas e dispõem de capacidade suficiente para as necessidades de oferta e procura, de acordo com o desenvolvimento potencial identificado numa perspetiva temporal alargada.

De uma forma mais exaustiva está subjacente ao exercício da atividade de distribuição:

- Contribuir para o desenvolvimento do SNG pela captação de novos pontos de abastecimento e acréscimo de veiculação de energia, otimizando os projetos de investimento de forma a garantir sustentabilidade do sistema, pelo incremento da base de ativos pela densificação da infraestrutura existente, pelo alargamento para novas zonas da concessão e capitalizando o mercado de nova construção;
- Assegurar o planeamento e conceção da respetiva rede de distribuição, para permitir o acesso de terceiros, de forma não discriminatória e transparente, aos pontos de abastecimento da infraestrutura;
- Garantir a exploração e a manutenção das respetivas infraestruturas de distribuição em condições de segurança, fiabilidade e qualidade de serviço;
- Gerir os fluxos de gás na respetiva rede de distribuição, assegurando a sua interoperabilidade com as demais infraestruturas a que esteja ligada, no respeito pela regulamentação aplicável;
- Assegurar a oferta de capacidade a longo prazo da respetiva rede de distribuição, contribuindo para a segurança do abastecimento;
- Garantir critérios de não discriminação no acesso à infraestrutura, permitindo às indústrias e famílias terem acesso a uma energia mais económica, mais cómoda e mais segura, reduzindo assim as assimetrias regionais;
- Facultar aos utilizadores da respetiva rede de distribuição as informações de que necessitem para o acesso à rede;
- Fornecer ao operador de qualquer outra rede à qual esteja ligada e aos agentes de mercado as informações necessárias para permitir um desenvolvimento coordenado das diversas redes e um funcionamento seguro e eficiente do SNG;
- Colaborar com as entidades reguladoras, fornecendo as informações necessárias ao exercício das suas competências específicas e ao conhecimento do mercado;
- Assegurar a gestão dos equipamentos de medida, a recolha de informação local ou de forma remota e o fornecimento de informação sobre o consumo aos agentes de mercado;
- Realizar os balanços físicos à rede, de forma a identificar potenciais anomalias e agir em conformidade, assim como garantir a devida interação e respetiva informação aos diferentes agentes de mercado;

- 
- Assegurar o tratamento de dados, nomeadamente de clientes, comercializadores e fornecedores no respeito pelas disposições legais de proteção de dados pessoais e preservar a confidencialidade das informações comercialmente sensíveis obtidas no exercício da sua atividade;
 - Assegurar as condições técnicas para a incorporação de gases de origem renovável, como instrumento fundamental para atingir a neutralidade carbónica em 2050, nos termos das quotas estabelecidas nos diferentes instrumentos de política pública.

A Portgás desempenha a atividade concessionada de acordo com as exigências de um regular, contínuo e eficiente funcionamento do serviço público e adota, para o efeito, os procedimentos, meios e tecnologias de referência utilizados no setor do gás, com vista a garantir a segurança de pessoas e bens.

Consideram-se afetos à concessão, entre outros, os bens que constituem a rede nacional de distribuição de gás na parte correspondente à área de concessão, nomeadamente:

- O conjunto de condutas de distribuição de gás, designadamente a rede primária e a rede secundária, instaladas a jusante das estações de redução de pressão de 1.ª classe com as respetivas tubagens, válvulas de seccionamento e estações de filtragem e medida;
- As instalações afetas à redução de pressão para as redes de baixa pressão, incluindo todo o equipamento de controlo, regulação e medida indispensável à operação e funcionamento do sistema de distribuição de gás;
- As instalações e equipamentos de telecomunicações, telemedida e telecomando afetos à gestão das instalações de distribuição e entrega de gás aos clientes finais;
- As estações destinadas à injeção de biometano, assim como as estações para receção, mistura e injeção de hidrogénio, utilizadas para processar a mistura ou realizar a injeção, englobando também as funções de receção, monitorização e controlo da composição e qualidade do gás;
- Os postos instalados ao longo da rede, para controlo e monitorização da composição e qualidade do gás.

Com vista a cumprir a missão que lhe foi confiada pelo Estado português, formalizada com a atribuição da concessão, onde cada uma das partes assumiu um conjunto de compromissos, a Portgás tem vindo a desenvolver os seus processos e sistemas visando proporcionar aos utilizadores da rede nacional de distribuição de gás, de forma não discriminatória e transparente, o acesso às respetivas infraestruturas, nos termos previstos na legislação e na regulamentação aplicáveis.



A rede de distribuição, com uma extensão total de mais de 6.762 km em 2025, incluindo ramais, exige uma gestão permanente de monitorização, diagnóstico e manutenção. Uma das prioridades da empresa é o aumento da qualidade global do sistema de distribuição de gás, mantendo um nível elevado de segurança e de fiabilidade no funcionamento da rede de distribuição. Esta gestão traduz grandes exigências sobre a otimização dos programas de desenvolvimento da infraestrutura, com a atualização periódica dos modelos de simulação das condições da rede, monitorização contínua de atividades, a introdução de novos materiais e tecnologias por via da inovação, melhoria dos métodos de avaliação da condição dos ativos e incremento das metodologias de gestão de crise e continuidade do negócio. Para corresponder a este desafio, com o advento da injeção de gases renováveis nas redes de distribuição, nos termos estabelecidos na lei, existe um conjunto de novos desafios, para os quais a Portgás se está a preparar.

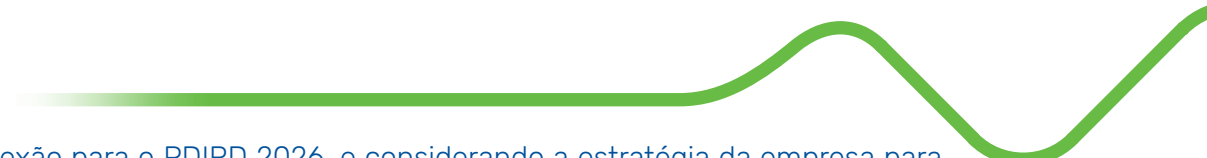
A empresa está atualmente certificada em seis referenciais de Sistemas de Gestão: Ambiente (ISO 14001), Segurança Ocupacional (ISO 45001), Qualidade (ISO 9001), Investigação, Desenvolvimento e Inovação (ISO 56001), Continuidade de Negócio (NP EN ISO 22301) – reforçando o compromisso da empresa com a continuidade de serviço e resiliência a eventos externos, nomeadamente em termos de ataques cibernéticos – e Gestão de Ativos (ISO 55001), reforçando uma gestão eficiente da rede e o foco na excelência operacional. A certificação nestes referenciais é expressão da permanente procura da melhoria contínua dos processos de negócio através da implementação das melhores práticas do ciclo PDCA – *Plan, Do, Check and Act* – capitalizando a eficiência na gestão dos seus ativos, bem como pelas melhores práticas na gestão de inovação.

O crescimento da infraestrutura assenta fundamentalmente em três pilares:

- a garantia da distribuição dos volumes requeridos de gás, no tempo e sob condições de pressão adequadas na rede;
- a otimização dos investimentos de captação de novos pontos de abastecimento, garantindo sustentabilidade dos projetos;
- o desenvolvimento do projeto de descarbonização dos ativos, de forma a garantir sustentabilidade do sistema de distribuição de gás.

Uma das principais atividades da empresa é a captação e ligação de novos pontos de abastecimento à rede de distribuição. A Portgás tem uma política de investimento em projetos de ligação de novos pontos de abastecimento sobre a rede existente e de desenvolvimento para novas zonas não abastecidas, garantindo um tratamento transparente e não discriminatório dos clientes, e contribuindo assim, para a redução das assimetrias regionais existentes na sua área de concessão, possibilitando a todas as indústrias e famílias o acesso a uma energia mais económica, mais cómoda, mais segura e mais ecológica, pois substitui outras fontes de energia mais poluentes. O principal objetivo desta política é motivar novos clientes para a oferta de gás e garantir o retorno do investimento no SNG.

A Portgás disponibiliza acesso público ao seu Sistema de Informação Geográfico, através do seu site www.portgas.pt, com o objetivo de permitir acesso ao cadastro da rede de distribuição de gás, potenciando a análise de proximidade ao local da instalação a abastecer através de uma interface gráfica onde o utilizador pode realizar uma pesquisa simplificada por rua.



No âmbito da reflexão para o PDIRD 2026, e considerando a estratégia da empresa para a Inovação enquanto condição determinante para a sustentabilidade da sua atividade, realça-se o reforço da estratégia de investimento na descarbonização das infraestruturas de gás, alavancando a Política de Inovação da Portgás (suportada em três pilares: *Sustainable Gas*, *Smart Gas Company* e *Customer Engagement*) na materialização de projetos de transformação da infraestrutura, com impacto na comunidade e no SNG, com vista a responder aos compromissos estabelecidos pelo Estado português no domínio da energia, em particular no que respeita à atividade de distribuição de gás.

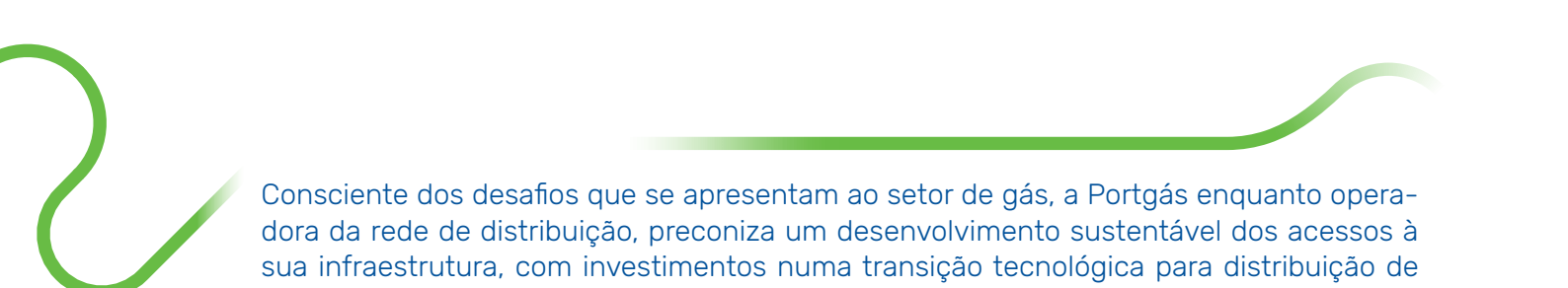
2.4. Evolução do sistema de distribuição de gás

A projeção de investimento no âmbito do PDIRD 2026 decorre num contexto de efetivação das alterações estruturais do setor, deixando a fase de preparação para entrar na execução concreta da transição, com o início da ligação de produtores de gases de origem renovável à rede de distribuição, assegurando acesso não discriminatório, qualidade do gás, segurança e processos de gestão de energia em conformidade com o enquadramento regulatório europeu e nacional aplicável ao gás de origem renovável.

Neste quadro, a Portgás assume a rede de distribuição como plataforma ativa de descarbonização custo-eficaz, articulando a integração de gases de origem renovável com a expansão seletiva do serviço (com foco na indústria, compromisso de volumes por município e equilíbrio PA/metro de rede) e com a digitalização (sensorização, SCADA, *digital twins* e inteligência artificial, em diversos segmentos, nomeadamente para estratégia de previsão de consumo, captação e retenção de clientes), garantindo simultaneamente competitividade deste setor, qualidade de serviço e moderação tarifária, e contribuindo para uma transição energética justa, democrática e coesa, que não agrave a pobreza energética e preserve a competitividade regional.

O Estado português estabeleceu objetivos muito concretos no domínio do combate às alterações climáticas para alcançar as metas de redução de emissões líquidas de CO₂, incluindo objetivos de incorporação de gases de origem renovável, assegurando que em 2050 as infraestruturas de distribuição de gás são neutras em emissões e contribuem de forma muito relevante para a resiliência do sistema energético e para a incorporação de recursos endógenos na cadeia de valor da energia.

O desafio obriga os diferentes agentes do SNG a analisar o sistema energético de uma forma ampla e integrada, sendo a solução de integração do sistema elétrico com o de gás uma via segura no processo de transformação a montante das comunidades, com impacto nestas, não provocando disrupções no uso de energia. Dada a ambição estabelecida pelos diferentes instrumentos de política pública, existe a necessidade de reforço e aceleração nos investimentos, com vista a dar resposta, em tempo, aos desafios de incorporar quantidades significativas de gás de origem renovável no SNG e em particular nas redes de distribuição de gás. A transformação do setor do gás exige uma digitalização profunda das suas infraestruturas – historicamente assentes em soluções mecânicas – para ampliar a monitorização em tempo real, o controlo operacional e a gestão de dados sobre os ativos de distribuição, assegurando a interoperabilidade e a integração eficaz de todos os agentes do mercado. A dimensão ecológica e a dimensão digital desta transição são indissociáveis: é necessário acelerar a adoção de soluções mais sustentáveis, eficientes no uso de recursos, orientadas para a circularidade e com impacto climático neutro, enquanto se democratiza o acesso às tecnologias e competências digitais, garantindo que cidadãos e empresas, em todo o território, dispõem de iguais oportunidades para beneficiar de uma economia cada vez mais digital.



Consciente dos desafios que se apresentam ao setor de gás, a Portgás enquanto operadora da rede de distribuição, preconiza um desenvolvimento sustentável dos acessos à sua infraestrutura, com investimentos numa transição tecnológica para distribuição de gases de origem renovável, que capacite o SNG enquanto vetor energético fundamental numa economia de paulatina neutralidade carbónica, sustentados no presente Plano de Desenvolvimento e Investimento das Redes de Distribuição de Gás.

2.4.1. Política energética no plano europeu e nacional

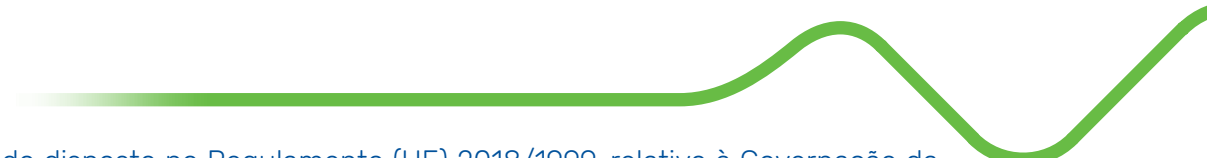
O contexto geopolítico e de mercado acelerou uma resposta concertada a nível europeu e nacional para mitigar riscos de segurança de abastecimento e reduzir a exposição a choques de preço, com impacto direto no setor do gás. No curto prazo, a prioridade recaiu em redução de consumos, diversificação de origens e valorização de recursos endógenos; no médio e longo prazo, ganhou tração a descarbonização baseada em fontes renováveis de energia sob a forma de moléculas (biometano, hidrogénio e gases sintéticos), preservando a qualidade de serviço e a proteção do consumidor.

Em Portugal, além de instrumentos táticos para acelerar a descarbonização da fileira do gás, incluindo apoios a projetos de produção e injeção de gases de origem renovável, e aprovação de iniciativas específicas de prova de conceito funcional destes gases nas redes de transporte e distribuição, o Estado consolidou o compromisso com duas peças de política pública estruturantes: a Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética e o Plano de Ação para o Biometano (PAB). Enquanto a primeira reconhece o papel das infraestruturas de gás na mitigação da pobreza energética e necessidade de interligação entre sistemas energéticos, permitindo aproveitar períodos de excesso de produção elétrica com origem renovável, cada vez mais frequentes e imprevisíveis, para produzir gases renováveis a injetar nas infraestruturas do SNG, acelerando a descarbonização de uma forma mais rápida e eficiente. O segundo define o caminho para descarbonizar as redes através da integração de biometano sustentável, promovendo economia circular, emprego local e coesão territorial, a par de capacitar uma solução integradora entre o setor dos resíduos e o setor da energia. Em ambos os casos, a orientação é clara: descarbonizar com custos controlados, mantendo opções energéticas competitivas para as famílias e para a indústria.

No atual contexto, a sustentabilidade do setor do gás e dos agentes que nele operam passa pela implementação das políticas públicas que asseguram a descarbonização da economia e a independência energética, garantindo a segurança de abastecimento em simultâneo com a proteção do ambiente, bem como a garantia de fornecimento generalizado de energia à sociedade, combatendo a pobreza energética que afeta o nosso país de forma muito relevante.

No contexto nacional, numa visão um pouco mais abrangente, destacam-se cinco documentos profundamente interligados: o Plano Nacional Integrado de Energia e Clima (PNEC 2030), a Estratégia Nacional para o Hidrogénio (EN-H2), o Roteiro Para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), o Plano de Ação para o Biometano 2024-2040 e a Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética 2023-2050.

O Governo português comprometeu-se, através do Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, a materializar um conjunto integrado de políticas de energia e clima para o período 2021-2030, com vista à prossecução dos objetivos nacionais de descarbonização e à neutralidade carbónica.



No cumprimento do disposto no Regulamento (UE) 2018/1999, relativo à Governação da União da Energia e da Ação Climática, o PNEC 2030 foi objeto de revisão em 2023, tendo a sua atualização sido aprovada em 2024, na sequência de um processo de consulta pública e de articulação com a Comissão Europeia. Esta revisão reforça o enfoque na transição energética, na mobilidade sustentável e na segurança de abastecimento, estabelecendo metas e medidas orientadas para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, o aumento da incorporação de energias renováveis, a melhoria da eficiência energética e a redução da intensidade carbónica do sistema energético nacional.

Neste contexto, o PNEC 2030 atualizado atribui particular relevância ao desenvolvimento de uma estratégia complementar para a produção e integração de gases de origem renovável, com destaque para o hidrogénio e o biometano, reconhecendo o papel das infraestruturas de gás existentes enquanto plataforma de suporte à transição energética.

No entanto, apesar da forte ambição nacional em aumentar a eletrificação da economia, as projeções atuais mostram que o país permanece, hoje, muito distante dos cerca de 90 TWh de consumo elétrico necessários para cumprir integralmente a trajetória de descarbonização prevista no PNEC 2030. Neste contexto, as redes de gás – que evoluem rapidamente para integrar gases totalmente renováveis – assumem um papel crítico para garantir segurança energética, flexibilidade do sistema e redução de emissões. A possibilidade de injetar biometano e hidrogénio nas infraestruturas existentes, já prevista na revisão do PNEC, permite acelerar a substituição dos combustíveis fósseis em setores onde a eletrificação é menos eficiente ou tecnicamente limitada. No caso da Portgás, a incorporação prevista de 20 % de biometano até final da década demonstra a capacidade concreta destas redes para reduzir emissões, promover economia circular e criar valor local, enquanto aliviam a pressão sobre o sistema elétrico e contribuem para o cumprimento das metas climáticas nacionais. Assim, longe de serem redundantes, as redes de gás renovável constituem um vetor indispensável para uma transição energética segura, economicamente racional e ambientalmente robusta.

A EN-H2, aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 63/2020, de 14 de agosto, consiste num documento que funciona como estratégia complementar para o desenvolvimento de uma economia descarbonizada. Os seus objetivos e medidas concentram-se na descarbonização da rede de gás com hidrogénio e metano sintéticos, na promoção da redução dos custos ao longo das cadeias de valor e na intensificação e eficácia do processo de I&I em Portugal. A EN-H2 reconhece o hidrogénio verde como vetor central na transição energética e no crescimento socioeconómico, industrial, científico e tecnológico a nível europeu. No documento em questão é instituído um grupo de metas para a produção e introdução gradual do hidrogénio em vários setores económicos, com especial foco naqueles em que a resposta aos desafios não é sustentada exclusivamente na eletrificação.

O RNC 2050 apresenta-se como a estratégia de longo prazo para a neutralidade carbónica da economia portuguesa em 2050, constituindo o primeiro instrumento de modelação das emissões nacionais numa visão mais longínqua, mas com ação imediata, efetuado a nível nacional em torno de três eixos interligados: a valorização do território e do habitat, a economia circular e a descarbonização da sociedade e a transição energética. A manutenção, modernização e valorização das redes de gás constituem um pilar essencial para garantir o acesso contínuo, seguro e economicamente eficiente à energia pelos setores residencial e não residencial durante todo o processo de transição energética nacional. O cenário CN50 – Atualização 2024, publicado pela Direção-Geral de Energia e



Geologia (DGEG), representa a visão oficial do Estado português para a evolução do sistema energético até 2050 e confirma o papel estruturante das redes de gás na garantia de segurança de abastecimento e na viabilização da descarbonização em todos os setores consumidores.

Segundo o próprio cenário CN50, o consumo de gases distribuídos em rede permanece significativo ao longo das próximas décadas. Em 2022, o setor residencial consumia 3,1 TWh de gás a partir da rede, enquanto o setor não residencial – que inclui serviços, indústria e transportes – totalizava aproximadamente 15,7 TWh, com a indústria a assumir a maior fatia (12,9 TWh) devido às suas necessidades térmicas e processuais. Até 2050, apesar da forte eletrificação e da eliminação completa do gás fóssil, o consumo nacional de gases de rede mantém relevância, convergindo para cerca de 11,1 TWh anuais, dos quais 1,2 TWh no setor residencial e cerca de 9,7 TWh no conjunto dos setores não residenciais. Esta evidência demonstra que os setores residencial, de serviços e industrial continuarão a necessitar de moléculas para usos específicos nos quais a eletrificação total não é tecnicamente ou economicamente viável.

A relevância continuada das redes de gás é reforçada pela mudança profunda na composição do gás distribuído. O CN50 projeta a eliminação total do gás fóssil até 2050, substituído integralmente por gases renováveis – principalmente metano renovável (biometano e metano sintético / RFNBO – Renewable Fuels of Non-Biological Origin) – a complementados por uma fração de hidrogénio verde. A participação renovável, que em 2022 era apenas 2 %, atinge 100 % em 2050, com o metano de origem renovável a representar 95 % da mistura energética e o hidrogénio verde cerca de 5% (base energética). Esta trajetória está totalmente alinhada com o Plano de Ação do Biometano (PAB), que identifica o potencial nacional para valorização de resíduos agrícolas, agroindustriais, urbanos e pecuários, assegurando a sua injeção na rede através de infraestruturas existentes e de novas capacidades de integração.

O cenário CN50 mostra ainda uma aceleração muito expressiva na incorporação de gases renováveis a partir de 2030. O volume de metano renovável injetado na rede, que em 2022 equivalia a 1,7 PJ (aproximadamente 0,47 TWh), cresce de forma sustentada até atingir 37,7 PJ (aprox. 10,48 TWh) em 2050, um aumento superior a vinte vezes, refletindo o papel crítico da rede para distribuir e escoar estes gases em todo o território nacional.

Deste modo, as redes de gás assumem-se como uma infraestrutura essencial para integrar biometano e metano sintético, garantindo a sua mistura, transporte, armazenamento e distribuição para famílias, serviços e indústria. Além disso, esta infraestrutura reforça a resiliência energética nacional, reduz a dependência de importações de energia e permite às empresas manter competitividade durante a transição para tecnologias de menor carbono. A compatibilidade das redes com estes vetores renováveis é determinante para garantir que o processo de descarbonização decorre com segurança, flexibilidade e custos controlados.

Em síntese, a visão oficial do Estado português demonstra que as redes de gás não só permanecem indispensáveis até 2050, como se tornam ainda mais estratégicas, uma vez que garantem:

- acesso ininterrupto à energia para famílias, serviços e indústria;
- descarbonização progressiva e efetiva associada à incorporação massiva de gases renováveis;
- plena articulação com o Plano de Ação do Biometano;

- suporte às necessidades térmicas industriais e de edifícios com limitações à eletrificação;
- reforço da segurança energética nacional no longo prazo.

O PAB 2024-2040 apresenta-se como uma estratégia do Governo português para promover a utilização do biometano e contribuir para a descarbonização do sistema nacional de gás e, subsequentemente, o sistema energético nacional. O plano foca-se em diferentes setores de resíduos, urbanos e agropecuários, com vista à rentabilização desta molécula como forma de redução das importações de gás convencional, atraindo novas indústrias verdes, gerando emprego, promovendo a coesão territorial e potenciando um crescimento económico sustentado. O biometano pode desempenhar um papel crucial na descarbonização da economia e na atração de novas indústrias verdes. O PAB está alinhado com o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050.

No âmbito da Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética 2023-2050, o Estado português reconhece que, apesar dos progressos registados recentemente, a pobreza energética continua a assumir uma dimensão estrutural relevante. Os dados Eurostat mais recentes evidenciam que Portugal apresenta valores acima da média europeia no indicador de incapacidade de manter a habitação adequadamente aquecida, tornando urgente a mobilização de todos os vetores energéticos disponíveis para acelerar a redução da vulnerabilidade dos agregados mais expostos, em linha com as metas nacionais de 10 % em 2030, 5 % em 2040 e erradicação até 2050.

No contexto da estratégia de desenvolvimento e expansão da rede de distribuição de gás, e em alinhamento com o quadro regulatório e de política pública vigente – nomeadamente o Plano de Ação para a Economia Circular 2025-2030 (PAEC 2030), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 58/2026, de 24 de março, o PNEC 2030 e a própria Diretiva (UE) 2018/2001 relativa à promoção do uso de energia de fontes renováveis (RED III) atualmente em transposição –, a Portugal identifica um potencial significativo para a produção e injeção de biometano na rede de distribuição, a partir da valorização de resíduos orgânicos de origem diversa, designadamente resíduos agroalimentares e agroindustriais, lamas de estações de tratamento de águas residuais (ETAR), biorresíduos urbanos e resíduos da atividade agropecuária. A densidade agroindustrial e pecuária desta região do Norte, conjugada com a presença de infraestrutura de rede de distribuição de gás e com os objetivos nacionais de incorporação de gases renováveis, cria condições técnicas e económicas favoráveis ao desenvolvimento de unidades de produção de biometano por digestão anaeróbia, cuja integração na rede constitui um vetor estratégico de descarbonização do setor do gás, em linha com as metas de neutralidade climática estabelecidas para 2050 e com o princípio da reintrodução de resíduos nas cadeias de valor sob a forma de energia, consagrado no PAEC 2030, inclusivamente com dotações financeiras específicas para a valorização energética dos resíduos.

Neste contexto, o Sistema Nacional de Gás representa um ativo estratégico insubstituível no combate à pobreza energética. O gás, apresenta, para os escalões domésticos mais representativos, um custo de combustível na ordem dos 0,06 a 0,07 €/kWh – significativamente inferior ao da eletricidade – tornando-o a solução de aquecimento e preparação de águas quentes sanitárias com menor encargo direto para as famílias, em particular nas situações em que o parque habitacional existente não permite, no imediato, a substituição de equipamentos. Esta realidade é especialmente relevante para os agregados em situação de vulnerabilidade, que frequentemente habitam frações mais antigas, com menor eficiência construtiva e sem capacidade de investimento em reconversão tecnológica. Para estas famílias, o gás não é uma escolha ideológica – é a solução economicamente acessível disponível à data.



A este argumento social acresce uma dimensão de futuro que reforça a relevância estratégica do sistema: a infraestrutura de gás existente é tecnicamente compatível com a integração progressiva de biometano e hidrogénio, permitindo que o mesmo ativo que hoje alivia os encargos energéticos dos mais vulneráveis se transforme, sem rutura, num vetor importante de descarbonização. Esta dupla função – alívio imediato da pobreza energética e plataforma de transição para gases renováveis – confere ao Sistema Nacional de Gás um papel que nenhum outro vetor energético consegue hoje assegurar com equivalente maturidade, capilaridade e custo de acesso. A sua preservação e desenvolvimento não são, por isso, uma opção conservadora: são uma condição de equidade na transição energética.

2.4.2. Descarbonização

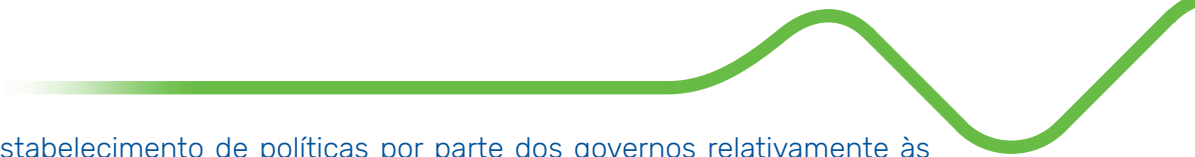
A Portgás assume continuamente a sua obrigação na descarbonização com compromissos já evidenciados nos anteriores planos de desenvolvimento, pelo que neste documento pretende-se não só enquadrar o reforço estratégico da organização enquanto mecanismo de resposta à política energética, mas também a simbiose gerada nos planos de investimento para capacitar a infraestrutura de gás para as novas fontes renováveis de energia.

Os distribuidores de gás têm um papel decisivo na transição do SNG, visto que detêm uma base de ativos de maior relevo e impacto económico nos sistemas de energia e um custo de serviço mais eficiente do que o operador da rede de transporte. De forma expectável, face à natureza geográfica do negócio, os desenvolvimentos na rede de distribuição assumirão um impacto superior aos do transporte e, embora os volumes de gás veiculado em alta pressão diminuam globalmente, considera-se que os distribuidores serão menos influenciados pela redução do gás veiculado, sendo esperada uma ocorrência mais frequente de fluxos inversos da distribuição face à necessidade de despacho técnico de fontes renováveis de energia, podendo inclusivamente conduzir à injeção na rede de transporte.

As instituições europeias e nacionais estão a desenvolver instrumentos de política pública comprometendo-se com metas vinculativas a nível europeu para gás renovável e descarbonizado, para atração de capital e criação de valor numa economia endógena. A UE abriga pioneiros em tecnologias de baixo carbono no setor do gás: nos eletrolisadores que produzem hidrogénio, nos digestores anaeróbicos que produzem biogás e nas empresas europeias que fabricam equipamentos de pirólise e componentes de captura de carbono. Manter a liderança da UE nestas tecnologias gera inovação nos negócios, incrementando naturalmente o nível de apoio público aos desígnios climáticos, gerando elevado nível de emprego para os europeus. A UE e Portugal têm uma vantagem natural para essa dimensão da transição energética para os novos gases e não devem desperdiçar esta oportunidade única de desenvolver a sua economia.

Face ao exposto, revela-se de extrema importância a definição e harmonização de políticas estáveis de longo prazo para assegurar os investimentos na transição energética, pelo que as principais recomendações de alto nível de vários estudos europeus focados na infraestrutura de distribuição, por exemplo *Ready4H2* ou da *European Clean Hydrogen Alliance (Roundtable Transmission and Distribution)*, sintetizam-se de seguida:

- Avaliar cenários distintos de planeamento integrado dos sistemas energéticos, bem como a gestão de capacidade de redes dedicadas ou híbridas para o desenvolvimento do mercado específico do hidrogénio;

- 
- É imperativo o estabelecimento de políticas por parte dos governos relativamente às caldeiras que operam a gás e equipamentos para aquecimento de superfícies e de água sanitária;
 - Integrar regimes de tarifa para gases renováveis para que os utilizadores/consumidores façam parte do processo para garantia de aceitação social e perceção de que estão a ser protegidos contra custos excessivos que em algum contexto possam emergir;
 - Desenvolvimento de *clusters* que promovam o desenvolvimento e retenção do conhecimento.

A Portgás, no âmbito da reflexão estratégica realizada para a estruturação e apresentação da proposta deste PDIRD, considera que os ativos de distribuição inerentes à concessão são uma peça fundamental na transição energética para uma economia de baixo carbono. Esta importância revela-se, não só pela substituição de fontes mais poluentes e com capacidade de utilização de gás de origem renovável, como também pela garantia de uma infraestrutura resiliente, segura e custo-eficaz para o consumidor, com níveis de performance assinaláveis aquando da existência de fenómenos climáticos extremos.

A digitalização dos ativos é uma componente tecnológica essencial para a estratégia da Portgás e fundamental para dar resposta aos desafios no âmbito do processo de descarbonização. É necessário adaptar a infraestrutura a um novo conceito de distribuição de gás, capaz de gerir fluxos e acomodar gases renováveis e desenvolver soluções que capacitem análises de estado e comportamento, traçar perfis de consumo e elaborar balanços de rede, continuando sempre a operar a infraestrutura de forma segura.

A Portgás, na perspetiva de responder à evolução do sistema de distribuição de gás, cedo identificou a necessidade de digitalizar a sua infraestrutura. Assim, perante um sistema mais dinâmico e com vista a assegurar controlo e monitorização da rede de distribuição, identificou-se a necessidade de:

- Controlar a qualidade do gás;
- Assegurar o controlo de odorante;
- Garantir a priorização e gestão dos fluxos;
- Criar sistemas de previsão de consumos em função das condições meteorológicas;
- Controlar as pressões nos pontos relevantes de forma remota;
- Determinar a quantidade de energia entregue em cada ponto;
- Atuação remota e em tempo real do estado dos ativos (por ex.: válvulas e/ou postos de rede), tendo em conta um novo paradigma de injeção de gases renováveis;
- Monitorar ativos visitados, até então, apenas em planos de manutenção preventivos;
- Sistemas industriais resilientes que deem suporte ao aumento significativo de dados;
- Inteligência capaz de interpretar, analisar e publicar os dados recolhidos em tempo real (SCADA);
- Integração de sistemas existentes para melhor gerir a infraestrutura;
- Implementação de ações que visam melhorar a redundância de sistemas técnicos e aplicativos.



A digitalização dos ativos, pelo operador da rede de distribuição de gás, revela-se atualmente como uma condição imprescindível do processo de descarbonização e de suporte à transformação tecnológica que se impõe sobre o setor, naturalmente sustentada em sistemas de informação de elevada capacidade e resiliência, capturando o equilíbrio necessário entre eficiência e qualidade de serviço. A instalação de comandos de controlo remoto em Postos de Redução e Medida de uma forma estruturada e de capacidades de *Smart Metering* e *Smart Regulation* permite, não só capacitar a análise de comportamento a perfis de consumo e gestão de fluxos nos diferentes subsistemas, como envolver o cliente no processo de descarbonização.

À medida que a Portgás avança para uma infraestrutura mais sensorizada, surge um novo desafio, especialmente no que diz respeito à segurança dos sistemas e dos seus dados. O aumento significativo do tráfego, o acesso e computação imediata desses mesmos dados, obriga a implementar soluções que visam reduzir a possibilidade de inatividade dos sistemas. Deste modo, surge assim a necessidade de redundância dos sistemas que gerem a infraestrutura e os seus dados, provenientes de vários sistemas implementados ao longo da rede, fundamental e crítica para o bom funcionamento do novo sistema que está a ser desenvolvido.

2.4.3. Potencial de incorporação de gases de origem renovável

A contribuição da rede de distribuição para a descarbonização do sistema energético nacional depende da evolução efetiva da produção, disponibilidade e procura por gases de origem renovável, bem como do respetivo enquadramento regulamentar e tecnológico. Neste contexto, os investimentos propostos visam preparar progressivamente a infraestrutura existente para acomodar esses vetores energéticos, sem prejuízo da evolução faseada e condicionada das soluções técnicas e do respetivo ritmo de implementação. O biometano, o gás sintético e o hidrogénio assegurarão, assim, a continuidade do fornecimento de gás e a progressiva descarbonização do setor. Considerando o objetivo de descarbonização das infraestruturas, a Portgás tem orientado a sua estratégia no sentido de assegurar paulatinamente a capacitação de todos os seus ativos para receber até 100 % de gases de origem renovável.

Os estudos de adequabilidade técnica realizados por entidades independentes confirmam que as infraestruturas de distribuição de Média Pressão e Baixa Pressão apresentam adequabilidade técnica para a veiculação de hidrogénio, quer em regime de mistura com gás, quer numa perspetiva de evolução futura.

No caso da rede de Baixa Pressão, a avaliação conduzida pela KIWA demonstra que a maioria dos materiais e componentes utilizados é adequada à veiculação de misturas até 20 % de hidrogénio, não se identificando limitações estruturais à operação neste regime. Para a rede de Média Pressão, as análises desenvolvidas com base em referenciais internacionais, designadamente a referência ASME B31.12 da *American Society of Mechanical Engineers* (ASME), conduzem a conclusões equivalentes quanto à adequabilidade técnica para misturas até 20 % de H₂. Adicionalmente, os estudos realizados para ambas as redes evidenciam que, do ponto de vista técnico, existe uma base sólida que sustenta a possibilidade de evolução para cenários de maior incorporação, incluindo a operação com 100 % hidrogénio, condicionada ao cumprimento das recomendações técnicas identificadas e à evolução do enquadramento regulamentar aplicável.

É importante referir que a incorporação de biometano não apresenta desafios relevantes, relativamente ao gás convencional, para os diferentes agentes do setor. Todavia, relativa-

mente ao operador de rede de distribuição, a injeção local de hidrogénio implica desafios ao nível da gestão do sistema, que expressa uma nova forma de atuação neste domínio, nomeadamente ao controlo do teor energético da mistura, no termos expressos na nova diretiva que impele os Estados-Membros a “... garantir que, tendo em conta as necessárias exigências de qualidade, o biometano ou outros tipos de gás beneficiem de acesso não discriminatório ao sistema de gás, desde que esse acesso seja permanentemente compatível com a regulamentação técnica e as normas de segurança relevantes...”.

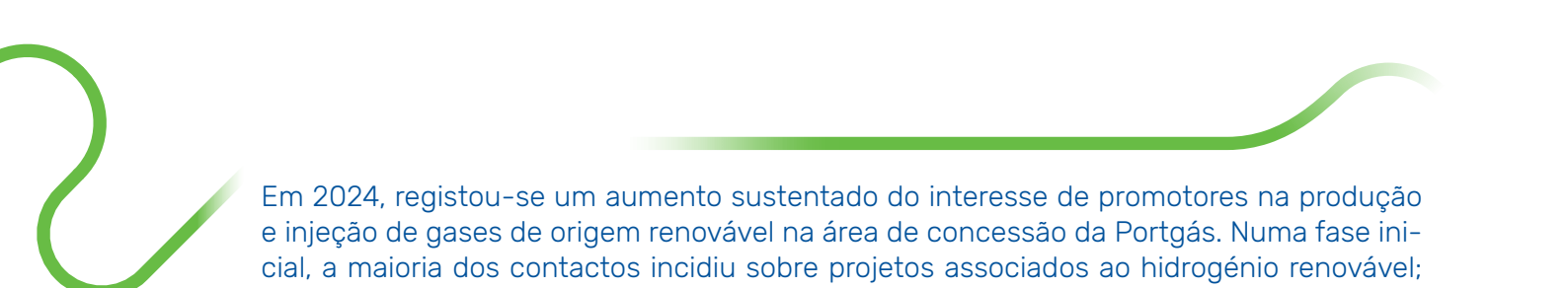
Neste contexto, de gestão de entradas ao nível de injeção de gás renovável nas redes de distribuição e de saídas com gás que pode variar as características no espaço e no tempo, é necessário capacitar as redes de distribuição com a integração de nova sensorização e, em paralelo, garantir um eficiente funcionamento do sistema, o que implica sensorização e informação adicional ao mercado. Entre os aspetos mais relevantes na informação a fornecer ao mercado realça-se a qualidade do gás em cada momento e a capacidade das redes de distribuição para integrar gases renováveis. De forma a assegurar o desenvolvimento integrado do setor como um todo (produção, armazenagem, transporte, distribuição e consumo), é fundamental que seja divulgada informação relacionada com a capacidade de incorporação de gases de origem renovável permitindo que os diferentes investidores possam melhor planear os seus projetos e promover o desenvolvimento das soluções técnicas a adotar.

É, portanto, neste enquadramento, que a Portgás, a título indicativo, e com base nos fluxos de gás dos últimos três anos (2023, 2024 e 2025), apresenta, no quadro seguinte, as capacidades da rede de distribuição para incorporar gases renováveis, quer sob a forma de hidrogénio, quer sob a forma de biometano:

GRMS	Total GRMS GN 2023-2025		Total mistura admissível			
	m ³	kWh	m ³ H ₂	m ³ BioCH ₄	MWh H ₂	MWh BioCH ₄
Vila Nova de Gaia	26 149 949	306 477 398	2 811 642	25 304 782	9 919	298 773
Avintes	41 472 975	486 063 271	4 459 174	40 132 569	15 731	473 844
Valongo	73 655 503	863 242 495	7 919 440	71 274 957	27 938	841 542
Maia	70 724 001	828 885 288	7 604 245	68 438 201	26 826	808 049
Vila Nova de Famalicão	85 383 368	1 000 693 073	9 180 420	82 623 778	32 387	975 537
Santo Tirso	97 520 580	1 142 941 202	10 485 413	94 368 715	36 990	1 114 210
Barcelos	55 907 617	655 237 275	6 011 187	54 100 683	21 206	638 766
Braga	10 644 014	124 747 848	1 144 444	10 300 000	4 037	121 612
Viana do Castelo	12 314 063	144 320 818	1 324 008	11 916 072	4 671	140 693
Paredes de Coura	577 431	6 767 495	62 085	558 769	219	6 597
Ponte de Lima	890 540	10 437 129	95 751	861 758	338	10 175
Vila Nova de Cerveira	2 796 563	32 775 718	300 686	2 706 178	1 061	31 952

Quadro 3: Capacidade de incorporação de gases renováveis na rede de distribuição

É importante ter presente que os dados apresentados constituem apenas uma indicação para que os produtores possam ter uma perspetiva da capacidade total da rede de distribuição. A informação adicional sobre o potencial de ligação de determinados troços de rede em concreto deve ser objeto de análise detalhada recorrendo a informação complementar, ao abrigo de uma requisição de ligação à rede, cujo formulário permite avaliar de forma mais detalhada e precisa sobre o projeto de produção a desenvolver e a perspetiva de ligação à rede existente. Refira-se, ainda, que a capacidade indicada é a capacidade técnica máxima, que pode ser restringida por injeções de hidrogénio a montante ou a jusante, nos termos que se venham a estabelecer nas regras de funcionamento do mercado.



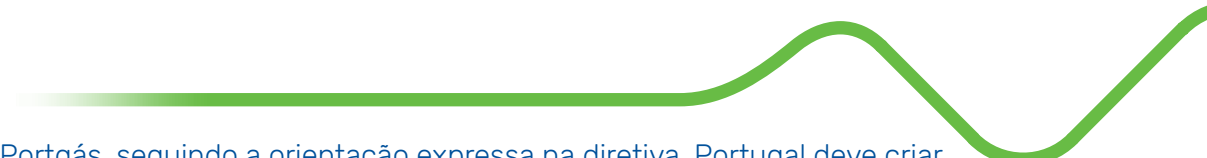
Em 2024, registou-se um aumento sustentado do interesse de promotores na produção e injeção de gases de origem renovável na área de concessão da Portgás. Numa fase inicial, a maioria dos contactos incidiu sobre projetos associados ao hidrogénio renovável; contudo, ao longo do período em análise, observou-se uma evolução gradual do perfil das iniciativas, com um reforço significativo do interesse em projetos de injeção de biometano. Esta evolução reflete a maior maturidade tecnológica destas soluções, bem como o enquadramento favorável dos instrumentos de política pública disponíveis.

Até março de 2026, a Portgás contabiliza 53 pedidos de informação relacionados com a injeção de gases de origem renovável, o que corresponde a um aumento de aproximadamente 53 % face ao período homólogo. Este crescimento encontra-se associado, em particular, ao reforço dos apoios públicos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), designadamente através da Componente C21 – Investimento RP-C21-i06 (“Medida reforçada: Hidrogénio e gases renováveis”), que veio complementar o investimento C14-i01 da Componente 14, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento da capacidade de produção, armazenamento, transporte e distribuição de gases renováveis, assegurando condições de previsibilidade e de integração nas infraestruturas existentes. Neste enquadramento, foi divulgada a lista final de 17 projetos selecionados, correspondentes a uma dotação global de 70 M€, tendo sido posteriormente anunciada, em novembro de 2025, uma majoração adicional de 20 M€ especificamente destinada a projetos de biometano.

A conjugação destes fatores traduziu-se num acréscimo significativo dos pedidos de avaliação do potencial de injeção nas infraestruturas de distribuição da Portgás, abrangendo tanto entidades com candidaturas aprovadas no âmbito do PRR na área da concessão, como novos promotores em fase de estudo de viabilidade. À data, os 53 pedidos identificados distribuem-se por projetos de hidrogénio (19) e de biometano (34), localizados em diferentes pontos da concessão e correspondendo a distintos estádios de maturidade, desde estudos preliminares até fases de engenharia de detalhe e preparação de ligação à rede.

Tendo em conta o *pipeline* atualmente identificado, destacam-se 15 projetos que apresentam um nível de maturidade técnica e procedimental mais avançado, os quais traduzem um potencial de descarbonização da ordem dos 20 % dos consumos da concessão, através da incorporação progressiva de gases de origem renovável, com predominância do biometano. A caracterização detalhada destes projetos, incluindo a sua distribuição por concelho, o respetivo enquadramento técnico e procedimental e o impacto energético estimado, encontra-se sistematizada no Anexo 3, assegurando a rastreabilidade da informação e a adequada separação entre o enquadramento estratégico e o detalhe técnico. No capítulo seguinte são apresentados os prazos previsíveis de concretização, os requisitos de qualidade do gás e os marcos de ligação e entrada em operação.

Considerando o desenvolvimento do mercado e, de acordo com o estabelecido na Diretiva (UE) 2024/1788 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa a regras comuns para os mercados internos do gás renovável, do gás e do hidrogénio, “... o quadro que rege o cálculo e a cobrança dos custos e taxas de ligação aos produtores de biometano desempenha um papel importante para permitir a integração do biometano sustentável nas redes de gás da União. Os Estados-Membros deverão estabelecer um quadro regulamentar que facilite uma ligação eficiente das instalações de produção de biometano às redes de distribuição. Ao fixarem ou aprovarem as tarifas ou as metodologias a utilizar pelos operadores das redes de transporte e distribuição, as entidades reguladoras, sem prejuízo da sua independência no desempenho dessas funções, deverão poder ter em conta os custos incorridos e os investimentos realizados por esses operadores de rede...”.



Na perspetiva da Portgás, seguindo a orientação expressa na diretiva, Portugal deve criar regras claras que favoreçam a ligação de produtores às redes de distribuição, na justa medida em que estas contribuam para o desígnio de descarbonização da infraestrutura. A comparticipação destas infraestruturas por parte dos ORD permitiria reduzir os valores de investimento inicial dos produtores, funcionando como dinamizador deste mercado que se encontra numa fase embrionária, e terá um impacto positivo na determinação do valor final de venda desta solução energética, sendo mais uma ferramenta de combate à pobreza energética.

No contexto do PDIRD 2026, a promoção de projetos de biometano assume particular relevância estratégica à luz do peso das importações energéticas na balança externa nacional e da persistente dependência de fontes fósseis importadas. Embora, à escala macroeconómica, volumes unitários como 1 TWh de gás representem uma fração reduzida das importações totais, o seu impacto é já material no contexto específico das importações de energia, nomeadamente no gás, onde contribuem de forma direta para o défice externo nacional. Neste enquadramento, o desenvolvimento do biometano – enquanto gás renovável produzido localmente e plenamente integrável nas infraestruturas existentes – constitui uma alavanca eficaz para a redução estrutural da dependência energética do país, promovendo simultaneamente a valorização de recursos endógenos, a descarbonização do sistema energético e a resiliência do abastecimento. Estes fatores configuram-se, assim, como vetores claros de aceleração para a concretização de projetos de biometano no âmbito da rede de distribuição, reforçando o seu papel no cumprimento dos objetivos nacionais e europeus em matéria de transição energética.

Numa nota final, o potencial de contribuição das infraestruturas de transporte e distribuição no seio da transição energética deve ser equacionado quer como incremento da segurança de abastecimento, ao reduzir a dependência externa do contexto geopolítico, quer como um fator potenciador de controlo de custos de energia, ao reduzir a exposição nacional aos mercados internacionais pela produção interna deste recurso e consequente armazenamento e distribuição pelos consumidores, promovendo o investimento na cadeia de valor do ecossistema nacional.

2.4.3.1 Potencial de Hidrogénio

A introdução gradual de hidrogénio na rede de gás é um passo essencial na descarbonização do setor energético. Um dos princípios orientadores deste processo é assegurar que o impacto nos clientes finais seja mínimo, garantindo segurança, continuidade de serviço e compatibilidade com os equipamentos instalados.

A introdução de até 20 % de hidrogénio na rede de gás é considerada tecnicamente viável para a generalidade dos clientes domésticos e terciários, não sendo expectável que cause entraves relevantes ao funcionamento dos seus equipamentos. Conforme analisado no capítulo dedicado às propriedades físico-químicas, parâmetros críticos como o Poder Calorífico Inferior (PCI), o Índice de *Wobbe*, os limites de inflamabilidade e a energia mínima de ignição sofrem variações marginais nesta gama de mistura. Na prática, é esperado que a combustão se mantenha estável, sendo a energia entregue aos equipamentos equivalente e não se verificando um aumento significativo do risco de ignição ou de emissões indesejadas. Deste modo, a transição para misturas até 20 % H₂ deverá ocorrer de forma praticamente transparente para os utilizadores finais, sem necessidade de adaptação ou substituição em larga escala de queimadores, caldeiras ou outros aparelhos a gás.

Adicionalmente, é importante referir a existência da norma EN 437, que regulamenta os



gases de teste para aparelhos a gás na União Europeia. Esta norma especifica gases de teste a serem usados para a certificação da globalidade dos equipamentos até 300 kW, entre os quais o G222, uma mistura padrão com cerca de 23 % de hidrogénio em volume. O G222 é utilizado para testar aparelhos sob condições de variação do gás de alimentação, assegurando que dispositivos certificados possam operar com misturas até esse teor sem necessidade de adaptações estruturais profundas, representando mais um sinal favorável à integração de até 20 % H₂ na mistura de gás.

Esta conclusão é suportada por diversos projetos de investigação e demonstração conduzidos na Europa, como por exemplo o projeto *THyGA (Testing Hydrogen Admixture for Gas Appliances)*, o projeto *HyDeploy* e o programa *HyDelta*. No seu conjunto, estas iniciativas permitem reafirmar que, para o segmento doméstico e terciário, a introdução de até 20 % de H₂ é tecnicamente segura e operacionalmente exequível, representando uma medida de descarbonização que pode ser implementada sem impactos significativos na experiência do consumidor, nem custos acrescidos de adaptação de equipamentos.

No caso do segmento industrial, este apresenta uma elevada sensibilidade às variações das características do vetor energético utilizado. Esta resulta, por um lado, da necessidade de assegurar uma elevada estabilidade dos processos produtivos, essencial para garantir a qualidade e o rendimento do produto final. Por outro lado, o setor caracteriza-se por consumos energéticos elevados, o que significa que pequenas alterações nas propriedades físico-químicas do gás podem ter impactos relevantes na operação, nos custos de produção e no cumprimento de requisitos ambientais.

De forma geral, os processos industriais a gás podem ser classificados em processos de queima direta, nos quais os produtos da combustão entram em contacto direto com o produto a processar, e processos de queima indireta, que requerem um controlo mais rigoroso da atmosfera para garantir a integridade do produto. Por esta razão, este último caso exige atenção especial na introdução de hidrogénio em percentagens elevadas.

Neste enquadramento, têm sido desenvolvidos diversos estudos científicos e projetos-piloto com o objetivo de avaliar a viabilidade técnica da introdução de hidrogénio em misturas de gás, analisando o impacto nos processos industriais e identificando oportunidades de otimização e melhoria da eficiência operacional.

Os estudos académicos e projetos-piloto promovidos por setores como o vidro, metalurgia, papel e indústria química têm vindo a demonstrar a viabilidade da utilização de misturas de gás e hidrogénio, reforçando a confiança na adoção gradual desta solução.

Com o objetivo de garantir a segurança de abastecimento aos seus clientes, e tendo em conta as variações das propriedades físico-químicas decorrentes da introdução de hidrogénio no gás, a REN desenvolveu o programa H2REN. Este programa integra um conjunto de iniciativas que, de forma coordenada, permitem viabilizar tecnicamente a introdução de hidrogénio nas suas infraestruturas de transporte, distribuição e armazenamento de gás.

O projeto H2 Braga, aprovado pela ERSE e promovido pela REN, insere-se no programa H2REN, tendo uma duração prevista de 18 meses. Esta iniciativa constitui uma prova de conceito para o transporte, a distribuição e o consumo de gás, concretizada através da injeção de hidrogénio num troço da rede de transporte, posteriormente veiculado pela Portgás na rede de distribuição, permitindo abastecer cerca de 20 000 clientes do distrito de Braga, de diferentes setores, com misturas de gás e até 10 % de hidrogénio em base volumétrica, em linha com as metas nacionais estabelecidas.



ivos do projeto são avaliar o desempenho das infraestruturas de trans-



Figura 1: Abrangência do projeto-piloto H2 Braga

A introdução de hidrogénio em misturas com gás, conforme já analisado, representa uma via imediata e eficaz para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) associadas à utilização de gás. Enquanto a combustão do gás liberta CO₂ em proporção direta ao seu conteúdo de carbono (204 gCO₂/kWh), dado o hidrogénio ser um vetor energético livre de carbono, consequentemente, a sua combustão não gera emissões diretas de CO₂. O gráfico seguinte quantifica este benefício, apresentando a redução relativa de emissões

obtida pela introdução de diferentes percentagens volumétricas de hidrogénio na mistura, considerando as propriedades do gás utilizado em Portugal.

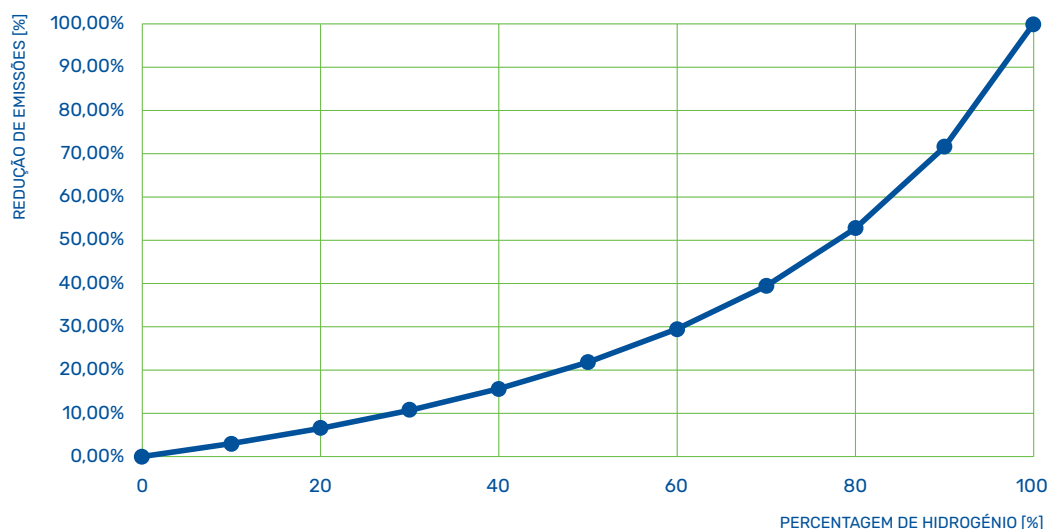


Figura 2: Evolução da redução de emissões pela introdução de gradual de hidrogénio.

2.4.3.2 Potencial de Biometano ou Metano Sintético

A plataforma e2p, desenvolvida pelo INEGI em parceria com a APREN, apresenta informação relativa a energias endógenas em Portugal, nomeadamente dados sobre a capacidade instalada de todas estas tecnologias de produção de energia. Um dos dados apresentados é sobre a potência instalada de biogás em Portugal por distrito, como se pode ver na figura seguinte.

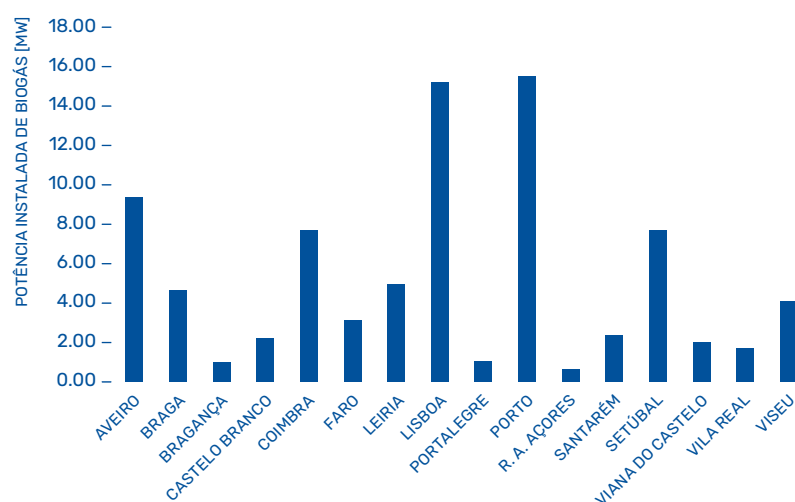


Figura 3: Potência instalada para produção de biogás em Portugal (2025).

Um estudo da CoLAB BIOREF e da Portgás visou explorar o potencial para a produção de biometano na área de concessão da Portgás. Estudou-se a disponibilidade de vários resíduos para digestão anaeróbica e concluiu-se que Viana do Castelo aparece como o concelho com maior potencial de produção de biometano, cerca de 275 GWh/ano. Vila do

Conde e Matosinhos também apresentam um potencial apreciável, com 175 GWh/ano e 129 GWh/ano, respetivamente.

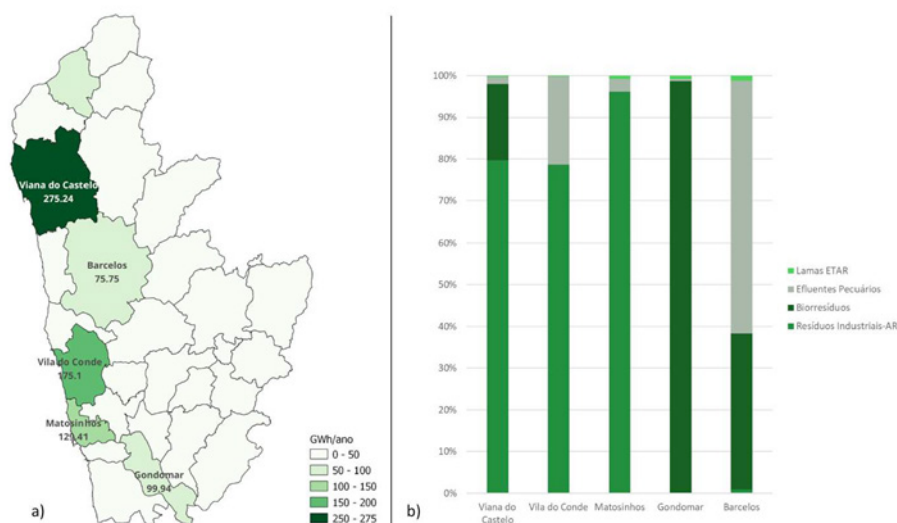


Figura 4: a) Representação da distribuição de potencial técnico de produção de biometano através de digestão anaeróbica na zona de concessão da Portgás; b) Partição do potencial por matérias-primas disponíveis.

Ambos os concelhos com maior potencial de produção de biometano, Viana do Castelo e Vila do Conde, têm o seu potencial associado à disponibilidade de resíduos industriais. Analisando a totalidade de disponibilidade de resíduos na área de concessão da Portgás, é possível perceber que cerca de 55 % do potencial de produção de biometano está associado a resíduos industriais, seguido de biorresíduos (38 %), efluentes pecuários (19 %) e lamas de ETAR (3 %).

Outros dois tópicos analisados incidiram sobre a produção de metano sintético por via do processo de PtM e biometano por via do processo de gaseificação. A premissa da análise do processo de PtM foi assumir a utilização do dióxido de carbono biogénico resultante do processo de upgrading do biogás para biometano. Esta integração não só aumenta o rendimento do biometano final, como também contribui para a neutralidade carbónica, ao reciclar o dióxido de carbono numa forma de combustível renovável. Estima-se que o dióxido de carbono utilizado na estimativa do potencial de biometano varia entre 40 % e 45 % do biogás total produzido, dependendo da matéria-prima, para 2027-2030. Para estudar o biometano produzido por gaseificação, considerou-se a avaliação da disponibilidade de resíduos florestais e resíduos provenientes da indústria transformadora da madeira. Por fim, avaliou-se o potencial total de produção de biometano, por via de gaseificação, e comprovou-se que é de 10 %, quando comparado com as outras duas tecnologias estudadas.

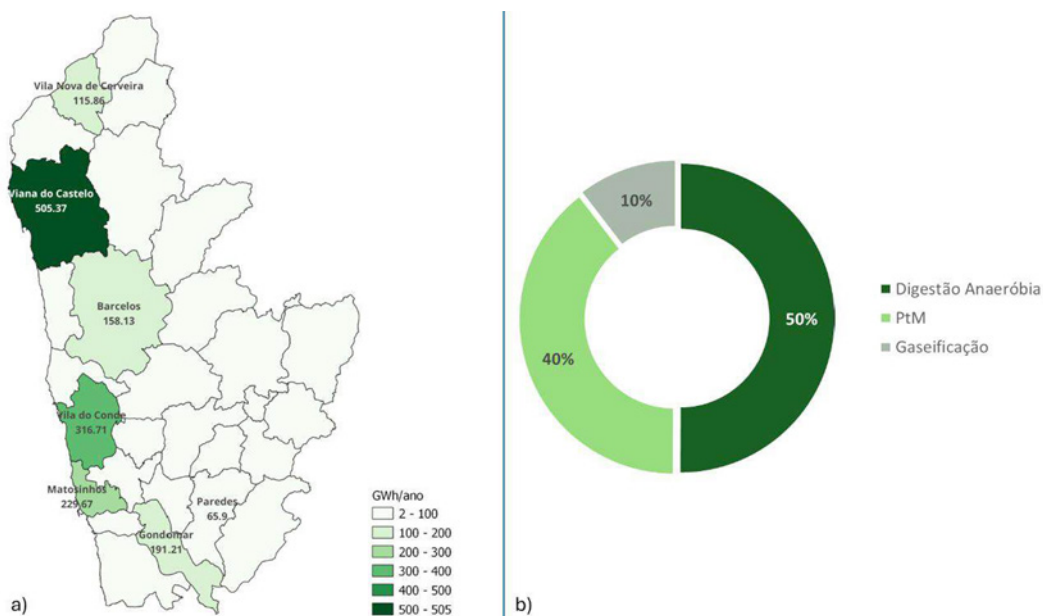


Figura 5: a) Potencial de produção de metano renovável; b) Potencial de produção através de três processos de produção diferentes.

No âmbito deste estudo foi possível confirmar que o potencial de produção de biometano e metano sintético permitiriam gerar uma capacidade para descarbonizar mais de 50 % do gás veiculado na infraestrutura da Portgás, a que se poderia somar 20 % de hidrogénio renovável, elevando assim o potencial de descarbonização da Portgás para 70 %, assegurando aos clientes níveis de incorporação de renováveis similares aos do Setor Elétrico Nacional em 2025. Esta é uma meta relevante, não só para o SNG, mas também para o país pois implicaria a valorização de fileiras de gestão de resíduos e a dinamização de economias locais e regionais de captura de valor.

2.5. Previsão da procura a médio-longo prazo

No contexto da descarbonização do SNG e no plano de previsões de médio e longo prazo, a DGEG publicou, em abril de 2025, o Relatório de Monitorização de Segurança de Abastecimento do Sistema Nacional de Gás, para o período 2025-2040 (RMSA-G 2024). Este estudo continua a evidenciar em diversos cenários um aumento do consumo convencional de gás no horizonte 2025 a 2040, nomeadamente nos mercados residencial, terciário e industrial, sofrendo pequenas variações na cogeração e enfrentar uma redução significativa no Mercado de Eletricidade, conforme evidenciado no Quadro 4.

Cenário	Sector	Unid.	2024	2025	2027	2030	2035	2040
Cenário Central Conservador	Mercado Convencional	TWh	32,6	31,8	30,7	29,0	26,6	23,7
	Residencial	TWh	3,3	3,3	3,2	3,1	2,4	1,6
	Terciário	TWh	3,4	3,3	3,3	3,2	2,9	2,5
	Indústria	TWh	19,0	19,1	19,0	18,7	18,3	17,7
	Cogeração	TWh	7,0	6,1	5,3	4,0	3,0	2,0
	Mercado de Eletricidade	TWh	7,1	16,0	5,5	6,7	10,3	9,1
	Consumo Total de GN	TWh	39,8	47,9	36,2	35,7	36,9	32,9
Cenário Central Ambição	Mercado Convencional	TWh	32,6	32,3	31,8	29,6	27,1	23,2
	Residencial	TWh	3,3	3,3	3,2	3,0	2,2	1,1
	Terciário	TWh	3,4	3,3	3,3	3,2	2,8	2,2
	Indústria	TWh	19,0	19,1	18,9	18,6	17,9	17,0
	Cogeração	TWh	7,0	6,6	6,4	4,8	4,3	2,9
	Mercado de Eletricidade	TWh	7,1	16,5	6,8	5,9	10,5	8,7
	Consumo Total de GN	TWh	39,8	48,7	38,6	35,5	37,6	31,9
Cenário Superior Ambição	Mercado Convencional	TWh	32,6	33,0	33,4	31,5	30,5	27,3
	Residencial	TWh	3,3	3,3	3,3	3,3	2,7	2,0
	Terciário	TWh	3,4	3,3	3,4	3,4	3,3	3,0
	Indústria	TWh	19,0	19,3	19,3	19,2	18,9	18,5
	Cogeração	TWh	7,0	7,1	7,5	5,6	5,6	3,7
	Mercado de Eletricidade	TWh	7,1	17,1	7,1	6,1	11,2	9,5
	Consumo Total de GN	TWh	39,8	50,1	40,5	37,7	41,7	36,8
Cenário Inferior Conservador	Mercado Convencional	TWh	32,6	30,9	29,3	27,1	24,0	20,4
	Residencial	TWh	3,3	3,2	3,1	2,9	2,0	0,9
	Terciário	TWh	3,3	3,3	3,2	3,0	2,4	1,6
	Indústria	TWh	19,0	18,8	18,5	18,1	17,3	16,3
	Cogeração	TWh	7,0	5,5	4,5	3,1	2,3	1,6
	Mercado de Eletricidade	TWh	7,1	14,9	5,1	6,6	9,8	8,5
	Consumo Total de GN	TWh	39,7	45,7	34,4	33,6	33,8	28,9

Quadro 4: Cenários de evolução da procura total de gás- RMSA-G 2024²

Em 2023, o consumo total de gás, em Portugal, foi de 44.416 GWh, repartido entre o consumo do Mercado de Eletricidade (34,2 %), do Mercado Convencional (63,8 %), e o consumo próprio do setor energético (2,0 %), tendo-se registado uma diminuição de cerca de 20,8 % relativamente a 2022. Na última década, 2014-2023, o consumo total de gás registou uma taxa de crescimento médio anual (tcma) de cerca de 1,0 %. A figura seguinte ilustra a evolução do consumo total de gás, repartido entre Mercado Convencional, Mercado de Eletricidade e consumo próprio do setor energético.

A análise prospetiva da evolução da procura de gás desenvolvida pela Portgás no âmbito do PDIRD 2026 assenta numa abordagem marcadamente prudente e conservadora, refletindo a evolução recente do mercado, os efeitos da eficiência energética, a substituição tecnológica e a incerteza associada às decisões de investimento dos consumidores. No segmento doméstico, projeta-se uma redução do consumo médio unitário de 7,14 % em

² Relatório de Monitorização de Segurança de Abastecimento do Sistema Nacional de Gás para o período 2025-2040 (RMSA-G 2024)

2030 face a 2025, valor superior ao considerado nos cenários centrais de planeamento. No terciário, a Portgás assume igualmente uma trajetória mais conservadora, com uma redução estimada de 6,2 %. Relativamente ao setor industrial, importa salientar que a Portgás explicita a taxa de *churn* contextualizada à sua área de concessão, já no RMSA-G 2024 surge de forma integrada. Esta abordagem permite uma leitura mais granular e cautelosa da evolução da base industrial, resultando numa redução estimada de 24,2 %, que, apesar de próxima, reflete uma estrutura de pressupostos mais conservadora e transparente. No seu conjunto, estas opções metodológicas evidenciam que a Portgás adota, no PDIRD 2026, um cenário globalmente mais conservador do que o RMSA-G 2024, reforçando o alinhamento entre a previsão de procura, a decisão de investimento e a mitigação do risco de sobrestimação da utilização futura da infraestrutura, em benefício da sustentabilidade económica e tarifária do sistema.

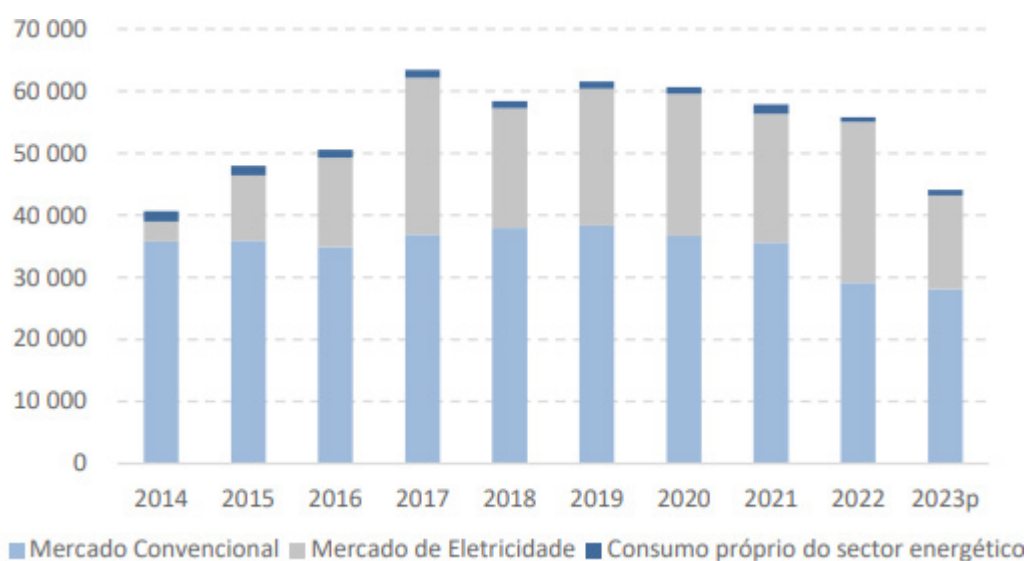
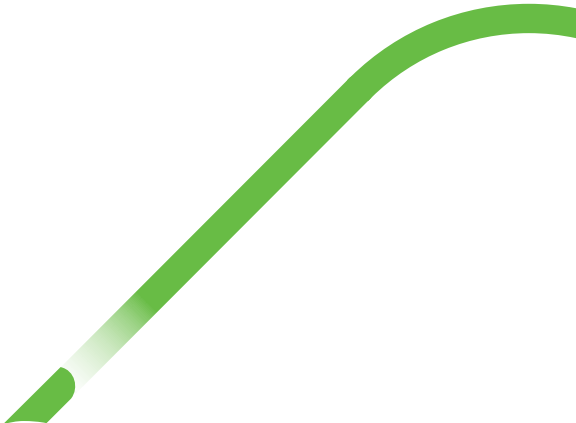


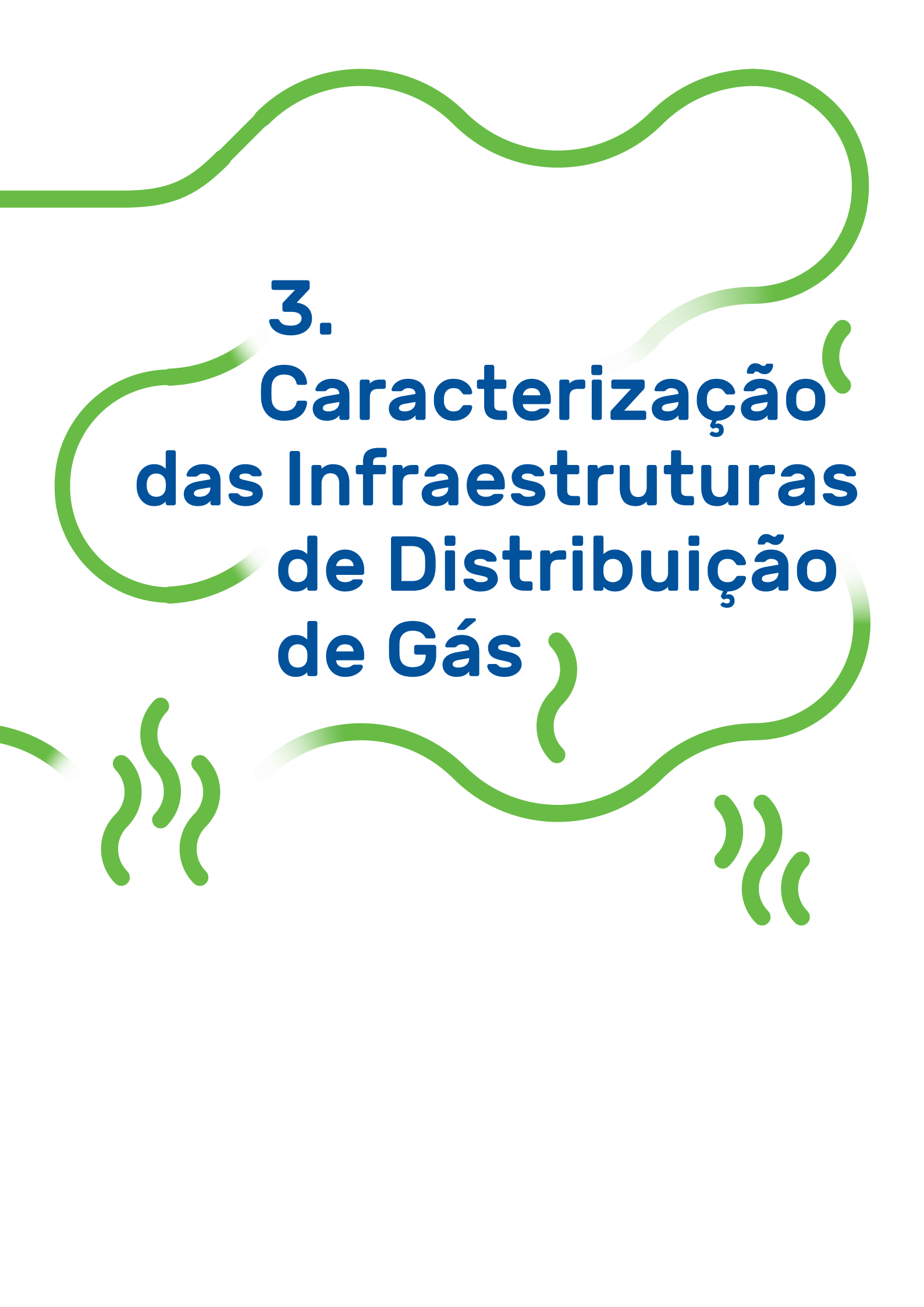
Figura 6: Evolução do Mercado ao longo dos anos (RMSA-G 2024)

Estes resultados evidenciam que o consumo da distribuição é o alicerce da economia com estabilidade no consumo do setor doméstico, terciário e do setor industrial. O mercado elétrico apresenta uma variabilidade significativa considerando os efeitos endógenos dos regimes de produção renovável e do regime de hidraulicidade nacional.

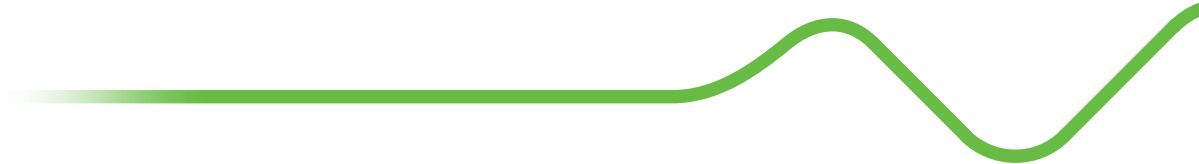
Plano de
Desenvolvimento
e Investimento
da Rede de
Distribuição



portgás



3. Caracterização das Infraestruturas de Distribuição de Gás



3. Caracterização das Infraestruturas de Distribuição de Gás

A área de concessão da Portgás abrange 29 concelhos dos distritos de Porto, Braga e Viana do Castelo: Barcelos, Penafiel, Braga, Ponte de Lima, Caminha, Porto, Esposende, Póvoa de Varzim, Fafe, Santo Tirso, Felgueiras, Valença, Gondomar, Valongo, Guimarães, Viana do Castelo, Lousada, Vila do Conde, Maia, Vila Nova de Cerveira, Matosinhos, Vila Nova de Famalicão, Paços de Ferreira, Vila Nova de Gaia, Paredes, Vila Verde, Vizela, Trofa e Paredes de Coura.

Em termos demográficos³, a zona de concessão corresponde a cerca de 25 % da população residente em Portugal, com uma área aproximada de 5 % do território nacional.

NUTS e Concelhos	Área km ²	População Residente Indivíduos	Habitações	Densidade Populacional hab./km ²
Portugal	92 225	10 343 066	6 002 874	112
Concessão	4 365	2 626 869	1 256 902	602
% Concessão/Portugal	5%	25%	21%	537%

Quadro 5: Impacto demográfico e geográfico da concessão

A rede da Portgás liga-se atualmente em 12 pontos de entrega da Rede de Transporte, sendo efetuada nas GRMS (denominadas estações de redução de primeira classe) a odorização e redução de pressão do gás para os níveis de pressão de entrega nas Redes de Distribuição. É nestes pontos da Rede Nacional que se dá a transferência da responsabilidade para as distribuidoras sendo iniciada a rede de média pressão do distribuidor, também denominada rede primária, que permite realizar a veiculação de gás de maior capacidade. A rede primária assegura o fornecimento dos clientes ligados diretamente à rede de média pressão (quer por necessidades de pressão, quer por relevo dos consumos instantâneos), bem como assegura a veiculação de gás a pressões mais elevadas até à proximidade das zonas de maior procura, procedendo-se aí à redução de pressão de forma a alimentar as redes de distribuição secundárias, de baixa pressão, sendo esta interface efetuada em 91 PRM (denominados Postos de Regulação e Medida de 2.ª classe).

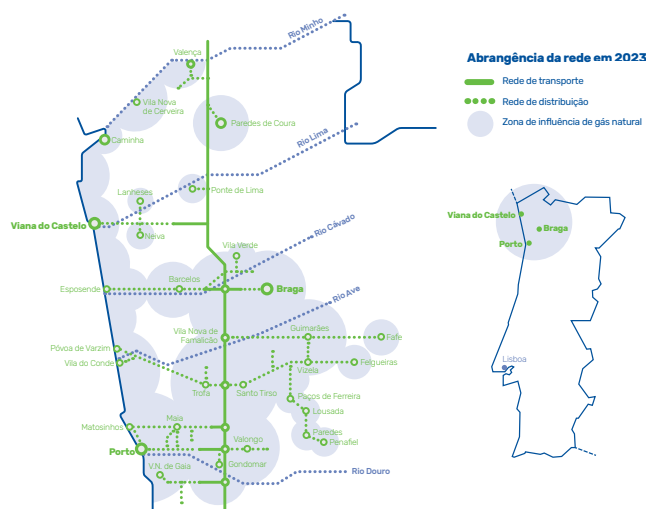
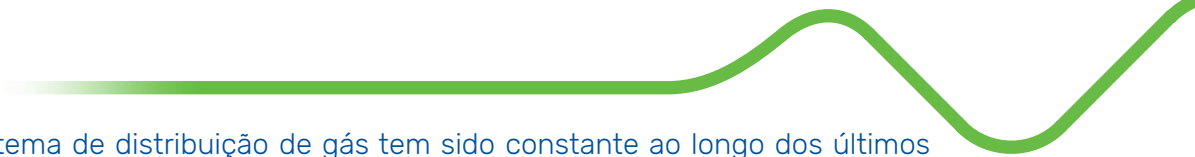


Figura 7: Mapa da área de concessão

³ Pordata - Base de Dados de Portugal e Relatório de Indicadores de Caracterização da Concessão 2025



A evolução do sistema de distribuição de gás tem sido constante ao longo dos últimos anos. Neste sentido, com o desenvolvimento preconizado no PDIRD afigura-se como primordial a realização de estudos detalhados, de forma periódica, das condições de operação e potencial expansão de rede, garantindo princípios-chave para o desenvolvimento dos ativos da infraestrutura:

- Resiliência;
- Sustentabilidade da expansão futura;
- Qualidade de Serviço.

A densificação da infraestrutura (pontos de abastecimento ativos/n.º de fogos) já é assinalável em alguns concelhos, nomeadamente nos concelhos de maior maturidade de mercado onde a presença da rede de gás atingiu os 20 anos de idade, com desenvolvimento constante ao longo do ciclo de vida da concessão. No final de 2025, a Portgás detém uma taxa de penetração ativa de 33 % ao nível do mercado doméstico, variando claramente entre os 57 % na cidade de Braga (com a taxa mais elevada) e Paredes de Coura, com apenas 5 % (a taxa mais reduzida). A ligação da rede de distribuição em Paredes de Coura com a RNT apenas foi concluída em dezembro de 2021, tendo a Portgás, a partir dessa data, ligado cerca de 300 clientes domésticos para além de algumas unidades industriais.

A capilaridade da rede tem sido uma preocupação da Portgás e, por esse facto, no âmbito das atividades de planeamento e desenvolvimento da rede estruturante, têm vindo a ser planeadas e executadas obras para incrementar a resiliência da rede e preparar o potencial de veiculação de energia. Esta estratégia conduziu à realização de eixos estruturantes, seja no âmbito das redes de desenvolvimento comercial, seja no âmbito das redes estruturantes, integrando as necessidades comerciais num planeamento estratégico da infraestrutura.

3.1. Caracterização da rede

As redes de distribuição de gás estão separadas em dois níveis de pressão – rede de distribuição de média pressão entre 4 bar e 20 bar – rede primária, e rede de distribuição de baixa pressão, pressão máxima de 4 bar – rede secundária.

A rede primária, ou de média pressão, recebe gás dos pontos de entrega (GRMS) do Operador de Rede de Transporte – REN Gasodutos, e entrega gás diretamente nos pontos de consumo que requerem pressões de abastecimento elevadas ou consumos instantâneos significativos (PRM de Cliente) e nos PRM de Rede.

A rede secundária, ou de baixa pressão, desenvolve-se a partir dos PRM de Rede e abastece todo o tipo de clientes, a pressões inferiores a 4 bar. Dentro da rede secundária é possível distinguir um terceiro nível de pressão, quando existem PRP (postos de regulação de pressão) na rede secundária. A jusante dos PRP desenvolve-se rede cuja pressão de serviço é, normalmente, inferior a 1 bar.

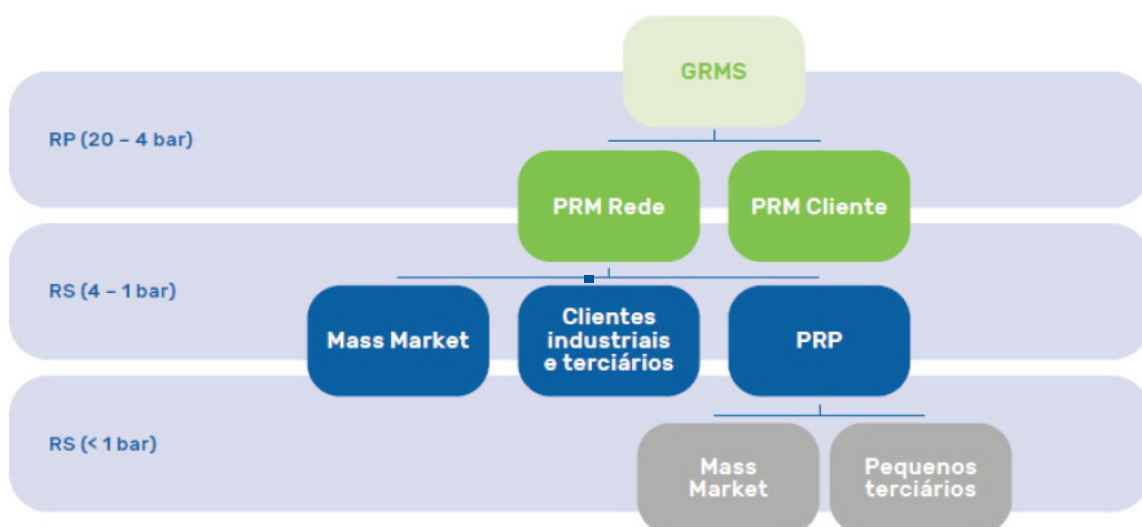


Figura 8: Níveis de pressão de abastecimento

Conforme já referido, as infraestruturas da Portgás são abastecidas por 12 GRMS que injetam gás nas redes primárias que, por sua vez, abastecem 91 PRM de rede.

Existem 6 GRMS interligadas por sistemas de rede primária em anel e outras 6 GRMS isoladas que garantem o abastecimento dos subsistemas da rede secundária. As 6 GRMS interligadas abastecem os seguintes sistemas:

- Gondomar/Valongo e Maia – Rede da Área Metropolitana do Porto;
- Santo Tirso e Famalicão – Rede do Vale do Ave;
- Braga e Barcelos – Rede do Vale do Cávado.

Os sistemas alimentados pelas GRMS, em antena, de Valença e Ponte de Lima são ligados diretamente pela rede de alta pressão (REN Gasodutos), uma vez que praticamente não existe rede de distribuição em média pressão.

Ao nível da rede secundária, os 91 PRM estão espalhados pela área de concessão, concentrando-se nos grandes meios urbanos do Grande Porto, Braga e no Vale do Ave, onde se verifica uma concentração elevada de clientes industriais. Estando uma parte significativa dos PRM interligada, a Portgás detém um total de 37 subsistemas de rede (18 isolados e 19 em anel), sendo que os 18 isolados representam apenas 8 % do volume total veiculado na rede secundária.

Salienta-se que os dois sistemas do Grande Porto representam aproximadamente metade dos pontos de abastecimento da área de concessão. Ao nível dos subsistemas, verifica-se que cerca de 91 % de todo o gás na rede secundária é veiculado nos subsistemas em anel, com destaque para os sistemas do Vale do Ave, Grande Porto, Braga. Os municípios de Vila Nova de Gaia e Vila Nova de Famalicão apresentaram, em 2025, a maior fatia de energia veiculada da concessão, com 1.348 GWh devido ao tecido industrial.

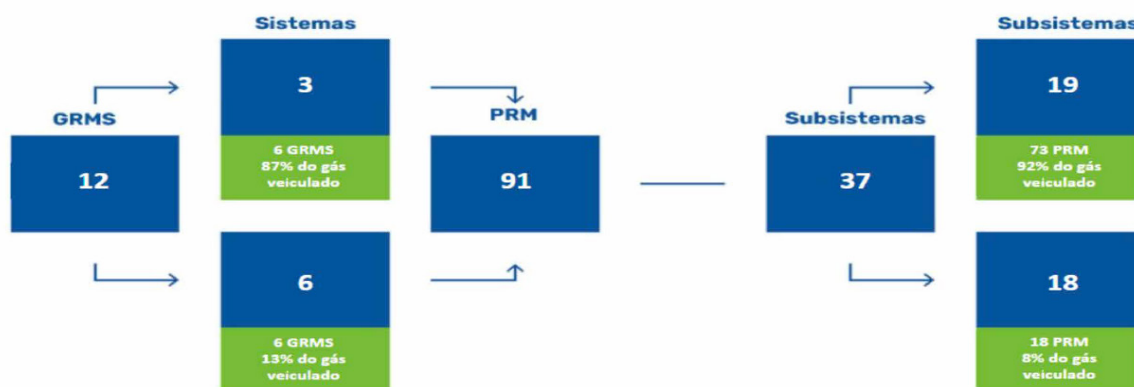


Figura 9: Esquema da Rede Primária e Secundária da área de concessão

Os PRM asseguram a redução da pressão e um conjunto de controlos adicionais, estando estes ativos interligados com o sistema SCADA - *Supervisory Control and Data Acquisition*: uma plataforma relevante e disponível no Centro de Supervisão e Telecontrolo da Portgás. Este Centro de Supervisão constitui-se como órgão vital de operação, exploração e gestão de incidentes que, suportado no sistema de informação, apresenta a totalidade dos elementos da rede, dos PRM aos pontos de abastecimento, devidamente cadastrável e referenciada.

De referir que a infraestrutura construída e explorada pela Portgás está atualmente suportada em gasoduto com integração a montante nas GRMS do ORT, sendo esta solução mais eficiente do ponto de vista dos custos de exploração. De facto, a operação de rede sem equipamentos UAG – Unidade Autónoma de Gás, permite uma exploração com custos unitários mais baixos, uma vez que aqueles equipamentos requerem necessidades específicas em termos de operação e manutenção que induzem custos adicionais na gestão de equipamentos de segurança, logística e gestão de energia.

3.2. Dados atuais da concessão

3.2.1. Rede e pontos de abastecimento

Um relevante aumento no custo das matérias-primas e outros materiais essenciais para a construção tem sido uma tendência à qual se associou um aumento no custo da mão-de-obra e falta de trabalhadores qualificados na indústria da construção, intensificando os desafios.

Este contexto afeta diretamente os custos de construção e resultou na necessidade de ajustar os planos de ação para gerir o impacto em orçamento, condicionando o crescimento do negócio, desacelerando-se, assim, a taxa de crescimento anual da extensão das redes conforme evidencia o quadro 6.

Extensão das redes	2022	2023	2024	2025	2026 (ORC)
Rede Primária	410	410	410	410	411
Rede Secundária	5 311	5 462	5 588	5 709	5 780
TOTAL	5 721	5 872	5 999	6 119	6 191
% Crescimento	3,2%	2,7%	2,1%	2,0%	1,2%

Quadro 6: Evolução da extensão das redes de distribuição da Portgás (km)

A desaceleração da taxa de crescimento da extensão das redes tem tido consequentes e esperados impactos na taxa de crescimento dos pontos de abastecimento, ainda que não se tenha constatado uma diminuição tão significativa na procura por parte de potenciais consumidores.

A procura pelo gás como solução energética economicamente mais viável para vários perfis de consumidor continua relativamente sólida. Essa afirmação consolida-se com o crescimento regular verificado ao nível dos grandes consumidores.

Conforme evidencia o Quadro 7, o ano de 2025 revela um impacto mais significativo, em particular na taxa de crescimento dos pontos de abastecimento no segmento BP<, sobretudo no mercado residencial. Esta evolução reflete, em parte, as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro.

Com efeito, o enquadramento estabelecido pelo referido diploma veio introduzir sinais contraditórios face aos objetivos de transição energética e eficiência no setor dos edifícios, ao permitir e incentivar o regresso de soluções exclusivamente elétricas, como os termoacumuladores, em novas edificações, desvalorizando soluções energeticamente mais eficientes e resilientes. Esta alteração normativa tem contribuído para uma inversão de tendências previamente consolidadas no segmento residencial, penalizando a adoção de soluções híbridas ou baseadas em gás, com impacto direto na evolução da procura e na eficiência global do sistema energético. Acresce que este efeito é amplificado pela escassez estrutural de mão de obra qualificada necessária aos trabalhos de conversão e reconversão do parque edificado existente, condicionando adicionalmente o ritmo de crescimento dos pontos de abastecimento e evidenciando a falta de alinhamento entre o enquadramento legislativo, a capacidade instalada do setor e os objetivos estratégicos nacionais de descarbonização.

PA Acumulados	2022	2023	2024	2025	2026 (ORC)
MP	142	133	126	115	116
BP>	1 541	1 605	1 647	1 661	1 730
BP<	401 082	404 471	406 789	408 745	410 439
TOTAL	402 765	406 209	408 562	410 521	412 285
% Crescimento	1,9%	0,9%	0,6%	0,5%	0,4%

Quadro 7: Pontos de Abastecimento acumulados por nível de pressão (#)

Apesar dos desafios existentes, o marco de 400 mil pontos de abastecimento ativos foi alcançado em 2022 conforme previsto, sendo posteriormente consolidado em 2023. Desde então, observa-se a manutenção de uma tendência de crescimento sustentável.

No quadro seguinte é apresentada a decomposição dos novos pontos de abastecimento no período 2022-2026 por segmento de mercado.

PA no período	2022	2023	2024	2025	2026 (ORC)
Mercado Novo	1 299	1 171	1 199	1 013	1 600
Mercado Existente	7 877	6 134	5 115	4 860	4 240
Conversão	5 174	3 944	3 204	3 180	3 181
Reconversão	2 428	1 910	1 649	1 427	890
Pequeno Terciário	275	280	262	253	169
Grande Consumo	68	57	56	47	70
TOTAL	9 244	7 362	6 370	5 920	5 910

Quadro 8: Novos Pontos de Abastecimento no período por segmento de mercado (#)

A empresa mantém constante preocupação de densificação da rede existente com o objetivo de maximizar a utilização das infraestruturas. No entanto, a necessária expansão também para zonas mais periféricas e fora dos centros urbanos, solicitada pelos diferentes municípios e juntas de freguesia, significa uma maior dispersão do parque habitacional, o que exige mais construção de rede para cada ponto de abastecimento. Este fator obriga a uma seleção criteriosa das solicitações e dos projetos a desenvolver, capaz de manter um rácio de pontos de abastecimento por km de rede secundária total na ordem das sete dezenas.

PA/km de Rede Secundária	2022	2023	2024	2025	2026 (ORC)
PA acumulados	402 765	406 209	408 562	410 521	412 285
km de Rede Secundária acumulados	5 311	5 462	5 588	5 709	5 780
PA/km de Rede Secundária acumulados	75,8	74,4	73,1	71,9	71,3
PA ligados no período	9 244	7 362	6 370	5 920	5 910
km de Rede Secundária no período	173	151	126	120	71
PA ligados / km Rede Sec. no período	53,5	48,6	50,5	49,1	83,0

Quadro 9: Evolução dos rácios de PA (#) por km de rede secundária (km)

Esta tendência é igualmente evidenciada no índice ramais/locais de consumo, com cada ramal construído atendendo, em média, 1,7 locais de consumo em 2025. Para 2031, projeta-se que esse valor médio se aproxime de 1,8.

Ramais	2022	2023	2024	2025	2026 (ORC)
TOTAL	147 149	151 739	155 969	159 478	162 759

Quadro 10: Número total de ramais na concessão (#)

3.2.2. Energia veiculada

A evolução da energia veiculada na área de concessão da Portgás no período compreendido entre 2022 e 2025 evidencia uma trajetória globalmente decrescente, traduzida numa variação média anual da ordem dos -278 GWh/ano. Esta evolução reflete um contexto excecional e estruturalmente adverso para o setor do gás, marcado por fatores geopolíticos, macroeconómicos e regulatórios que alteraram de forma significativa os padrões de consumo.

Em 2022, a energia veiculada totalizou 6.023 GWh, registando-se uma redução acentuada face aos valores históricos, em linha com as previsões então formuladas. A contração observada, na ordem dos -20,5%, resultou essencialmente do impacto do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, da elevada volatilidade dos preços da energia e da implementação de medidas europeias e nacionais de contenção da procura, desviando-se de forma extraordinária da trajetória de crescimento registada em anos anteriores.

A energia veiculada continuou em queda em 2023, totalizando 5.737 GWh (-4,7 % vs. 2022), impactada por ajustes anteriores, eficiência energética, mudanças industriais e menor consumo em cogeração. Em 2024, houve estabilidade (5.706 GWh; variação de -0,5 %), indicando desaceleração da retração, mas sem reversão de tendência devido a incertezas no setor energético. Em 2025, verificou-se nova redução da energia veiculada para 5.188 GWh (-9,1 %), relacionada com a transformação de consumo, saída de grandes consumidores e adoção de outras soluções tecnológicas.

Energia Veiculada	2022	2023	2024	2025	2026 (ORC)
MP	3 615	3 450	3 344	2 785	2 543
BP>	1 202	1 181	1 227	1 260	1 225
BP<	1 206	1 107	1 135	1 143	1 056
TOTAL	6 023	5 737	5 706	5 188	4 824
% Crescimento	-20,5%	-4,7%	-0,5%	-9,1%	-7,0%

Quadro 11: Histórico de energia veiculada por nível de pressão (GWh)

No horizonte de 2026, a projeção aponta para uma energia veiculada de 4.824 GWh, reforçando a leitura de uma tendência estruturalmente descendente no curto e médio prazo, que enquadra a necessidade de um planeamento prudente da infraestrutura, alinhado com a evolução efetiva da procura e com a urgente estratégia de descarbonização do Sistema Nacional de Gás.

Analisando os consumos de gás apurados na área de concessão da Portgás, conclui-se que a variação da procura de gás entre 2020 e 2023 foi marcada por dois grandes acontecimentos: a pandemia de Covid-19, com influência clara nos anos de 2020 e 2021, e o conflito Ucrânia/Rússia, que marca os anos de 2022, 2023 e que acaba por transformar, em permanência, o panorama energético português e europeu.

Em 2022, o início do conflito armado na Ucrânia fez os preços do gás aumentar, o que levou os consumidores, particularmente indústrias, a procurar fontes de energia alternativas e, de forma complementar, a promover o aumento da eficiência das suas instalações de gás levando, necessariamente, à diminuição do volume de gás veiculado.

A mudança do paradigma energético, até então estável, foi reforçada por várias decisões políticas que acabaram por acentuar ainda mais a diminuição de consumos de gás. Ainda em 2022, a Comissão Europeia aprovou o plano *REPowerEU* onde estabeleceu que os Estados-Membros deveriam reduzir, de forma voluntária, o seu consumo de gás em, pelo menos, 15 % em comparação com o consumo médio do período de referência.

Para dar resposta ao estabelecido pela Comissão Europeia, Portugal aprovou em 2022 o Plano de Poupança de Energia 2022-2023 que, de acordo com o 9º relatório de progresso, tinha alcançado uma redução de aproximadamente 17 % do consumo de gás em Portugal, até maio de 2023.

Paralelamente às reduções promovidas no âmbito do plano *REPowerEU* e do PPE 2022-2023, na sequência da derrogação do Decreto-Lei n.º 23/2010, de 25 de março, estabelecida pelo artigo 35º-Y do Decreto-Lei n.º 119A/2021, de 22 de dezembro, tem-se vindo a verificar a diminuição de consumos de muitas das cogerações ligadas. Estas instalações, na maioria dos casos, mantêm-se ligadas ao SNG mas sem consumo associado, sendo apenas usadas como alternativa em caso de necessidade. As alterações legislativas referidas contribuíram, em grande medida, para a diminuição da procura de gás e consequente redução acentuada da energia veiculada, cerca de 80 % (1,5 TWh), neste tipo de consumidores.

Note-se que em Espanha foram já aprovadas medidas⁴ para garantir a permanência destes ativos no sistema energético, de forma a promover a resiliência cruzada entre SNG e SEN.

⁴ Orden TED/53/2026, www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-2026-2476

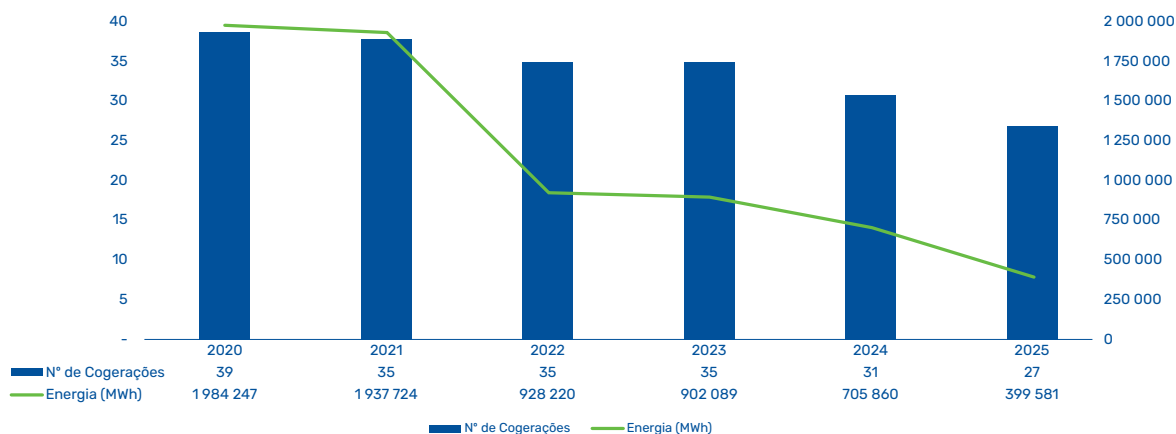


Figura 10: Evolução de consumos de cogerações

Por fim, ainda enquadrado nas medidas excecionais adotadas pela União Europeia (UE) para a recuperação socioeconómica pós-COVID19, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) de Portugal, salienta-se a criação do Programa E-LAR com o objetivo geral de melhorar o conforto térmico das habitações e apoiar as famílias na aquisição de equipamentos eficientes e na eletrificação de consumos energéticos, contribuindo para a descarbonização e para a recolha e reciclagem de equipamentos a gás. À data, ainda não conseguimos determinar, com certeza, o impacto deste programa nos consumos de gás, contudo, certamente, contribuirá para a diminuição do consumo de gás, agravando o panorama nacional já verificado.

3.2.3. Investimento realizado

A Portgás tem prosseguido com o desenvolvimento do projeto da concessão com uma orientação estratégica aplicada a todos os concelhos, com três objetivos fundamentais:

- **D**ensificar a utilização da infraestrutura existente;
- **I**ncrementar o número de pontos de abastecimento; e,
- **A**umentar a quantidade de energia distribuída.

O desenvolvimento da estratégia “DIA” requer uma abordagem holística, considerando todos os aspetos legais, regulatórios, tecnológicos, geográficos e sustentáveis, assegurada pela execução de um plano de investimento rigoroso efetivo, traduzida na realização média anual de 25,7 M€, no período de 2022-2025.

Investimento	2022	2023	2024	2025	2026 (ORC)
Desenvolvimento de Negócio e Expansão de Rede	20 332	18 168	17 381	17 343	15 573
Investimento em rede	12 832	11 136	10 760	10 721	8 865
Investimento em PA	5 433	4 634	4 170	4 226	4 240
Capitalização de Encargos Estrutura	2 067	2 398	2 451	2 396	2 468
Conformidade e Segurança do Abastecimento	3 147	2 837	2 696	2 147	1 700
Investimento em rede	2 128	1 349	1 071	665	375
Outras infraestruturas	535	732	772	485	496
Capitalização de Encargos Estrutura	484	756	853	998	829
Descarbonização do Sistema Nacional de Gás	886	1 289	1 311	2 807	1 851
Sustainable Gas	441	674	819	1 403	1 010
Smart Gas Company	407	240	229	828	796
R&D Projects	38	376	263	576	45
Digitalização e Outros Investimentos	3 429	1 795	4 165	3 117	4 573
Contadores - Renovação por imposição legal	534	596	306	308	451
Sistemas de Informação	2 336	968	2 291	2 673	3 611
Edifícios, instalações e transporte	558	231	1 568	135	511
TOTAL	27 794	24 089	25 551	25 413	23 697

Quadro 12: Investimento anual no período 2022-2026 (m€)

De referir que a introdução do gás substituindo outras fontes de energia mais poluentes permitiu evitar a emissão de 305kt de CO₂ para a atmosfera, no ano de 2025, contribuindo este vetor energético para os objetivos do país de redução do nível de emissões (ver Anexo 2). Para além disso, o gás constitui um produto com inequívocas vantagens económicas para todos os setores de atividade, sendo simultaneamente um vetor energético seguro e com elevadas garantias de fiabilidade. A sua infraestrutura evidencia um elevado nível de resiliência operacional, o que se reflete de forma consistente nos indicadores de qualidade de serviço, nomeadamente na reduzida duração e frequência das interrupções de fornecimento, considerando o universo total de ocorrências que afetaram os clientes, quer controláveis quer não controláveis, acidentais ou previstas.

Demonstração de compromissos em PDIRD anteriores

Compromisso para o ano 2023

No PDIRD 2022 foi previsto, para o ano de 2023, um investimento global de 27,4 M€ (base remunerada). Este montante estava associado ao acréscimo estimado de 9.847 pontos de abastecimento e a um consumo anual previsto de 172 GWh.

A execução do plano em 2023 atingiu 23,5 M€, representando uma redução de 14 % face à estimativa inicial, com o objetivo de não ultrapassar o montante de investimento global previsto no único plano aprovado (PDIRD 2018). Este desvio resulta, essencialmente, da menor concretização nas tipologias “Descarbonização” e “Outros Investimentos”.

No âmbito do desenvolvimento de negócio, foram angariados 6.869 pontos de abastecimento, valor 30 % inferior ao projetado. Destaca-se, contudo, a captação de mais um ponto de grande consumo em MP, contrariando parcialmente o desempenho menos favorável registado no segmento BP<, onde se verificou uma menor angariação relativamente ao previsto em PDIRD, cerca de 30 % abaixo da previsão.

O consumo anual totalizou 82 GWh, o que corresponde a uma diminuição de 52,6 % face ao previsto no PDIRD 2022. Esta redução encontra explicação num conjunto de fatores exógenos já previamente identificados, nomeadamente o Regulamento (UE) 2022/1369 do Conselho, de 5 de agosto de 2022, que determinou a necessidade de uma redução mínima de 15 % do consumo médio nos Estados-Membros relativamente ao período de referência, medida que se prolongou até ao 1.º trimestre de 2024, bem como na redução dos pontos de abastecimento e da extensão de rede necessária para cumprir o financiamento previsto no PDIRD 2018, que condicionou de forma estrutural a evolução do consumo no período em análise. Acresce, ainda, o impacto da evolução tecnológica dos equipamentos e da crescente incorporação de outras soluções, que tem vindo a traduzir-se numa redução do consumo unitário, reforçando a contribuição da eficiência energética para a diminuição global dos volumes veiculados.

A avaliação da execução dos projetos de investimento em 2023, bem como da sua distribuição geográfica por concelho, evidencia que as variações face ao planeado foram, de forma geral, menos favoráveis para o SNG. Tal desempenho traduz-se num prémio global de -2,83 p.p., equivalente a -0,31 p.p. face à projeção estabelecida no PDIRD 2022, conforme detalhado no quadro seguinte.

Distrito	Concelho	Ano de 2023 de PDIRD 2022							Real de 2023						
		CAPEX	PA	Volume	C.U.	TIR	RoR	Prémio	CAPEX	PA	Volume	C.U.	TIR	RoR	Prémio
		m€	#	MWh	MWh/PA	%	%	pp	m€	#	MWh	KWh/PA	%	%	pp
Braga	Barcelos	1 324	573	6 988	12,2	6,97%	5,05%	1,93pp	972	290	980	3,4	-0,23%	5,05%	-5,28pp
	Braga	1 798	985	6 907	7,0	5,89%	5,05%	0,84pp	2 101	705	4 355	6,2	1,88%	5,05%	-3,17pp
	Esposende	235	124	343	2,8	1,96%	5,05%	-3,09pp	253	136	501	3,7	3,93%	5,05%	-1,12pp
	Fafe	589	272	71 795	264,0	37,85%	5,05%	32,80pp	306	174	537	3,1	2,40%	5,05%	-2,65pp
	Guimarães	1 360	652	4 532	7,0	4,94%	5,05%	-0,11pp	2 047	778	22 310	28,7	4,12%	5,05%	-0,93pp
	Vila Nova de Famalicão	1 865	851	23 276	27,4	7,93%	5,05%	2,88pp	1 120	383	5 218	13,6	0,79%	5,05%	-4,26pp
	Vila Verde	704	314	1 952	6,2	3,45%	5,05%	-1,60pp	788	130	394	3,0	-1,44%	5,05%	-6,49pp
	Vizela	408	187	1 644	8,8	5,22%	5,05%	0,17pp	370	138	1 360	9,9	3,30%	5,05%	-1,75pp
	Felgueiras	169	151	374	2,5	4,23%	5,05%	-0,82pp	223	108	295	2,7	1,42%	5,05%	-3,62pp
	Gondomar	321	300	809	2,7	5,35%	5,05%	0,30pp	531	219	992	4,5	1,56%	5,05%	3,49pp
Porto	Lousada	273	115	3 141	27,3	14,25%	5,05%	9,20pp	85	35	748	21,4	10,33%	5,05%	5,28pp
	Maia	699	385	12 313	32,0	23,95%	5,05%	18,90pp	746	282	10 679	37,9	7,14%	5,05%	2,09pp
	Matosinhos	696	412	1 510	3,7	4,64%	5,05%	-0,41pp	453	311	1 321	4,2	5,29%	5,05%	0,24pp
	Paços de Ferreira	318	135	984	7,3	3,41%	5,05%	-1,64pp	339	108	212	2,0	-1,16%	5,05%	-6,21pp
	Paredes	475	278	785	2,8	2,64%	5,05%	-2,41pp	388	78	568	7,3	0,64%	5,05%	-4,41pp
	Penafiel	654	321	1 553	4,8	3,48%	5,05%	-1,57pp	71	33	2 821	85,5	49,17%	5,05%	44,12pp
	Porto	974	429	7 114	16,6	11,83%	5,05%	6,78pp	945	683	7 580	11,1	16,23%	5,05%	11,18pp
	Póvoa de Varzim	327	213	2 749	12,9	11,22%	5,05%	6,18pp	280	212	557	2,6	3,54%	5,05%	-1,50pp
	Santo Tirso	503	209	2 536	12,1	6,61%	5,05%	1,56pp	542	203	5 118	25,2	11,14%	5,05%	6,10pp
	Trofa	600	274	3 824	14,0	8,37%	5,05%	3,32pp	230	79	874	11,1	3,56%	5,05%	-1,48pp
Viana do Castelo	Valongo	474	369	1 670	4,5	6,21%	5,05%	1,16pp	793	290	1 361	4,7	0,48%	5,05%	-4,57pp
	Vila do Conde	438	277	1 027	3,7	3,83%	5,05%	-1,22pp	804	359	859	2,4	0,40%	5,05%	-4,64pp
	Vila Nova de Gaia	1 400	744	3 627	4,9	4,15%	5,05%	-0,90pp	815	407	2 852	7,0	5,34%	5,05%	0,29pp
	Caminha	283	182	388	2,1	1,38%	5,05%	-3,67pp	353	162	293	1,8	-0,58%	5,05%	-5,63pp
	Paredes de Coura	499	233	1 708	7,3	5,26%	5,05%	0,22pp	482	10	4 594	459,4	9,90%	5,05%	4,86pp
	Ponte de Lima	591	302	3 716	12,3	8,97%	5,05%	3,92pp	358	19	2 006	105,6	5,12%	5,05%	0,07pp
	Valença	451	227	731	3,2	2,67%	5,05%	-2,38pp	300	116	859	7,4	3,64%	5,05%	-1,41pp
	Viana do Castelo	646	298	2 760	9,3	5,76%	5,05%	0,71pp	1 161	402	1 135	2,8	0,13%	5,05%	-4,91pp
	Vila Nova de Cerveira	87	35	1 450	41,4	20,50%	5,05%	15,45pp	93	19	184	9,7	0,60%	5,05%	-4,45pp
	Desenvolvimento de Negócio	19 163	9 847	172 205	17,5	9,10%	5,05%	4,05pp	17 950	6 869	81 562	11,9	3,77%	5,05%	-1,28pp
Outros Investimentos em Infraestruturas		2 146							2 549						
Descarbonização		2 765							1 289						
Outros Investimentos		3 319							1 739						
Contadores Equipamento		693							562						
CONCESSÃO - Total PDIRD		28 086							24 089						
CONCESSÃO - Base remunerada		27 393	9 847	172 205	17,5	4,74%	5,05%	-0,31pp	23 527	6 869	81 562	11,9	2,22%	5,05%	-2,83pp

Quadro 13: Comparação entre Real de 2023 e ano de 2023 do PDIRD 2022

Compromisso para o ano 2024

No PDIRD 2022 foi previsto, para o ano de 2024, um investimento global de 27,3 M€ (base remunerada), associado ao acréscimo estimado de 9.847 pontos de abastecimento e a um consumo anual previsto de 155 GWh.

A execução do plano em 2024 totalizou 25,1 M€, o que representa um desvio de -7,9 % face ao valor projetado. Esta diferença resulta, fundamentalmente, da menor concretização nas tipologias de “Desenvolvimento de Negócio” e “Descarbonização”, cuja execução ficou aquém do previsto.

No âmbito do desenvolvimento de negócio, registou-se um aumento de 6.355 pontos de abastecimento, valor 35 % inferior ao estimado no PDIRD 2022. Em termos energéticos, verificou-se uma redução global de 82 GWh face ao projetado, correspondente a menos 53 % do consumo previsto. Este desvio é explicado sobretudo pelo segmento BP>, pois, apesar de terem sido ligados mais 7 clientes do que o previsto, o consumo unitário ficou aquém do previsto em PDIRD, tendo-se verificado um desvio de 62 GWh. Regista-se, ainda, a ligação de mais 2 pontos de abastecimento em MP, não previstos inicialmente.

A análise global dos projetos executados em 2024 revela um desempenho menos favorável para o SNG, traduzido num prémio negativo de -2,37 p.p., conforme evidenciado no quadro seguinte.

Distrito	Concelho	Ano de 2024 de PDIRD 2022							Real de 2024						
		CAPEX	PA	Volume	C.U.	TIR	RoR	Prémio	CAPEX	PA	Volume	C.U.	TIR	RoR	Prémio
		m€	#	MWh	MWh/PA	%	%	pp	m€	#	MWh	MWh/PA	%	%	pp
Braga	Barcelos	1 268	571	13 720	24,0	14,12%	5,05%	9,07pp	451	206	2 369	11,5	7,15%	5,05%	2,10pp
	Braga	1 821	1 034	3 542	3,4	3,48%	5,05%	-1,57pp	1 900	728	5 010	6,9	3,21%	5,05%	-1,84pp
	Esposende	256	125	774	6,2	3,88%	5,05%	-1,16pp	156	171	600	3,5	6,98%	5,05%	1,93pp
	Fafe	584	272	1 450	5,3	3,45%	5,05%	-1,60pp	460	185	8 703	47,0	27,18%	5,05%	22,13pp
	Guimarães	1 443	657	15 383	23,4	14,13%	5,05%	9,08pp	1 658	615	11 649	18,9	8,41%	5,05%	3,36pp
	Vila Nova de Famalicão	1 760	847	5 839	6,9	4,91%	5,05%	-0,14pp	1 430	406	1 533	3,8	0,42%	5,05%	-4,63pp
	Vila Verde	739	334	2 603	7,8	4,45%	5,05%	-0,60pp	856	142	6 700	47,2	9,05%	5,05%	4,01pp
	Vizela	359	185	533	2,9	2,10%	5,05%	-2,95pp	370	165	3 647	22,1	12,02%	5,05%	6,97pp
	Felgueiras	191	152	520	3,4	4,46%	5,05%	-0,59pp	91	44	95	2,2	0,91%	5,05%	-4,14pp
	Gondomar	341	301	955	3,2	5,43%	5,05%	0,39pp	399	103	402	3,9	0,94%	5,05%	-4,11pp
Porto	Lousada	271	115	872	7,6	3,61%	5,05%	-1,44pp	321	51	534	10,5	0,56%	5,05%	-4,49pp
	Maia	807	390	3 148	8,1	6,00%	5,05%	0,95pp	335	139	1 723	12,4	9,52%	5,05%	4,47pp
	Matosinhos	759	415	19 623	47,3	11,70%	5,05%	6,65pp	239	196	771	3,9	8,85%	5,05%	3,80pp
	Paços de Ferreira	290	133	1 339	10,1	5,65%	5,05%	0,60pp	704	189	403	2,1	-0,97%	5,05%	-6,02pp
	Paredes	517	280	7 164	25,6	18,04%	5,05%	12,99pp	187	151	827	5,5	12,49%	5,05%	7,44pp
	Penafiel	649	321	1 268	3,9	2,92%	5,05%	-2,13pp	49	25	146	5,8	9,57%	5,05%	4,52pp
	Porto	740	419	5 382	12,8	13,42%	5,05%	8,38pp	854	623	5 587	9,0	13,73%	5,05%	8,68pp
	Póvoa de Varzim	324	213	890	4,2	3,87%	5,05%	-1,18pp	447	227	458	2,0	0,72%	5,05%	-4,33pp
	Santo Tirso	499	209	14 284	68,3	37,14%	5,05%	32,09pp	573	105	9 204	87,7	4,04%	5,05%	-1,01pp
	Trofa	641	276	16 828	61,0	33,72%	5,05%	28,67pp	297	87	599	6,9	1,97%	5,05%	-3,07pp
Viana do Castelo	Valongo	469	368	8 485	23,1	24,73%	5,05%	19,68pp	290	162	438	2,7	2,40%	5,05%	-2,64pp
	Vila do Conde	503	280	2 631	9,4	7,20%	5,05%	2,15pp	366	187	4 922	26,3	19,26%	5,05%	14,21pp
	Vila Nova de Gaia	1 392	745	2 916	3,9	3,50%	5,05%	-1,55pp	1 836	677	3 798	5,6	2,26%	5,05%	-2,78pp
	Caminha	322	192	560	2,9	1,70%	5,05%	-3,35pp	407	83	345	4,2	0,52%	5,05%	-4,53pp
	Paredes de Coura	205	101	11 872	117,5	86,18%	5,05%	81,13pp	669	241	449	1,9	-0,68%	5,05%	-5,72pp
	Ponte de Lima	623	320	4 132	12,9	9,37%	5,05%	4,32pp	279	48	725	15,1	2,49%	5,05%	-2,56pp
	Valença	569	246	6 144	25,0	14,08%	5,05%	9,03pp	27	41	92	2,2	8,69%	5,05%	3,64pp
	Viana do Castelo	603	310	2 120	6,8	5,09%	5,05%	0,04pp	1 401	323	829	2,6	-1,00%	5,05%	-6,04pp
	Vila Nova de Cerveira	68	36	89	2,5	1,35%	5,05%	-3,70pp	126	35	552	15,8	6,90%	5,05%	1,85pp
	Desenvolvimento de Negócio	19 014	9 847	155 070	15,7	10,62%	5,05%	5,57pp	17 179	6 355	73 112	11,5	5,15%	5,05%	0,10pp
Outros Investimentos em Infraestruturas		1 695							2 549						
Descarbonização		2 728							1 311						
Outros Investimentos		3 844							4 098						
Contadores Equipamento		554							415						
CONCESSÃO - Total PDIRD		27 835							25 551						
CONCESSÃO - Base remunerada		27 281	9 847	155 070	15,7	6,54%	5,05%	1,49pp	25 136	6 355	73 112	11,5	2,68%	5,05%	-2,37pp

Quadro 14: Comparação entre Real de 2024 e ano de 2024 do PDIRD 2022

3.3. Dados da concessão por concelho

Esta premissa, subjacente desde sempre ao modelo de concessão, permite ao SNG assumir rentabilidades menores em algumas zonas da concessão, mais do que compensadas por rentabilidades superiores noutras regiões, onde a densidade demográfica e as características socioeconómicas são mais favoráveis ao projeto. Este é um valor essencial assumido pela Portgás no exercício do serviço público que lhe foi conferido pelo Estado português no contrato de concessão. A análise de rentabilidade para os projetos de cada concelho permite concluir, globalmente, sobre um contributo positivo, suportado em prémios positivos nos 29 concelhos da concessão.

A caracterização da zona de concessão para os 29 concelhos, com referência a 2025, é sintetizada no quadro seguinte, num conjunto de indicadores-chave que combinam informação de carácter global, com fonte nos dados Pordata, e informação específica da empresa, de natureza comercial e técnica.

Categorias	Indicadores-chave
Caracterização Global	Área (km²)
	População
	N.º de fogos
	N.º de edifícios
	N.º de indústrias
	N.º de freguesias
	Extensão das vias (km)
Caracterização Infraestrutura	Extensão Total de rede (km)
	Rede primária
	Rede secundária (inclui urbanizações)
	Ramais
	Ramais (#)
Densificação da Infraestrutura na Concessão	PA ativos (#)
	PA Total (#)
	PA ativos (#) / PA Total (#)
	PA ativos (#) / Rede secundária (km)
	PA Total (#) / Rede secundária (km)
	Rede secundária (km) / Extensão das vias (km)
	Taxa de penetração ativa (PA ativos/ N.º Fogos)
	Taxa de penetração Total (PA Total/ N.º Fogos)
	Freguesias abastecidas (#)
	Freguesias abastecidas / N.º de freguesias (%)
Contribuição Ambiental	Emissões de CO ₂ anual evitadas (ton)

Quadro 15: Caracterização de área de concessão em 2025

Em termos demográficos, a zona de concessão corresponde a 4.365 km₂ de área, distribuídos por 29 concelhos, com 840 freguesias, que têm uma população residente de, aproximadamente, 2 628 milhares de pessoas, representando 990 milhares de famílias que habitam cerca de 1 257 milhares de fogos. Se o número de fogos constitui um excelente indicador do potencial da área de concessão, a informação dos quilómetros de vias permite-nos, cruzando estes indicadores, uma indicação do esforço necessário para atender às necessidades dessa população. A informação de que a Portgás dispõe no seu Sistema de Informação Geográfica (SIG) indica a existência de aproximadamente 28,4 mil km de via pública.

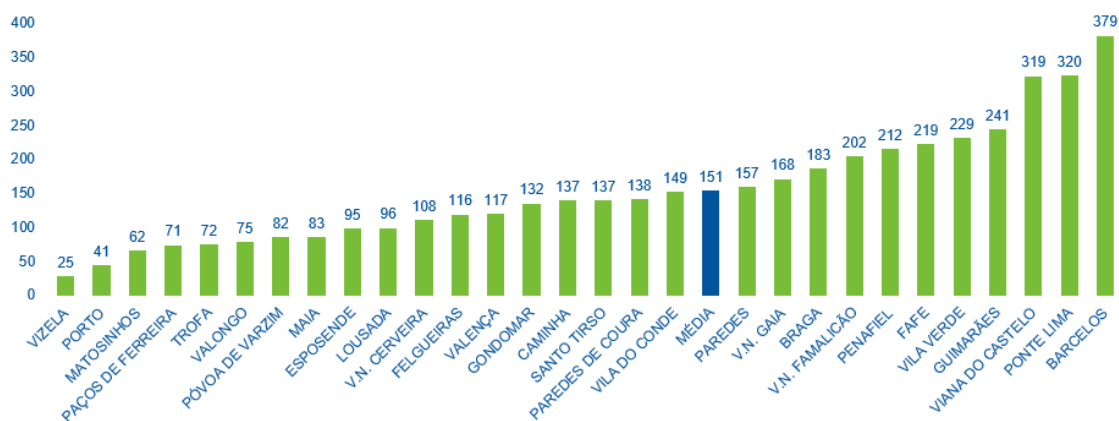


Gráfico 3: Área dos concelhos da concessão (km₂)

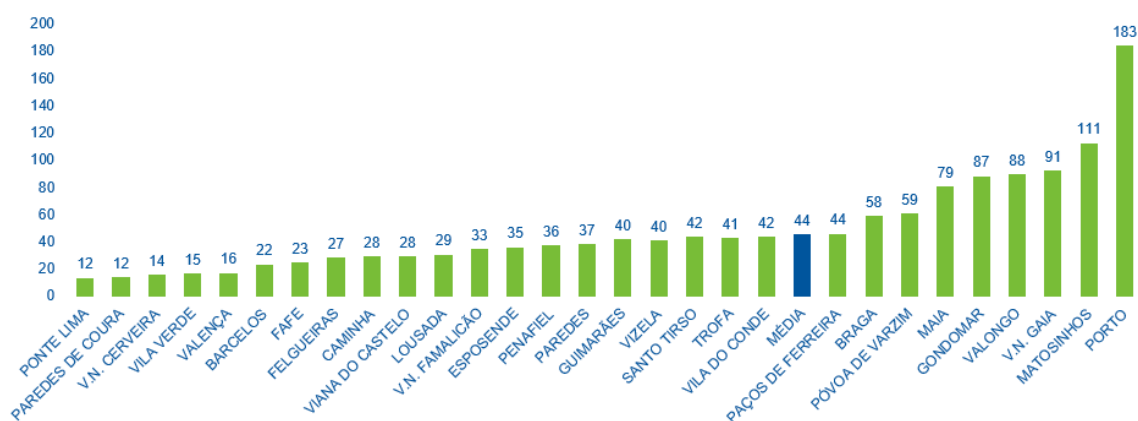


Gráfico 4: Número de fogos por km de via pública, 2025 (#/km)

A partir da informação de cadastro da Portgás é possível obter uma observação semelhante à anterior, analisando a sua rede de distribuição secundária (mapeada na via pública).

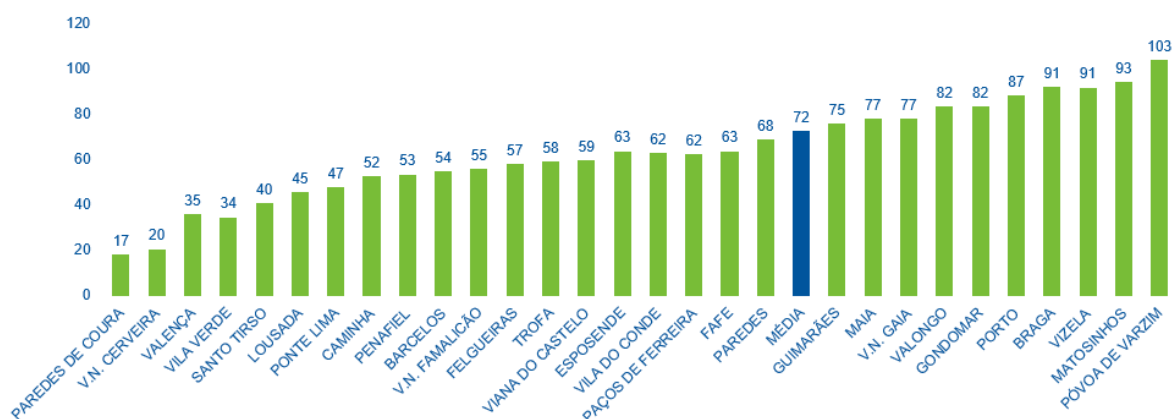


Gráfico 5: Pontos de abastecimento ativos por km de rede secundária, 2025 (#/km)

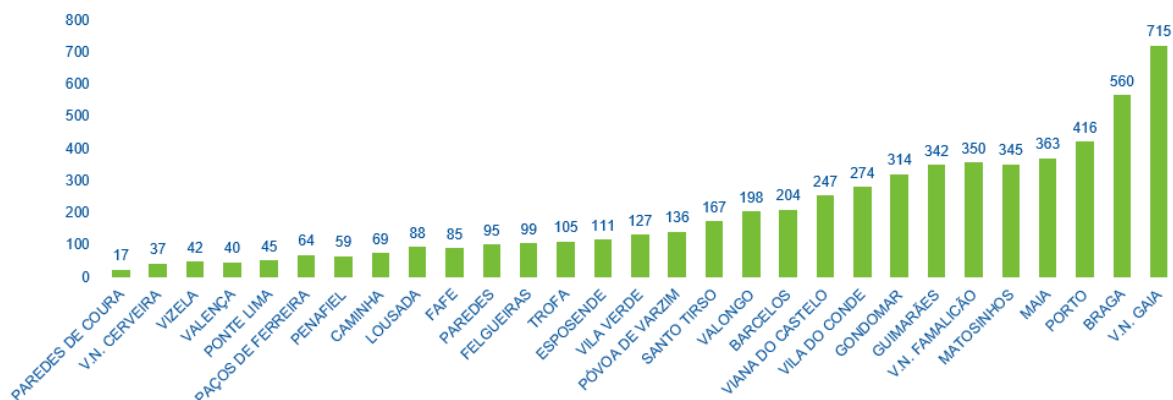


Gráfico 6: Extensão da rede secundária, 2025 (km)

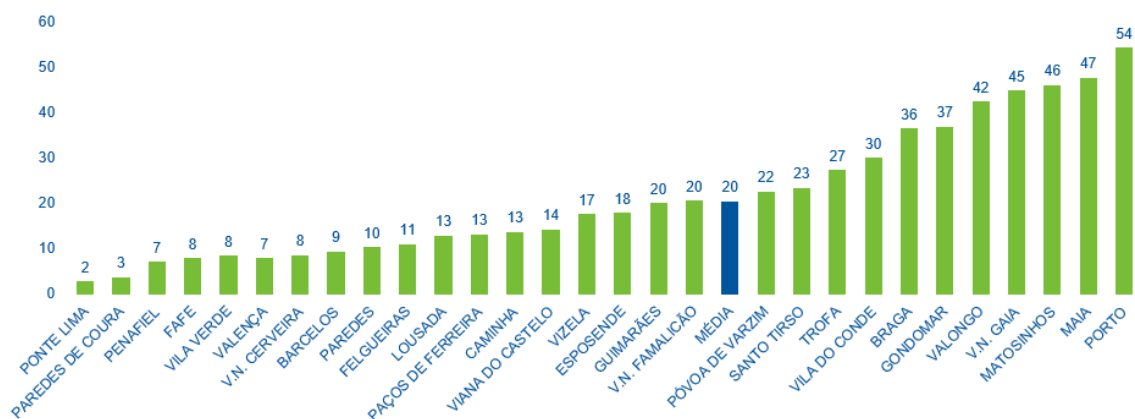


Gráfico 7: Extensão da rede secundária por extensão de rede de via pública, 2025 (%)

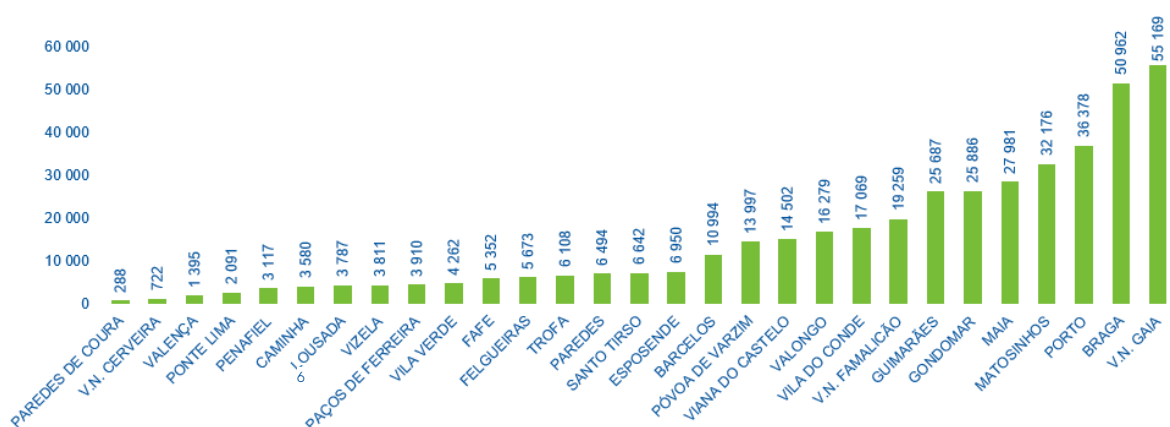


Gráfico 8: Pontos de abastecimento ativos por concelho, 2025 (#)

Em 2025, a taxa de penetração ativa da concessão é de 33 %. Existem cerca de 74 mil pontos de abastecimento disponíveis para ativação de fornecimento, ou seja, dotados de instalação de gás, mas sem contador instalado, elevando, neste caso, a taxa de penetração total para os 39 %. Estes dados representam um enorme avanço estratégico, demonstrando o extraordinário potencial de expansão e impacto do serviço. Esta proporção evidencia não só o crescimento acelerado, mas também a capacidade de transformar toda a infraestrutura de abastecimento em relação ao número total de fogos.

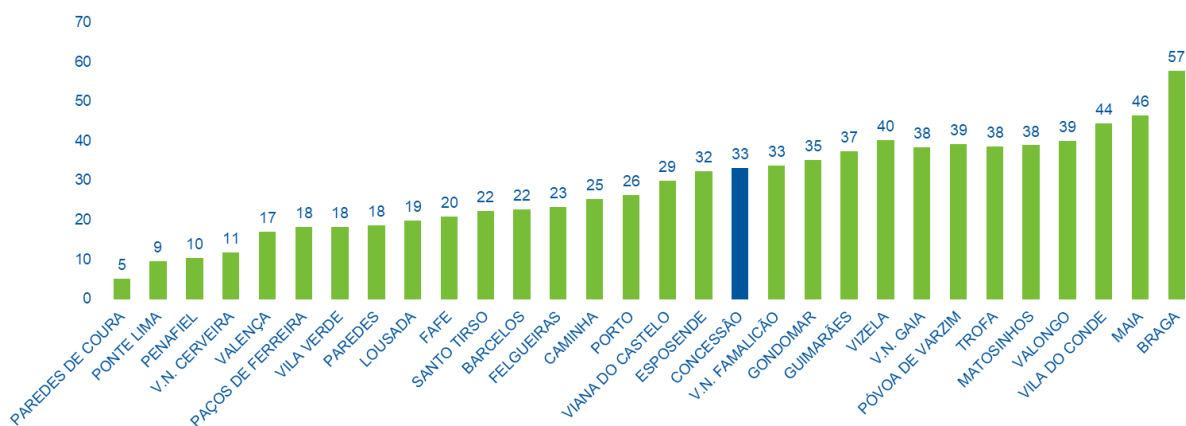


Gráfico 9: Taxas de penetração ativa por concelho 2025 (% - PA Ativos/N.º de fogos)

A área de influência da infraestrutura da Portgás abrange cerca de 60 % das 840 freguesias da concessão, existindo apenas alguns concelhos no distrito do Porto onde a abrangência desta influência é total, o que evidencia ainda margem de expansão significativa. Considerando apenas o conjunto de freguesias atualmente com infraestrutura de gás, o número de fogos existentes é de 1 110 226, o que equivale a 88,3 % do total da concessão.

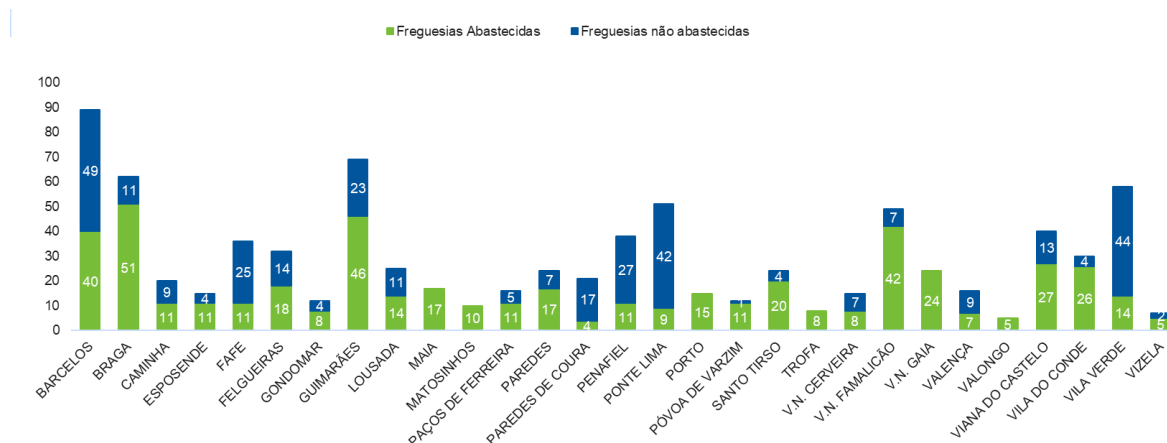


Gráfico 10: Caracterização das Freguesias por concelho quanto à disponibilidade de gás

Não obstante a total abrangência dos concelhos da concessão, o facto é que, por diversas razões, a taxa de penetração em cada um dos concelhos não é uniforme, existindo ainda cerca de metade das freguesias para abastecer. Porém, e de uma forma geral, verifica-se que os concelhos com maior magnitude em termos de extensão de rede são também os municípios onde se regista o maior número de pontos de abastecimento ativos.

Observa-se que a relação entre os fogos por km de via pública e os pontos de abastecimento ativos por km de rede secundária apresenta um comportamento coerente.

3.4. Qualidade de Serviço

O Regulamento de Qualidade de Serviço (RQS) estabelece os padrões de qualidade de serviço de natureza técnica e comercial a que devem obedecer os serviços prestados no SNG, pelos agentes e operadores, definindo as regras de avaliação e caracterização do nível de qualidade de serviço exigido.

A Portgás desenvolve de forma regular a monitorização dos indicadores de qualidade de serviço a que está obrigada, podendo-se observar pelos valores registados para os anos 2024 e 2025 e apresentados nos quadros 16 e 17, o cumprimento dos padrões gerais estabelecidos no RQS e um elevado nível de desempenho no serviço prestado.

Para efeitos de cálculo dos indicadores de natureza técnica, as classes de interrupção são identificadas consoante as causas que lhe dão origem (artigo 32º do RQS), conforme o quadro seguinte:

Classes de interrupção		Causa
Não controlável	Prevista	Razões de interesse público
	Acidental	Caso fortuito ou de força maior; Razões de segurança
Controlável	Prevista	Razões de serviço, outras causas
	Acidental	Outras causas, onde se incluem as avarias

Quadro 16: Classes de interrupção

O quadro abaixo apresenta os indicadores gerais de natureza técnica por nível de pressão e tipologia de consumo, para os anos de 2024 e 2025.

Classes de interrupção	Classes de clientes	Nível de pressão	Número médio de interrupções por 1000 clientes		Duração média das interrupções (minutos/cliente)		Duração média das interrupções (minutos/interrupção)	
			2024	2025	2024	2025	2024	2025
não controlável acidental	doméstico	Baixa Pressão	15,00	8,98	3,20	2,11	215,70	234,64
	não doméstico	Baixa Pressão	10,50	6,70	1,60	0,71	149,10	106,43
		Média pressão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total		14,80	8,89	3,20	2,05	213,90	230,88
não controlável prevista	doméstico	Baixa Pressão	0,20	0,00	0,00	0,00	137,90	0,00
	não doméstico	Baixa Pressão	0,10	0,00	0,00	0,00	430,00	0,00
		Média pressão	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
	Total		0,20	0,00	0,00	0,00	142,00	0,00
controlável acidental	doméstico	Baixa Pressão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	não doméstico	Baixa Pressão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Média pressão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
controlável prevista	doméstico	Baixa Pressão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	não doméstico	Baixa Pressão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Média pressão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 17: Indicadores gerais de qualidade de serviço técnico

Uma vez que os valores-padrão definidos pela ERSE (quadro 18) se aplicam exclusivamente às interrupções controláveis, poder-se-á concluir que a Portgás cumpriu com os indicadores gerais de natureza técnica, apesar de se registar um incremento significativo no número de ocorrências “Não Controláveis Acidentais” neste período, causados por entidades externas.

Indicadores	Classes de interrupção			
	Controláveis Previstas			Controláveis acidentais
	Lisboagás, GDL		Outros operadores de rede	
	Renovação da rede	Outras Situações		
Nº médio de interrupções por 1000 clientes	não definido	3,25	não definido	não definido
Duração média das interrupções (min/interrupção)	420	360	360	300

Quadro 18: Padrões para a rede de distribuição

No que respeita ao indicador de qualidade de serviço para as interrupções não controláveis, independentemente da responsabilidade do operador de rede de distribuição, reflete a evolução da duração das ocorrências (tempo decorrido desde o incidente até à reposição do serviço) e o número de clientes afetados por essas ocorrências. Embora o impacto para a base de clientes total seja diminuto, essa evolução tem alguma variância ao longo dos anos. De facto, as interrupções registadas devem-se à intervenção de terceiros que afetaram ou danificaram as redes causando interrupções aos clientes ligados à infraestrutura da Portgás.

Relativamente aos indicadores gerais de qualidade de serviço de natureza comercial, importa destacar aqueles que estão intrinsecamente ligados à rede de distribuição.

O quadro seguinte é relativo à resposta a situações de emergência e a assistências técnicas a clientes, nos quais a Portgás regista valores de qualidade de serviço acima dos padrões estabelecidos no RQS.

Situações de emergência	2024	2025
Situações de emergência com tempo de chegada ao local inferior ou igual a 60 minutos	3 303	3 567
Comunicações de situações de emergência recebidas	3 334	3 594
Padrão ERSE = 85%	99,1%	99,2%
Assistências técnicas	2024	2025
Comunicações de avarias que originaram deslocações para assistência técnica	2 042	2 261
Deslocações, para assistência técnica a clientes prioritários, com tempo de chegada inferior a 2 horas	10	12
Deslocações, para assistência técnica a clientes não prioritários, com tempo de chegada inferior a 4 horas	2 032	2 249
% de deslocações, para assistência técnica com tempo de chegada inferior a 2 horas (clientes prioritários) e 4 horas (clientes não prioritários)	100,0%	100,0%

Quadro 19: Indicadores gerais de qualidade de serviço comercial

Não obstante, os demais vetores de investimento têm sempre em consideração a melhoria dos padrões atuais.

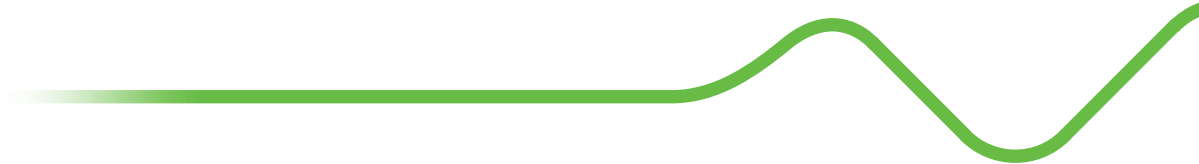
Plano de
Desenvolvimento
e Investimento
da Rede de
Distribuição

portugal

A decorative green vine graphic that starts from the left edge, curves upwards and around the text, and then extends downwards and to the right, ending in a small leaf-like flourish.

4.

Planeamento e Organização



4. Planeamento e Organização

4.1. Modelo de desenvolvimento de negócio

A Portgás é conhecida pela sua abordagem focada na eficiência operacional, segurança e qualidade de serviço. Para atingir esses objetivos, a empresa tem desenvolvido sistemas de informação de suporte à operação, recolhendo informações detalhadas e abrangentes. Isso permite uma gestão moderna e eficiente, com base em portais de comunicação com os principais *stakeholders*. Além disso, a Portgás utiliza equipamentos que permitem a gestão de operações em tempo real ao longo de toda a cadeia de valor.

Essas operações incluem desde o levantamento do mercado potencial até à efetivação de contrato de ligação à rede do mercado existente, planeamento e conceção, construção e gestão das operações nos pontos de abastecimento e infraestrutura. A empresa também se concentra na gestão dos ativos, com base no conhecimento sobre a sua condição e as emergências relacionadas ao gás na rede e nos pontos de consumo.

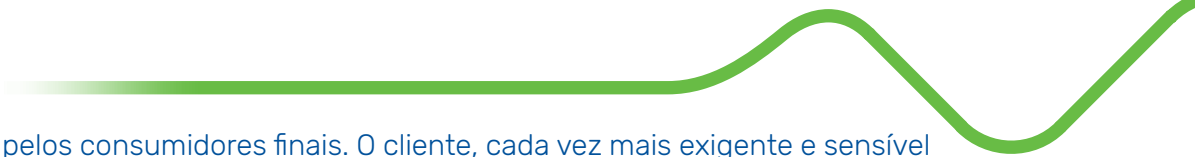
Na interação com as diferentes partes interessadas, a Portgás segue algumas diretrizes estratégicas principais:

1. Ampliar a participação da empresa em projetos de inovação energética e sustentabilidade dentro da sua área de concessão;
2. Aumentar o conhecimento sobre os projetos de descarbonização das redes, tanto no site da empresa quanto entre os *stakeholders*;
3. Expandir a penetração na rede de distribuição existente, por meio de campanhas de marketing digital e outras ações de fortalecimento da marca;
4. Aumentar a energia veiculada, com ações direcionadas a industriais e autarquias;
5. Facilitar a ligação de produtores de gases renováveis, apoiando uma transição energética justa e de baixo custo.
6. Contribuir para a literacia energética, nomeadamente ao nível da eficiência, economia e soluções de aquecimento híbridas que combinam gás e eletricidade.

A importância da orientação para o cliente no desenvolvimento do negócio

A Portgás não tem qualquer dúvida que um dos desafios da transição energética é a orientação para o cliente. Desde já, é crucial garantir vantagens para os consumidores: tanto os atuais quanto os futuros clientes devem ter acesso a informações claras sobre os benefícios de estarem conectados à rede de distribuição de gás, aproveitando uma infraestrutura que evolui em direção a uma energia verde.

Como operadora de rede, a Portgás deve concentrar-se em comunicar as ações realizadas para garantir uma transformação adequada das redes de gás, alinhada com as metas de neutralidade carbónica até 2050. Todos os consumidores deverão perceber que esses ativos são relevantes e valiosos para o futuro do setor energético, e a sua mudança deve



ser acompanhada pelos consumidores finais. O cliente, cada vez mais exigente e sensível a essas questões, desejará assim fazer parte dessa transformação.

Numa transição energética com foco no cliente é essencial considerar o papel dos diferentes intervenientes. A Portgás deverá interagir com eles para melhor compreender as necessidades do mercado e definir ações adequadas.

O papel das cidades / das autarquias

As cidades têm vindo a assumir o seu papel de atores relevantes na transição energética, como parte essencial da criação de cidades mais sustentáveis. As cidades lideradas pelas autarquias da área de concessão da Portgás são disso bons exemplos, nomeadamente:

- Porto, Braga e Guimarães integram, de forma consistente nos últimos anos, a lista da CDP (*Carbon Disclosure Project*), organização internacional que identifica cidades líderes mundiais em ação climática, transparência e reporte ambiental. Guimarães reforçou este reconhecimento ao assumir, em 2026, o título de Capital Verde Europeia, atribuído pela Comissão Europeia;
- Santo Tirso e Caminha recebem, há vários anos consecutivos, o galardão Eco XXI, atribuído pela Associação Bandeira Azul da Europa em reconhecimento das melhores práticas de sustentabilidade ao nível municipal nas áreas ambiental, social e económica;
- Valongo foi um dos vencedores do prémio europeu *Green Leaf* 2022, uma distinção da Comissão Europeia;
- Vila Nova de Famalicão aderiu ao Manifesto – Cidades para a Indústria Sustentável, que junta várias cidades na promoção e implementação da nova Estratégia Industrial da União Europeia, assente numa economia mais verde, inteligente e resiliente;
- Vila Nova de Gaia e Guimarães integram o projeto “Pegada Ecológica”, em parceria com a Universidade de Aveiro, a Associação ZERO e a *Global Footprint Network*.

A Portgás, enquanto parte integrante do dia a dia dos 29 concelhos da sua concessão, continuará a efetuar um levantamento exaustivo para identificar, junto das autarquias, projetos em que possa atuar como parceira estratégica. Estas parcerias serão relevantes, nomeadamente, na definição de medidas no âmbito da Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (pacotes “Melhoria de conforto e combate à pobreza energética”, “Aumento da eficiência energética” e “Descarbonizar local”).

No âmbito da preparação do PDIRD 2026, a Portgás promoveu um conjunto alargado de reuniões técnicas (“*roadshow*”) com os municípios da área de concessão, envolvendo diretamente os serviços de planeamento territorial, urbanismo e infraestruturas municipais. Este processo permitiu recolher informação estruturada e atualizada sobre dinâmicas locais de crescimento, nomeadamente novos polos habitacionais, áreas de expansão industrial, equipamentos públicos com necessidades energéticas e projetos relevantes em desenvolvimento. O contributo dos municípios revelou-se determinante para a construção de um plano de investimento assente em necessidades reais e territorialmente ancoradas, reforçando a robustez da previsão de procura, a identificação de lacunas de cobertura da rede e a priorização de intervenções com maior impacto económico e social.



Desta forma, o PDIRD 2026 incorpora uma abordagem *bottom-up*, alinhada com as orientações regulatórias, assegurando que os investimentos propostos respondem de forma eficiente, justificada e sustentável às necessidades presentes e futuras do sistema.

Por outro lado, a Portgás continuará a desenvolver os seus projetos de IDI privilegiando o estabelecimento de parcerias com as autarquias e com outras partes interessadas relevantes em cada caso concreto (como as agências de energia, a academia e demais entidades cujas iniciativas contribuem para o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis).

O papel dos profissionais

Diversos profissionais desempenham um papel crucial como prescritores de soluções energéticas no quotidiano, interagindo diretamente com os clientes finais. Entre esses profissionais, destacam-se arquitetos, projetistas e engenheiros civis, que são atores essenciais no processo de transição energética, que deve desenvolver-se no sentido de destacar as vantagens de ligar todos os imóveis às redes de distribuição, atualmente de gás e, no futuro, de gás de origem renovável.

Estes profissionais, cujas atividades estão relacionadas com o setor energético, devem ser parceiros ativos na definição de medidas, isso inclui contribuir ativamente para a Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios, bem como colaborar na construção de novos parques habitacionais que respondam de forma inovadora e tecnologicamente consciente aos desígnios da transição energética.

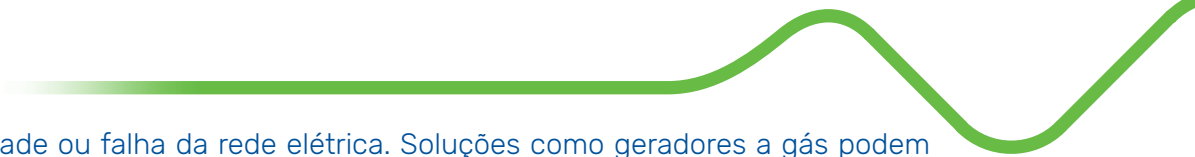
O papel dos consumidores

Conforme já referido anteriormente, é de extrema importância que o consumidor final tenha um papel ativo na transição energética.

Os consumidores devem estar plenamente conscientes de que as escolhas feitas no curto prazo têm um impacto significativo no sucesso futuro da estratégia de descarbonização. Nesse sentido, é crucial esclarecer os consumidores quanto à relevância das suas decisões sobre as soluções energéticas.

1. Consumidores Industriais:

- Os consumidores industriais, especialmente aqueles com elevado consumo de energia, estão bem informados e procuram as melhores soluções para aumentar a competitividade e a eficiência energética do seu processo produtivo.
- É essencial demonstrar que o gás atualmente distribuído não apenas contribui significativamente para esses objetivos, sendo uma fonte de energia economicamente vantajosa e eficiente, mas também que, em alguns setores industriais, a transição para outras fontes de energia é tecnicamente muito desafiadora e será economicamente bastante mais exigente.
- Portanto, manter a ligação à rede de gás ou optar por esta é crucial para a eficiência dos negócios, mas também para a própria aceleração do processo de descarbonização nacional.
- Destaque ainda para a resiliência da rede de gás, que permite reduzir os impactos económicos de uma paragem de atividade em situações de cala-



midade ou falha da rede elétrica. Soluções como geradores a gás podem assegurar a continuidade operacional das empresas nestes cenários — um fator de extrema importância para o tecido empresarial, para as populações e para o país.

2. Consumidores Domésticos:

- Os consumidores domésticos também devem estar informados sobre as vantagens de continuar a ligar os seus imóveis à rede de distribuição de gás.
- Além das considerações económicas, como a poupança proporcionada às famílias pela solução gás, quando comparada com outras fontes de energia, é ainda mais importante considerar o aspeto ambiental, quando comparada com a alternativa mais poluente: Gás de Petróleo Liquefeito (GPL), presente em milhões de lares portugueses.
- Ao conhecer todos os projetos de inovação que tornarão as redes de distribuição cada vez mais descarbonizadas, o consumidor poderá ter a certeza de que está ligado a uma rede comprometida com a sustentabilidade e continuidade da mesma.
- Essa mesma rede continuará a oferecer a melhor solução energética disponível, tanto agora como no futuro, que garante também a redundância necessária para a continuidade das condições de habitabilidade em cenários de falha da rede elétrica. A existência da rede de gás gerou em 2024 uma poupança de 124,7 M€ para as famílias da área de concessão, correspondendo a 112 € por MWh consumido.

Modelo operacional

Ao abrigo dos ciclos de melhoria contínua estão enraizadas práticas de gestão do conhecimento, sustentadas numa estrutura de gestão documental que abrange o desenvolvimento de manuais, especificações e procedimentos assim como a procura de soluções, no âmbito do planeamento, construção, exploração, manutenção e gestão de energia, que permitem o incremento de indicadores de eficiência.

Numa ótica de gestão de energia, enquanto agente do sistema, os balanços físicos são um instrumento de análise técnica e de gestão fundamental, que permite verificar se as fugas, os autoconsumos, os erros de leitura ou de medição, as diferenças de medição e os potenciais desvios se mantêm dentro de níveis considerados adequados. Nesta área têm vindo a ser desenvolvidos programas de *revenue assurance*, estabelecendo processos e sistematizando ações e controlos no sentido de garantir uma monitorização efetiva do ciclo *meter to cash*. Constitui uma área de evolução futura requerendo esforços dos sistemas de informação no sentido de permitir o incremento da qualidade dos balanços energéticos e, por outro lado, implementando o conceito do *forecast* de consumos e previsibilidade, baseados em variáveis como, por exemplo, a temperatura e padrões de consumo, reduzindo a incerteza das estimativas ao mercado.

Apesar destas iniciativas, o incremento do volume de dados e a capacidade de tratar em tempo real um volume cada vez maior de dados provenientes de distintas fontes, são aspetos cada vez mais relevantes numa operação moderna, permitindo criar padrões de consumo e antecipar potenciais desequilíbrios, seja por problemas na medição ou mesmo situações de fraude.



Com o Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro e subsequente Regulamento da ERSE n.º 814/2023, de 27 de julho, ficou estabilizado o regime da Apropriação Indevida de Energia no SNG. A obrigatoriedade de conformação da atividade àqueles normativos e ao desenvolvimento dos gases renováveis, determinou a criação de uma nova célula de atividade intitulada “Apropriação Indevida de Energia”.

Consciente da importância do combate à fraude e da eficácia de uma ação preventiva no sentido de minimizar as ocorrências e potenciar a deteção de situações anómalas ou suspeitas, indiciadoras de um elevado risco de fraude, a Portgás orienta a sua ação por um conjunto de medidas preventivas, que a seguir são enumeradas:

- Exigência de acessibilidade permanente aos equipamentos de medida;
- Análise regular do balanço físico da infraestrutura;
- Reforço de soluções mitigadoras do risco de fraude: selagens com código de barras, ligação de *anti-tampering* aos sistemas de supervisão e duplo sinal do contador;
- Manutenção periódica dos contadores e verificação da sua adequação, ao longo do ciclo de vida, aos padrões de consumo dos clientes;
- Migração para sistemas mais fiáveis e modernos de comunicação (desenvolvimento de projetos na tecnologia *IoT* e *backup* de operador de redes de comunicações, em caso de falha do principal), incrementando consideravelmente a taxa de êxito das comunicações.

Relativamente aos projetos de desenvolvimento de negócio para novas zonas de consumo e na densificação da rede existente, a operação consiste na implementação da estratégia comercial no terreno, enriquecendo os projetos com a densificação de pontos de abastecimento.

Este processo baseia-se num procedimento estruturado que antecede a realização do investimento:

1. Realização do recenseamento e levantamento da nova zona a abastecer;
2. Planeamento e conceção da rede de distribuição, incluindo os pontos especiais necessários para abastecer a zona identificada;
3. Avaliação dos termos dos licenciamentos impostos pelas entidades gestoras do subsolo e dos requisitos específicos do projeto, a fim de determinar o valor de investimento adicional à rede de distribuição;
4. Paralelamente à atividade anterior, realiza-se a prospeção sobre o mercado potencial na área de influência da rede de distribuição planeada, garantindo a maximização das ligações e do potencial de consumo;
5. Com todos os investimentos determinados (pontos 2, 3 e 4) efetua-se a avaliação da viabilidade económica do investimento para suporte à decisão de avançar com o projeto, caso seja benéfico para o SNG;

6. Se a análise de viabilidade (utilizando a metodologia da taxa interna de rentabilidade) realizada no ponto 5 não for benéfica para o SNG, o projeto fica em estado “pendente” e poderá ser reanalisado no futuro, caso surjam novas oportunidades ou pedidos de ligação à rede que tornem o projeto economicamente mais sustentável.



Figura 11: Esquema da atuação no investimento da Portgás

Paralelamente aos projetos de expansão da rede acima descritos, a Portgás desenvolve projetos de densificação, nomeadamente em ruas onde a taxa de penetração ainda é reduzida, de forma a incrementar a sustentabilidade dos investimentos já realizados.

Este processo é suportado por um sistema e um *modus operandi* coordenado que envolve mais de 600 pessoas, entre colaboradores internos e externos. Desta forma de atuar resulta uma caracterização detalhada do terreno, que confere um conhecimento regional que permite à empresa trabalhar com dados de forma a obter uma análise de viabilidade e rentabilidade, para o setor, dos investimentos a realizar e adequar os projetos ao contexto local.

Esta estratégia de desenvolvimento do negócio permitiu atingir, no final de 2025, uma taxa de penetração total de 39 % no global da área de concessão, que traduz o quociente entre o número de pontos de abastecimento dotados de instalação de gás (484 535) e o total de fogos da concessão (1 256 902).

4.2. Planeamento da infraestrutura

No âmbito da política de planeamento de infraestruturas, a Portgás desenvolve uma análise integrada e sistemática ao estado global da sua rede de distribuição, materializada no Plano Diretor de Planeamento, Operação e Manutenção da Infraestrutura. Este instrumento, com periodicidade bienal, identifica o estado de capacidade e risco da infraestrutura e define um conjunto estruturado de iniciativas destinadas à implementação de ações corretivas e de otimização da rede.

O Plano Diretor concretiza-se através da identificação de projetos específicos, que podem materializar-se na construção de rede de Média ou Baixa Pressão, bem como na introdução de ativos pontuais, como Postos de Regulação e Medição (PRM). Estas intervenções, analisadas de forma individual e integrada, contribuem para a melhoria da qualidade



de serviço, para a redução do risco dos diferentes subsistemas e para o cumprimento dos critérios técnicos e operacionais de planeamento da rede.

O Plano Diretor de Planeamento, Operação e Manutenção da Infraestrutura constitui, assim, um dos pilares do planeamento estratégico de infraestruturas da Portgás, consolidando o processo de planeamento das redes de distribuição numa ótica de gestão sustentável da capacidade, mitigação do risco da infraestrutura e preparação da rede para os desafios futuros da atividade, assegurando impactos positivos e duradouros no desempenho operacional da empresa.

As políticas que regem o planeamento das redes de gás visam principalmente garantir um fornecimento seguro para pessoas e bens, mantendo a qualidade do serviço, a segurança do abastecimento e condições técnicas adequadas de acordo com as normas em vigor, tendo sempre em conta as necessidades dos consumidores finais. Assim, garante-se que a rede seja operada de forma eficiente e que o padrão de qualidade do serviço se mantenha elevado tanto no presente como no futuro.

Os princípios básicos de planeamento de redes assentam em quatro vetores-chave:

- Exigências legais, regulamentares e normativas;
- Investimentos em infraestruturas;
- Restrições técnicas;
- Gestão de risco.

4.2.1. Exigências legais, regulamentares e normativas

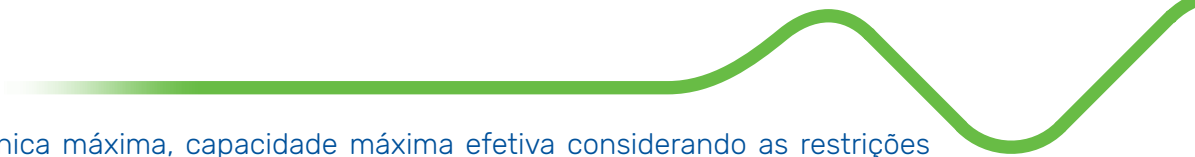
O plano de investimento apresentado adota um princípio de prudência reforçada, assegurando que cada projeto é suportado por fundamentação técnica, económica e regulatória suficiente, com avaliação da sua necessidade, eficiência e adequação face aos cenários de procura e à evolução prevista do sistema. A seleção de investimentos privilegia intervenções com benefício demonstrável para a segurança de abastecimento, a qualidade de serviço, a integração de gases de origem renovável e a sustentabilidade tarifária, evitando a criação de capacidade excedentária ou de ativos suscetíveis de obsolescência prematura.

O planeamento da rede deverá ter presente as obrigações constantes nos regulamentos da ERSE, nomeadamente:

- RRC – Regulamento das Relações Comerciais;
- RQS – Regulamento da Qualidade de Serviço;
- RARII – Regulamento de Acesso às Redes, às Infraestruturas e às Interligações.

Em particular, o artigo 327º do RRC, que define que os operadores das redes de distribuição devem:

- Assegurar a operação das redes de distribuição de gás em condições técnicas e económicas adequadas;
- Propor o plano quinquenal de desenvolvimento e investimento das redes de distribuição, de forma a permitir o acesso de terceiros, e gerir de forma eficiente as infraestruturas;
- Coordenar o funcionamento das redes de distribuição de forma a assegurar a veiculação de gás dos pontos de entrada até aos pontos de entrega, observando os níveis de qualidade de serviço regulamentarmente estabelecidos, no quadro da Gestão Técnica Global do SNG;
- De acordo com o RARII deve ser garantida a existência de capacidade disponível de forma a permitir a realização do direito de acesso às redes, contribuindo para a segurança de abastecimento. Os estudos a efetuar devem incluir a análise à capa-



cidade técnica máxima, capacidade máxima efetiva considerando as restrições técnicas, capacidade disponível para fins comerciais e identificação e justificação dos principais congestionamentos previstos;

- Facultar aos agentes de mercado as informações de que necessitem para o acesso às redes;
- Assegurar o cumprimento dos padrões de qualidade de serviço que lhe sejam aplicáveis nos termos do RQS, nomeadamente: assegurar um contínuo fornecimento das infraestruturas (atendendo aos limites de pressão do bom funcionamento das mesmas e dos equipamentos dos clientes) e manter a duração média das interrupções abaixo dos limites (360 min/interrupção em interrupções controláveis e 300 em interrupções acidentais);
- Fornecer ao operador da rede de transporte, aos agentes de mercado e aos clientes as informações necessárias ao funcionamento seguro e eficiente, bem como ao desenvolvimento coordenado das diversas redes.

Devem ainda ser cumpridos todos os requisitos de segurança constantes na regulamentação portuguesa. As restrições técnicas apresentadas neste capítulo impactam diretamente no cumprimento dos requisitos de segurança das infraestruturas de gás.

Os ORD devem, também, assegurar a informação e os acessos dos produtores às redes de distribuição para injetarem gases de origem renovável, nas condições estabelecidas na regulamentação em vigor.

4.2.2. Investimentos em infraestruturas

No âmbito da sua política de planeamento estratégico de redes, a Portgás identificou um conjunto de projetos com o objetivo de incrementar a qualidade e a resiliência da infraestrutura numa perspetiva de expansão, assegurando a diminuição do risco de alguns subsistemas.

Na componente da resiliência de rede, de referir que a Portgás desenvolveu as suas infraestruturas, numa fase inicial, com uma perspetiva de alimentação exclusiva (fonte única), usualmente designadas por redes em antena. No entanto, à medida que a expansão das infraestruturas se desenvolve, com o consequente incremento da energia veiculada e pontos de abastecimento, são avaliadas as possibilidades de interligação entre PRM de 2ª classe, garantindo assim uma maior resiliência da rede no caso da ocorrência de situações anómalas, reduzindo o risco de falha de fornecimento. Por outro lado, devido a um desenvolvimento mais acelerado dos consumos em determinadas zonas, estão também previstos reforços das redes, através de interligações, numa perspetiva não só de sustentabilidade e resiliência dos subsistemas, mas também de redução do risco.

As restrições técnicas empregues na análise de redes de distribuição são:

i. Pressão - Para efeitos de determinação da capacidade dos sistemas e subsistemas, a Portgás utiliza critérios de análise onde se define que a pressão mínima em qualquer ponto deve ser 1 bar para a rede secundária e 6 bar para a rede primária;

ii. Velocidade - Ao nível da velocidade de escoamento, o valor típico utilizado em fase de projeto pelos fabricantes de equipamentos é de 20 m/s. No entanto, nas redes primárias, devido ao possível arrastamento de *black powder* nas redes, propõe-se uma redução do valor de projeto para os 15 m/s;

iii. Capacidade máxima dos ativos - Deve ser tida em conta a capacidade máxima de todos os filtros, reguladores e contadores. O elemento com capacidade mais baixa presente num posto determina a capacidade máxima do posto.

4.2.3. Gestão de Risco

O processo de decisão relativo aos projetos a desenvolver assenta numa abordagem estruturada de gestão de risco, que visa identificar, avaliar e mitigar os riscos associados às atividades de desenvolvimento de infraestruturas da rede, tendo em consideração os critérios de planeamento e os objetivos de segurança e continuidade de serviço. A gestão de risco não tem como finalidade eliminar totalmente o risco inerente às operações, mas sim assegurar a sua adequada identificação, avaliação e controlo, minimizando potenciais impactos adversos e promovendo a resiliência do sistema.

No âmbito do planeamento da rede, a análise de risco associada à eventual falha de equipamentos ou ativos críticos pode justificar a realização de investimentos estruturantes destinados a reforçar a robustez e a fiabilidade da infraestrutura. Neste contexto, é avaliada a necessidade de reforço do abastecimento a determinados ativos ou subsistemas, designadamente através da interligação de redes, da construção de novos troços de rede primária ou da introdução, substituição ou desativação de equipamentos.

Para suportar esta avaliação, a infraestrutura é modelada e simulada considerando diferentes cenários de operação e situações de *stress*, permitindo analisar o comportamento do sistema e identificar potenciais vulnerabilidades. Entre os critérios considerados nesta análise destacam-se, a título exemplificativo:

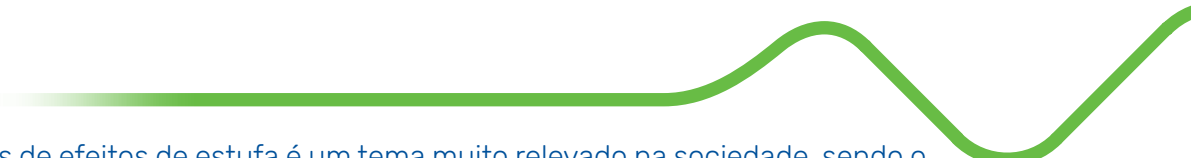
- Critério de maior consumo registado;
- Critério de máximo consumo admissível;
- Critério de capacidade de redundância do sistema;
- Critério de proximidade e análise dimensional da rede.

A determinação do nível de risco associado a um determinado subsistema considera, numa primeira fase, a capacidade disponível da infraestrutura. Sempre que esta capacidade seja inferior a 10 %, considera-se existir um nível de risco elevado, independentemente do número de clientes abastecidos ou da capacidade máxima das estações de regulação e medida (GRMS ou PRM). Nestas situações, é desenvolvida uma proposta de ação corretiva de natureza estruturante, a qual é integrada no repositório de projetos e objeto de simulação no modelo de rede, permitindo avaliar o impacto da solução proposta na capacidade do sistema.

Nos casos em que os subsistemas apresentam uma capacidade disponível superior a 10 %, a avaliação do risco incorpora adicionalmente o impacto dessas redes no negócio, considerando fatores como o número de clientes abastecidos e a capacidade máxima do subsistema determinada através das ferramentas de modelação da rede. Na rede de média pressão, a análise incide essencialmente sobre a capacidade máxima do sistema, enquanto na rede de baixa pressão são igualmente considerados os subsistemas que, pela sua configuração ou nível de utilização, possam evidenciar a necessidade de intervenções estruturantes para reduzir o grau de risco para níveis considerados aceitáveis.

4.3. Sustentabilidade e Sistema de Gestão

As alterações climáticas são um dos maiores desafios globais do século XXI, exigindo uma transformação profunda dos sistemas energéticos e assegurando que a descarbonização decorre de forma socialmente equilibrada e economicamente sustentável. A Portugal reconhece a complexidade destes desafios, num contexto de crise climática e ambiental cada vez mais exigente, desempenhando os sistemas de gestão um papel estratégico e facilitador na transição energética, garantindo o desenvolvimento das infraestruturas na sua zona de concessão e promovendo a integração de gases renováveis, contribuindo para a progressiva redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE).



A emissão de gases de efeitos de estufa é um tema muito relevado na sociedade, sendo o seu controlo um dos aspetos mais preponderantes para a mitigação das alterações climáticas. A necessidade de mitigar os efeitos das alterações climáticas, em alinhamento com os objetivos da política pública definidos no PNEC 2030, reforça a urgência de acelerar a transição energética. O setor energético é central para a concretização deste processo, e o caminho exige reforçar a resiliência e a segurança do abastecimento, ao mesmo tempo que se promove o aumento da independência energética do país, sendo mais uma vez de realçar o contributo das infraestruturas de gás, de elevada resiliência a intempéries, bem como dos gases renováveis, enquanto produção endógena.

A nível nacional em 2025, a produção legislativa no setor da energia centrou-se na aceleração da transição energética e na integração das metas europeias, tendo sido atualizada a lei de bases do setor do gás com a introdução dos gases renováveis e a designação transitória da REN Gás para gerir a futura rede de hidrogénio.

Alinhada com a política pública e com os objetivos estratégicos de descarbonização do grupo REN, no qual se insere, a Portgás assume, continuamente, a sua obrigação de redução de GEE e de incorporação das melhores práticas ao nível da sustentabilidade, que se traduzem em:

- 60 % emissões CO2 até 2030 (face a 2019) (âmbito 1 + 2);
- 30 % emissões CO2 até 2030 (face a 2021) (âmbito 3);
- Neutralidade Carbónica até 2040 (emissões de âmbitos 1 e 2).

Por outro lado, a REN obteve a aprovação, em 2023, do *Near-term Science-Based Targets*, pela SBTi - *Science Based Target Initiative*, uma iniciativa que procura estimular a ambição empresarial e ajudar as empresas a procurarem soluções para combater as alterações climáticas. De referir, também, que o grupo REN obteve a pontuação de "A" no CDP (*Climate Change*), em 2024 e 2025, assim como no SEA (*Supplier Engagement Assessment*), a mais alta classificação e que premeia as organizações com compromissos e resultados obtidos no âmbito da descarbonização, para além do envolvimento da cadeia de fornecimento tendo em vista o reforço da sustentabilidade.

O Grupo REN divide as suas iniciativas em cinco eixos de descarbonização, sendo que a Portgás, pela natureza da sua atividade, contribui para 4 dos pilares, a saber:

1) Sistema Nacional de Gás: Integração de gases renováveis ao nível da concessão;

2) Edifícios Administrativos, Instalações Técnicas de Processo e Infraestruturas:

- 2.1. Redução das emissões de metano, através da implementação de programas alinhados com as boas práticas do OGMP 2.0 (*Oil & Gas Methane Partnership 2.0*), com as obrigações resultantes do regulamento europeu de redução das emissões de metano, melhoria das atuais metodologias e processos e incremento da frequência da monitorização e diminuição do tempo entre a identificação e a reparação das fugas;
- 2.2. Instalação de sistemas de autoconsumo, a partir de FER, em edifícios administrativos e instalações técnicas;

3) Mobilidade: redução das emissões da frota por km percorrido, através da progressiva eletrificação e/ou incorporação de combustíveis renováveis;

4) Cadeia de Fornecimento:

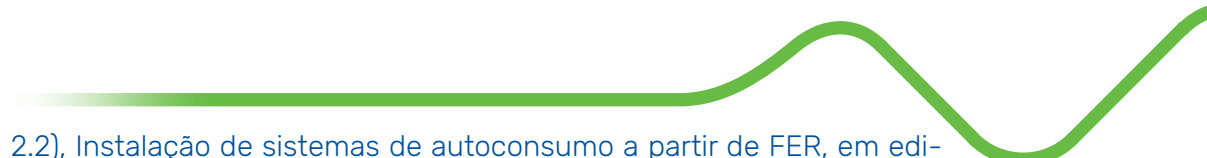
- 4.1. Implementação da Academia de Sustentabilidade para fornecedores, aumentando o conhecimento e desenvolvendo competências para o cálculo do inventário de carbono e respetivas ferramentas de apoio, assegurando alinhamento com os objetivos da REN;
- 4.2. Aumento da exigência ao nível dos concursos, no que respeita à descarbonização, nomeadamente na obrigatoriedade do relato das emissões (dados primários), da introdução progressiva de veículos, máquinas e equipamentos mais descarbonizados.

Relativamente ao ponto 1), depois de concluído, em 2024, o processo de certificação das infraestruturas de transporte, distribuição e armazenamento para veicular misturas de hidrogénio com gás, a REN deu, em 2025, um passo decisivo com a aprovação do projeto-piloto H2REN pelo Estado Concedente e pela ERSE. Este projeto permitirá validar, em ambiente de pré-teste, o modelo de operação de uma Estação de Mistura e Injeção de H₂ na RNTG, com posterior abastecimento à rede de distribuição da Portgás. Os testes, agendados para início de 2026, permitirão testar a injeção de até 10 % de hidrogénio no Sistema Nacional de Gás, validar estudos técnicos e confirmar a capacidade operacional da REN para operar ativos com hidrogénio em segurança e eficiência. Por outro lado, a Portgás tem vindo a realizar sessões de promoção e sensibilização das vantagens do biometano e prevê-se em 2026 a ligação de duas unidades de produção à infraestrutura de gás.

Relativamente ao ponto 2.1), as emissões de metano têm vindo a assumir relevância das políticas públicas internacionais e nas principais instituições, sendo que as Nações Unidas, através do seu programa ambiental (UNEP) lançaram a *"Oil and Gas Methane Partnership (OGMP 2.0)"*. A OGMP 2.0 tem como objetivo caracterizar, medir e quantificar as emissões de metano, para posteriormente reduzir as suas emissões. Esta iniciativa exige que as empresas reportem as emissões de todas as fontes de ativos da cadeia de valor (dados auditáveis) e implementem um plano de mitigação das emissões.

A Portgás aderiu, em 2023, ao OGMP 2.0, através da assinatura de um memorando de entendimento, reforçando assim o seu compromisso com a sustentabilidade ambiental. Em 2025, a Portgás foi distinguida com o selo *"Gold Standard Pathway"* da iniciativa OGMP 2.0, liderada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, pelo seu plano de redução de emissões de metano. Um reconhecimento restrito a 29 Operadores de Redes de Distribuição a nível global que atingiram este nível de exigência. A Portgás reduziu as emissões de metano em 24 % em 2025, face a 2024.

Ainda no contexto da redução de emissões, as obrigações que decorrem da entrada em vigor do novo Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à redução das emissões de metano no setor da energia, e que altera o Regulamento (UE) 2019/942, aumenta a frequência da pesquisa sistemática de fugas. Este contexto coloca desafios particularmente exigentes à atividade da Portgás, que tem vindo a promover um aumento progressivo da frequência das ações de controlo, com vista a assegurar, de forma gradual, o alinhamento com estas novas exigências, cujo alcance é, por natureza, complexo. O reforço da frequência, aliado à necessidade de aumentar a eficiência e a produtividade deste processo, exige a adoção de soluções mais eficazes. Nesse sentido, uma das medidas já identificadas como necessária passa pelo recurso a veículos dedicados à realização da pesquisa sistemática de fugas. Esta abordagem permite não só reforçar a segurança da comunidade, através da mitigação dos riscos associados a fugas de gás, como também contribuir de forma significativa para a preservação do meio ambiente, ao reduzir as emissões associadas.



Relativamente ao 2.2), Instalação de sistemas de autoconsumo a partir de FER, em edifícios administrativos e instalações técnicas, em 2025 a Portgás concluiu a construção e comissionamento da UPAC de cerca de 150 kW e comprou Garantias de Origem de Eletricidade para a eletricidade remanescente adquirida ao comercializador. De referir que a remodelação do Sistema de Climatização do Edifício e a instalação do Parque Fotovoltaico contribuíram para que o Certificado Energético do Edifício da Portgás atingisse a **Classe Energética de A – NZEB Muito Eficiente**.

Relativamente ao 3), Mobilidade: redução das emissões, a Portgás tem vindo a aumentar a eletrificação da sua frota e a incorporar combustíveis renováveis, nomeadamente o HVO (Óleo Vegetal Hidrotratado – *Hydrotreated Vegetable Oil*), um biocombustível que reduz as emissões de GEE em cerca de 80 % ao longo do seu ciclo de vida, em comparação com o diesel tradicional.

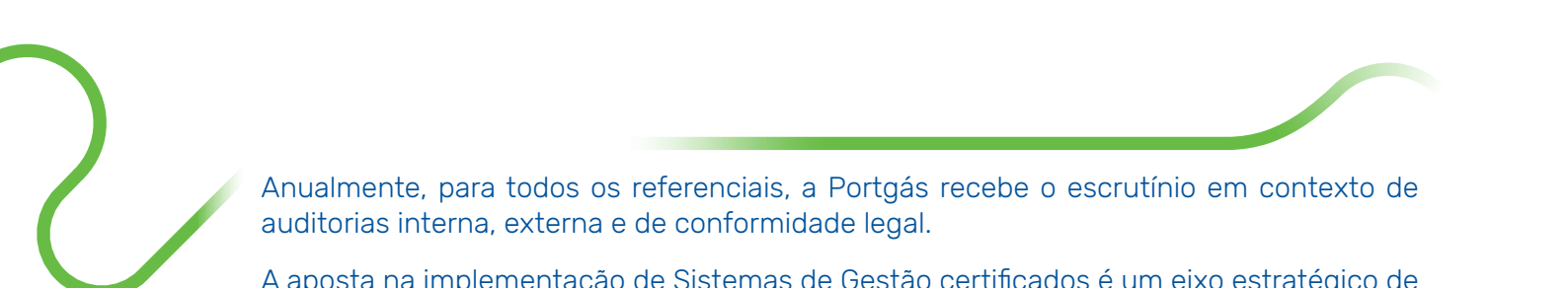
Relativamente ao ponto 4), Cadeia de Fornecimento, esta tem participado ativamente na Academia de Sustentabilidade para fornecedores, permitindo assim um aumento do conhecimento e desenvolvendo competências para o cálculo do inventário de carbono e respetivas ferramentas de apoio dos fornecedores e assegurando alinhamento com os objetivos da REN. Por outro lado, ao nível dos concursos, tem sido valorizada a componente de descarbonização das prestações de serviços e a obrigatoriedade do relato das emissões (dados primários).

A cadeia de fornecimento constitui uma parte estrutural da pegada carbónica da Portgás, uma vez que concentra a maior parte das emissões indiretas (âmbito 3). Estas emissões resultam de atividades que, embora externas à operação direta e prestadas por parceiros, fornecedores e prestadores de serviços, são indispensáveis ao funcionamento do negócio, como, por exemplo: compras de materiais e equipamentos, logística, construção e manutenção da infraestrutura, etc. A descarbonização da cadeia de fornecimento exige uma abordagem estratégica, que combine rigor técnico, mecanismos robustos de governação e a progressiva implementação de critérios ambientais. Este processo contínuo e persistente, além de reduzir emissões, reforça a resiliência operacional, mitiga riscos regulatórios e reputacionais. A estratégia de envolvimento com a cadeia de valor foi reforçada com iniciativas complementares à Academia de Sustentabilidade, como a promoção de duas sessões “*Sustentabilidade na cadeia de fornecimento: compromisso, colaboração e ação*” e “*Descarbonizar a Cadeia de Fornecimento: Mobilidade e Meios Mecânicos em Transformação*”.

4.3.1. Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança (SIGQAS)

O Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança (SIGQAS) tem como objetivo o equilíbrio entre a procura permanente da melhoria contínua do desempenho da organização, nomeadamente no que diz respeito a matérias de qualidade, ambiente e segurança, e a componente social, económica e de boas práticas de gestão empresarial. Assim, pretende-se garantir a identificação e controlo dos riscos que condicionam a organização dando resposta aos requisitos legais e normativos aplicáveis.

O âmbito do sistema abrange todas as atividades, todos os colaboradores, todas as instalações e todos os ativos da Portgás que contribuam para a missão que lhe está confiada no âmbito da concessão atribuída. Os locais de abrangência compreendem o edifício sede no Porto, um escritório em Braga, um armazém na Maia (Vermoim) e todo o espaço público da área da concessão da Portgás onde já temos ou potencialmente podemos vir a instalar ativos de rede de distribuição.



Anualmente, para todos os referenciais, a Portgás recebe o escrutínio em contexto de auditorias interna, externa e de conformidade legal.

A aposta na implementação de Sistemas de Gestão certificados é um eixo estratégico de atuação da Portgás que se traduz num elevado nível de integração dos sistemas.

O Sistema de Gestão Integrado visa dinamizar e tornar mais eficiente o desempenho da organização, no que diz respeito a matérias de qualidade, ambiente e segurança, componente social, económica e boas práticas de gestão empresarial. Assim, pretende-se garantir a identificação e controlo dos riscos que condicionam a organização dando resposta aos requisitos legais e normativos aplicáveis.

A Portgás é certificada em seis referenciais reconhecidos:

- Sistema de Gestão do Ambiente, pela NP EN ISO 14001, desde 2006;
- Sistema de Gestão da Qualidade, pela NP EN ISO 9001, desde 2012;
- Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, pela NP EN ISO 45001, desde 2013;
- Sistema de Gestão da Investigação, Desenvolvimento e Inovação, pela NP EN ISO 56001 (anteriormente NP 4457) desde 2019;
- Sistema de Gestão da Continuidade de negócio, pela NP EN ISO 22301, desde 2021;
- Sistema de Gestão de Ativos, pela ISO 55001, desde 2023.

A Portgás é, à data, a única empresa portuguesa certificada no conjunto destes referenciais normativos.

Qualidade

O sistema da qualidade assume uma grande responsabilidade no negócio, como compromisso de cumprimento dos padrões de qualidade perante todas as partes interessadas.

É o sistema de gestão que mais está focado no *compliance* dos regulamentos que conduzem o negócio: RQS, RRC, RARI, sendo o primeiro o mais relevante nesta dimensão.

Ambiente

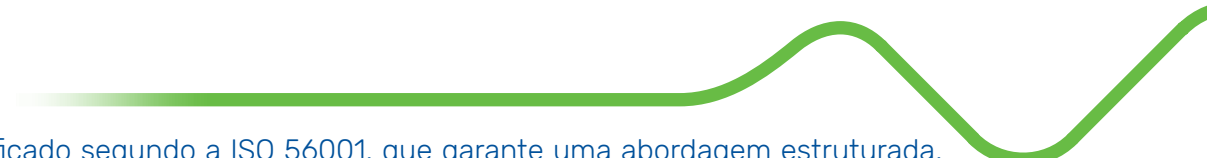
O conhecimento dos aspetos e riscos ambientais, prevenção da poluição, controlo de emissões, economia circular, uso eficiente dos recursos são temas monitorizados e geridos no espírito de melhoria contínua, com benefício para o ambiente e a comunidade.

Segurança

A atividade operacional da Portgás apresenta um nível elevado de subcontratação. Assim sendo, a Portgás implementou um sistema de credenciação para toda a cadeia de serviço, abrangendo todas as empresas, trabalhadores e ferramentas nos diversos níveis de subcontratação. É assumida pela Portgás uma responsabilidade solidária por toda a população afeta a toda a cadeia de valor, o que resulta num papel social relevante pela quantidade de empregos que gera nos 29 concelhos onde desenvolve a sua atividade, particularmente, em regiões com elevada carência.

4.3.2. Sistema de Gestão de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (SGIDI)

A Portgás dispõe de um Sistema de Gestão de Investigação, Desenvolvimento e Inova-



ção (SGIDI), certificado segundo a ISO 56001, que garante uma abordagem estruturada, transparente e alinhada com a estratégia da empresa e com as necessidades do setor energético nacional. Este sistema constitui o mecanismo central que permite responder aos desafios da transição energética, da descarbonização, da evolução regulatória e da crescente necessidade de digitalização das infraestruturas, assegurando simultaneamente a criação de valor sustentável para o Sistema Nacional de Gás (SNG), para os clientes e para as comunidades onde a Portgás atua. O SGIDI integra-se de forma plena no modelo de gestão global da Portgás, articulando-se com os demais sistemas certificados de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde, Gestão de Ativos e Continuidade de Negócio, garantindo coerência operacional e uma resposta eficiente às exigências regulatórias. Este sistema orienta a identificação, avaliação e execução de oportunidades de inovação e de projetos estratégicos, assegurando que todos os investimentos previstos no âmbito do PDIRD obedecem a critérios claros de materialidade, relevância para o setor e alinhamento com os objetivos nacionais e europeus de neutralidade carbónica.

A *governance* do SGIDI envolve o Conselho de Administração, o Comité de Gestão de Sustentabilidade (CGS), o Gestor do SGIDI, as Comissões de IDI e os Embaixadores de Inovação, permitindo assegurar a coerência entre a Política de Inovação, os objetivos empresariais e a definição de priorização das iniciativas mais relevantes. Este modelo garante uma tomada de decisão robusta, assente em critérios como o impacto na descarbonização, a viabilidade técnica, o risco organizacional, a maturidade tecnológica, as necessidades das partes interessadas e o contributo para a eficiência e a resiliência da infraestrutura de distribuição de gás.

A Estratégia de Inovação, da Portgás, encontra-se estruturada em três pilares – *Sustainable Gas*, *Smart Gas Company* e *Customer Engagement* – que orientam o desenvolvimento de soluções tecnológicas e operacionais capazes de reforçar a competitividade, a sustentabilidade e a capacidade de adaptação da infraestrutura.

No pilar ***Sustainable Gas***, a Portgás tem realizado estudos e direcionado investimentos para garantir que a sua rede está preparada para a injeção de gases de origem renovável, como biometano e hidrogénio. A empresa concluiu análises de adequabilidade das redes de média e baixa pressão, assegurando que os ativos, incluindo equipamentos e sistemas, estão aptos a operar com misturas até 20 % de hidrogénio e, futuramente, com 100 % deste gás. Esse movimento demonstra o compromisso da Portgás com a sustentabilidade, a inovação e a adaptação da infraestrutura às exigências da transição energética.

No âmbito da ***Smart Gas Company***, destacam-se iniciativas de digitalização e monitorização, como a instalação de cromatógrafos, o desenvolvimento do *Gas Quality Tracking System* (GQTS), os projetos-piloto de *Smart Regulation*, a modernização de sistemas SCADA, telemetria e *Databus*, bem como a expansão de soluções de sensorização, automatização e medição inteligente.

Já no pilar ***Customer Engagement***, a inovação tem sido orientada para promover soluções de eficiência energética, equipamentos mais adequados a novos vetores energéticos e ações de proximidade que destacam o papel da rede de gás na transição energética, reforçando serviços e informação relevante para clientes e parceiros.

O SGIDI opera segundo uma lógica contínua de identificação de oportunidades, desenvolvimento de conceitos, execução de projetos-piloto e implementação operacional, aplicando decisões *Go/Learn/Stop* fundamentadas em evidências objetivas e avaliando riscos de natureza técnica, organizacional, regulatória e tecnológica. Este processo é apoiado por mecanismos formais de monitorização, auditorias internas, revisões pela gestão, análise de indicadores e consolidação de lições aprendidas, permitindo ajustar



o portfólio e assegurar a melhoria contínua do sistema. Paralelamente, existe uma forte interação com universidades, entidades tecnológicas, fabricantes de equipamentos, operadores de infraestruturas e associações do setor que intensifica a capacidade da Portgás antecipar tendências, mitigar riscos tecnológicos e promover soluções inovadoras com impacto direto na qualidade de serviço, na eficiência operacional e em prol da segurança da rede.

Assim, o SGIDI mantém-se como um pilar fundamental de suporte à execução dos PDIRD, garantindo que os investimentos apresentados são tecnicamente sólidos, ambientalmente relevantes, alinhados com a política energética nacional e europeia e coerentes com os objetivos estratégicos da Portgás. Ao assegurar uma gestão profissionalizada da inovação, baseada em critérios objetivos, monitorização contínua e integração transversal, o SGIDI reforça a capacidade da empresa para liderar a transformação do setor, fomentar a digitalização, acelerar a descarbonização e garantir que a infraestrutura de distribuição de gás permanece resiliente, moderna e preparada para os desafios dos próximos anos.

4.3.3. Sistema de Gestão de Continuidade de Negócio

A Portgás mantém um compromisso permanente com a resiliência operacional e com a continuidade do serviço público de distribuição de gás, assegurando o contributo essencial para o funcionamento do Sistema Energético Nacional. Nesse enquadramento, a empresa evoluiu o seu Sistema de Gestão de Continuidade de Negócio (SGCN), estruturado de acordo com a norma internacional ISO 22301, e focalizado na capacidade de preservar a prestação do serviço em condições de segurança e qualidade.

O SGCN permite identificar ameaças potenciais, avaliar os respetivos impactos na atividade e implementar mecanismos robustos de preparação, resposta e recuperação. Este enquadramento garante que, perante incidentes disruptivos, a organização dispõe de capacidade para manter serviços mínimos essenciais e restabelecer a normalidade num prazo adequado, protegendo colaboradores, ativos e clientes.

A Análise de Impacto no Negócio (*Business Impact Analysis – BIA*) assegura a identificação e priorização dos processos críticos, bem como a definição de tempos de recuperação alinhados com as necessidades operacionais e regulatórias. Estes elementos constituem a base para a definição de estratégias de continuidade, para a elaboração dos Planos de Gestão de Crise e Continuidade de Negócio e para a realização de exercícios e testes regulares, pilares essenciais para a melhoria contínua da capacidade de resposta.

A primeira certificação do SGCN da Portgás, ao abrigo da norma ISO 22301, foi obtida em julho de 2021, tendo sido renovada em dezembro de 2023. Está prevista uma nova renovação em 2026, reforçando o compromisso da empresa com os mais elevados padrões internacionais de gestão da continuidade.

O desempenho consistente e a elevada resiliência evidenciada pela organização ao longo dos anos demonstram a eficácia do SGCN e o seu contributo direto para o cumprimento da missão da empresa e para a robustez global do sistema de gestão integrado.

4.3.4. Sistema de Gestão de Gestão de Ativos

A Portgás efetua a gestão rigorosa, sustentável e eficiente do seu portefólio de ativos como condição fundamental para assegurar a continuidade, segurança e qualidade do serviço público de distribuição de gás. O Sistema de Gestão de Ativos (SGA) foi desenvolvido segundo os princípios e requisitos da NP ISO 55001, refletidos no Manual Estratégico

de Gestão de Ativos (MEGA) que estabelece a estrutura de governo, responsabilidades, metodologia e práticas associadas à gestão dos ativos ao longo de todo o seu ciclo de vida.

O SGA permite garantir que os ativos da Portgás são geridos de forma a maximizar o valor para os clientes e demais partes interessadas, equilibrando custo, risco e desempenho ao longo do ciclo de vida, contribuindo para os objetivos estratégicos da empresa, bem como para a segurança do abastecimento, continuidade de serviço, sustentabilidade ambiental e a digitalização da rede, que assume um papel crítico na monitorização, controlo e adaptação da infraestrutura aos novos desafios do setor, nomeadamente a integração de gases renováveis e o reforço do controlo da qualidade do gás.

No contexto do PDIRD, o Sistema de Gestão de Ativos suporta:

- A priorização de investimentos de reforço, renovação e substituição de ativos, com base em critérios objetivos de risco, segurança, fiabilidade e impacto no serviço;
- A identificação atempada de necessidades de intervenção, reduzindo a probabilidade de falhas, incidentes de segurança e interrupções de fornecimento;
- A otimização dos custos ao longo do ciclo de vida dos ativos, assegurando a eficiência económica e a sustentabilidade dos investimentos;
- O alinhamento entre os objetivos estratégicos da empresa, as exigências regulamentares e as expectativas dos clientes e demais partes interessadas.

Os investimentos previstos, neste domínio, visam melhorar a continuidade de serviço, a segurança, a sustentabilidade ambiental, a integração de gases renováveis e o controlo da qualidade de gás, suportados por soluções digitais avançadas que reforçam a capacidade de monitorização em tempo real, automatização, análise de dados e gestão inteligente da rede.



Figura 12: Certificações Portgás – APCER

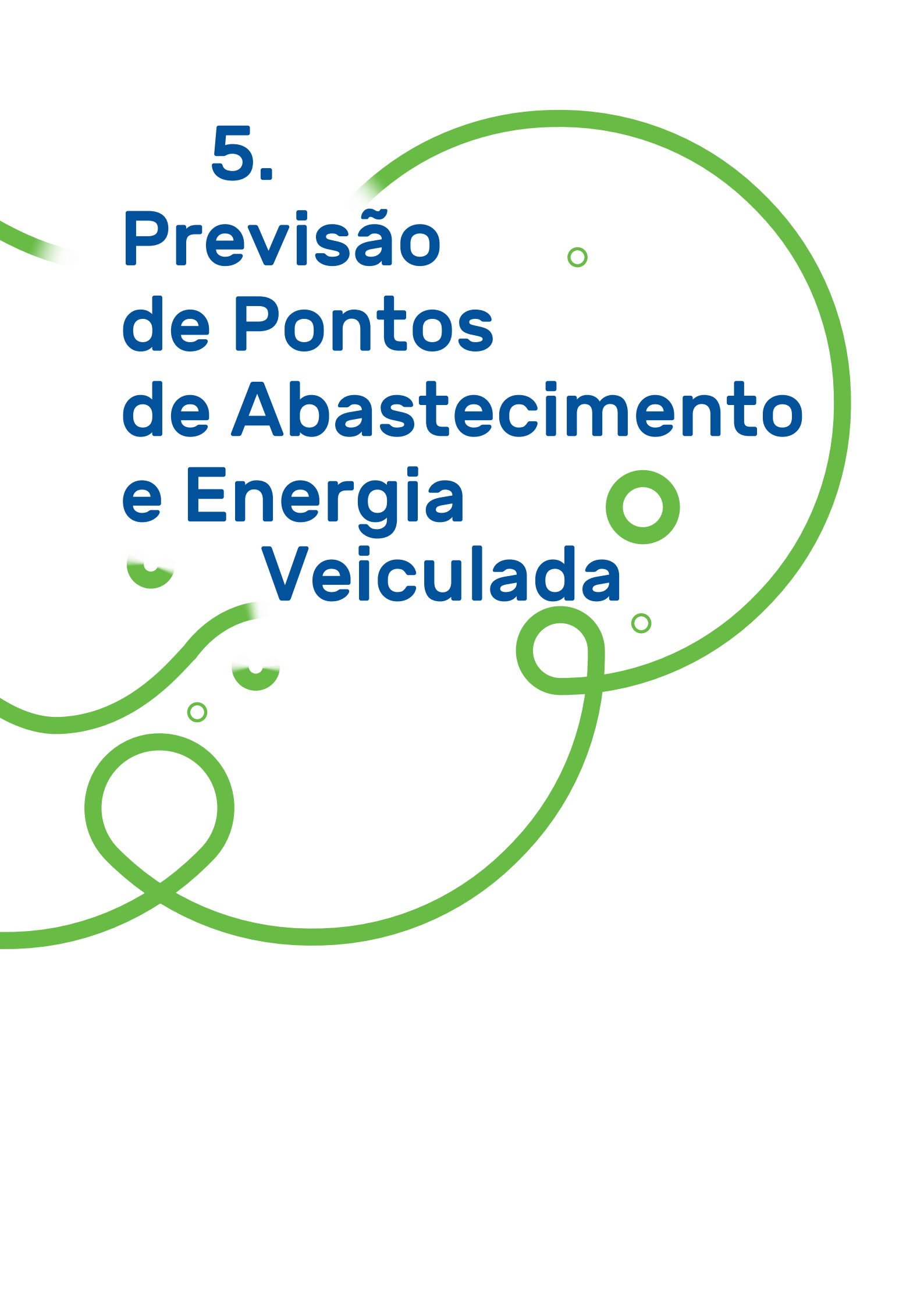


A thick green line starts horizontally from the left, then loops into a large 'C' shape on the right side of the page.

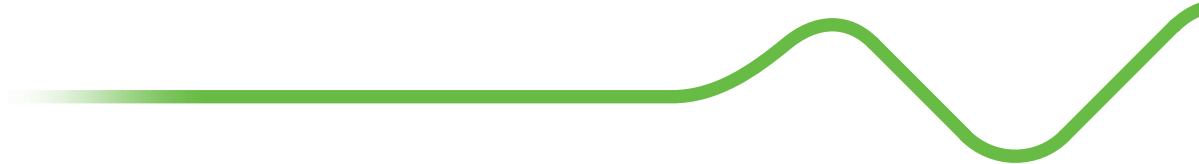
**Plano de
Desenvolvimento
e Investimento
da Rede de
Distribuição**

A green line forms a heart shape, with a diagonal line crossing it from the bottom left towards the top right.

portugal

The background features several decorative green elements: a large circle on the right, a horizontal line on the left, and a complex swirl at the bottom. Small green circles are scattered throughout the design.

5. Previsão de Pontos de Abastecimento e Energia Veiculada



5. Previsão de Pontos de Abastecimento e Energia Veiculada

No âmbito do presente plano, a empresa mantém o esforço de identificação de locais de consumo na rede existente e continua a procurar oportunidades para novas zonas de consumo que acrescentem valor ao SNG e satisfaçam as necessidades energéticas dos clientes.

Para a elaboração das projeções de energia e pontos de abastecimento, consideraram-se os dados mais recentes da Portgás relativos à caracterização do terreno, de acordo com o mencionado no capítulo 3. Além disso, foram tidas em conta as informações sobre a conjuntura macroeconómica e regional e a evolução da procura no médio e longo prazo, apresentadas no capítulo 2. As projeções consideradas estão sempre baseadas no cenário mais conservador, conjugando as diversas dimensões de análise assumidas.

5.1. Projeção de pontos de abastecimento

A adoção de gás, paulatinamente de origem renovável, pelas comunidades locais está relacionada com o grau de desenvolvimento das infraestruturas e com a viabilidade económica da transição energética para os consumidores finais. O atingimento de níveis de penetração comparáveis aos padrões europeus estará diretamente relacionado com os seguintes fatores:

- **Ligação à rede:** montante de encargos associados à ligação à rede de distribuição de gás;
- **Encargos com a infraestrutura interna:** custo envolvido com a instalação interna para a conversão do consumo para gás;
- **Custo da energia:** relação entre o custo do gás, (futuramente gases renováveis) e os outros combustíveis atualmente utilizados para aquecimento ambiente e aquecimento de águas sanitárias;
- **Custo dos novos equipamentos a gás:** preço e operacionalidade dos aparelhos a gás;
- **Custo global de aquecimento residencial:** independentemente do tipo de combustível, o custo pode ser aproximadamente relacionado com os dias de aquecimento registados ao longo do ano.

A proposta apresentada neste PDIRD para a captação de novos pontos de abastecimento traduz-se, em grande parte, na conversão do consumo do mercado existente por infraestrutura, e este segmento irá também otimizar a utilização de infraestruturas a construir.

PA no período	2025 (R)	2026 (ORC)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)	Σ 2027-2031
Mercado Novo	1 013	1 600	1 050	1 000	1 000	950	1 600	5 600
Mercado Existente	4 860	4 240	5 850	5 600	5 600	4 450	3 650	25 150
Conversão	3 180	3 181	4 383	4 200	4 200	3 339	2 736	18 858
Reconversão	1 427	890	1 229	1 178	1 178	934	769	5 288
Pequeno Terciário	253	169	238	222	222	177	145	1 004
Grande Consumo	47	70	54	57	44	90	77	322
PA no período	5 920	5 910	6 954	6 657	6 644	5 490	5 327	31 072

Quadro 20: Captação de novos Pontos de Abastecimento por segmento no período (#)

Note-se, mais uma vez, que a avaliação dos pontos de abastecimento a incrementar baseia-se em informações comerciais provenientes das redes cadastráveis e auditáveis nos sistemas de informação da Portgás.

A evolução dos pontos de abastecimento reflete os investimentos apresentados para o período 2027-2031 que permitirá adicionar mais 31.072 novos pontos de abastecimento ao parque, dos quais 322 serão grandes consumidores.

PA no período	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)	Σ 2027-2031
MP	1	4	2	1	1	9
BP>	53	53	42	89	76	313
BP<	6 900	6 600	6 600	5 400	5 250	30 750
PA no período	6 954	6 657	6 644	5 490	5 327	31 072

Quadro 21: Pontos de Abastecimento adicionais por nível de pressão (#)

No entanto, em 2031, prevê-se atingir mais de 418 mil pontos de abastecimento ativos, admitindo-se, no horizonte de vigência do presente PDIRD, um *churn* estimado de aproximadamente 25 mil clientes, correspondente a uma redução média anual de cerca de 5 mil clientes. Este efeito traduz-se num aumento líquido na ordem dos 6 mil PA, conforme evidenciado no quadro seguinte:

Taxa de Penetração Ativa	2025 (R)	2026 (ORC)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)
PA Ativos (#)	410 521	412 285	414 210	415 872	417 475	417 961	418 268
Nº de fogos Concessão (k#)	1 257	1 257	1 257	1 257	1 257	1 257	1 257
Taxa de Penetração Ativa	33%	33%	33%	33%	33%	33%	33%

Quadro 22: Pontos de Abastecimento acumulados por nível de pressão (#)

O investimento proposto tem em conta a captação de novos pontos de abastecimento através da integração de novas zonas de consumo, bem como através da densificação da rede existente.

Neste cenário de evolução, o nível projetado de penetração ativa no final do período irá manter-se nos 33 %. Apesar do contexto de mercado desafiante, esta evolução reflete a manutenção da base de clientes ligados ao SNG.

Taxa de Penetração Ativa	2025 (R)	2026 (ORC)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)
PA Ativos (#)	410 521	412 285	414 210	415 872	417 475	417 961	418 268
Nº de fogos Concessão (k#)	1 257	1 257	1 257	1 257	1 257	1 257	1 257
Taxa de Penetração Ativa	33%	33%	33%	33%	33%	33%	33%

Quadro 23: Taxa de penetração ativa (%)

5.2. Projeção de consumos e energia

A introdução do gás em Portugal marcou um ponto de viragem decisivo no desenvolvimento económico e energético nacional, possibilitando a diversificação do sistema energético, a redução de custos para consumidores e empresas e um aumento significativo da competitividade industrial. A utilização desta solução energética permitiu ganhos claros de eficiência, fiabilidade e segurança, estabelecendo um vetor que continua, ainda hoje, a desempenhar um papel fundamental no equilíbrio energético do país – particularmente no segmento industrial, tradicionalmente intensivo em consumo e crítico para a economia nacional.

O gás consolidou-se como um vetor energético versátil, apto para responder a múltiplas necessidades, desde aplicações domésticas até processos industriais de elevada exigência. O reforço das suas vantagens – económicas, ambientais e operacionais – foi determinante para a modernização energética do território, contribuindo para a redução de emissões quando comparado com combustíveis fósseis alternativos como o GPL e o fuelóleo. Esta comparação, amplamente validada no exercício *True Value 2024* (ver capítulo 8), evidencia externalidades económicas e ambientais positivas resultantes do consumo de gás canalizado, nomeadamente poupanças anuais superiores a 500 M€ para consumidores industriais e domésticos e emissões evitadas superiores a 300 mil toneladas de CO₂ em 2024.

No entanto, o contexto energético internacional e europeu alterou-se profundamente desde 2022. A redução estrutural do consumo europeu de gás, a crescente dependência do GNL, a volatilidade dos mercados internacionais e a aceleração legislativa associada ao pacote dos Gases Descarbonizados e do Hidrogénio (Diretiva e Regulamento UE 2024/1788/1789) reforçam a necessidade de transformar o papel da infraestrutura de gás nacional. Paralelamente, a revisão do PNEC 2030, o Plano de Ação do Biometano, a EN-H2, o PAEC e a transição regulatória da RED III exigem uma adaptação das redes para permitir a integração acelerada de gases renováveis, assegurando simultaneamente a segurança de abastecimento, a sustentabilidade económica e a competitividade do setor industrial.

Neste quadro, o PDIRD 2026 assume-se como um instrumento central para preparar a rede de distribuição de gás para o futuro, reforçando o seu contributo para a neutralidade carbónica, a competitividade industrial e a coesão territorial. A infraestrutura de distribuição, moderna e com capacidade de adaptação, representa um ativo estratégico que permite cumprir múltiplos objetivos públicos: assegurar a continuidade de abastecimento, integrar gases renováveis, reduzir emissões associadas à utilização de combustíveis mais poluentes e promover o desenvolvimento da economia circular através da valorização de resíduos e produção descentralizada de biometano.

A introdução de biometano e hidrogénio renovável na rede existente permite aumentar a sustentabilidade do vetor gás e reduzir a intensidade carbónica do consumo energético, garantindo simultaneamente a competitividade das indústrias cuja eletrificação total é tecnicamente difícil ou economicamente inviável a curto e médio prazo. O setor industrial, responsável por cerca de 90% do consumo previsto de gás em 2050, continuará a necessitar de soluções moleculares para processos térmicos complexos, de elevada potência e continuidade operacional, o que reforça a relevância do vetor gás além do horizonte 2050.

Não obstante, identificam-se desafios estruturais que o PDIRD 2026 pretende mitigar. A ausência de infraestrutura em determinadas áreas obriga à expansão da rede, resultando em participações elevadas por parte dos clientes e constituindo barreiras à ligação de novos consumos, especialmente industriais. Este fator penaliza a sustentabilidade da infraestrutura regulada, reduzindo a sua utilização efetiva e limitando a capacidade de expansão do gás renovável. Torna-se, por isso, essencial evoluir para modelos de ligação mais equilibrados e alinhados com o novo paradigma energético e regulatório, garantindo que projetos com benefício líquido positivo para o sistema são viabilizados, reforçando a resiliência e eficiência do ativo.

A crescente integração de gases renováveis, associada ao desenvolvimento de polos de biometano e hidrogénio, à ligação de novos produtores e à necessidade de modernização e digitalização da rede, exige investimento continuado e sustentado. O PDIRD 2026 incorpora esta visão, antecipando necessidades de reforço da infraestrutura, simplificação de processos de ligação, digitalização de ativos, desenvolvimento de capacidades de medição e monitorização adequadas a gases renováveis, com uma expansão seletiva centrada no setor industrial. É, portanto, neste enquadramento – marcado por mudanças profundas no mercado energético, orientação estratégica clara para a descarbonização, necessidades específicas da indústria e exigências regulatórias crescentes – que são definidos os pressupostos de previsão de consumo associados ao PDIRD 2026.

No âmbito deste plano, as projeções são construídas com base no referencial recente (2025 real e 2026 ORC), adotando pressupostos conservadores para a evolução dos volumes unitários por nível de pressão e para o contributo da captação de novos pontos de abastecimento na energia adicional. Em BP<, os volumes unitários situam-se em torno de 2,55 MWh/PA e evoluem de 2,546 MWh/PA em 2027 para 2,590 MWh/PA em 2031. Em BP>, os volumes unitários mantêm-se numa banda relativamente estável, variando entre 690,6 MWh/PA em 2027 e 716,4 MWh/PA em 2031. Em MP, verifica-se uma redução do volume unitário projetado de 20 418,0 MWh/PA em 2027 para 16 791,4 MWh/PA em 2031.

A projeção da energia adicional associada aos novos pontos de abastecimento é apresentada no Quadro 24, por nível de pressão e por ano. Para efeitos de consistência metodológica, considera-se o “ano cruzeiro” como o primeiro ano em que a totalidade dos pontos captados no horizonte do plano se encontra a consumir durante 12 meses, correspondendo, neste PDIRD, a 2032 (P). Nesse ano cruzeiro, a energia veiculada adicional totaliza 557 872,6 MWh (aproximadamente 557,9 GWh), repartida por 125 372,4 MWh em MP, 343 723,7 MWh em BP> e 88 776,6 MWh em BP<. No período 2027–2031, a energia adicional anual evolui de 63 703,0 MWh em 2027 para 186 429,3 MWh em 2028, 300 563,1 MWh em 2029, 406 973,4 MWh em 2030 e 508 073,0 MWh em 2031.

Energia Veiculada Adicional – MWh	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)	2032 (P)	%
MP	5 937	43 092	86 294	104 168	117 715	125 372	22%
BP>	47 672	113 596	165 461	236 818	309 143	343 724	62%
BP<	10 094	29 742	48 809	65 987	81 214	88 777	16%
Total	63 703	186 429	300 563	406 973	508 073	557 873	100%

Quadro 24: Energia veiculada adicional por nível de pressão (MWh)

No que respeita à energia veiculada total na concessão (*stock* anual), a projeção aponta para uma trajetória globalmente decrescente ao longo do horizonte do plano: 4. 592,1 GWh em 2027, 4.494,7 GWh em 2028, 4.404,2 GWh em 2029, 4.320,3 GWh em 2030 e 4. 244,3 GWh em 2031. Esta evolução resulta sobretudo da redução projetada em MP (de 2.337,9 GWh em 2027 para 1.788,3 GWh em 2031), enquanto a energia em BP> apresenta crescimento moderado (de 1.206,8 GWh em 2027 para 1.378,3 GWh em 2031) e a energia em BP< se mantém relativamente estável (de 1.047,5 GWh em 2027 para 1.077,7 GWh em 2031).

Energia Veiculada	2025 (R)	2026 (ORC)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)
MP	2 785	2 543	2 338	2 188	2 060	1 920	1 788
BP>	1 260	1 225	1 207	1 250	1 279	1 328	1 378
BP<	1 143	1 056	1 047	1 057	1 066	1 073	1 078
Total	5 188	4 824	4 592	4 495	4 404	4 320	4 244
% Crescimento	-9,1%	-7,0%	-4,8%	-2,1%	-2,0%	-1,9%	-1,8%

Quadro 25: Energia veiculada por nível de pressão (GWh)

Volumes unitários	2025 (R)	2026 (ORC)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)
MP	23 115,4	22 016,1	20 418,0	18 313,4	17 384,2	17 534,3	16 791,4
BP>	761,6	722,7	690,6	701,0	705,7	714,1	716,4
BP<	2,8	2,6	2,5	2,6	2,6	2,6	2,6

Quadro 26: Volumes unitários por nível de pressão (MWh/PA)

Verifica-se que os volumes adicionais projetados no horizonte do PDIRD 2026 resultam predominantemente da ligação de novos pontos de abastecimento e não do aumento do consumo específico dos clientes atuais. Esta conclusão é coerente com os resultados do exercício *True Value 2024*, que demonstram o elevado valor económico gerado pela utilização do gás distribuído, nomeadamente através de externalidades positivas como o benefício preço e a competitividade industrial.

Importa salientar que o presente plano não integra, por cautela metodológica, impactos substanciais – positivos ou negativos – associados a novas utilizações do vetor gás ou a tendências emergentes do setor energético, incluindo: i) a potencial expansão do uso de gás renovável no setor dos transportes; ii) a evolução da penetração de soluções de aquecimento central na Região Norte; iii) o desenvolvimento de novos equipamentos a gás e tecnologias híbridas; iv) a crescente sensibilidade do consumidor às alterações climáticas e a preferência por vetores energéticos com menores emissões; v) a disponibilização de plataformas digitais de apoio à decisão, como o Poupa Energia; vi) o impacto progressivo de programas nacionais de eficiência energética, incluindo iniciativas de reabilitação e de melhoria da performance térmica dos edifícios; vii) os efeitos futuros do PPEC sobre o comportamento energético dos consumidores; viii) as metas revistas do PNEC 2030 e o reforço da promoção de gases renováveis – biometano e hidrogénio – em convergência com a legislação europeia sobre os Gases Descarbonizados e Hidrogénio; ix) a implementação da Diretiva Europeia relativa ao desempenho energético dos edifícios (nZEB), com impactos no consumo térmico residencial e terciário; x) a melhoria contínua da eficiência dos equipamentos e xi) a disseminação de contadores inteligentes e soluções digitais de gestão energética, capazes de influenciar comportamentos e otimizar consumos.



A ausência de incorporação destes fatores no cálculo de consumos assegura que as previsões do PDIRD 2026 permanecem conservadoras e robustas, evitando a sobrestimação de volumes e permitindo acomodar, no futuro, potenciais impactos decorrentes da integração crescente de gases renováveis, da evolução tecnológica e de novas dinâmicas de mercado.



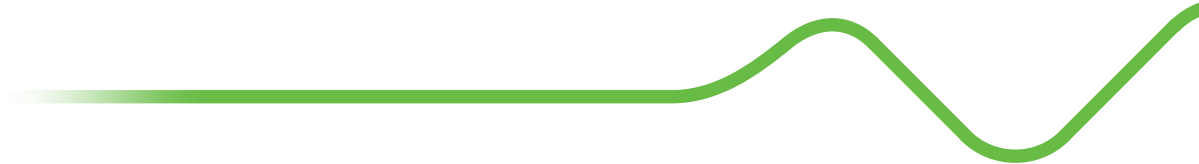
**Plano de
Desenvolvimento
e Investimento
da Rede de
Distribuição**



portgás

The background of the slide is decorated with several thick, vibrant green wavy lines and swirls. These lines flow across the top and bottom of the page, with some forming circular or semi-circular shapes around the central text. The overall effect is a clean, modern, and organic aesthetic.

6. Plano de Investimento



6. Plano de Investimento

O modelo de planeamento adotado no presente PDIRD 2026 assenta numa articulação rigorosa entre critérios técnicos, económicos e regulatórios, refletindo uma evolução face a exercícios anteriores. Em particular, a seleção e calendarização dos projetos de investimento foram calibradas para assegurar uma relação equilibrada entre CAPEX, crescimento efetivo da procura e impacto nos proveitos permitidos, incorporando as orientações do regulador no sentido de uma gestão prudente do investimento, especialmente em contextos de elevada incerteza quanto à evolução futura do consumo de gás.

6.1. Princípios orientadores e critérios de suporte à seleção de investimento

Os investimentos contemplados no PDIRD 2026 visam o desenvolvimento da infraestrutura de distribuição de gás da área de concessão. Estes concorrem para os objetivos de descarbonização dos ativos, incremento da resiliência das infraestruturas, garantia da adequabilidade das infraestruturas para veicular gases de origem renovável, crescimento e densificação das redes de gás, permitindo assegurar os compromissos do Operador de Rede de Distribuição e alargar a disponibilidade do produto gás a um número cada vez maior de consumidores. Concorrem, também, para integrar instalações produtoras de gás de origem renovável, contribuindo simultaneamente para a descarbonização da indústria e a manutenção da sua competitividade.

Os investimentos previstos cumprem as exigências regulamentares e os princípios de racionalidade técnico-económicos.

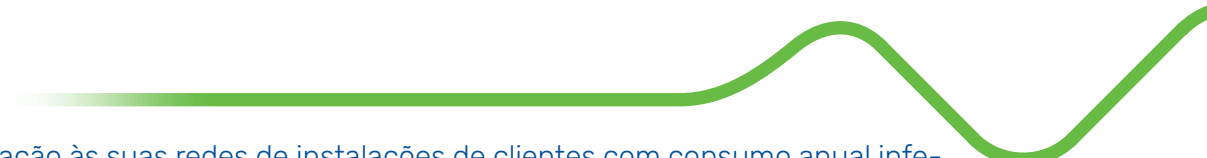
Em conformidade com as mais recentes Diretrizes para o PDIRD 2026, de acordo com o Despacho n.º 4725/2026, de 10 de abril, os investimentos propostos devem permitir identificar, pelo menos, as seguintes rubricas de investimento: (i) Conformidade e Segurança do Abastecimento, (ii) Descarbonização do SNG, (iii) Desenvolvimento e Expansão de Rede, e (iv) Digitalização e (v) Contadores não elegíveis para a Base de Ativos Regulada. A caracterização detalhada de cada tipologia é apresentada no capítulo 6.2.

Importa sublinhar que o investimento em infraestrutura de gás não implica custos ociosos, uma vez que a rede está a ser progressivamente capacitada para veicular gases de origem renovável, assegurando a sua relevância estratégica além do horizonte 2050. De acordo com o estudo desenvolvido pela AFRY para a APEG, a manutenção e desenvolvimento da infraestrutura de gás representa uma poupança de 9 mil milhões de euros para o sistema energético nacional face a um cenário de eletrificação total dos edifícios residenciais e comerciais.

Além do referido no capítulo 4.2, referente ao Planeamento da Infraestrutura, nos termos do art.º 11º e 95º do RRC, os operadores das redes de distribuição, dentro das suas áreas de concessão, têm obrigação de ligação das instalações de clientes com consumo anual superior a 10.000 m³, uma vez reunidos os requisitos técnicos e legais necessários à sua exploração e observadas as regras estabelecidas no RRC.

Neste contexto, têm também obrigação de ligação das instalações de clientes com consumo anual inferior ou igual a 10.000 m³, desde que os mesmos se situem dentro da área de influência das redes. Considera-se área de influência da rede o espaço geográfico que se situa na proximidade da rede existente. A fronteira da área de influência da rede é definida pela ERSE, com base numa distância máxima à rede existente, expressa em metros, estando atualmente definida em 100 metros.

Os operadores das redes de distribuição podem, mediante acordo com o requerente,



proporcionar a ligação às suas redes de instalações de clientes com consumo anual inferior ou igual a 10.000 m³, fora da área de influência das redes, desde que essa ligação não prejudique o cumprimento das obrigações de serviço público a que estão sujeitos e que os encargos de ligação sejam suportados pelo requerente, nos termos do orçamento apresentado pelo operador da rede de distribuição. Os prazos exigidos para o cumprimento destas obrigações (30 dias úteis para as ligações às redes de instalações em baixa pressão com consumo anual até 10.000 m³ e 120 dias úteis para as restantes ligações às redes de distribuição) são desafiantes e pressupõem a disponibilidade de meios e recursos a todo tempo, para uma resposta quase imediata para quem a requirite.

Os operadores das redes têm também, conforme o descrito no Decreto-Lei n.º 62/2020, de 28 de agosto, a obrigação de contribuir progressivamente para a descarbonização do SNG, com o objetivo de alcançar a neutralidade carbónica até 2050.

O operador da rede de distribuição é responsável por assegurar a capacidade a longo prazo da rede para atender pedidos razoáveis de distribuição de gás, em conformidade com os artigos 55º e 57º da presente diretiva inclusive para a injeção de biometano, e para explorar, manter e desenvolver ou desativar, em condições economicamente viáveis, uma rede de distribuição segura, fiável e eficiente na área em que opera, no devido respeito pelo meio ambiente e pela eficiência energética.

Uma das formas preconizadas para potenciar a descarbonização do SNG reflete-se na obrigação dos operadores das redes de distribuição responderem a pedidos de informação de produtores de gases de origem renovável.

Numa ótica de gestão de *stakeholders* diferenciada, no âmbito da definição PDIRD 2026, a Portgás desenvolveu um processo estruturado de auscultação territorial junto dos municípios da área de concessão, através de um conjunto de reuniões técnicas dedicadas com os executivos municipais (ver Anexo 8). Este exercício permitiu recolher e sistematizar informação detalhada sobre dinâmicas locais de crescimento, incluindo a identificação de novos polos habitacionais, áreas de expansão industrial e logística, equipamentos públicos com necessidades energéticas relevantes, bem como projetos estratégicos em fase de planeamento ou execução.

A integração destes contributos no processo de planeamento da rede constituiu um elemento central na consolidação das previsões de procura, permitindo uma leitura mais granular e territorialmente ancorada das necessidades futuras do sistema. Em particular, possibilitou identificar lacunas de cobertura da rede em zonas com procura latente, antecipar novos consumos associados a investimentos estruturantes e reforçar a articulação entre os segmentos industrial e doméstico, promovendo uma utilização mais eficiente das infraestruturas.

Destacam-se, de forma transversal aos municípios auscultados, os seguintes principais *drivers* de expansão da rede:

- **Expansão industrial estruturada**, com desenvolvimento de novas zonas industriais e ampliação de polos existentes (ex.: Viana do Castelo, Santo Tirso, Vila Verde, Valença), gerando procura não doméstica intensiva e contínua;
- **Crescimento urbano e habitacional relevante**, suportado por instrumentos de planeamento territorial (PDM, UOPG), incluindo projetos de habitação acessível e social (ex.: Maia, Braga, Gondomar, Lousada);
- **Investimentos estruturantes com impacto territorial significativo**, nomeadamente hospitais, infraestruturas de mobilidade, projetos logísticos e grandes investimentos privados (ex.: Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Penafiel);

- **Elevado número de equipamentos públicos ainda não servidos por gás**, incluindo escolas, piscinas, pavilhões e unidades de saúde, evidenciando lacunas de cobertura da rede (ex.: Matosinhos, Esposende, Ponte de Lima, Gondomar, entre outros) que agora afetam ativos cuja gestão está a transitar para os municípios;
- **Crescimento demográfico acentuado em territórios específicos**, com impacto direto na procura residencial (ex.: Paços de Ferreira);
- **Reconversão de consumos energéticos existentes**, nomeadamente substituição de GPL, propano ou gasóleo por gás, com ganhos de eficiência e redução de emissões (ex.: Póvoa de Varzim, Esposende);
- **Integração de gases renováveis**, com projetos de produção de biometano e potencial futura injeção na rede, reforçando o papel da infraestrutura na transição energética (ex.: Paredes, Braga, Porto, Vila do Conde).

Este processo contribuiu, assim, para uma priorização mais informada e criteriosa dos investimentos, alinhada com os princípios de eficiência económica, racionalidade tarifária e mitigação do risco de ativos subutilizados. Simultaneamente, assegura que o desenvolvimento da rede responde de forma integrada às dinâmicas territoriais identificadas, maximizando o valor económico e social dos investimentos propostos e garantindo a sua coerência com os objetivos de descarbonização e com as orientações regulatórias aplicáveis.

6.2. Caracterização do plano de investimento

A Portgás apresenta como um dos pilares de investimento a execução de projetos para novas zonas e a densificação sobre a rede de distribuição já em serviço. Estes investimentos são selecionados através de critérios rigorosos tendo por base o incremento do volume de gás veiculado induzido pelo número de novos pontos de abastecimento ligados, contribuindo para a sustentabilidade do SNG.

A Portgás prevê ainda a realização de investimentos na resiliência da rede e melhoria dos ativos existentes, bem como de outros investimentos estruturais, nomeadamente em sistemas de informação que permitam acomodar uma crescente automatização das operações, de eficiência na gestão de ativos, na gestão de energia, na adequabilidade para receber e veicular gases de origem renovável e *customer centricity* permitindo uma maior interação dos clientes e partes interessadas com o Operador de Rede de Distribuição. Os sistemas de informação e a digitalização dos ativos são elementos indispensáveis para assegurar a integração de gases renováveis.

Neste plano de investimentos, para o horizonte 2027-2031, tendo presente que é imperativo adaptar a infraestrutura de gás às exigências de descarbonização da economia, está incorporado um pilar estratégico de investimento específico para a Descarbonização do Sistema Nacional de Gás.

A proposta de investimento apresentada neste PDIRD 2026 totaliza 128,5 M€ e está dividida em seis tipologias de investimento, conforme apresentado no quadro seguinte:

Investimento	Âmbito do Investimento	Σ 2027-2031
Desenvolvimento de Negócio e Expansão de Rede	Desenvolvimento do Negócio para captação de novos PA	85 260
Conformidade e Segurança do Abastecimento	Investimento de conformidade para renovação e reestruturação da rede	10 575
Descarbonização do Sistema Nacional de Gás	Investimento em ativos para compatibilidade de veiculação de gás de origem renovável	17 615
Digitalização	Investimento em soluções para digitalização da atividade	6 512
Contadores não elegíveis para a Base de Ativos Regulada	Investimento em equipamento - Contadores	3 779
Outros Investimentos	Investimento de conformidade por cumprimento legal e ativos de suporte	4 761
Total Plano Investimento		128 501

Quadro 27: Tipologia de Investimento (m€)

O investimento global previsto para as seis tipologias, para o horizonte de projeção, é detalhado no quadro seguinte:

Investimento	2025 (R)	2026 (ORC)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)	Σ 2027-2031 (P)
Desenvolvimento de Negócio e Expansão de Rede	17 147	17 129	18 442	17 961	18 006	16 246	14 604	85 260
Conformidade e Segurança do Abastecimento	2 108	1 683	1 910	1 856	2 106	2 276	2 428	10 575
Descarbonização do Sistema Nacional de Gás	2 807	1 851	3 293	3 233	3 337	3 858	3 894	17 615
Digitalização	2 673	3 611	2 523	1 265	975	885	864	6 512
Outros Investimentos	333	795	598	1 506	918	675	1 064	4 761
Total Investimento p/ Base Ativos	25 068	25 070	26 767	25 821	25 341	23 939	22 855	124 722
Contadores não elegíveis para a Base de Ativos Regulada	345	397	575	692	699	838	975	3 779
Total Investimento	25 413	25 467	27 341	26 513	26 040	24 778	23 829	128 501

Quadro 28: Investimento global (m€)

Em linha com as novas orientações aplicáveis ao PDIRD 2026, que introduzem a rubrica autónoma de investimento “Contadores não elegíveis para a Base de Ativos Regulada”, e nos termos do disposto na Lei n.º 12/2008, de 26 de fevereiro, o investimento associado a equipamentos de medição (contadores) é excluído da Base de Ativos Remunerados (RAB). Para o horizonte do plano quinquenal, este montante é estimado em 3,8 M€, o que se reflete numa redução equivalente do investimento com impacto tarifário, fixando-se o valor global de investimento com repercussão na tarifa de acesso em 124,7 M€.

Esta proposta de PDIRD 2026 representa um acréscimo de 15,7 % face ao plano de investimento apresentado no PDIRD 2024.

Comparando os três anos comuns ao PDIRD 2024 – 2027, 2028 e 2029, o plano agora apresentado propõe a aprovação de 16,8 M€ adicionais. A variação está distribuída, de forma geral, por todas as tipologias de investimento, mas está, sobretudo, relacionada com o incremento do investimento em “Descarbonização do Sistema Nacional do Gás”, no desígnio de transição energética assumido e pelo reforço em projetos de capacitação da infraestrutura e resiliência da rede, com vista a garantir a adequação da infraestrutura para as misturas de gases.

Investimento Total	Σ 2025-2029	2025	2026	2027	2028	2029			
PDIRD 2024	111 096	23 225	24 790	23 557	21 244	18 280			
				2027	2028	2029	2030	2031	Σ 2027-2031
PDIRD 2026				27 341	26 513	26 040	24 778	23 829	128 501
Diferença 2027-2029				3 784	5 269	7 759			

Quadro 29: Investimento Total período 2027-2029 – PDIRD 2024 Vs. PDIRD 2026 (m€)

6.2.1. Desenvolvimento de Negócio e Expansão da Rede

A empresa propõe-se investir um total de 85,3 M€ que permitirá incrementar a energia veiculada em 558 GWh, sendo que 84 % deste incremento será oriundo do segmento industrial e o restante derivará da densificação e expansão do segmento doméstico e pequeno terciário.

Este investimento incidirá, sobretudo, em redes de distribuição e ramais (57,3 %) e em infraestruturação de novos pontos de abastecimento (16,7 %).

Desenvolvimento do Negócio e Expansão de Rede	2025 (R)	2026 (ORC)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)	Σ 2027-2031 (P)
Rede Secundária - BP	9 071	7 138	8 481	8 377	8 301	7 747	6 537	39 444
Ramais	1 650	1 727	2 024	1 975	2 003	1 708	1 685	9 396
Rede	10 721	8 865	10 505	10 352	10 305	9 455	8 222	48 840
Mercado Novo	-	-	-	-	-	-	-	-
Mercado Existente	2 896	2 357	3 446	3 119	3 127	2 491	2 047	14 230
Conversão	2 252	1 966	2 893	2 596	2 596	2 064	1 691	11 839
Reconversão	485	287	396	387	394	318	267	1 761
Pequeno Terciário	159	104	157	137	137	109	90	630
Grande Consumo	-	-	-	-	-	-	-	-
PA	2 896	2 357	3 446	3 119	3 127	2 491	2 047	14 230
Instrução e análise técnica de processo	920	1 460	1 725	1 681	1 713	1 428	1 415	7 963
Contadores (Instalação) e Redutores	215	210	252	246	250	210	208	1 166
Capitalização de Encargos de Estrutura	2 396	2 468	2 515	2 563	2 611	2 661	2 711	13 061
Total	17 147	15 359	18 442	17 961	18 006	16 246	14 604	85 260

Quadro 30: Investimento de expansão em rede e pontos de abastecimento (m€)

Este investimento tem por base a construção de cerca de 383 km de rede secundária e de 17,3 mil ramais de ligação, permitindo a captação de 31 mil pontos de abastecimento, dos quais cerca de 29,7 mil serão residenciais, cerca de 1.000 pequenos terciários e 322 de grande consumo.

Crescimento	u.m.	2025 (R)	2026 (ORC)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)	Σ 2027-2031
Rede Secundária - BP	m	114 643	71 191	85 616	82 802	80 731	72 964	60 355	382 468
Ramais	#	3 509	3 281	3 866	3 699	3 690	3 050	2 960	17 265
Mercado Novo	#	1 013	1 600	1 050	1 000	1 000	950	1 600	5 600
Mercado Existente	#	4 860	4 240	5 850	5 600	5 600	4 450	3 650	25 150
Conversão	#	3 180	3 181	4 383	4 200	4 200	3 339	2 736	18 858
Reconversão	#	1 427	890	1 229	1 178	1 178	934	769	5 288
Pequeno Terciário	#	253	169	238	222	222	177	145	1 004
Grande Consumo	#	47	70	54	57	44	90	77	322
PA	#	5 920	5 910	6 954	6 657	6 644	5 490	5 327	31 072

Quadro 31: Crescimento de rede (m) e pontos de abastecimento (#)

No que respeita ao investimento destinado à instalação de contadores e redutores de suporte ao desenvolvimento de negócio, o plano global de investimento ascende a cerca de 1,2 M€, correspondente à instalação estimada de aproximadamente 31 mil contadores e 7 mil redutores.

Contadores e Redutores	2025 (R)	2026 (ORC)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)	Σ 2027-2031 (P)
Instalação Contadores Desenv. Negócio - Mass Market (m€)	201	202	244	238	243	203	201	1 129
Quantidade	315	1 454	1 418	1 418	1 351	1 351	1 218	6 756
Custo unitário (€/#)	42	5	5	5	5	6	6	5
Redutores (m€)	13	7	7	8	7	7	7	37
Total Contadores e Redutores (m€)	215	210	252	246	250	210	208	1 166

Quadro 32: Instalação de contadores (desenvolvimento de negócio) e redutores

Em cumprimento com as diretrizes aplicáveis ao PDIRD 2026, a Portgás clarifica que o investimento previsto no presente plano se destina exclusivamente à densificação e otimização da rede de distribuição existente. Importa salientar que todos os concelhos abrangidos pela concessão da Portgás já se encontram abastecidos, não estando prevista a expansão para novas áreas geográficas. Assim, o investimento projetado visa a ligação de novos pontos de consumo, o reforço da rede existente e a sua adaptação a novas tipologias de utilização, garantindo eficiência económica, sustentabilidade e alinhamento com os objetivos do SNG.

Os investimentos em Desenvolvimento de Negócio e Expansão de Rede previstos no presente PDIRD traduzem um valor unitário por ponto de abastecimento de 2.744 €, no total dos cinco anos de projeção, correspondendo a um aumento de cerca de 11,3 % se comparado com valor previsto para 2024, de 2.466 €.

Indicadores de Investimento	u.m.	2025 (R)	2026 (ORC)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)	Σ 2027-2031 (P)
Inv. Desenvolvimento Negócio / PA	€/ #	2 930	2 635	2 683	2 731	2 740	3 003	2 783	2 779
Inv. Desenvolvimento Negócio / MWh	€/MWh	-	-	146	154	165	161	149	155
Metro de rede / PA	m/ #	19	12	12	12	12	13	11	12
PA / km de rede	#/km	49	83	76	76	75	72	83	76
PA / ramal	#	2	2	2	2	2	2	2	2
Volume anual adicional por metro de rede	MWh/m	-	-	1	2	4	6	8	21
Custo unitário rede	€/m	79	100	99	101	103	106	108	103
Custo unitário ramal	€/ #	470	526	524	534	543	560	569	544
Custo unitário conversão	€/ #	702	618	660	618	618	618	618	628
Custo unitário reconversão	€/ #	340	322	322	328	334	341	347	333

Quadro 33: Indicadores de investimento

Tendo em conta os volumes incrementais, verifica-se que a atual proposta incorpora um investimento de 155 €/MWh incremental para o SNG.

6.2.2 Conformidade e Segurança do Abastecimento

O investimento projetado ascende a 10,6 M€ estando suportado na previsão de realização de diversos projetos associados à resiliência da rede e à capacitação de infraestruturas, conforme é evidenciado no quadro seguinte:

Conformidade e Segurança do Abastecimento	2025 (R)	2026 (ORC)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)	Σ 2027-2031 (P)
Resiliência da Rede	665	375	627	475	631	700	706	3 139
Estudos e Equipamento Técnicos	150	139	0	0	0	0	0	0
Instalação de Contadores - reativações por rotação de clientes	296	340	413	483	566	663	778	2 902
Capitalização de Encargos	998	829	870	898	909	913	944	4 534
Total	2 108	1 683	1 910	1 856	2 106	2 276	2 428	10 575

Quadro 34: Investimentos em conformidade e segurança do abastecimento(m€)

Neste PDIRD foram preconizados projetos de reforço de capacidade de subsistemas de forma a mitigar o risco da infraestrutura que, pese embora apresentem alguma maturidade na concessão, apresentam também maior evolução relativa de capacidade face à variação do contexto de densificação de clientes domésticos e não domésticos, implicando maior esforço de gás veiculado e consequente aumento de risco das redes.

Os projetos de conformidade de segurança do abastecimento projetados em 3,1 M€, detalhados no Anexo 4, nomeadamente redes ligadas no sistema de distribuição do Vale do Ave, visam a diminuição do risco do subsistema D23, que se encontra isolado, e permitir a implementação do plano de adequabilidade da rede de média pressão para veicular hidrogénio com uma solução que trará mais valias para o SNG. Nos restantes subsistemas prendem-se com investimentos para incremento da resiliência, por necessidade de continuidade de negócio, e na continuação da substituição de PRM que se encontram obsoletos técnica e tecnologicamente. Adicionalmente, está prevista a realização de uma rede de baixa pressão em Vila do Conde para garantir a continuidade de abastecimento, por necessidade de intervenção do IP na Ponte de Vilarinho, onde existe a rede de média pressão que abastece Vila do Conde e Póvoa de Varzim, por um período superior a 1 ano.

Estes projetos exigirão a construção de mais 24,8 km de redes de média e baixa pressão, prevendo-se uma extensão total de 544 km, no final de 2031, de rede associada a esta tipologia.

Extensão de rede	2025 (R)	2026 (ORC)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)
Rede Primária - MP	410	411	411	411	411	411	411
Rede Sec. Estruturante - BP	108	108	114	118	126	129	133
Total de extensão de rede	518	519	525	529	537	541	544

Quadro 35: Extensão da rede primária e secundária estruturante (km)

A rubrica “Instalação de Contadores – reativações por rotação de clientes”, cujo investimento proposto ascende a 2,9 M€, corresponde a ativações de fornecimento decorrentes de processos de baixa de contrato, ou seja, são reativações sobre o stock existente de pontos de abastecimento. Trata-se de operações em pontos de consumo resultantes da normal atividade do mercado que geram uma necessidade de rotação de equipamentos de medição correspondentes a mais de 80 mil reativações para o período de projeção, com um custo unitário médio de 36 €/operação.

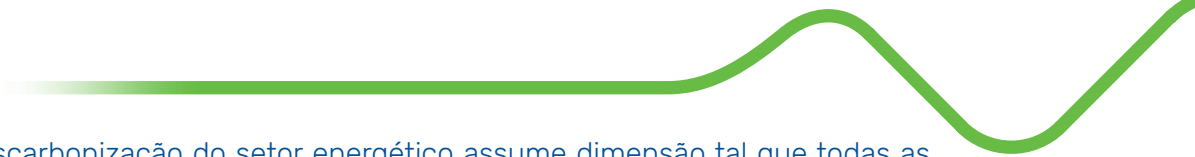
Instalação de Contadores (Reativações)	2025 (R)	2026 (ORC)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)	Σ 2027-2031 (P)
Quantidade	9 079	10 114	11 925	13 642	15 627	17 918	20 561	79 673
Custo unitário	33	34	35	35	36	37	38	36
Total Contadores (Reativações)	296	340	413	483	566	663	778	2902

Quadro 36: Instalação de contadores – reativações (m€)

6.2.3. Descarbonização do Sistema Nacional de Gás

A Portgás, consciente da sua missão, definiu há alguns anos uma estratégia de desenvolvimento da inovação no setor, tendo implementado diversas iniciativas que potenciaram adição de valor ao contexto atual da organização bem como ao SNG e às suas partes interessadas. Não obstante, a conjuntura internacional sofreu uma forte evolução neste hiato temporal com a produção de políticas públicas orientadoras do setor, evidenciando a necessidade de investimento para a transformação do setor do gás, conforme referido nos capítulos iniciais deste documento. Esta evolução setorial, para além de definida centralmente pelos governos da UE, foi acelerada por conjunturas recentes que vieram criar uma urgência supranacional com vista à redução da dependência energética, de que são exemplos os conflitos russo-ucraniano ou no Médio Oriente, com o fecho do estreito de Ormuz, que criou impacto desfavorável nos preços e cadeias de abastecimento. Esta evolução é particularmente relevante no caso português quando se observa o peso dos produtos energéticos na balança comercial. A descarbonização foi rapidamente transformada num dos desígnios estratégicos com impacto direto, e de cada vez mais curto prazo, na Economia.

Neste enquadramento, tornou-se também evidente que o sistema energético nacional necessita de maior resiliência, evitando uma dependência excessiva de uma única infraestrutura ou vetor energético. O apagão elétrico de 28 de abril de 2025, que deixou a Península Ibérica sem eletricidade durante cerca de dez horas na sequência de oscilações de tensão e desconexões em cascata do sistema europeu, demonstrou o impacto sistémico que uma falha elétrica pode assumir. Do mesmo modo, a sequência de tempestades severas que atingiu Portugal no início de 2026 – Kristin, Leonardo e Marta – provocou danos extensos, cortes prolongados de energia e situações de calamidade em várias regiões do país. Estes acontecimentos sublinham a necessidade de diversificar soluções e reforçar complementaridades entre vetores energéticos. Neste contexto, o Sistema Nacional de Gás – particularmente com a incorporação crescente de gases de origem renovável – representa um ativo estratégico, acrescentando capacidade de flexibilidade, armazenamento, continuidade de serviço e segurança ao sistema energético nacional.



O desafio para descarbonização do setor energético assume dimensão tal que todas as contribuições são importantes e indispensáveis. Refira-se que sistematicamente as instituições europeias estão a incrementar o nível de ambição, dado que os resultados obtidos a nível mundial estão abaixo dos desígnios estabelecidos em termos de impacto no clima, sendo também verdade que o desenvolvimento tecnológico permite operacionalizar medidas adicionais com maior racionalidade económica (embora signifiquem esforço adicional).

Uma oportunidade nova está relacionada com o hidrogénio e o aparecimento de soluções em fase pré-industrial de produção direta de hidrogénio a partir do sol (não aplicando a via indireta de eletrólise). Estas soluções, ainda com rendimentos abaixo da produção solar fotovoltaica, todavia já com um nível muito aceitável (cerca de 50 % do rendimento dos painéis solares), apresentam-se muito promissoras, quer do ponto de vista da evolução em termos de rendimento (dada a juventude das soluções), quer em termos de aplicação de matérias-primas.

De facto, os materiais requeridos para a produção de “painéis solares” de produção de hidrogénio (fotocatálise) são significativamente mais baratos e recorrem a matérias-primas que existem com grande abundância no planeta (comparando com as soluções de painéis solares fotovoltaicos). É neste contexto – em que o hidrogénio se afirma cada vez como um vetor energético relevante para o futuro, podendo inclusive ser considerado uma energia primária renovável – que importa refletir sobre a integração dos sistemas elétrico e de gás (na perspetiva dos gases renováveis, nomeadamente o hidrogénio). Não há dúvida de que a integração dos sistemas, que apresenta desafios muito relevantes, é incontornável e representa, em si, um valor para o setor energético de um país, e se o virmos de forma integrada ao nível de um continente, também não perde relevância contribuindo de forma significativa para a otimização do sistema energético como um todo.

Recentemente têm vindo a ser encontradas jazidas de hidrogénio existente no subsolo, conhecido por hidrogénio branco, natural ou geológico, com quantidades estimadas capazes de suprir as necessidades globais por vários anos. À componente ecológica do hidrogénio, esta alternativa apresenta vantagens económicas capazes de equiparar o seu custo com o do gás convencional.

A Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética 2023-2050 aponta como desígnio garantir que a transição energética e climática ocorre de forma justa, democrática e coesa, protegendo os clientes vulneráveis. De acordo com este documento, estima-se que em Portugal estejam em situação de pobreza energética entre 1,8 e 3 milhões de pessoas, das quais entre 609 mil e 660 mil se encontram em pobreza energética severa. Os custos energéticos, incluindo todos os impostos, referidos neste documento, indicam que a eletricidade apresenta um custo 3 vezes superior ao gás convencional, 0,209 €/kWh vs. 0,076 €/kWh (21,171 €/GJ), apesar do valor de gás em Portugal ser quase 20 % superior ao valor médio europeu. Comparando os valores de financiamento às tarifas sociais verifica-se que o setor elétrico apresenta valores superiores (115 M€ atribuídos a sensivelmente 832 mil beneficiários, equivalente a cerca de 13 % dos consumidores de eletricidade) ao setor do gás (2,6 M€ atribuídos a sensivelmente 450 mil beneficiários, equivalente a cerca de 3 % dos consumidores de gás) demonstrando uma maior sustentabilidade do setor gasista.

A Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética 2023-2050 demonstra que atualmente o setor do gás tem um impacto positivo na resposta às necessidades energéticas básicas da população portuguesa. A transição para um sistema com gases renováveis permitirá adicionar a esta vantagem económica uma resposta aos



desafios climáticos a nível nacional. Importa ainda referir o elevado potencial nacional de produção de gases de origem renovável, que poderá reduzir o custo do kWh do gás, aproximando-o do valor médio europeu. Por outro lado, a aposta nos recursos endógenos permite criar oportunidades económicas, levando a uma maior coesão social e à valorização e proteção ambiental.

Existem vários benefícios associados à análise integrada e otimização da operação dos sistemas de energia, identificados por diversos autores, que são agora brevemente resumidos:

- A eficiência energética de todo o sistema de energia é maximizada enquanto o desperdício de energia, custos e emissões são minimizados.
- A adequação entre oferta e procura e a segurança de abastecimento são garantidas pela flexibilidade de resposta à procura. Assim, a probabilidade de interrupções é reduzida enquanto a confiabilidade do fornecimento de energia é incrementada.
- A extração de recursos naturais e, portanto, a pegada ecológica do sistema como um todo é reduzida.
- O impacto da má operação de um componente individual na operação de todo o sistema pode ser observado e soluções alternativas podem ser avaliadas, uma vez que as interdependências são observadas e podem ser analisadas e gerenciadas.
- É possível avaliar o impacto das novas tecnologias energéticas no funcionamento de todo o sistema.
- É possível gerir e controlar diversos consumidores potenciais.
- Os ativos existentes são utilizados de forma otimizada e eficiente.
- É possível aumentar a integração de geração distribuída, fontes de energia renováveis intermitentes e armazenamentos de energia em diferentes formas.
- A abordagem do sistema é necessária para o planeamento e operação de um sistema sustentável.

De igual modo, e em contraste com os benefícios da análise integrada e otimização da operação dos sistemas de energia, existem vários desafios que dificultam a sua implementação, que podem ser resumidos da seguinte forma:

- A análise e otimização integradas de energia envolvem a tomada de decisão multiobjectivo com compensações entre metas conflitantes de eficiência energética, custo e emissão.
- O projeto e a operação dos componentes do sistema e a combinação de sua operação são muito complicados.
- A escala de tempo (granularidade) de operação dos componentes do sistema de energia é diferente.
- Os tempos transitórios na operação dinâmica dos componentes do sistema de energia são diferentes.
- A monitorização, controlo e gestão de todo o sistema integrado de energia é complexa.

- Nenhuma ferramenta comercial foi desenvolvida para planeamento, projeto, operação, análise e gestão de todo o sistema integrado de energia.

É neste contexto que o desenvolvimento do gás de origem renovável, como o biometano e o hidrogénio, impelem a Portgás a reforçar a sua estratégia de descarbonização, que também implica a digitalização do sistema, para responder a uma gestão adequada e, sempre que possível, de forma mais integrada entre os diferentes atores do sistema energético, seja na vertente do gás, seja noutras dimensões da energia.

Assim, a Portgás mantém sempre em constante atualização o seu *Roadmap* estratégico de projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação para o seu plano quinquenal, de forma a acomodar a internalização das tendências tecnológicas de suporte à transição energética, que permitam a transformação apostando fortemente nos pilares da sua estratégia de IDI - *Sustainable Gas e Smart Gas Company*.

Um dos *inputs* para os projetos presentes neste plano de investimentos, decorre dos trabalhos de avaliação da conformidade dos seus ativos para veicular hidrogénio, realizados pela Portgás em conjunto com entidades externas e supervisionados por um organismo inspetor. Estes trabalhos nasceram com o intuito de preparar o Sistema Nacional de Gás para a transição energética, garantindo que as infraestruturas existentes permanecem um ativo relevante, seguro e tecnicamente apto a integrar gases renováveis, em particular o hidrogénio. Esta missão procurou responder a três imperativos fundamentais: (i) assegurar a descarbonização progressiva do setor energético, (ii) maximizar o aproveitamento de infraestruturas já existentes, evitando investimentos redundantes e (iii) garantir que a futura integração de hidrogénio – em mistura ou puro – ocorre com elevados padrões de segurança, fiabilidade e conformidade regulamentar.

Neste contexto, estes trabalhos constituíram uma iniciativa estruturante da Portgás para avaliar, com rigor técnico e metodológico, a adequabilidade das suas infraestruturas de média e baixa pressão para a veiculação de hidrogénio. O programa incluiu atividades como o levantamento e análise de cadastro técnico, inspeções presenciais, ensaios laboratoriais de materiais, avaliações de integridade e estanquicidade e a aplicação de requisitos internacionalmente reconhecidos para conversão de ativos, contando com o contributo de organismos de renome nacionais e internacionais. Todo o processo foi acompanhado por um organismo inspetor independente, que verificou a conformidade das evidências e emitiu os respetivos Certificados de Adequabilidade, confirmando que a vasta maioria dos ativos da Portgás se encontra tecnicamente preparada para misturas de hidrogénio e identificando apenas um conjunto limitado de componentes que exige substituição ou ensaios adicionais.

O projeto resultou ainda na elaboração de planos de migração estruturados, que definem de forma clara as ações necessárias para operar com até 20 % hidrogénio e para preparar a conversão para 100 % hidrogénio, incluindo intervenções pontuais em materiais, atualizações operacionais e revisões das especificações técnicas e dos procedimentos de O&M. Este conhecimento aprofundado passou a constituir uma base central para os projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D&I) da Portgás, alimentando diretamente o desenvolvimento de novas soluções, a atualização de normas internas e o planeamento de investimentos. A Portgás pretende, assim, dar continuidade à implementação progressiva destas medidas, assegurando que a sua rede se mantém preparada e compatível para a veiculação segura, eficiente e regulamentarmente conforme de gases de origem renovável, alinhando-se com as metas nacionais e europeias de transição energética.

Para o horizonte 2027-2031 os projetos de descarbonização suportarão um plano de

investimento de, aproximadamente, 17,6 M€ totalmente relacionado com a componente de preparação de infraestruturas para gases renováveis, já que os projetos de injeção de gases renováveis na rede (detalhe no Anexo 3) são totalmente neutros na base de ativos, pois suportados pelo requisitante da ligação à rede de distribuição, conforme ilustrado no quadro seguinte:

Descarbonização do Sistema Nacional de Gás	2025 (R)	2026 (ORC)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)	Σ 2027-2031
Desenvolvimento de projetos para preparação das infraestruturas para gases renováveis (m €)								
Sustainable Gas	1 403	1 010	1 776	1 511	1 629	1 629	2 147	8 692
Smart Gas Company	828	796	563	568	793	1 033	783	3 738
R&D Projects	576	45	955	1 154	915	1 196	965	5 184
TOTAL	2 807	1 851	3 293	3 233	3 337	3 858	3 894	17 615

Quadro 37: Projetos de descarbonização de ativos (m€)

O racional de investimentos nesta rubrica pretende estar alinhado com as prioridades definidas no desenvolvimento do SNG, nomeadamente:

1. Em primeiro lugar, privilegia-se a concretização de projetos que acelerem a introdução de gases de origem renovável, reforçando o portefólio de iniciativas associadas ao pilar *Sustainable Gas*, que totaliza cerca de 8,7 M€ no período 2027-2031. Neste contexto, para o ano de 2026 encontram-se já alocados 1 M€, destinados à implementação de medidas que visam assegurar a compatibilidade da rede de Média Pressão com misturas de gás até 20 % de hidrogénio.
2. De forma complementar, desenvolve-se uma segunda linha estratégica no âmbito do pilar *Smart Gas Company*, orientada para a sensorização da rede e a incorporação progressiva de inteligência nos ativos, com o objetivo de reforçar a observabilidade, a monitorização e a capacidade de gestão da infraestrutura. O investimento associado a este pilar ascende a cerca de 3,7 M€ no período 2027-2031.
3. Uma terceira linha estratégica, enquadrada nos *R&D Projects*, visa o desenvolvimento de projetos de investigação, desenvolvimento e demonstração, orientados para a preparação das infraestruturas de distribuição para a integração de gases de origem renovável. Estes projetos incluem estudos de adequabilidade técnica, validação de soluções inovadoras e projetos-piloto que suportem a incorporação progressiva de hidrogénio e biometano, contribuindo simultaneamente para o reforço da base técnica, do conhecimento setorial e da competitividade do mercado. Para este pilar, prevê-se um investimento acumulado de cerca de 5,2 M€ no período 2027-2031.
4. Em paralelo, esta estratégia de investimento permite consolidar o posicionamento da Portgás na transição energética dos seus ativos, ajustando o ritmo de implementação à maturidade das diferentes tecnologias disponíveis, bem como assumir um papel ativo enquanto agente promotor e catalisador do desenvolvimento do mercado de produção de biometano, apoiando os produtores na concretização das condições necessárias à ligação às infraestruturas de distribuição.
5. Capitalizar a infraestrutura existente e o seu desenvolvimento de expansão de forma a assegurar a distribuição de gás de origem renovável a um número cada vez maior de clientes através do pilar *Customer Engagement*.

Refira-se que, adicionalmente, de forma a mitigar o risco dos projetos de inovação face aos recursos internos existentes, o ecossistema da Portgás encontra-se alicerçado em parcerias com empresas, instituições e fundamentalmente com a academia.

No mesmo plano, a Portgás encontra-se em estrita coordenação com os restantes operadores do SNG de forma a potenciar sinergias nos planos de adequação das infraestruturas de gás aos requisitos de transição energética imposta pela regulamentação.

Os projetos vinculados ao plano proposto para esta iniciativa estão devidamente detalhados.

6.2.4. Digitalização

A digitalização assume um papel central na modernização, resiliência e sustentabilidade das infraestruturas de distribuição de gás, constituindo um eixo transversal de suporte à eficiência operacional, à qualidade de serviço e à preparação da rede para os desafios associados à transição energética. Neste contexto, os investimentos previstos nesta rubrica visam dotar a Portgás de ferramentas, sistemas e capacidades tecnológicas que permitam uma gestão mais integrada, segura e informada dos seus ativos e operações.

Os sistemas de informação desempenham um papel estruturante no suporte à atividade do operador de rede de distribuição, ao plano de crescimento da empresa e à interligação com os diversos *stakeholders* que se relacionam com a atividade do ORD. O plano de investimento proposto nesta componente ascende a 6,5 M€, tendo como principal objetivo a atualização tecnológica do ambiente de *hardware* e *software* de base, incluindo sistemas operativos e aplicativos, assegurando condições de manutenção, evolução integrada e alinhamento com as boas práticas e *benchmarks* de mercado aplicáveis a esta rubrica. Informações adicionais sobre esta rubrica podem ser consultadas em detalhe no Anexo 6.

Digitalização	2025 (R)	2026 (ORC)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)	Σ 2027-2031 (P)
Sistemas de Informação	2 673	3 611	2 523	1 265	975	885	864	6 512
Total	2 673	3 611	2 523	1 265	975	885	864	6 512

Quadro 38: Plano de investimento em "Digitalização" (m€)

Neste contexto, o projeto ENTER, materializado pela implementação da plataforma SAP S/4HANA *for Utilities* e outros sistemas *core* associados até 2027, constitui um investimento estruturante e necessário para garantir a sustentabilidade técnica e operacional da concessão, assegurando a modernização da arquitetura de sistemas de informação e a mitigação de riscos tecnológicos. O investimento proposto visa suportar a digitalização e automação dos processos *core*, reforçar a fiabilidade e a continuidade de serviço, melhorar as capacidades de gestão de ativos, de gestão de energia e de exploração de dados, bem como garantir o cumprimento integral dos requisitos legais e regulamentares, incluindo em matéria de cibersegurança e proteção de dados pessoais.

A solução adotada privilegia uma abordagem maioritariamente *standard*, com foco nos processos de maior criticidade, promovendo a eficiência económica, a redução do custo total de propriedade e a flexibilidade necessária para responder à evolução futura do enquadramento regulatório e das necessidades do sistema.

As atividades previstas no plano de ação serão o suporte estruturante para:

- realização da transformação de sistemas de informação que permitam a digitalização e automação dos processos (internos e com ligação a entidades externas);

- novos paradigmas na gestão de ativos;
- rentabilização da aposta no *Big Data* com a utilização de *Data Analysis*;
- garantia de continuidade de serviço;
- resposta a novas necessidades de telegestão, gestão de energia ou gestão da rede;
- exploração na vertente de segurança, nomeadamente no âmbito da cibersegurança;
- cumprimento de todos os requisitos em matéria de Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

Nesta nova plataforma de sistemas de informação, que recupera o atraso dos últimos anos, serão reforçadas as condições para assegurar os elevados níveis de qualidade e de eficiência que são exigências da Lei e da Regulação vigentes, bem como o cumprimento dos elevados padrões de qualidade de serviço e satisfação por parte dos Agentes de Mercado e dos Clientes. A solução proposta está focada nos processos *core* propondo-se que o âmbito da implementação fique limitado aos processos de maior criticidade e prioridade. A solução deve evoluir no sentido de integrar oportunidades de melhoria e desenvolvimento para os restantes processos de forma sustentada.

6.2.5. Contadores não elegíveis para a Base de Ativos Regulada

No âmbito do PDIRD 2026, é introduzida a rubrica “Contadores não elegíveis para a Base de Ativos Regulada”, em linha com as novas orientações aplicáveis à elaboração dos planos quinquenais de desenvolvimento e investimento das redes de distribuição de gás. Esta rubrica tem como objetivo assegurar a clara desagregação do investimento associado a equipamentos de medição, nomeadamente os contadores, que, nos termos legais e regulamentares em vigor, não são elegíveis para integração na Base de Ativos Regulada, promovendo maior transparência, rigor e rastreabilidade da informação económico-financeira apresentada ao longo de todo este plano.

A autonomização desta tipologia de investimento permite distinguir de forma clara e inequívoca os ativos com impacto direto na Base de Ativos Regulada e na estrutura tarifária daqueles que, embora indispensáveis à normal prossecução da atividade do ORD, não são objeto de remuneração regulada. Esta abordagem promove uma leitura mais transparente e rigorosa da estrutura global do investimento, reforçando a coerência do plano com os princípios de prudência, proporcionalidade e sustentabilidade económico-tarifária, ao assegurar que apenas o investimento com impacto efetivo na formação tarifária é refletido enquanto tal.

O investimento enquadrado nesta rubrica estrutura-se em três componentes principais:

- **Investimento em contadores associados a novos consumidores**, no contexto do desenvolvimento de negócio e expansão da rede, acompanhando a captação de novos pontos de abastecimento ao longo do horizonte do plano. Para o período de projeção 2027-2031, o investimento acumulado nesta componente ascende a cerca de 1,1 M€, refletindo o esforço necessário para garantir a disponibilidade de equipamentos de medição adequados à entrada em serviço de novos consumidores, em coerência com a evolução prevista do mercado e com a estratégia de crescimento sustentado da concessão;

- **Investimento em contadores destinados à substituição por rotação técnica ou por avaria**, resultante da normal operação e exploração da rede de distribuição. Trata-se de um investimento de natureza recorrente, associado à manutenção dos níveis de fiabilidade da medição, à continuidade de serviço e à qualidade operacional da infraestrutura. No horizonte 2027-2031, esta componente apresenta um valor global estimado de 0,1 M€, evidenciando um perfil estável ao longo do período, em linha com a maturidade do parque instalado;
- **Investimento em contadores substituídos por imposição legal ou regulamentar**, nomeadamente decorrente de requisitos metrológicos, normativos ou de segurança aplicáveis aos equipamentos de medição. Esta componente evidencia uma trajetória crescente ao longo do período de planeamento, traduzindo o esforço progressivo de renovação do parque de contadores em conformidade com as exigências legais aplicáveis. Para o conjunto do período 2027-2031, o investimento acumulado nesta componente ascende a cerca de 2,6 M€, representando a parcela mais significativa da rubrica.

O atual período inclui, pela primeira vez, a redução do ciclo de vida dos contadores, passando de 20 para 12 anos, decorrente da publicação da Portaria n.º 321/2019, de 19 de setembro. Apesar da aplicação recente da Portaria, constata-se um aumento significativo na quantidade de equipamentos que atingem a idade limite de utilização, pelo que acaba por se verificar um incremento adicional na substituição de contadores por imposição legal.

No seu conjunto, para o horizonte quinquenal 2027-2031, o investimento global associado à rubrica “Contadores não elegíveis para a Base de Ativos Regulada” totaliza 3,8 M€, conforme evidenciado no Quadro 39, resultando da soma das três componentes identificadas. Embora estes investimentos não sejam elegíveis para integração na Base de Ativos Regulada e, conseqüentemente, não tenham impacto direto na remuneração dos ativos regulados, constituem uma componente estrutural e indispensável do plano de investimento da Portgás, assegurando a continuidade e qualidade do serviço de distribuição, a fiabilidade da medição, a proteção dos consumidores e o cumprimento integral do enquadramento legal e regulamentar aplicável.

Contadores não elegíveis para a Base de Ativos Regulada	2025 (R)	2026 (ORC)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)	Σ 2027-2031 (P)
Contadores (Novos Consumidores: Expansão)	196	214	219	218	199	239	222	1 097
Contadores (Substituição: Rotação e Avaria)	39	17	17	17	17	17	17	85
Contadores (Substituição: Imposição legal)	110	167	339	458	483	582	735	2 596
Total	345	397	575	692	699	838	975	3 779

Quadro 39: Plano de investimento em “Contadores não elegíveis para a Base de Ativos Regulada” (m€)

6.2.6. Outros investimentos

Os demais investimentos previstos nesta proposta de PDIRD estão agrupados na tipologia “Outros Investimentos” e são referentes a renovação de contadores por imposição legal, sistemas de informação, edifícios e equipamento de transporte, num total, aproximado, de 4,8 M€.

Outros investimentos	2025 (R)	2026 (ORC)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)	Σ 2027-2031 (P)
Instalação de Contadores - Renovação por imposição legal	198	284	328	456	508	615	774	2 681
Edifícios e Equip. Transporte	135	511	270	1 050	410	60	290	2 080
Total	333	795	598	1 506	918	675	1 064	4 761

Quadro 40: Plano de investimento em “Outros investimentos” (m€)

Esta linha integra investimentos de natureza transversal e de suporte à atividade de distribuição que não se enquadram diretamente nas restantes tipologias do PDIRD 2026. No que respeita a “Instalação de Contadores – Renovação por imposição legal”, esta rubrica considera exclusivamente os custos associados às operações de instalação e intervenção

operacional, não incluindo investimento em equipamentos de medição enquanto ativo. O investimento em contadores, enquanto equipamentos, encontra-se integralmente tratado de forma autónoma no capítulo anterior. Desta forma, assegura-se uma separação clara entre o investimento em equipamento e os custos associados à sua colocação em serviço, evitando sobreposições e garantindo uma leitura transparente e rigorosa da estrutura global do investimento.

Instalação de Contadores (Imp. Legal)	2025 (R)	2026 (ORC)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)	Σ 2027-2031 (P)
Quantidade	5 446	7 803	15 171	20 606	22 367	26 508	32 826	117 478
Custo unitário	36	36	22	22	23	23	24	23
Total Contadores (Imp. Legal)	198	284	328	456	508	615	774	2 681

Quadro 41: Investimento em renovação da instalação de contadores por imposição legal (m€)

O plano de desenvolvimento projetado para edifícios e equipamento de transporte totaliza 2 M€.

O investimento em edifícios vem concluir o processo iniciado em 2019 de integração de determinadas atividades de serviço ao cliente, em particular o atendimento presencial, permitindo uma utilização mais eficiente e racional das instalações próprias. Em paralelo, e atendendo à antiguidade de parte do edificado, mantém-se uma estratégia de renovação gradual orientada para a promoção da saúde, segurança e bem-estar dos colaboradores, em cumprimento do enquadramento legal aplicável e alinhada com as boas práticas de mercado. Esta abordagem materializa-se, designadamente, no reforço das condições de segurança no trabalho, na modernização dos sistemas ativos e passivos de gestão dos edifícios e na melhoria do desempenho energético e ambiental. Importa salientar que as intervenções já concretizadas permitiram uma evolução significativa da classificação do Certificado Energético do Edifício, que transitou da **Classe “C” para a Classe “A”**. Não obstante, subsistem ainda algumas medidas a implementar com vista ao reforço do conforto dos utilizadores e à otimização adicional da eficiência global do edifício.

No que diz respeito ao equipamento de transporte, a empresa mantém a orientação de renovação do seu parque de viaturas com base em critérios de eficiência, quilómetros percorridos, estado de conservação e condições de segurança dos colaboradores. O parque de viaturas tem vindo a ser modernizado e, atualmente, é fundamentalmente constituído por veículos híbridos, que permite uma menor pegada ecológica com a atividade da Portgás.

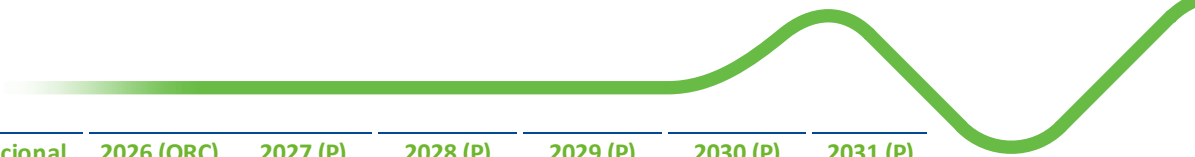
6.2.7. Avaliação técnico-económica

A Portgás mantém a sua metodologia de avaliação técnico-económica sobre os projetos de investimento que se propõe realizar.

A seleção dos investimentos teve em conta os princípios de análise de projetos de investimento, recorrendo à Taxa Interna de Rentabilidade (TIR) e a uma metodologia de seriação dos concelhos através de indicadores operacionais de eficiência.

A TIR é calculada tendo em conta a extensão de rede que se planeia construir, o número de pontos de abastecimento potenciais e os volumes adicionais que os mesmos aportam à rede, bem como critérios de qualidade de serviço e de eficiência operacional. Esta avaliação é apresentada por projeto de investimento em cada concelho, no Anexo 1 a este documento.

O atual plano de investimento permitirá acrescentar ao sistema um adicional de 0,558 TWh, a partir do ano de cruzeiro de 2032 (ano em que todos os pontos de abastecimento captados estarão a consumir 12 meses no ano).



Energia Veiculada Adicional	2026 (ORC)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)
MP	8	6	43	86	104	118
BP>	43	48	114	165	237	309
BP<	8	10	30	49	66	81
TOTAL	58	64	186	301	407	508

Quadro 42: Energia veiculada adicional (GWh)

A projeção da receita gerada considera as tarifas URD em vigor para o ano gás 2025-2026, aplicadas às tipologias de clientes e aos volumes por cada um dos concelhos da área de concessão. Este método permite apurar a rentabilidade por ano e por concelho com o nível das tarifas atuais, garantindo a identificação de um prémio – diferencial entre a RoR (5,67 % de acordo com a publicação de tarifas 2025-2026) e a rentabilidade obtida, medida pela TIR. Os valores de tarifas médias consideradas por este método de avaliação são 43,86 €/MWh para BP<, 17,00 €/MWh para BP> e 4,63 €/MWh para MP.

Por prémio entende-se o diferencial entre a TIR do projeto e a RoR, que sendo positivo significa que o investimento proposto trará benefícios para o SNG na exata medida dessa diferença.

Adicionalmente, assumiu-se uma taxa de amortização correspondente a 45 anos de vida útil de ativos para o cálculo dos custos operacionais resultantes da aplicação dos indutores em vigor.

A avaliação efetuada ao investimento de Desenvolvimento de Negócio e Expansão de Rede (descrito no subcapítulo 6.2.1) permite concluir que estes projetos terão um impacto positivo no SNG – prémio de 4,38 pp, conforme observado na tabela apresentada abaixo (quadro 43), impacto esse proporcional ao número de clientes que é possível captar com as novas infraestruturas e com a densificação sobre a infraestrutura existente.

Foram, assim, avaliados 29 projetos de investimento, um por cada concelho da zona da concessão, e um projeto agregador para toda a concessão. Para esta análise foram calculadas as rentabilidades isoladas de cada lote de pontos de abastecimento e volumes adicionados em cada ano do PDIRD, projetando esses volumes a partir de 2031 – ano 2032 como cruzeiro, no qual os pontos captados consumirão durante um ano completo.

Distrito	Concelho	2032		Investimento Total				
		CAPEX	PA	Volume	c.u.	TIR	RoR	Prémio
		m€	#	MWh	MWh	%	%	pp
BRAGA	Barcelos	3 410	1 009	43 287	42,9	17,86%	5,67%	12,19pp
	Braga	5 317	2 237	27 095	12,1	9,64%	5,67%	3,97pp
	Esposende	2 382	790	8 308	10,5	5,91%	5,67%	0,24pp
	Fafe	2 673	840	12 394	14,8	7,99%	5,67%	2,32pp
	Guimarães	4 218	1 352	40 216	29,7	12,65%	5,67%	6,98pp
	Vila Nova de Famalicão	3 955	1 225	100 586	82,1	22,08%	5,67%	16,42pp
	Vila Verde	2 179	672	19 134	28,5	8,25%	5,67%	2,59pp
	Vizela	2 715	913	13 041	14,3	9,43%	5,67%	3,76pp
PORTO	Felgueiras	2 555	1 050	5 915	5,6	4,61%	5,67%	-1,06pp
	Gondomar	3 140	1 503	8 771	5,8	5,69%	5,67%	0,02pp
	Lousada	2 060	669	8 549	12,8	7,54%	5,67%	1,87pp
	Maia	3 062	1 180	9 318	7,9	6,24%	5,67%	0,57pp
	Matosinhos	3 217	1 294	8 363	6,5	5,90%	5,67%	0,23pp
	Paços de Ferreira	2 377	736	18 902	25,7	12,96%	5,67%	7,29pp
	Paredes	1 846	728	17 769	24,4	8,01%	5,67%	2,34pp
	Penafiel	1 426	484	22 805	47,1	18,80%	5,67%	13,13pp
	Porto	3 998	1 437	17 034	11,9	10,54%	5,67%	4,87pp
	Póvoa de Varzim	3 440	1 379	13 319	9,7	7,49%	5,67%	1,82pp
	Santo Tirso	2 729	892	28 456	31,9	17,94%	5,67%	12,27pp
	Trofa	2 739	899	21 078	23,4	15,95%	5,67%	10,28pp
	Valongo	3 057	1 518	13 073	8,6	9,25%	5,67%	3,58pp
	Vila do Conde	3 941	1 508	12 483	8,3	6,10%	5,67%	0,43pp
	Vila Nova de Gaia	4 231	1 621	24 294	15,0	10,90%	5,67%	5,23pp
	Caminha	2 300	899	3 354	3,7	2,16%	5,67%	-3,51pp
	Paredes de Coura	2 933	932	30 803	33,1	14,12%	5,67%	8,46pp
	Ponte de Lima	2 145	779	8 077	10,4	6,31%	5,67%	0,64pp
Viana do Castelo	Valença	1 822	629	2 854	4,5	4,22%	5,67%	-1,45pp
	Viana do Castelo	3 497	1 270	12 686	10,0	7,13%	5,67%	1,46pp
	Vila Nova de Cerveira	1 893	627	5 908	9,4	6,09%	5,67%	0,42pp
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO		85 260	31 072	557 873	18,0	10,05%	5,67%	4,38pp

Quadro 43: Investimento em desenvolvimento de negócio e rentabilidade por concelho, com tarifas do ano gás 25-26

O valor agregado da rentabilidade do plano 2027-2031 considera todos os pontos e volumes captados e gerados no período e a sua projeção até ao final da concessão, mantendo constante o número de pontos e de volumes para o período restante da concessão.

Importa manter o realce sobre o princípio subjacente ao projeto de gás, relacionado com a equidade de tratamento das várias regiões e da garantia de igual acesso à fonte de energia gás, que constituiu um requisito a salvaguardar sistematicamente pela concessionária e que torna o SNG um sistema solidário a nível nacional.

Esta premissa, subjacente desde sempre ao modelo de concessão, permite ao SNG assumir rentabilidades menores em algumas zonas da concessão, mais do que compensadas por rentabilidades superiores noutras regiões onde a densidade demográfica e as características socioeconómicas são mais favoráveis ao projeto. Este é um valor essencial assumido pela Portugás no exercício do serviço público que lhe foi conferido pelo Estado português no contrato de concessão.

A análise de rentabilidade para os projetos de cada concelho permite concluir globalmente sobre um contributo positivo, suportado em prémios positivos na grande maioria dos concelhos da concessão.

Existem também investimentos de natureza técnica, nomeadamente para garantir a segurança e fiabilidade de abastecimento, associados ao cumprimento legal e regulamentar, bem como às obrigações decorrentes do contrato de concessão, de carácter obrigatório e fundamental, mas que não devem afetar, ainda assim, a racionalidade económica, ou seja, devem ser sustentáveis quando avaliados no conjunto deste Plano. Esses investimentos são os mencionados anteriormente em "Conformidade e Segurança do Abastecimento" (tipologia de investimento descrita no subcapítulo 6.2.2), "Digitalização" (descritos no subcapítulo 6.2.4) e "Outros Investimentos" (descritos no subcapítulo 6.2.6).

Acrescentando ao plano o investimento em Desenvolvimento de Negócio e Expansão de Rede, a análise de rentabilidade e respetivo prémio são as que a seguir se apresentam:

	2032		Investimento Total				Prémio
	CAPEX	PAs	Volume	c.u.	TIR	RoR	
	m€	#	MWh	MWh	%	%	pp
Desenvolvimento de Negócio e Expansão de Rede (DNER)	85 260	31 072	557 873	18,0	10,05%	5,67%	4,38pp
Conformidade e Segurança do Abastecimento (CSA)	10 575						
Digitalização (D)	6 512						
Outros Investimentos (OI)	4 761						
DNER + CSA + D + OI	107 108	31 072	557 873	18,0	7,53%	5,67%	1,86pp

Quadro 44: Resumo operacional e rentabilidade de Desenvolvimento de Negócio e Expansão de Rede, Conformidade e Segurança do Abastecimento, Digitalização e Outros Investimentos, com tarifas do ano gás 2025-2026

Com a avaliação efetuada, conclui-se que o prémio obtido pelos projetos de desenvolvimento de negócio permite avançar com os investimentos necessários e fundamentais para o SNG sem colocar em causa a racionalidade económico-financeira, já que o impacto global é positivo, com um prémio de 1,86 pp.

Conforme descrito no Decreto-Lei n.º 62/2020, de 28 de agosto, os operadores das redes têm a obrigação de contribuir progressivamente para a descarbonização do SNG, com o objetivo de alcançar a neutralidade carbónica até 2050, pelo que, dentro das suas áreas de intervenção, são ainda obrigados a proporcionar a ligação à sua rede das instalações produtoras de gás que o requeiram.

Nesta conformidade, conforme exposto no subcapítulo 6.2.4, são apresentados investimentos em projetos que visam a descarbonização da infraestrutura e que contribuem diretamente para a sustentabilidade do SNG e dos agentes que nele operam, permitindo a capacitação da infraestrutura de distribuição para a veiculação de gases de origem renovável e contribuindo de forma ativa para o processo de transição energética.

	2032		Investimento Total				Prémio
	CAPEX	PA	Volume	c.u.	TIR	RoR	
	m€	#	MWh	MWh	%	%	pp
Desenvolvimento de Negócio e Expansão de Rede (DNER)	85 260	31 072	557 873	18,0	10,05%	5,67%	4,38pp
DNER + CSA + D + OI	107 108	31 072	557 873	18,0	7,53%	5,67%	1,86pp
Descarbonização do Sistema Nacional de Gás	17 615						
Total PDIRD 2027-2031	124 722	-	-	-	6,14%	5,67%	0,47pp

Quadro 45: Resumo operacional e rentabilidade total do PDIRD 2026, com tarifas do ano gás 2025-2026

O total de investimento proposto em PDIRD 2026, excluindo "Contadores não elegíveis para a Base de Ativos Regulada", é de 124,7 M€, que inclui 17,6 M€ de investimentos em descarbonização. Tendo em consideração o montante projetado para estes investimentos, o prémio mantém-se ainda positivo, sendo o impacto global marginal para o SNG de 0,47 pp.

É fundamental realçar que é o investimento em Desenvolvimento de Negócio e Expansão de Rede que permite manter a racionalidade económica do investimento associado às demais tipologias, garantindo que a proposta de PDIRD 2026 apresenta um impacto globalmente positivo para o SNG.

Em conclusão, assumindo a publicação de tarifas para o ano gás 2025-2026 e a remuneração da base de ativos (RoR) associada - 5,67 %, o plano de investimento proposto neste PDIRD 2026 apresenta uma rentabilidade global de 6,14 %. Assim, reforçando o já referido acima, o investimento proposto trará globalmente benefícios para o SNG na medida da diferença entre a rentabilidade do projeto e a RoR – prémio de 0,47 pp acima da remuneração do sistema.

No Anexo 1 são apresentadas fichas de projeto de investimento individualizado por concelho (29 fichas de projetos correspondentes a 29 concelhos) com o detalhe da análise e modelização, que aqui se apresenta para o total da concessão.

PDIRD 2026: Projeto de Investimento												
CONCESSÃO												
Descrição	u.m.	Real 22-26				mC 2026	PDIRD 2026					
		2022	2023	2024	2025		2027	2028	2029	2030	2031	1 2027-2031
INVESTIMENTO Total		27 794	24 089	25 581	25 413	23 097	27 341	26 815	26 840	24 778	23 829	128 601
DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO DE REDE		20 332	18 168	17 381	17 343	16 931	18 641	18 179	18 205	16 485	14 826	86 357
Rede e UAG	mC	12 932	11 136	10 760	10 721	9 845	10 505	10 352	10 308	9 455	8 232	48 840
Rede Secundária - BP	mC	10 648	9 230	8 976	9 071	7 158	8 481	8 377	8 301	7 747	6 531	37 444
Ramais	mC	2 184	1 906	1 783	1 650	1 727	2 024	1 975	2 003	1 708	1 485	9 396
Rede Secundária - BP	m	109 882	139 904	150 150	151 991	71 991	85 676	82 802	80 731	72 954	60 355	382 408
Ramais	m	5 492	4 390	4 230	3 509	3 281	3 866	3 699	3 690	3 060	2 960	17 265
Rede Secundária - BP (Extensão)	Km	5 230	5 370	5 485	5 501	5 032	5 768	5 841	5 921	5 994	4 055	6 005
Capitalização de Encargos de Estrutura	mC	2 067	2 398	2 451	2 396	2 448	2 916	2 863	2 611	2 661	2 711	13 061
Pontos de Abastecimento	mC	5 433	4 634	4 170	4 226	4 240	5 641	5 264	5 289	4 369	3 893	24 454
Novo	mC	4 036	3 434	3 080	2 896	2 387	3 444	3 119	3 127	2 491	2 047	14 230
Reconversão	mC	3 060	2 589	2 284	2 252	1 946	2 893	2 596	2 596	2 064	1 691	11 839
Pequeno terciário	mC	816	668	614	485	287	396	387	394	318	267	1 761
Grande consumo	mC	159	176	182	159	154	157	137	137	109	90	630
Instalação e análise técnica de processo	mC	914	748	693	920	960	1 725	1 681	1 715	1 428	1 415	7 763
Contadores/Redutores	mC	484	453	397	470	423	470	463	449	449	430	2 283
Pontos de Abastecimento - Segmento	#	9 244	7 362	6 370	5 920	5 910	6 954	6 657	6 644	5 490	4 927	31 072
Novo	#	1 299	1 191	1 099	1 053	1 050	1 050	1 000	1 000	900	800	5 000
Reconversão	#	7 877	6 154	5 115	4 840	4 240	5 850	5 600	5 600	4 640	3 650	25 160
Pequeno terciário	#	5 174	3 944	3 204	3 180	3 181	4 383	4 200	4 200	3 339	2 756	18 858
Grande consumo	#	2 428	1 910	1 649	1 427	890	1 229	1 198	1 179	934	769	5 288
Pequeno terciário	#	275	280	262	253	249	238	222	222	177	145	1 004
Grande consumo	#	68	57	56	47	70	44	57	44	90	77	322
Pontos de Abastecimento - Tarifa	#						5 910	6 954	6 657	6 644	5 490	5 327
BP	#						61	52	42	42	42	42
BP	#						69	53	53	42	89	76
BP	#						5 840	4 900	4 600	4 600	5 400	5 250
Energia Veiculada Adicional	MWh						68 411	63 703	184 429	300 563	404 973	608 073
BP	MWh						8 167	8 937	43 092	86 294	104 168	104 168
BP	MWh						42 650	47 672	153 596	265 461	324 938	309 343
BP	MWh						7 694	10 094	29 742	48 809	65 987	81 214
Total dos Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	402 745	406 209	408 562	410 521	412 288	414 210	416 872	417 475	417 961	418 268	418 268
BP	#	142	133	128	126	126	126	126	126	126	126	126
BP	#	1 541	1 605	1 647	1 661	1 730	1 765	1 800	1 824	1 895	1 963	1 963
BP	#	4 012	4 041	4 056	4 089	4 089	4 132	4 156	4 160	4 185	4 190	4 190
Consumo Utilitário	MWh/PA	16,0	14,3	14,0	12,7	11,7	11,1	10,8	10,4	10,3	10,3	10,3
BP	MWh/PA	25 460,2	25 087,5	25 724,9	23 184,4	22 016,1	20 418,0	18 315,4	17 384,2	16 791,4	16 791,4	16 791,4
BP	MWh/PA	760,1	760,1	761,6	754,5	727,2	696,6	701,0	705,7	764,7	764,7	764,7
BP	MWh/PA	3,0	2,7	2,8	2,8	2,6	2,5	2,5	2,6	2,6	2,6	2,6
Energia Veiculada Total	MWh	6 023 081	5 737 449	5 705 164	5 187 890	4 823 730	4 592 112	4 494 729	4 404 248	4 320 324	4 244 232	4 244 072
BP	MWh	3 015 347	3 447 535	3 344 241	2 786 411	2 542 852	2 337 856	2 188 493	2 060 030	1 920 036	1 788 280	1 788 280
BP	MWh	1 202 146	1 180 954	1 229 623	1 239 643	1 225 331	1 259 797	1 249 539	1 279 685	1 327 778	1 378 284	1 432 864
BP	MWh	1 205 588	1 106 959	1 135 161	1 162 835	1 055 537	1 047 459	1 056 733	1 065 530	1 072 541	1 077 703	1 085 265
CONFORMIDADE E SEGURANÇA DO ABASTECIMENTO		3 147	2 837	2 696	2 147	1 700	1 927	1 873	2 123	2 393	2 445	10 660
Redes	mC	2 128	1 349	1 071	645	378	627	476	631	700	704	3 191
BP	mC	1 507	82	56	17	31	627	476	631	700	704	3 191
BP (Estruturante)	mC	1 161	1 266	1 056	648	-	627	476	631	700	706	3 199
Rede Primária - BP	m	3 295	129	9	1	1 160	-	-	-	-	-	-
Rede Secundária Estruturante - BP	m	12 953	11 073	10 076	5 815	-	5 650	4 500	7 500	3 400	3 570	24 800
Rede Primária - BP (Extensão)	Km	410	410	410	410	410	410	410	410	410	410	410
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	Km	81	92	102	108	108	114	116	126	129	133	133
Outras Infraestruturas	mC	635	732	772	486	496	430	500	583	680	798	2 787
Capitalização de Infraestruturas	mC	635	732	772	486	496	430	500	583	680	798	2 787
Estudos e Equipamentos Técnicos	mC	224	433	431	150	139	-	-	-	-	-	-
Contadores - reativações por rotação de clientes	mC	312	299	341	335	357	430	500	583	680	795	2 787
Capitalização de Encargos de Estrutura	mC	484	756	853	998	829	870	898	909	913	944	4 534
DESCARBONIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE GÁS	mC	886	1 289	1 311	2 807	1 861	3 293	3 233	3 337	3 859	3 894	17 616
Redutores Gas	mC	441	634	671	1 603	1 053	1 775	1 571	1 629	1 839	2 147	8 972
Smart Gas Company	mC	407	340	229	828	794	563	568	793	1 033	783	3 738
R&D Projects	mC	38	263	263	376	45	955	1 154	916	1 016	955	5 884
DIGITALIZAÇÃO E OUTROS INVESTIMENTOS		3 429	1 795	4 165	3 117	4 873	3 460	3 229	2 378	2 842	2 664	18 910
Contadores - Renovação por imposição Legal	mC	154	396	335	338	451	607	974	900	1 187	1 103	5 736
Sistemas de Informação	mC	2 336	968	2 291	2 673	3 611	2 523	1 265	975	885	864	6 512
Edifícios, Instalações e Transporte	mC	558	231	1 548	155	811	270	1 050	410	60	270	2 080
Resumo da Concessão		1256 902	1256 902	1256 902	1256 902	1256 902	1256 902	1256 902	1256 902	1256 902	1256 902	1256 902
Nº de Páginas da Concessão	#	410 521	410 521	410 521	410 521	410 521	410 521	410 521	410 521	410 521	410 521	410 521
Cul Ativos	#	336	336	336	336	336	336	336	336	336	336	336
PA/Km Rede Secundária (EoP)	#/Km	76	74	73	72	71	71	70	69	68	68	68
PA (EoP)	#/Km	402 768	406 209	408 562	410 521	412 288	414 210	416 872	417 475	417 961	418 268	418 268
Km Rede Secundária (EoP)	Km	5 311	5 462	5 588	5 709	5 780	5 871	5 959	6 047	6 123	6 187	6 187
PA/Km Rede Secundária (Período)	#/Km	53	60	49	63	76	76	76	72	72	72	72
PA (Período)	#/Km	9 244	7 362	6 370	5 820	5 910	6 954	6 657	6 644	5 490	4 927	31 072
Km Rede Secundária (Período)	Km	173	121	130	103	111	111	111	111	111	111	111
Rádios de expansão		17,3	19,0	18,2	19,4	12,0	12,3	12,4	12,2	12,3	12,3	12,3
Inv. Expansão/Cliente Ligado	C	2 500	2 668	2 729	2 930	2 435	2 483	2 731	2 740	2 903	2 763	2 779
Investimento Expansão	C	20 332	18 168	17 381	17 343	16 931	18 641	18 179	18 205	16 485	14 826	86 357
PA	C	7 010	6 079	6 224	6 211	6 285	7 686	7 363	7 363	6 080	6 074	35 254
Redes, Ramais e UAG	C	12 832	11 154	10 760	10 721	8 646	10 505	10 352	10 308	9 455	8 232	48 840
Contadores e Redutores	C	484	463	397	470	423	470	463	449	449	430	2 283
Clientes Ligados	C	9 244	7 362	6 370	5 920	5 910	6 954	6 657	6 644	5 490	4 927	31 072
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional	m/PA	17,3	19,0	18,2	19,4	12,0	12,3	12,4	12,2	12,3	12,3	12,3
Investimento do ano (M) Valorado do Lote	C/MWh	244	223	238			146	144	165	161	149	165
A- Rentabilidade Investimento	%	2,05%	2,22%	2,68%			7,62%	6,42%	6,07%	6,24%	6,31%	6,14%
B- Remuneração sobre Ativos (RoR 15/16) pre-tax	%	5,32%	5,05%	5,05%			5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%
Relatório de Concessão (A+B)	mC	18 938	19 831	19 301	19 301		158	153	160	153	153	153

6.2.7.1. Impacto do plano de investimento proposto em proveitos

Os cenários de previsão do impacto do plano de investimento foram desenvolvidos considerando quatro horizontes temporais complementares: o horizonte a cinco anos, correspondente a 2031, o horizonte a dez anos, correspondente a 2036, o último ano do Relatório de Monitorização da Segurança de Abastecimento do Sistema Nacional de Gás (RMSA-G) mais recente, correspondente a 2040, e um horizonte mais longo prazo, correspondente a 2047, associado ao término da concessão, permitindo uma leitura integrada da evolução dos impactos económicos ao longo de todo o ciclo de vida relevante da infraestrutura.

Neste enquadramento, o Quadro 47 foi reformulado de modo a refletir estes horizontes temporais de forma transparente e comparável, assegurando uma leitura clara do impacto do PDIRD 2026 na evolução dos proveitos permitidos, do proveito unitário por unidade distribuída (PUUD) e da sustentabilidade económica do Sistema Nacional de Gás ao longo do tempo.

Como referido, a avaliação económica ao plano de investimento proposto permite concluir que o plano apresentado trará globalmente benefícios para o SNG na medida da diferença entre a rentabilidade do projeto e a RoR – prémio de 0,47 pp acima da remuneração do sistema.

Adicionalmente, será útil evidenciar o efeito desta proposta de investimento no “proveito unitário por unidade distribuída” (PUUD):

Valores em euros	2031	2036	2040	2047
Proveito Total Esperado	24 556 458	71 764 406	109 530 765	175 621 892
Proveitos Permitidos PDIRD	27 529 010	75 147 560	110 414 034	166 080 801
Diferencial	-2 972 552	-3 383 154	-883 269	9 541 091
Proveito Permitido RND - com PDIRD	1 332 970 634	2 368 348 943	3 114 696 789	4 239 661 289
Valor Liberto PDIRD	-2 972 552	-3 383 154	-883 269	9 541 091
Proveito Permitido RND com Valor Liberto PDIRD	1 335 943 186	2 371 732 097	3 115 580 058	4 230 120 198
Volume veiculado com PDIRD - MWh	129 981 986	239 868 219	327 777 205	481 617 932
"Proveito Unitário por Unidade Distribuída" - com PDIRD (€/MWh)	10,28	9,89	9,51	8,78
"Proveito Unitário por Unidade Distribuída" - sem PDIRD (€/MWh)	10,16	9,73	9,35	8,64
Impacto em PUUD - %	1,18%	1,59%	1,65%	1,60%

Quadro 47: Impacto PDIRD 2026 em PUUD

Considerando o total de remuneração da rede nacional de distribuição (RND) para o ano 2026, conforme publicação de tarifas para ano gás 2025-2026, e atualizando os cálculos até ao final da concessão (2048), estima-se um proveito total da RND de 4.073 M€. Projetando a energia global veiculada até final da concessão em 471 TWh (mantendo constante o nível global de consumo estimado para tarifas 2026), estima-se um proveito unitário por unidade distribuída de 8,64 €/MWh para o período de 2027-2047.

Assumindo o efeito do plano de investimento proposto neste PDIRD, a remuneração total da RND ascenderá a 4.240 M€, já considerando o valor liberto estimado de 9,5 M€. Projetando a energia global distribuída até final da concessão em 482 TWh, estima-se um aumento de 1,6% do PUUD para se situar em 8,78 €/MWh.

6.2.8. Impacto em proveito permitido em PDIRD

Os projetos que suportam o investimento proposto na tipologia de “Conformidade e segurança de abastecimento” em Infraestruturas decorrem essencialmente de objetivos de natureza técnica, visando garantir a segurança e a fiabilidade do abastecimento. Estes

investimentos estão igualmente associados ao cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão, bem como das exigências legais e regulamentares aplicáveis.

No âmbito desta análise, considera-se ainda a parcela de investimento associada a projetos de digitalização, às operações de instalação e intervenção operacional para renovação de contadores por imposição legal, bem como a investimentos em sistemas de informação, edifícios e equipamentos de transporte, enquadrados na tipologia de "Outros Investimentos".

Tendo em conta o carácter crítico e de obrigatoriedade destes projetos, entende-se relevante realizar uma avaliação específica do impacto dos respetivos investimentos no SNG, analisando-os de forma autónoma face às restantes tipologias de investimento apresentadas.

Neste contexto, foi desenvolvida uma análise do impacto no proveito permitido unitário (€/MWh) tendo em conta 3 cenários:

- **Cenários "as is"** – Base de ativos a 31 de dezembro de 2026, reduz com as amortizações do exercício, não se considera qualquer investimento adicional no período e estima-se uma redução nos pontos de abastecimento e da energia veiculada.
- **Cenário PDIRD 2026 "obrigatório"** – ao cenário "as is" adicionou-se o investimento projetado nas tipologias:
 - o "Conformidade e segurança de abastecimento" – 10,6 M€, dos quais 2,9 M€ correspondem à instalação de contadores por rotação e avaria e,
 - o Investimento em digitalização e outros investimentos – 11,3 M€, incluindo 2,7 M€ relativos à renovação de contadores por imposição legal.

O investimento em contadores impacta apenas parcialmente a Base de Ativos Regulados (RAB), com um valor total considerado de 5,6 M€.

- **Cenário "PDIRD 2026"** – ao cenário anterior foram adicionados os investimentos em "Desenvolvimento de Negócio e Expansão de Rede" e em "Descarbonização do Sistema Nacional de Gás". O total de investimento excluindo "Contadores Não Elegíveis para a Base de Ativos Regulada" ascende a 124,7 M€. A previsão de novos pontos abastecimento e respetiva energia veiculada compensa parcialmente a estimativa de redução do cenário "as is".

Conforme evidenciado no Gráfico 11, considerando o montante total de CAPEX do PDIRD 2026 (excluindo "Contadores Não Elegíveis para a Base de Ativos Regulada"), estima-se um proveito permitido por energia veiculada de 15,07 €/MWh em 2031, o que corresponde a um acréscimo de 0,64 €/MWh face ao "cenário as is". Este valor é, contudo, 0,13 €/MWh inferior ao que resultaria caso não fossem considerados os investimentos em desenvolvimento e expansão de redes e em descarbonização, os quais, ao permitirem a angariação de novos clientes, contribuem para atenuar o impacto no proveito unitário associado à redução expectável do consumo de gás.

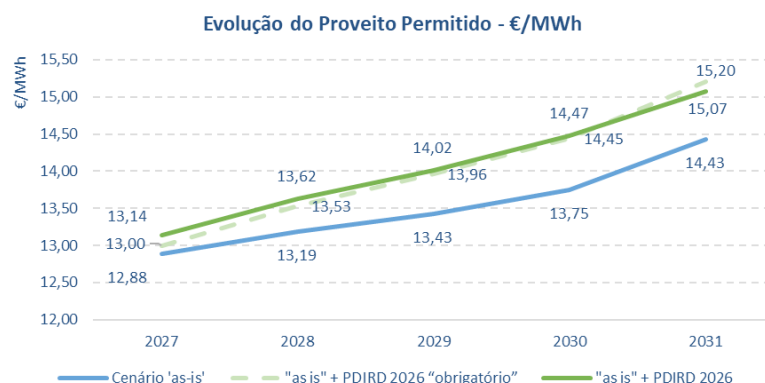


Gráfico 11: Evolução proveitos permitidos no período 2027-2031

6.2.9. Análise de sensibilidade ao consumo

A guerra na Ucrânia e, mais recentemente, o conflito no Irão, desencadearam uma crise energética global, aumentando a volatilidade nos mercados e com impacto ao nível do consumo de gás. A inexistência de perspetivas claras para o término destes conflitos, aliada à instabilidade que as economias europeias ainda evidenciam, gera um elevado grau de incerteza quanto à evolução do contexto atual do setor. Adicionalmente, a pressão sobre o orçamento das famílias e a definição de políticas públicas orientadas para a transição energética condicionam a evolução da procura, dificultando a previsão dos consumos de gás.

Neste enquadramento, a empresa adotou, nesta proposta de PDIRD um cenário prudente sobre a evolução dos consumos, assumindo, para o horizonte de projeção, uma redução anual da energia distribuída na ordem dos 4,7%. No que respeita à energia adicional associada à captação de novos pontos de abastecimento, potenciados pelo plano de investimento proposto, a previsão aponta para uma redução anual do consumo unitário do segmento BP< em 0,3% ao ano. Assim, a projeção de PDIRD 2026 parte do pressuposto de que a tendência de redução observada nos últimos anos de histórico se manterá nos próximos exercícios, com impacto relevante nos consumos previstos ao longo do horizonte do plano.

A evolução dos consumos constitui uma variável crítica para o plano de investimento proposto e para a sua sustentabilidade no longo prazo. Nesse contexto, foi realizado um teste de sensibilidade ao projeto de PDIRD 2026, com o objetivo de avaliar o impacto na rentabilidade do investimento – medida pela TIR – e, consequentemente, no prémio para o SNG, considerando variações nos consumos unitários por concelho no segmento BP<. Como referência, foi utilizado o parâmetro definido pela ERSE para a banda neutra de variação de energia no âmbito do incentivo à Otimização das Previsões de Procura dos PDIRDG de +/- 10%.

A análise de sensibilidade aos consumos unitários de BP< apresenta os seguintes resultados:

	-10%	PDIRD	10%
TIR	5,77%	6,14%	6,50%
ROR	5,67%	5,67%	5,67%
Prémio	0,10pp	0,47pp	0,83pp

Quadro 48: Análise de sensibilidade da rentabilidade em relação ao volume unitário

As variações da TIR resultantes de flutuações no consumo unitário assumido para o período de vigência do PDIRD revelam-se limitadas. Com efeito, reduções do consumo unitário no segmento BP< até 10% permitem ainda assegurar um prémio positivo para o SNG, não colocando em causa a bondade económica nem a viabilidade do plano de investimento apresentado.



Several thick, green, wavy lines that flow from the top left towards the bottom right, creating a sense of movement and energy.

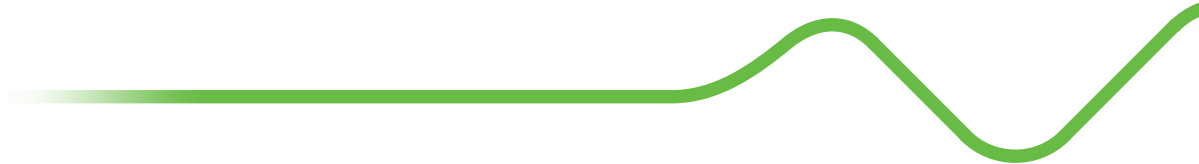
Plano de
Desenvolvimento
e Investimento
da Rede de
Distribuição

The logo for E.ON Portugal, featuring a small green square to the left of the word "portugal" in a blue, lowercase, sans-serif font.

portugal

The background features a decorative green line art design. It includes a stylized cloud at the top, a large circular swoosh on the right side, and several horizontal wavy lines on the left side, all rendered in a vibrant green color.

7. Benefícios Associados ao Investimento Previsto



7. Benefícios Associados ao Investimento Previsto

O presente plano de investimento viabiliza os objetivos estratégicos da Portgás materializando:

- A ligação de mais 31 mil novos pontos de abastecimento, para ultrapassar os 418 mil pontos no final do período (taxa de crescimento anual de 0,3 %), energia veiculada de 4,2 TWh e uma extensão da área de influência da concessão, com construção de, aproximadamente, 407 km;
- Uma aposta ambiciosa na ligação de pontos de abastecimento sobre a rede existente com o objetivo de manter o rácio de PA/km;
- A continuidade na implementação da estratégia de descarbonização da infraestrutura de distribuição de gás, com vista à capacitação dos ativos como contribuintes líquidos da neutralidade carbónica das emissões nacionais;
- Incremento da resiliência da infraestrutura para manter elevados níveis de desempenho.

O investimento previsto é uma decisão estratégica que acelera a neutralidade carbónica, promove equidade social e reforça a resiliência económica do país. Ao habilitar as redes existentes para os gases de origem renovável e modernizá-las digitalmente, transformamos um ativo maduro numa plataforma de carbono zero capaz de reduzir emissões, baixar o custo social da transição e garantir segurança de abastecimento. Esta ambição está alinhada com o Plano Nacional de Energia e Clima em vigor e com a Lei de Bases do Clima, que estruturam uma trajetória nacional de descarbonização e reconhecem o papel crítico das infraestruturas na transição energética e na coesão territorial.

A sustentabilidade da rede de distribuição de gás faz parte de uma visão sistémica que tem como objetivo final transformar um ativo crítico e maduro numa plataforma de transição que acelera a descarbonização, protege as pessoas e dinamiza a economia real:

- No pilar ambiental, pretende-se que a rede de gás funcione como acelerador de transição, permitindo começar já a incorporar gases de origem renovável sem interrupções para o utilizador final, viabilizando uma redução efetiva da intensidade carbónica com integridade ambiental, sustentada por práticas de monitorização e mitigação de emissões ao longo do ciclo operacional. Ao mesmo tempo, pretende-se que a valorização de resíduos articule a economia circular com objetivos climáticos, reduzindo emissões difusas e criando soluções locais de energia limpa.
- No pilar social, a rede de distribuição deve aproximar a transição das famílias, do tecido empresarial e dos serviços públicos, oferecendo opções energéticas acessíveis e previsíveis. A modernização e densificação seletiva desta malha — em conjunto com a digitalização e a melhoria contínua da qualidade e continuidade de serviço — deve contribuir para erradicar a pobreza energética e reduzir desigualdades no acesso a um serviço essencial. É também por via da rede que as comunidades devem colher os benefícios da produção local de gases de origem renovável, criando emprego, qualificando *stakeholders* e reforçando a coesão territorial.

- No pilar económico, uma rede apta a moléculas renováveis aumentará a autonomia, atrairá investimento e reduzirá o custo total da transição. Ao atuar como amortecedor de risco sistémico — oferecendo flexibilidade e armazenamento que mitigam a variabilidade das renováveis elétricas e protegendo o consumidor face a volatilidade e eventos extremos — a rede estabilizará o sistema, evitando desperdícios e reforçando a competitividade industrial.
- No pilar da coesão territorial, a implementação do presente plano de investimento contribui de forma direta para o reforço da coesão territorial na área de concessão, ao promover uma expansão equilibrada e inclusiva da rede de distribuição de gás, abrangendo tanto territórios de elevada densidade e maturidade infraestrutural como zonas com menor cobertura e maior défice de acesso a soluções energéticas eficientes. Ao responder às dinâmicas específicas de cada concelho — desde a expansão industrial e urbana nos principais polos económicos até à integração de equipamentos públicos e à extensão da rede em áreas ainda não servidas — o plano assegura uma maior equidade no acesso à infraestrutura energética, potenciando o desenvolvimento económico local, a atração de investimento e a melhoria da qualidade de vida das populações. Simultaneamente, a articulação entre os segmentos industrial e doméstico e a integração de projetos associados a gases renováveis reforçam o papel da rede como vetor estruturante de transição energética, garantindo que esta ocorre de forma territorialmente equilibrada, eficiente e socialmente justa.

Estes são os fundamentos para avançar com um plano de adaptação, digitalização e expansão seletiva da rede de distribuição, ligando novos produtores de gases de origem renovável e garantindo qualidade de serviço e custo-eficácia para famílias, empresas e indústria — em plena coerência com o enquadramento nacional e europeu de transição energética. Em síntese, a rede de gás será:

- um acelerador de transição, ao integrar gases renováveis com segurança, qualidade e monitorização;
- um amortecedor de risco sistémico, ao reforçar a segurança e a flexibilidade do sistema energético e a capacidade de resposta a eventos climáticos e de mercado;
- um multiplicador socioeconómico, ao criar valor local através da economia circular dos gases de origem renovável, ao reduzir a pobreza energética e ao ancorar investimento em cadeias industriais verdes.

Desta forma, garantir a sustentabilidade das infraestruturas energéticas em Portugal exige conciliar metas climáticas, equidade social e racionalidade económica, preservando e reconvertendo o Sistema Nacional de Gás (SNG) — jovem, regulado e tecnicamente apto a moléculas de origem renovável — para evitar ativos ociosos, baixar o custo total da transição e aumentar a resiliência do sistema.

7.1. Pilar Ambiental

O reconhecimento formal, a nível europeu (através dos critérios da Taxonomia da UE), do gás como energia de transição, que contribui para substituir tecnologias mais poluentes, respeita, desde logo, os limites de desempenho ambiental e segue planos claros de incorporação progressiva de gases renováveis ou de baixo teor carbónico, acrescidos de obrigações de transparência. Desta forma, constitui uma ponte regulatória para a neutralidade carbónica, orientada por integridade ambiental e resultados verificáveis.



A aposta para contrariar as tendências de emissões passa, naturalmente, pela utilização de fontes renováveis, sendo este o principal vetor do lado da oferta. Contudo, é essencial articular as renováveis com fontes de energia de transição competitivas, devido à intermitência, ao preço, à dependência de fatores exógenos e ao facto de as renováveis, por si só, ainda não suprirem todas as necessidades do sistema em permanência, pelo que o gás se afirma, neste contexto, como energia diferenciadora das restantes.

A eficiência energética é uma ferramenta fundamental, em que através do aperfeiçoamento das tecnologias existentes (minimização de desperdícios e perdas), da mudança de hábitos e da melhoria do desempenho térmico dos edifícios e dos equipamentos industriais, será possível diminuir necessidades energéticas, suavizando picos de procura e baixando a pegada ambiental do parque edificado e industrial.

O gás apresenta-se, assim, como alternativa viável a outras fontes primárias e finais, reforçando a eficiência na produção e no consumo, com benefícios económicos reconhecidos e um contributo relevante para o cumprimento dos desígnios de neutralidade carbónica assumidos pelas políticas energéticas.

As vantagens ambientais ampliam-se quando o gás tem origem não fóssil – biometano, hidrogénio e metano sintético – moléculas cujo desenvolvimento este plano de investimento pretende potenciar. Desta forma, combina-se a segurança e a eficiência do vetor gás com a rastreabilidade e integridade ambiental, garantindo uma transição responsável, pragmática e alinhada com a evolução regulatória.

Em Portugal, esta orientação é coerente com a via definida no PNEC e na Lei de Bases do Clima, que combinam eletrificação, eficiência e gases renováveis rumo à neutralidade em 2045. Na prática, a rede de distribuição de gás é o palco onde esta visão se materializa, convertendo-se num meio de veiculação de gases de origem renovável com rastreabilidade e qualidade asseguradas. Este papel é tecnicamente suportado pela preparação faseada das infraestruturas para misturas de hidrogénio e por uma abordagem operacional que privilegia a qualidade do gás, a medição avançada e a gestão de capacidade, requisitos essenciais para a segurança e para a correta contabilização energética em cenários de *blending*.

No biometano, o Plano de Ação 2024–2040 criou a moldura técnica e regulatória para injetar em rede gás renovável produzido a partir de biorresíduos urbanos, lamas de ETAR e efluentes agropecuários e industriais, aliando economia circular e mitigação climática (evitamento de emissões difusas de metano). Do ponto de vista de engenharia, a injeção distribuída pede cromatografia/PCS *in-line*, telemetria e balanços energéticos por zona, para garantir conformidade com as especificações, faturação correta e integridade ambiental. Sublinha-se, ainda, a necessidade de regras de ligação claras e, quando adequado, de modelos de partilha de custos (*cost-sharing*) que evitem barreiras desproporcionadas a produtores de menor escala. A capilaridade e a intermutabilidade do biometano face ao gás fazem da rede de distribuição o meio mais eficiente para levar gás renovável ao consumo final, encurtando a cadeia produtor–consumidor e contribuindo para reduzir a pobreza energética com energia limpa de produção local.

No hidrogénio, a orientação europeia e a visão nacional convergem para aplicações industriais (calor de processo de média/alta temperatura, insumos químicos) e mobilidade pesada, enquanto reforçam o *sector coupling* com a eletricidade (*power-to-gas*, *power-to-industry*, *power-to-mobility*). A rede gasista portuguesa – jovem e, na baixa pressão, maioritariamente em polietileno – é adaptável a *blends* e a micro-redes dedicadas, o armazenamento subterrâneo oferece sazonalidade e a articulação com a rede

de transporte garante redundância e interoperabilidade. Operacionalmente, o hidrogénio exige regras de qualidade (índice de *Wobbe*, densidade e contaminantes), SCADA/EMS com algoritmos de gestão de capacidade e monitorização multiponto, sendo estes reforços – compatibilidade de materiais, segurança dos equipamentos e instalações, controlo de qualidade e despacho integrado – que retiram o hidrogénio do domínio “piloto” e o colocam à escala do sistema.

Desta forma, a rastreabilidade do atributo “renovável” na molécula consumida é, nesta altura, fundamental, estando a mesma assegurada pelos Certificados de Garantia de Origem (GO). Em consonância com a diretiva europeia, as GO aplicam-se assim a gases renováveis, permitindo emitir, transferir e cancelar certificados que atestam a origem e as características do gás, evitando dupla contagem e viabilizando reporte alinhado com CSRD (*Corporate Sustainability Reporting Directive*), ESRS (*European Sustainability Reporting Standards*) e Taxonomia. Para os operadores e para o mercado, isto traduz-se em confiança e bancabilidade. O produtor prova o atributo “verde” do gás entregue e o consumidor final comprova o seu consumo renovável, permitindo ao sistema evoluir com integridade ambiental, sem abdicar dos requisitos de qualidade do gás, segurança operacional e controlo.

Neste âmbito, a Portgás reúne o melhor conhecimento disponível no mercado e tem participado ativamente em fóruns nacionais que determinam as tendências e as políticas públicas. Um exemplo desta participação tem sido a AGRO – Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação, certame realizado em Braga no qual a Portgás reforçou, em 2025 e 2026, o seu compromisso ambiental ao divulgar as oportunidades associadas aos gases renováveis, sensibilizando tanto clientes finais como produtores para o papel da rede de gás na transição energética. A Portgás reafirma, assim, o seu papel ativo na promoção de soluções energéticas sustentáveis e no apoio ao desenvolvimento de ecossistemas rurais mais competitivos e ambientalmente responsáveis.



Figura 13: Participação 57ª edição da AGRO

Da mesma forma, a presença na ENERH2O – *4th Energy and Water Innovation & Technology Trade Show*, certame ibérico de referência na integração entre energia, água e inovação, onde se reuniram fabricantes, distribuidores, empresas de tecnologia, universidades, associações setoriais e entidades públicas num ambiente fortemente orientado

para o debate técnico e a exposição das mais recentes soluções para a gestão eficiente dos recursos hídricos e das energias renováveis.

Com estas participações a Portgás reafirma o seu compromisso em promover soluções energéticas sustentáveis, apoiar a inovação tecnológica e contribuir para ecossistemas mais eficientes, competitivos e ambientalmente conscientes, alinhados com os desafios atuais da gestão de recursos e da descarbonização.



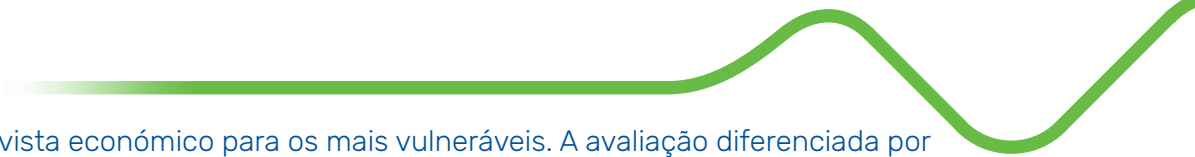
Figura 14: Participação ENERH2O- 4th Energy and Water Innovation & Technology Trade Show

7.2. Pilar Social

Garantir que ninguém fica para trás na transição energética é depreendido como o objetivo principal de equidade social. Em Portugal, a estratégia para descarbonizar o edificado e o consumo final deve ser ambientalmente robusta e, ao mesmo tempo, socialmente justa, assegurando acesso a energia segura, confortável e economicamente comportável. É este o espírito da Diretiva (UE) 2024/1275 (EPBD), que obriga os Estados-Membros a planos nacionais de renovação com metas para 2030/2040/2050, contemplando obstáculos de mercado, necessidades de investimento e recursos a mobilizar, de modo a alcançar edifícios com emissões nulas até 2050 – e a fazê-lo de forma eficaz, economicamente sustentável e socialmente justa.

Para ser inclusiva, a descarbonização do parque edificado deve assentar em metas de desempenho e eficiência e não em prescrições tecnológicas que excluam soluções capazes e custo-eficazes. A eletrificação é central, mas não é universalmente aplicável nem custo-eficaz em todos os contextos: em muitos edifícios existentes – sobretudo multifamiliares, antigos ou ocupados por agregados vulneráveis – uma substituição integral por soluções exclusivamente elétricas pode implicar custos iniciais elevados, reforços de potência, obras intrusivas e encargos de exploração acrescidos. Em infraestruturas elétricas internas envelhecidas, estes reforços tornam-se ainda mais onerosos, podendo agravar a pobreza energética e travar as taxas de renovação. Uma abordagem neutra tecnologicamente protege os consumidores e aumenta a exequibilidade social das metas.

Desta forma, são necessárias decisões ancoradas em TOTEX (custo total ao longo do ciclo de vida) para que a renovação do edificado reduza contas de energia sem impor CAPEX inatingível às famílias e PME. Avaliar simultaneamente investimento inicial e custos operacionais evita medidas que, embora eficientes do ponto de vista energético, sejam regres-



sivas do ponto de vista económico para os mais vulneráveis. A avaliação diferenciada por tipologia de edifício, perfil socioeconómico e contexto regional permite calibrar soluções e maximizar a justiça social das políticas públicas.

A rede de distribuição de gás existente é um ativo nacional valioso, que garante segurança e elevada resiliência e pode ser mobilizado para acelerar a descarbonização com menor custo social, apoiando a eletrificação onde esta é mais eficaz e oferecendo alternativas viáveis onde não o é. Enquanto energia de transição, o gás ajuda a suavizar picos, a evitar obras disruptivas e a acomodar restrições do parque edificado, assegurando conforto térmico a custos acessíveis em edifícios com limitações técnicas e orçamentais – exatamente onde a pobreza energética é mais crítica.

Neste enquadramento, as soluções de aquecimento híbrido – que combinam o equipamento a gás já instalado com uma bomba de calor de menor dimensão – permitem descarbonizar progressivamente sem exigir a substituição integral dos sistemas existentes nem os reforços de potência elétrica que uma eletrificação total implicaria. Em edifícios coletivos, onde as decisões de investimento dependem de deliberações de condomínios, esta abordagem gradual revela-se particularmente adequada, tanto mais que o gás veiculado será progressivamente de origem renovável.

A integração de biometano (totalmente intermutável com o gás convencional existente) e hidrogénio nas infraestruturas existentes robustece o pilar social, permitindo descarbonizar sem substituir todo o sistema de aquecimento doméstico, reduzindo CAPEX no utilizador final e mantendo opção tecnológica. O próprio PNEC 2030 reconhece o papel dos gases renováveis no setor doméstico (incluindo aquecimento) e na indústria, reforçando que a escolha informada do consumidor é parte integrante de uma transição justa. Ao integrar-se na rede, o biometano chega às comunidades e às famílias com rastreabilidade, enquanto projetos piloto de hidrogénio, em curso em redes de distribuição, comprovam em ambiente real a segurança e estabilidade do abastecimento a residenciais, serviços e pequenas empresas.

Assim, a forma mais eficaz de operacionalizar a equidade social na transição energética passa por:

- Renovar com foco no desempenho: metas de consumo e emissões por tipologia, assegurando que cada intervenção reduz faturas e melhora o conforto.
- Escolher a solução certa para cada caso: eletrificação onde for técnica e economicamente mais vantajosa; gases renováveis e rede de gás onde evitem CAPEX proibitivos e obras intrusivas e garantam conforto e segurança.
- Medir pelo custo total (TOTEX): priorizar soluções que maximizem a redução de emissões por unidade de euro investido e minimizem a despesa mensal das famílias, em especial as vulneráveis.
- Usar infraestruturas existentes: valorizar a rede de gás como ponte para gases renováveis, acelerando a descarbonização sem impor custos de substituição maciços ao consumidor.

A coexistência de eletrificação, eficiência energética e gases renováveis constitui a estratégia mais robusta e inclusiva para Portugal: protege os rendimentos das famílias, mantém o direito de escolha, acelera a renovação do parque edificado e evita que soluções prescritivas criem barreiras aos mais desfavorecidos. Em síntese, um pilar social coerente com as diretrizes nacionais e europeias deve reforçar a neutralidade tecnológica, incorporar



gases renováveis como vetor estruturante do aquecimento doméstico e do parque existente, adotar metodologias TOTEX e valorizar infraestruturas para reduzir custos, garantindo equidade no acesso à energia e eliminação progressiva da pobreza energética.

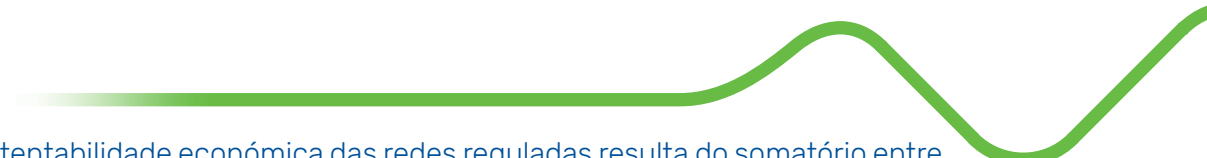
A Portgás evidenciou, nas suas contribuições à revisão do PNEC 2030 e de outros instrumentos de política pública abertos à consulta na sociedade civil, que manter a energia acessível é condição para uma transição justa, sublinhando que a rede de gás – progressivamente descarbonizada com biometano e hidrogénio – funciona como amortecedor social que evita o agravamento da pobreza energética. No PDIRD, a Portgás demonstra que o gás continua a ser uma solução competitiva para conforto térmico e serviços essenciais e que os investimentos em descarbonização de ativos e em ligações a produtores de gases de origem renovável reduzem emissões, reforçam a resiliência e, sobretudo, protegem os consumidores vulneráveis, objetivo coerente com a Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética (ELPPE). Estas mensagens alinham com o PNEC revisto, que coloca a erradicação da pobreza energética no centro do pilar social (ELPPE/ONPE-PT, metas e indicadores) e reconhece o papel das redes de gás reconvertidas a gases renováveis para garantir segurança de abastecimento, flexibilidade do sistema e custos controlados para as famílias.

Em coerência, a Portgás em diferentes consultas públicas defendeu a necessidade de preservar a opção tecnológica nas habitações, face à eliminação da obrigatoriedade de pré-instalação de gás em novas construções, por entender que a liberdade de escolha entre soluções eficientes (incluindo gás com incorporação de gases de origem renovável) é determinante para reduzir faturas, melhorar o conforto térmico e prevenir a exclusão energética, em linha com os eixos da ELPPE (acesso universal a serviços energéticos, ação territorial integrada e literacia). Em paralelo, o PNEC 2030 reforça instrumentos de proteção a consumidores vulneráveis (tarifa social, Vale Eficiência, reabilitação energética) e enquadra a adaptação das infraestruturas de gás à incorporação de renováveis e às respetivas garantias de origem, consolidando a convergência entre o pilar social deste PDIRD e metas nacionais para 2030.

7.3. Pilar Económico

A continuidade da aposta numa infraestrutura jovem, moderna é essencial à competitividade do país. A implementação do SNG permitiu diversificar fontes, reduzir a dependência de vetores mais poluentes (nafta, gasóleo, GPL) e impulsionar a produtividade do tecido empresarial português, com ganhos de eficiência e descarbonização no parque industrial. Este percurso não é apenas passado: é ativo estratégico para o futuro, porque a rede está tecnicamente preparada para evoluir de moléculas fósseis para moléculas renováveis (biometano e hidrogénio), preservando valor investido, reduzindo risco de ativos ociosos e maximizando a criação de valor económico num horizonte de décadas.

Em economias com escala e recursos limitados como Portugal, condenar à ociosidade infraestruturas recentes e reguladas impõe um sobrecusto macroeconómico e tarifário difícil de justificar. A análise de referência da AFRY para a Associação Portuguesa do Gás concluiu que a descarbonização até 2050 é possível e mais custo-eficaz numa trajetória que mantém e reconverte a infraestrutura de gás para gases “zero-carbono”, estimando uma poupança superior a 9 mil milhões de euros face a um cenário de eletrificação total. A recomendação foi explícita: rever o RNC2050 para refletir os benefícios do uso da rede de gás no desenvolvimento de biometano e hidrogénio, tirando partido do potencial endógeno eólico-solar para hidrogénio verde a custos competitivos.



Por sua vez, a sustentabilidade económica das redes reguladas resulta do somatório entre grandes consumos industriais e elevado número de clientes residenciais e de pequenos negócios nas imediações das artérias estruturais. Um cenário onde a rede subsiste apenas para grandes clientes equivaleria, na prática, a redes dedicadas com custos indivisíveis sobre poucos utilizadores — inviável do ponto de vista tarifário e concorrencial. A manutenção e o crescimento seletivo da base de clientes em ambos os segmentos permite diluir custos fixos, captar economias de escala e estabilizar preços finais, enquanto preserva o direito de escolha tecnológica para consumidores e empresas. Esta leitura está refletida na lógica de planeamento e na própria arquitetura dos PDIRD.

Um sistema energético robusto não concorre apenas na produção: concorre também no acesso. Coexistir redes de eletricidade e de gás — preparadas para moléculas verdes — evita dependências singulares, reduz investimentos marginais de reforço “a qualquer custo” e cria opção real para o consumidor. Vários estudos convergem que a coexistência complementar de redes de gás e eletricidade é mais barata e rápida do que a eletrificação integral, especialmente quando o sistema tem de lidar com variabilidade e sazonalidade de renováveis elétricas. Para além do custo, há valor em segurança de abastecimento: as redes e o armazenamento subterrâneo do gás providenciam *back-up* de dias a semanas, algo que baterias não cobrem com a mesma escala económica atualmente.

A Lei de Bases do Clima antecipou para 2045 a neutralidade nacional; o PNEC 2030 revisto reforçou metas e políticas, incluindo o desenvolvimento de gases renováveis; o RNC2050 define trajetórias setoriais consistentes com a estratégia europeia. No domínio das infraestruturas, a Taxonomia da UE reconhece o papel transitório do gás sob condições estritas (critérios técnicos, substituição por gases renováveis/baixo carbono e obrigações de divulgação), direcionando o capital para projetos que evitam emissões hoje enquanto constroem a capacidade molecular de amanhã. Para o investidor regulado, isto traduz-se em sinal de política claro e melhor acesso a financiamento sustentável, desde que os projetos obedeçam a métricas e planos de conversão verificáveis.

O SNG português apresenta condições técnicas para misturas de hidrogénio e plena intermutabilidade do biometano, que pode ser injetado e distribuído sem alterações de raiz no parque de equipamentos. Este *retrofit* molecular preserva o valor do investimento histórico e acelera a redução de emissões no uso final, reduzindo custos de substituição nos consumidores e custos de operação sistémicos. Ao mesmo tempo, há valor económico local: o biometano fecha ciclos na agroindústria e nos resíduos, enquanto o hidrogénio ancora clusters industriais e inovação, reforçando autonomia estratégica e balança de pagamentos (menos importações fósseis).

Num contexto de instabilidade geopolítica e volatilidade dos preços da energia, reduzir a exposição a choques externos torna-se uma prioridade económica. A produção nacional de gases renováveis (biometano e hidrogénio verde) funciona como amortecedor macroeconómico, ao diminuir a dependência de importações, reforçar a segurança de abastecimento e estabilizar custos através de cadeias curtas e contratos locais apoiados em infraestruturas já existentes. A própria política europeia sublinha que melhorar o desempenho energético e diversificar vetores fortalece a independência e a segurança energética, reduzindo necessidades de investimento adicionais e vulnerabilidade a mercados externos voláteis. Em Portugal, o PNEC 2030 atualiza metas e medidas para produzir e incorporar gases renováveis, precisamente para diversificar fontes e garantir segurança de abastecimento, articulando-as com a modernização de infraestruturas e a digitalização do sistema.

Neste âmbito, a participação da Portgás é efetiva – exemplos recentes foram os contributos prestados para o PTRR – Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência, na definição da orientação estratégica para o reforço da resiliência energética, garantindo que o Norte do país – incluindo infraestruturas essenciais como hospitais, forças de segurança, proteção civil, autarquias e operadores logísticos – mantém capacidade de funcionamento mesmo em cenários de crise climática ou disrupção sistémica, preservando assim a continuidade da atividade económica e a estabilidade das cadeias de abastecimento. Informações complementares relativas a este projeto encontram-se disponíveis no Anexo 9 – “Projetos Complementares”.

Embora a rede da Portgás não tenha sido significativamente afetada pela catástrofe climática de início de 2026, a empresa assume um papel central na preparação do território para eventos futuros, através do pilar resiliência, estruturando o seu contributo em três eixos principais:

- a criação de condições de energia de emergência distribuída que reforçam a capacidade de resposta das comunidades e protegem o funcionamento de entidades prioritárias;
- a autonomização energética das infraestruturas críticas de gás, assegurando operação permanente em contextos adversos;
- e a adaptação climática da sua rede, incorporando soluções que mitigam riscos associados a incêndios, cheias ou outros fenómenos extremos, alinhando-se plenamente com as prioridades de resiliência definidas pelo programa nacional.

Paralelamente, a Portgás integra também o pilar da Transformação, promovendo o reforço tecnológico da operação através de sistemas avançados de monitorização, gestão de ocorrências, *digital twins* e soluções de inteligência artificial, que permitem uma gestão mais eficiente, previsível e segura das infraestruturas, apoiando a tomada de decisão em situações críticas e criando as bases para uma economia mais inovadora e competitiva. Com esta abordagem integrada, a Portgás afirma-se como um agente económico determinante na modernização das infraestruturas energéticas, contribuindo para um território mais robusto, capaz de responder a choques externos e preparado para uma transição energética que garanta competitividade, segurança e sustentabilidade às atividades produtivas regionais e nacionais.



Figura 15: Participação na audiência no âmbito do PTRR [Publicação do Ministério do Ambiente e Energia]

7.4. Pilar Coesão Territorial e do Acesso à Energia

O presente plano de investimento assume um papel estruturante na promoção da coesão territorial e no reforço do acesso equitativo à energia na área de concessão, constituindo um instrumento essencial para assegurar que o desenvolvimento da infraestrutura de distribuição acompanha de forma equilibrada as dinâmicas económicas, urbanas e sociais do território. Num contexto marcado por assimetrias na cobertura da rede e por diferentes estádios de maturidade infraestrutural entre concelhos e regiões no país, a expansão proposta visa mitigar disparidades no acesso a soluções energéticas eficientes, garantindo que tanto áreas metropolitanas consolidadas como territórios em crescimento ou ainda parcialmente servidos beneficiam de condições adequadas ao seu desenvolvimento.

Note-se que a Portgás em particular, no âmbito das concessões nacionais, apresenta uma idiossincrasia histórica de penetração de um mercado singular de infraestruturas de energia, dado que historicamente a zona norte era predominantemente elétrica no consumo para garantir carga suficiente para os grandes investimentos hídricos na zona norte do país aquando da eletrificação no século anterior. Neste sentido, até ao início da concessão, não existiam quaisquer infraestruturas de gás na região Norte do país, com a exceção de redes pontuais de GPL.

Neste contexto, ao incorporar uma abordagem territorial detalhada, suportada nos contributos diretos dos municípios, o plano permite alinhar o investimento com necessidades reais de consumo, assegurando simultaneamente a integração de equipamentos públicos essenciais, o suporte à atividade económica e industrial e o acompanhamento do crescimento habitacional. Desta forma, a rede de distribuição afirma-se como uma infraestrutura crítica para o desenvolvimento sustentável do território, promovendo a atração de investimento, a competitividade regional e a melhoria das condições de vida das populações, enquanto assegura uma transição energética inclusiva, eficiente e territorialmente equilibrada.

Face ao exposto, o *roadshow* de investimento desenvolvido pela Portgás, e em detalhe no Anexo 8, para o exercício do PDIRD 2026 junto dos executivos municipais foi um sucesso. A análise dos contributos recolhidos junto dos municípios evidencia uma forte heterogeneidade territorial, sendo possível identificar diferentes eixos geográficos com dinâmicas específicas de crescimento e necessidades distintas de desenvolvimento da rede. Em termos agregados, destacam-se quatro grandes eixos territoriais, nos quais se concentram os principais drivers de expansão, quer ao nível da procura empresarial (B2B), quer da procura residencial (B2C), bem como necessidades relevantes de integração de equipamentos públicos na rede.

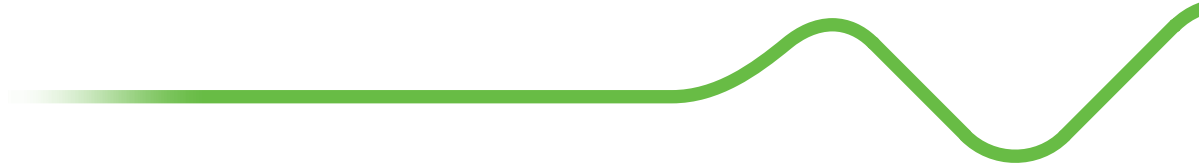


Plano de
Desenvolvimento
e Investimento
da Rede de
Distribuição

portugal

A decorative green vine graphic with several loops and a small leaf at the bottom, framing the text on the left side of the page.

8. Sustentabilidade da Infraestrutura a Longo Prazo



8. Sustentabilidade da Infraestrutura a Longo Prazo

A análise de sustentabilidade de longo prazo desenvolvida no presente PDIRD 2026 foi concebida de forma a mitigar os riscos identificados pelo regulador em exercícios anteriores, designadamente aqueles associados a trajetórias de investimento incompatíveis com a evolução previsível da procura e suscetíveis de gerar pressões tarifárias significativas no horizonte pós-PDIRD. Ao contrário de cenários assentes em níveis de investimento constantes e crescentes no longo prazo, o plano agora proposto adota uma lógica de adaptação progressiva do investimento à utilização efetiva da infraestrutura, salvaguardando a valorização dos ativos existentes e a proteção dos consumidores.

A aceleração da descarbonização da economia europeia e nacional tem vindo a recentrar o debate em torno do papel das infraestruturas energéticas, em particular da rede de distribuição de gás. Perante metas ambiciosas de neutralidade carbónica e um enquadramento geopolítico exigente, torna-se essencial demonstrar, com transparência, o valor efetivamente criado pelo setor para a sociedade.

Não obstante a inexistência de situações que justifiquem a desativação total ou parcial de ativos da rede de distribuição, a Portgás procedeu à análise sistemática desta matéria, em conformidade com o disposto na Diretiva (UE) 2024/1788. Da referida análise conclui-se que, no período 2027-2031, não se antevê a perda de utilidade económica ou funcional da infraestrutura que imponha a sua desativação, mantendo-se, contudo, este exercício como elemento integrante e recorrente dos futuros ciclos de planeamento.

A Portgás reconhece que o seu contributo não se esgota nas métricas financeiras. O seu valor integra igualmente dimensões económicas, ambientais e sociais. Foi neste quadro que, com o apoio técnico da KPMG, aplicou ao exercício de 2024 a abordagem *Integrated Profit & Loss* (IP&L) e a análise *True Value*, dando continuidade ao trabalho iniciado em 2022. Esta abordagem permite monetizar externalidades e avaliar o impacto total da rede e das operações, incorporando fatores como emissões evitadas, mitigação da pobreza energética e competitividade industrial.

A metodologia *True Value* identifica e monetiza externalidades com base em literatura científica e fatores de avaliação reconhecidos, ajustados por inflação, paridade do poder de compra (PPC) e câmbio, quando aplicável. Este enquadramento assegura comparabilidade e transparência na tomada de decisão e no diálogo com decisores públicos e privados. A Portgás pretende utilizar esta metodologia para demonstrar o seu valor no presente e fundamentar decisões futuras com base em impactos quantificados e suportados por evidência, com plena noção das suas repercussões económicas, ambientais e sociais.

Os resultados do *IP&L* 2024 oferecem uma visão completa e consistente dos impactos da Portgás a nível regional e global, reforçando a confiança e a qualidade do relacionamento com os principais *stakeholders* através de um diálogo transparente sobre as expectativas e o propósito de criação de valor nas regiões onde atua. O exercício cobre as operações próprias (*own operations*) da Portgás e agrega as externalidades económicas, ambientais e sociais consideradas materialmente relevantes e mensuráveis com fiabilidade.

Além da mensuração e apresentação do *IP&L*, a Portgás aplicou esta análise, com o apoio da metodologia *True Value* da KPMG, em 2 visões e âmbitos alternativos, conforme representado na figura 16:

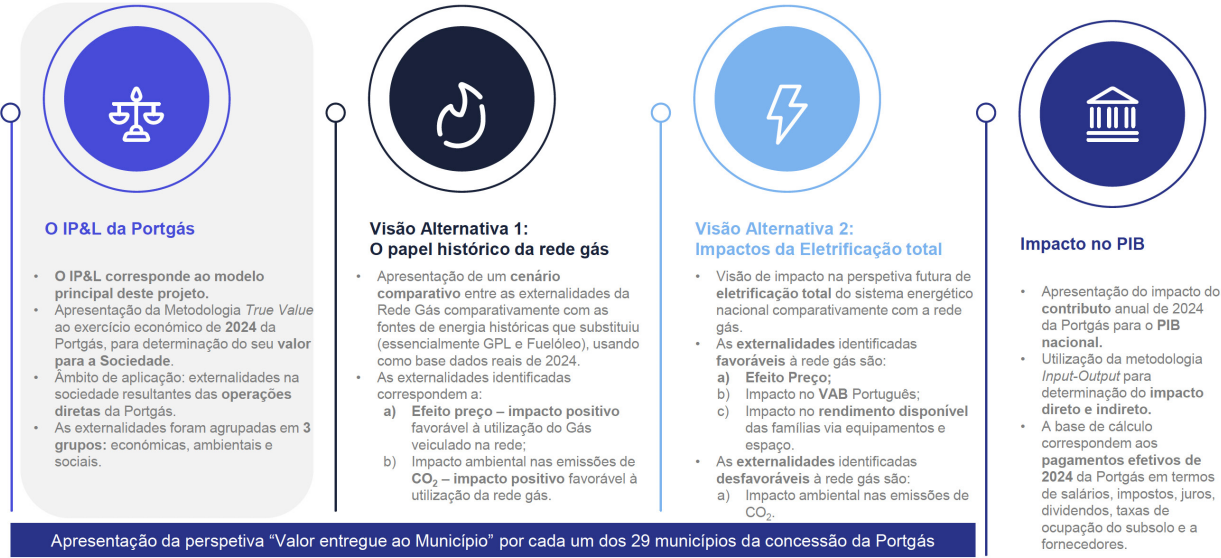


Figura 16: Metodologia *True Value* da KPMG para a Portgás

Os benefícios da metodologia *IP&L* são diversos, nomeadamente:

Aumento do crescimento	Melhores decisões	Melhores relacionamentos
Indução de inovação	Foco na gestão da performance baseada na criação de valor para a sociedade	Melhoria do <i>reporting</i>
Identificação de vantagens competitivas	Gestão dos nossos riscos de forma precisa	Melhoria da comunicação com os <i>stakeholders</i>
Fortalecimento das cadeias de valor locais	Otimização de alocação de recursos	Reforço da marca e reputação
Identificação de projetos vencedores	Tomada de decisão mais informada	Demonstração de liderança

Quadro 49: Benefícios metodologia *IP&L*

Os princípios subjacentes a esta metodologia são:

Princípio	Descrição	Exemplos
Holístico	Define, claramente, impactos económicos, sociais e ambientais, permitindo uma visão abrangente de todos os temas materialmente importantes, riscos e oportunidades.	Utilização de fontes externas e de especialistas científicos, bem como informação interna.
Factual	Desmistifica mitos e permite apresentar uma visão factual do valor criado para a sociedade. Tem por base dados objetivos suportados em instituições científicas e em estudos de investigação científica.	Uso dos mais recentes fatores e técnicas de avaliação científicos, comumente aceites e utilizados nas áreas respetivas.
Comparabilidade	Descreve como os valores devem ser interpretados em comparação com as alternativas de práticas comuns.	Impacto relativo das energias renováveis, comparativamente com as energias convencionais.
Prático	Permite que o resultado final seja incorporado na avaliação de tomada de decisão, por oposição à leitura de “ser apenas mais uma medida de sustentabilidade”.	Informação disponibilizada publicamente a todos os <i>stakeholders</i> e foco na melhoria da tomada de decisão.
Compromisso	Envolvimento de Pessoas chave da Portgás na identificação de externalidades, desenho, execução e entrega do resultado final.	Compromisso das Pessoas chave para garantir a melhor informação possível e qualidade do resultado final.
Transparência	Metodologia de cálculo e pressupostos assumidos são divulgados. Garante transparência na divulgação dos resultados e na comunicação com todos os <i>stakeholders</i> .	Divulgação da metodologia de cálculo e pressupostos assumidos.

Quadro 50: Princípios metodologia IP&L

O trabalho foi desenvolvido com o envolvimento dos órgãos de gestão e responsáveis de áreas de atividade da Portgás e apoio técnico da KPMG para identificação de potenciais externalidades resultantes das atividades da Portgás. Na avaliação efetuada foram identificadas 11 externalidades relevantes: 5 económicas, 3 ambientais e 3 sociais. Estas externalidades não representam a totalidade dos impactos das ações da Portgás, mas sim as consideradas mais relevantes e possíveis de mensurar, com fiabilidade quanto à qualidade dos dados internos de existência de múltiplo adequado de avaliação. De acordo com a metodologia utilizada, o âmbito de aplicabilidade das externalidades deriva diretamente das atividades, desconsiderando o seu efeito indireto e induzido em toda a cadeia de valor, ou seja, não são considerados efeitos positivos ou negativos das atividades na esfera dos fornecedores, tais como, emissões de CO₂, empregabilidade, saúde e segurança, consumo de água, investimento na comunidade, entre outros. Por este motivo, para o cálculo das emissões de CO₂, foram considerados apenas o *scope 1* e *scope 2*, que respeitam às emissões diretas de fontes ou recursos controláveis pela Portgás e às emissões indiretas da produção de energia adquirida, respetivamente. A análise efetuada permitiu concluir que, partindo de um valor retido em 2024 de cerca de 13,5 milhões de euros, a Portgás contribui para a sociedade com um valor total criado de cerca de 167,3 milhões de euros, representando um incremento de **12,38 € por cada 1 € de valor retido**:



Figura 17: Contributo da Portgás para a sociedade em 2024

Os efeitos monetizados das externalidades apresentam-se na figura seguinte (em milhares de euros):

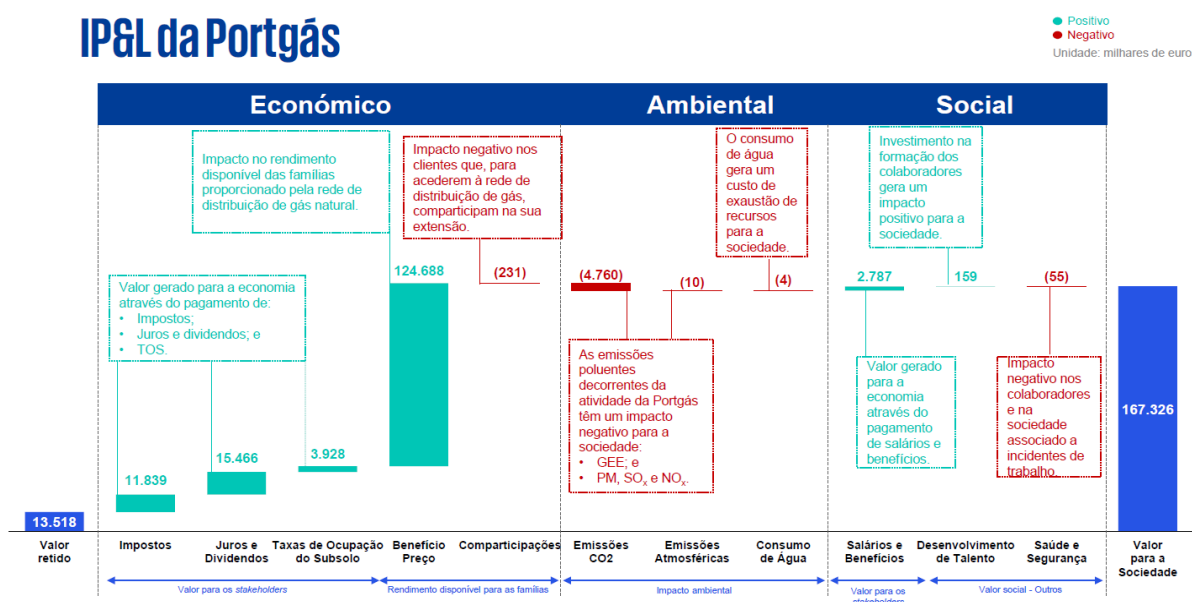


Figura 18: Apresentação da *Integrated Profit and Loss* (IP&L) da Portgás para o ano 2024, refletindo os resultados para esse ano em termos das externalidades consideradas

Destaques sobre os contributos das externalidades apuradas relativamente a 2024, por natureza:

Zoom-in económico em 2024

- Valor económico total positivo de aproximadamente 156 M€ (efeitos diretos e indiretos), refletindo o conjunto de pagamentos a *stakeholders* e o benefício-preço para famílias (BP<).

- Poupança por MWh: por cada MWh consumido em 2024, a existência da rede gás gerou 112 € de valor (poupança económica e benefício ambiental na perspetiva histórica face a GPL/fuelóleo).
- Benefício-preço (famílias) de aproximadamente 124,7 M€, traduzindo a redução efetiva do custo de energia face às alternativas utilizadas antes da ligação à rede gás.
- Taxas de Ocupação do Subsolo (TOS) de aproximadamente 3,9 M€, permitindo um rendimento incremental para os municípios da concessão.
- Pagamentos a outros stakeholders: impostos ao Estado (11,8 M€), juros a investidores (2,0 M €) e dividendos a detentores de capital (13,4 M€).
- As comparticipações de clientes para extensão de rede impactam negativamente cerca de 0,23 M€ no rendimento disponível dos consumidores que suportam estes custos.

Contexto dos resultados económicos:

Os impactos económicos foram apurados com recurso à modelização *input-output* para quantificar efeitos diretos e indiretos em toda a cadeia de valor, assegurando consistência de âmbito com as restantes externalidades do *IP&L*.

Zoom-in ambiental em 2024

- Valor total do impacto ambiental gerado pela Portgás é negativo em aproximadamente 4,8 M€.
- 99,7% do impacto ambiental negativo advém das emissões de CO₂ associadas às operações (incluindo principalmente scope 3 e fugas de gás na rede da concessão).

Contexto dos resultados ambientais:

No âmbito da monetização *IP&L* foram utilizadas as mais recentes publicações que quantificam estes impactos com base:

- Custo Social do Carbono de 208 USD/ton CO₂ (taxa de desconto 2% a USD de 2020) de acordo com a US Environmental Protection Agency;
- fatores europeus (EEA/EMEP 2023) para PM, SOx e NOx;

Zoom-in social em 2024

- Valor social gerado pela Portgás tem um impacto total positivo de 5,7 M€.
- O contributo mais relevante provém dos pagamentos de salários e benefícios aos colaboradores.
- O desenvolvimento de talento representa cerca de 10% do valor social (aproximadamente 0,2 M€).
- O impacto negativo resultou dos incidentes de trabalho, correspondendo a aproximadamente 0,1 M€.

Contexto dos resultados sociais:

Para a monetização considerou-se literatura de referência para Saúde & Segurança (estudo internacional de 2015) e benefícios da educação (indicadores OCDE). Já os efeitos multiplicadores dos salários e benefícios foram estimados por input-output para captar impactos diretos e indiretos.

Visão 1: papel histórico da rede de gás

Desde o final da década de 1990, a rede de gás em Portugal foi progressivamente adotada, em especial pelos grandes consumidores industriais, ao passo que GPL e fuelóleo – alternativas mais dispendiosas e intensivas em carbono – perderam peso relativo no consumo energético nacional.

A aplicação da metodologia *True Value* permite uma leitura equilibrada: por um lado, reconhece-se a pegada de CO₂ associada ao consumo de gás; por outro, evidencia-se o seu papel histórico na descarbonização, ao ter substituído fontes com fatores de emissão mais elevados (GPL/fuelóleo), gerando benefícios económicos e ambientais mensuráveis.

Trata-se de uma perspetiva sistémica: contabiliza o impacto das emissões do gás veiculado pela rede e não se restringe às operações próprias da Portgás. Ainda assim, a Portgás tem um papel relevante pela expansão e disponibilização de acesso à infraestrutura, permitindo que novos utilizadores optem por esta fonte de energia.

O resultado desta comparação apresenta-se sinteticamente na figura abaixo:

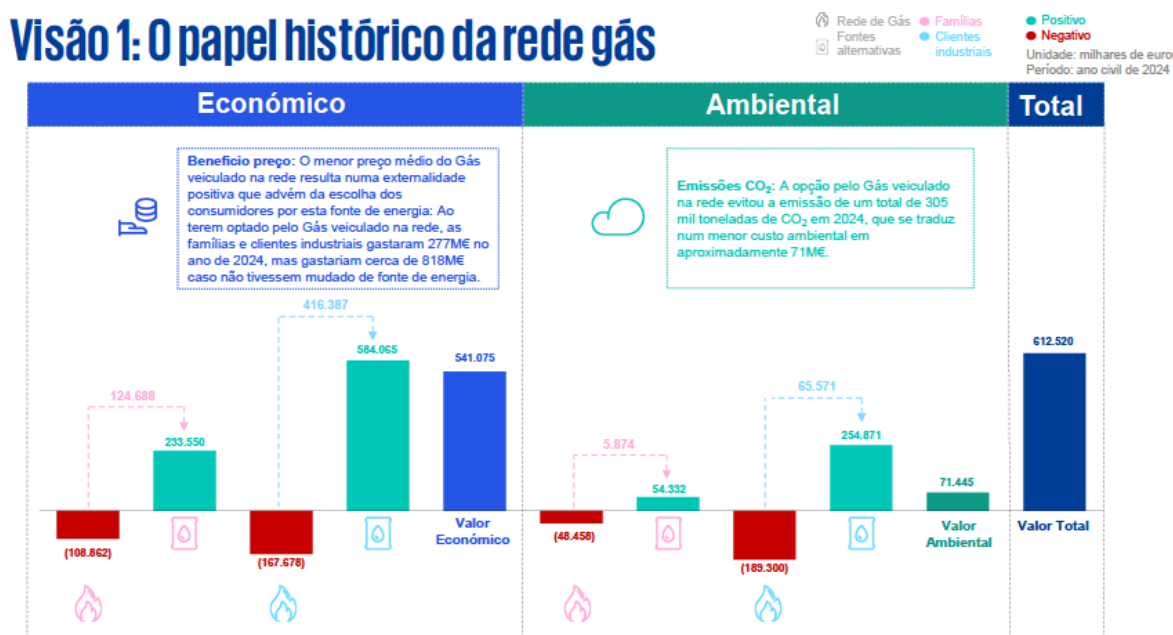


Figura 19: Apresentação numa base comparativa entre a rede de gás e as anteriores soluções de GPL e fuelóleo da monetização das externalidades económicas (volumes de consumo dos clientes da Portgás em 2024) e ambientais (emissões de CO₂ associadas aos referidos consumos)

Resultados de 2024:

- Poupança económica na ordem dos 124,7 M€ nas famílias (benefício-preço BP<) e de cerca de 416,4 M€ nas indústrias, face às soluções anteriormente utilizadas.
- 305 mil toneladas de CO₂ de emissões evitadas, correspondentes a 71 M€ de benefício ambiental.
- Combinação de poupança económica e benefício ambiental de 112 €/MWh pela existência da rede de gás.

Em resumo, a introdução de gás na economia, na zona de concessão da Portgás, teve um impacto positivo de, aproximadamente, 613 M€ no ano de 2024.

Visão 2: impacto da eletrificação total

Considerando o consumo de gás em 2024 na área de concessão da Portgás, uma transição imediata para eletricidade implicaria um aumento de custos anual estimado em: 148 M€ para consumidores domésticos (+236%, +133€ /MWh) e em 588 M€ para consumidores industriais (+517%, +160 €/MWh). Adicionalmente, o efeito agregado corresponderia a um incremento de 330 €/MWh para a sociedade no primeiro ano. Em paralelo, os custos *one-off* associados à substituição de equipamentos e adaptação das habitações ascenderiam a aproximadamente 1.583 M€ em equipamentos e cerca de 172 M€ de valor equivalente ao espaço ocupado, respetivamente.

Alguns setores industriais singulares dependem de consumos energéticos elevados e de temperaturas altas, controláveis e contínuas nos seus processos produtivos, não existindo hoje, para estes perfis, uma alternativa elétrica tecnicamente equivalente e imediatamente aplicável. Assim, em 2024, o gás mantém-se como a solução tecnicamente viável para estes setores – vidro, cerâmica, cimento, refinação, química, extrativa e metalúrgica (EN-H2). Foram identificadas 9 entidades da base de clientes da Portgás enquadradas nesta categoria, cujo VAB estimado totalizou aproximadamente 946M €. Pelo que a ausência de poderia induzir a realocação destas atividades, com perda direta para o VAB/PIB nacional.

A análise incorpora ainda a monetização da externalidade ambiental: (i) quantificação do impacto do consumo de gás nas emissões de CO₂; (ii) comparação com o impacto associado à eletricidade para o mesmo volume de consumo (fatores de emissão APA); e (iii) monetização com base no Custo Social do Carbono de 208 USD/ton CO₂ (taxa de desconto de 2%, dólares de 2020, EPA). No cenário de eletrificação total, o ganho ambiental estimado é de 105 M€, correspondente a aproximadamente 165 mil toneladas de CO₂ evitadas; contudo, este benefício ocorre em simultâneo com custos económicos e sociais substancialmente superiores no curto prazo.

Os resultados desta análise resumem-se na figura seguinte:

Visão 2: Impacto da eletrificação total

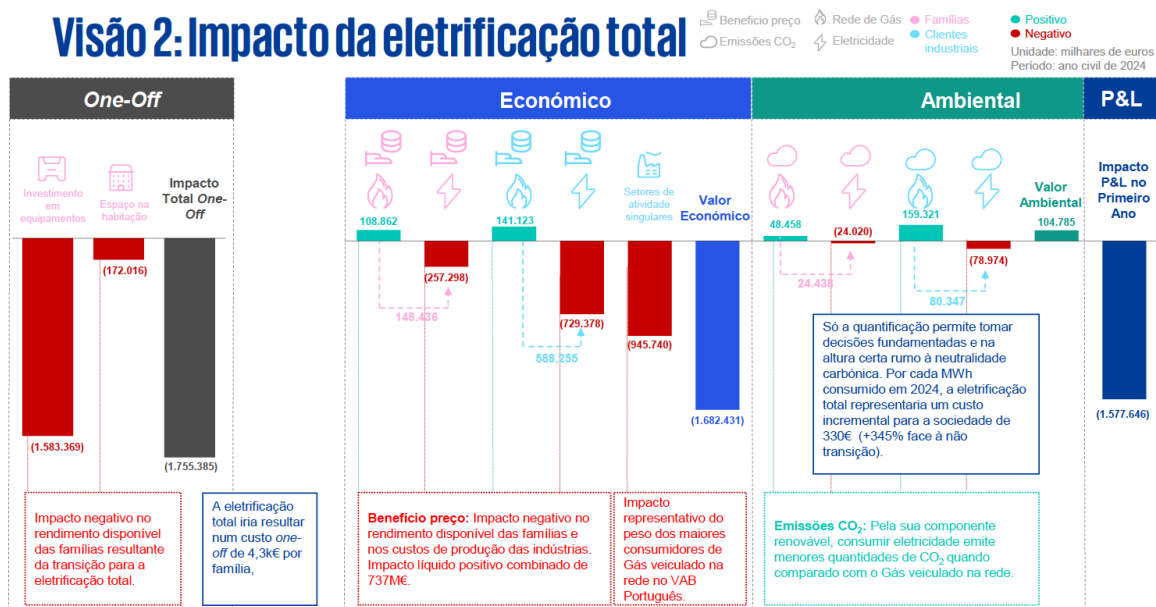


Figura 20: Apresentação numa base comparativa entre o gás e a solução eletricidade da monetização das externalidades económicas (volumes de consumo dos clientes da Portgás em 2024) e ambientais (emissões de CO₂ associadas aos referidos consumos). O efeito "One-off" corresponde ao impacto dos investimentos necessários para a transição para a solução de eletrificação.

Em resumo, um cenário de eletrificação total implicaria, em 2024, um custo *One-Off* de, aproximadamente, 1,8 M€ e um custo recorrente avaliado, no ano de 2024, de 1,6 M€.

Impacto no PIB

Para além das duas visões alternativas já apresentadas no exercício de 2022 – (i) a que quantifica as externalidades mais relevantes geradas pelos clientes servidos pela rede de distribuição da Portgás face às fontes de energia anteriormente utilizadas, e (ii) a que modela um cenário de eletrificação total e imediata em comparação com o gás – foi desenvolvido um modelo autónomo, "Impacto no PIB", que quantifica o contributo macroeconómico anual da Portgás com base na metodologia *input-output* (OCDE) e apresenta resultados em termos de VAB/PIB e emprego.

Enquanto o *IP&L* reporta o valor para a sociedade das operações próprias (*own operations*) via externalidades monetizadas, o módulo de Impacto no PIB traduz os pagamentos da Portgás (incluindo os fornecedores) em efeitos diretos e indiretos na economia, sendo complementares entre eles.

Mantêm-se os benefícios já identificados – melhor base para decisão, reporte e diálogo com *stakeholders* – e acrescenta-se o valor de dispor, em paralelo, de um indicador macroeconómico consistente (PIB/emprego), permitindo duas leituras complementares: i) valor societal (*IP&L*) e ii) contributo macro (PIB).

Desta forma, amplia-se o alcance da análise económica sem alterar o perímetro do *IP&L*, preservando os princípios de holismo, factualidade, comparabilidade, praticabilidade, compromisso e transparência. Adicionalmente, a inclusão do módulo PIB reforça a comparabilidade com exercícios de impacto macroeconómico de outras entidades e setores, ao isolar os efeitos direto e indireto dos pagamentos da Portgás na economia portuguesa.

Os resultados desta análise resumem-se na figura seguinte:

Caracterização do impacto anual da Portgás no PIB em 2024

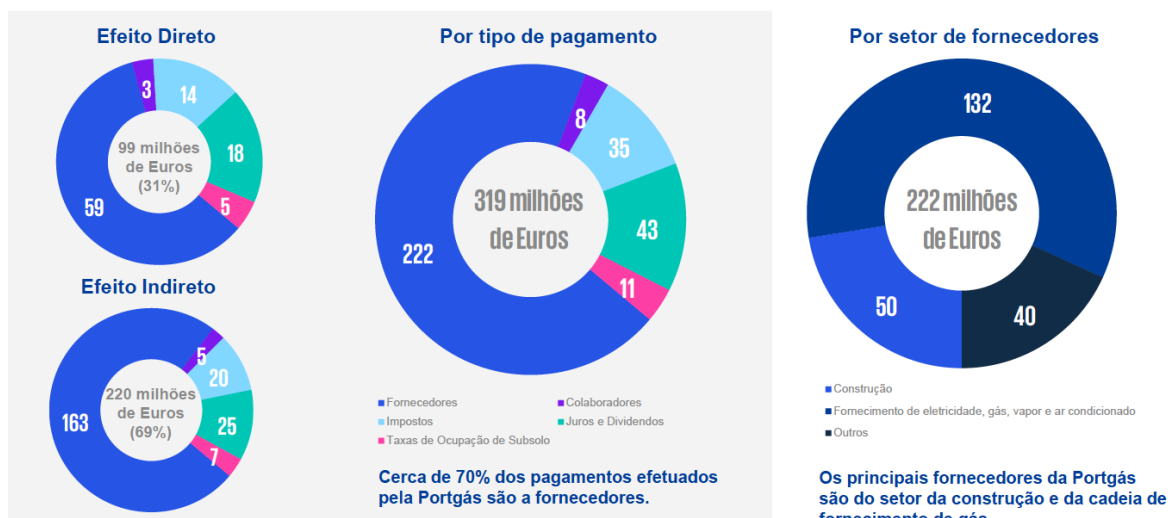
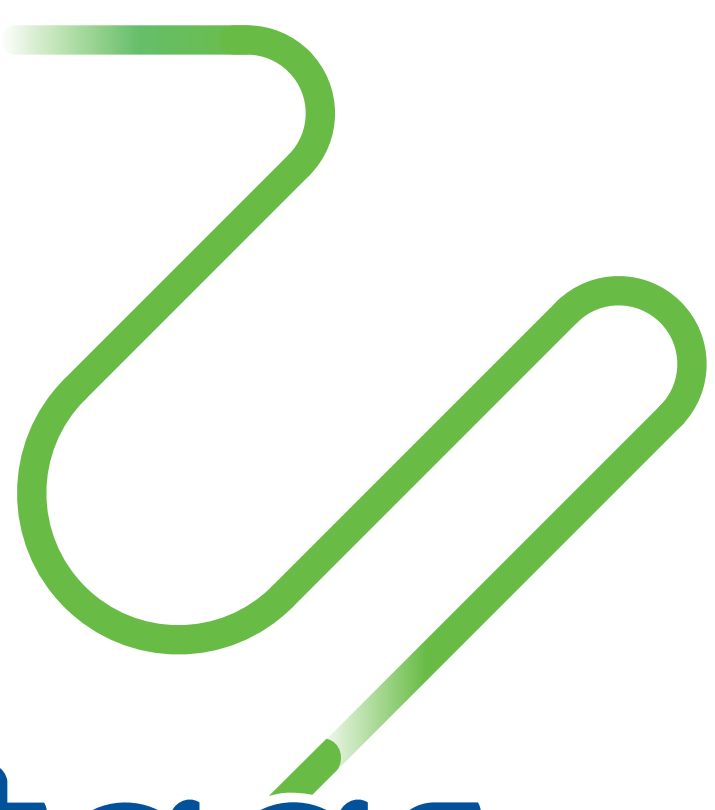


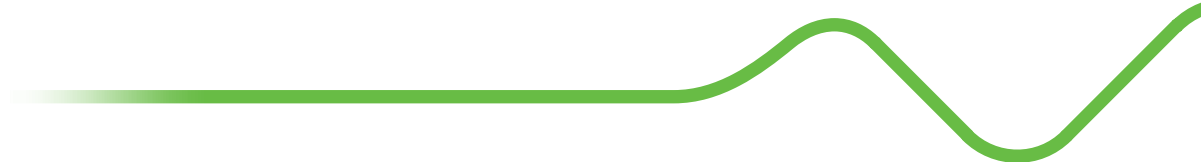
Figura 21: Impacto anual da Portgás no PIB em 2024

Anexo 1

Fichas de Projeto
de Investimento
por Concelho

A thick green line that starts from the right side of the text 'Fichas de Projeto de Investimento por Concelho', curves downwards and to the left, then loops around and extends diagonally downwards towards the word 'portugal' in the logo.

The logo for Portugal, featuring the word 'portugal' in a stylized blue font. A small green square is positioned to the left of the 'p', and a green line segment is positioned above the 'g'.



PDIRD 2026: Projeto de Investimento
Barcelos

Real 22-25					ORC	PDIRD 2026						
Descrição	u.m.	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2027-2031
INVESTIMENTO TOTAL												
		930	1539	692	857	731	842	853	795	1291	744	4525
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO												
		911	952	446	844	707	768	749	692	637	624	3467
Rede e UAG												
	mC	569	649	221	613	450	456	451	403	377	374	2061
	mC	443	583	152	533	396	387	383	336	321	323	1750
	mC	126	87	69	80	54	69	68	67	56	51	311
Rede Secundária - BP												
	m	8555	7680	1667	6479	3852	3842	3723	3243	2998	2922	16728
	m	379	198	167	175	99	129	124	122	99	86	560
Rede Secundária - BP (Extensão)												
	Km	179	187	189	195	199	203	207	210	213	216	216
Capitalização de Encargos de Estrutura												
	mC	119	118	94	98	106	103	106	99	103	114	525
Pontos de Abastecimento												
	mC	222	164	131	133	151	206	193	190	157	136	892
Mercado Novo												
	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mercado Existente												
	mC	196	139	107	94	88	129	117	117	94	77	534
	mC	154	75	76	76	74	108	98	98	77	64	444
	mC	37	61	24	13	11	15	14	15	12	10	66
	mC	4	4	7	4	4	6	5	5	4	3	3
	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Grande consumo												
	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrução e análise técnica de processo												
	mC	-	-	-	27	43	57	55	56	46	40	254
Contadores/Redutores												
	mC	27	25	25	13	20	21	21	17	17	19	94
Pontos de Abastecimento - Segmento												
	#	401	306	207	159	178	232	223	220	179	155	1009
Mercado Novo												
	#	21	7	18	4	11	7	7	7	7	11	39
Mercado Existente												
	#	372	297	182	152	159	219	210	210	167	137	943
	#	254	106	106	105	120	164	158	158	125	103	708
	#	115	185	65	39	33	46	44	44	35	29	198
	#	5	6	11	8	6	9	8	8	7	5	37
	#	8	2	7	3	8	6	6	3	5	7	27
Grande Consumo												
	#	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pontos de Abastecimento - Tarifa												
	#	-	-	-	-	-	178	232	223	220	179	155
	#	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	#	-	-	-	-	-	8	6	5	3	5	7
	#	-	-	-	-	-	170	226	217	217	174	148
Energia Veiculada Adicional												
	MWh	-	-	-	-	-	2316	1999	14757	30729	37385	41057
	MWh	-	-	-	-	-	-	-	5890	11760	11760	11760
	MWh	-	-	-	-	-	2098	1679	7916	17380	23489	26714
	MWh	-	-	-	-	-	-	-	219	321	951	1570
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa												
	#	10679	10888	10943	10994	11061	11158	11259	11330	11374	11394	11394
	#	16	15	15	14	14	13	26	12	11	10	10
	#	90	87	89	85	93	98	102	104	108	114	114
	#	10573	10786	10839	10895	10954	11047	11131	11214	11255	11270	11270
Consumo Unitário												
	MWh/PA	40,1	35,1	36,1	29,0	25,8	24,1	23,6	23,5	23,8	22,0	22,0
	MWh/PA	19950,1	17808,1	19282,4	15161,4	13670,9	13233,9	8731,0	8578,7	13121,6	13311,3	13311,3
	MWh/PA	897,4	855,5	875,7	822,0	744,2	675,7	695,1	754,8	779,7	762,9	762,9
	MWh/PA	2,6	2,5	2,6	2,5	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,3	2,3
Energia Veiculada Total												
	MWh	427978	378083	394167	318260	284720	267344	264314	265649	258787	249915	252145
	MWh	319201	276025	289236	219840	194193	178558	170255	162916	150899	139769	139769
	MWh	80763	75715	77062	71514	66232	64531	69511	77743	82444	84686	86706
	MWh	28011	26344	27870	26906	24295	24156	24548	24931	25244	25460	25670
Energia Verde												
	MWh	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS												
		8	579	244	10	10	46	62	59	625	67	859
Redes												
	mC	2	522	205	-	-	-	-	-	350	-	350
	mC	2	-	(7)	-	-	-	-	-	-	-	-
	mC	-	522	212	-	-	-	-	-	350	-	350
Rede Primária - MP												
	m	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Secundária Estruturante - BP												
	m	-	7824	594	-	-	-	-	-	1800	-	1800
Rede Primária - MP (Extensão)												
	Km	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)												
	Km	1	9	9	9	9	9	9	9	11	11	11
Outras Infraestruturas												
	mC	6	7	7	10	10	11	13	16	18	21	80
	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	mC	6	7	7	10	10	11	13	16	18	21	80
Capitalização de Encargos de Estrutura												
	mC	0	50	32	-	0	34	49	43	257	45	429
DESCARBONIZAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE ATIVOS												
	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sustentável Gas												
	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sustentável Gas: H2&Bio Grid												
	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R&D Projects												
	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS INVESTIMENTOS												
		11	8	2	3	14	32	42	44	29	53	199
Contadores - Renovação por imposição Legal												
	mC	11	8	2	3	14	32	42	44	29	53	199
Sistemas de Informação												
	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios, Instalações e transporte												
	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nacional Econômico												
Densificação de Rede												
	#	-	-	-	49579	49579	49579	49579	49579	49579	49579	49579
	#	-	-	-	10994	11061	11158	11259	11330	11374	11394	11394
	%	-	-	-	22%	22%	23%	23%	23%	23%	23%	23%
PA/Km Rede Secundária (EoP)												
	#/Km	59	56	55	54	53	53	52	52	51	50	50
	#	10679	10888	10943	10994	11061	11158	11259	11330	11374	11394	11394
	Km	180	196	198	204	208	212	216	219	224	227	227
PA/Km Rede Secundária (Período)												
	#/Km	47	20	92	25	46	60	60	68	37	53	54
	#	401	306	207	159	178	232	223	220	179	155	1009
	Km	9	16	2	6	4	4	4	3	5	3	10
Rátios de expansão												
Inv. Expansão/Cliente Ligado												
	c	2307	3154	2197	5223	3864	3239	3358	3162	3561	4248	3461
Investimento Expansão												
	c	925	965	455	830	688	751	749	696	637	658	3492
	PA	315	257	201	191	194	232	223	217	196	201	1039
	PA	569	649	221	613	450	456	451	403	377	374	2061
	c	41	38	33	33	43	64	75	76	64	93	373
	c	401	306	207	159	178	232	223	220	179	155	1009
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional												
	m/PA	21,3	25,1	8,1	40,7	21,6	16,6	16,7	14,7	16,7	18,9	16,6
Investimento do ano /GN Veiculado do Lote												
	c/MWh	175	985	192	-	297	188	35	67	221	148	81
A- Rentabilidade Investimento												
	%	4,90%	-0,23%	7,15%	-	-	8,56%	26,67%	23,94%	2,52%	10,39%	13,84%
B- Remuneração sobre Ativos												
	%	5,32%	5,05%	5,05%	-	-	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%
Prêmio de BCL (A-B)												
	pp	(0,43)	(5,28)	2,10	-	-	2,89	21,00	18,27	(3,15)	4,72	8,17

Descrição	u.m.	Real 22-25				ORC	PDIRD 2026						
		2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	1 2027-2031	
INVESTIMENTO TOTAL		2 339	2 165	1 933	1 741	1 197	1 277	1 417	1 346	1 366	1 886	7 282	
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO		2 197	2 032	1 834	1 654	1 098	1 109	1 171	1 098	1 066	939	5 383	
Rede e UAG	m€	1 286	1 291	1 090	910	614	600	663	600	607	499	2 969	
Rede Secundária - BP	m€	1 052	1 087	867	740	478	460	523	461	484	367	2 296	
Ramais	m€	234	203	223	170	135	139	139	139	122	132	673	
Rede Secundária - BP	m	17 039	15 848	11 887	9 356	4 741	4 697	5 166	4 527	4 553	3 415	22 358	
Ramais	#	661	544	589	369	237	269	261	289	219	234	1 242	
Rede Secundária - BP (Extensão)	Km	520	536	548	558	562	567	572	577	581	585	585	
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	252	268	281	256	192	149	165	158	172	172	816	
Pontos de Abastecimento	m€	659	473	463	487	292	360	343	341	287	268	1 699	
Mercado Novo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mercado Existente	m€	607	429	424	340	144	210	192	192	163	128	872	
Conversão	m€	522	361	351	288	121	177	159	159	127	127	726	
Reconversão	m€	63	51	53	40	18	24	24	24	19	16	108	
Pequeno terciário	m€	22	17	20	13	6	9	9	9	7	6	39	
Grande consumo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Instrução e análise técnica de processo	m€				112	114	121	119	121	103	113	577	
Contadores/Redutores	m€	51	44	39	35	34	28	33	28	32	30	150	
Pontos de Abastecimento - Segmento	#	1 201	768	720	601	462	485	470	466	394	422	2 237	
Mercado Novo	#	62	15	40	38	196	128	122	122	115	196	683	
Mercado Existente	#	1 135	750	676	560	260	357	344	344	273	223	1 541	
Conversão	#	907	576	509	400	195	268	258	258	205	167	1 154	
Reconversão	#	189	146	137	117	55	75	72	72	57	47	323	
Pequeno terciário	#	39	28	30	23	10	14	14	14	11	9	62	
Grande consumo	#	4	3	4	3	6	-	4	-	6	3	13	
Pontos de Abastecimento - Tarifa	#					462	485	470	466	394	422	2 237	
MP	#	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP>	#	-	-	-	-	6	-	4	-	6	3	13	
BP<	#	-	-	-	-	456	485	466	466	388	419	2 224	
Energia Veiculada Adicional	MWh					3 378	790	3 018	5 211	15 142	25 706	27 095	
MP	MWh	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP>	MWh	-	-	-	-	2 676	677	1 355	1 355	9 925	19 947	19 947	
BP<	MWh	-	-	-	-	700	790	2 340	3 856	5 217	6 475	7 128	
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	50 363	50 670	50 882	50 962	50 911	50 776	50 628	50 474	50 251	50 054	50 054	
MP	#	6	6	4	4	4	4	4	4	4	4	4	
BP>	#	146	153	159	147	153	152	155	154	159	161	161	
BP<	#	50 211	50 511	50 719	50 811	50 754	50 620	50 469	50 316	50 088	49 889	49 889	
Consumo Unitário	MWh/PA	7,8	7,2	7,0	6,0	5,3	5,2	5,1	5,0	5,2	5,3	5,3	
MP	MWh/PA	23 431,5	21 106,7	21 499,9	14 389,0	10 227,4	9 409,2	8 656,5	7 964,0	7 326,8	6 740,7	6 740,7	
BP>	MWh/PA	709,2	653,2	673,3	685,4	672,5	631,1	618,9	607,0	642,2	675,0	675,0	
BP<	MWh/PA	3,0	2,7	2,8	2,8	2,6	2,5	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	
Energia Veiculada Total	MWh	393 863	361 437	355 159	303 132	272 052	262 935	258 943	255 210	259 487	244 650	244 039	
MP	MWh	140 589	126 640	107 499	57 556	40 910	37 637	34 626	31 856	29 307	26 963	26 963	
BP>	MWh	103 550	97 656	105 027	104 869	100 881	96 241	94 994	93 785	100 506	108 000	108 737	
BP<	MWh	149 724	137 141	142 632	140 707	130 263	129 057	129 324	129 570	129 674	129 687	130 340	
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS		51	62	74	54	45	95	115	121	134	714	1 180	
Redes	m€	4	11	4	2	-	-	-	-	-	350	350	
MP	m€	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP (estruturante)	m€	-	11	-	2	-	-	-	-	-	350	350	
Rede Primária - MP	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Secundária Estruturante - BP	m	-	83	-	-	-	-	-	-	-	1 800	1 800	
Rede Primária - MP (Extensão)	Km	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	Km	2	2	2	2	2	2	2	2	2	4	4	
Outras Infraestruturas	m€	48	50	66	51	43	53	61	70	82	96	350	
Capacitação de Infraestruturas	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estudos e Equipamentos Técnicos	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Contadores - reativações por rotação de clientes	m€	48	50	66	51	43	53	61	70	82	95	350	
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	0	1	3	0	2	42	54	51	53	270	470	
OUTROS INVESTIMENTOS		90	61	25	34	54	73	131	126	155	233	719	
Contadores - Renovação por imposição Legal	m€	90	61	25	34	54	73	131	126	155	233	719	
Racional Económico													
Densificação de Rede													
N.º de Fogos da BRQ	#					88 924	88 924	88 924	88 924	88 924	88 924	88 924	
CUI Ativos	#					50 962	50 911	50 776	50 628	50 474	50 054	50 054	
% de Ligados	%					57%	57%	57%	57%	57%	56%	56%	
PA/Km Rede Secundária (EoP)	#/Km	96	94	92	91	90	89	88	87	86	85	85	
PA (EoP)	#	50 363	50 670	50 882	50 962	50 911	50 776	50 628	50 474	50 251	50 054	50 054	
Km Rede Secundária (EoP)	Km	523	539	551	560	565	569	574	579	584	589	599	
PA/Km Rede Secundária (Período)	#/Km	70	68	61	64	67	103	91	103	87	81	93	
PA (Ligados Período)	#	1 201	768	720	601	462	485	470	466	394	422	2 237	
Km rede secundária (Construída Período)	Km	17	16	12	9	5	5	5	5	5	5	24	
Rátios de expansão													
Inv. Expansão/Cliente Ligado	€	1 942	2 788	2 672	2 705	2 339	2 295	2 646	2 518	3 044	2 730	2 629	
Investimento Expansão	€	2 332	2 141	1 924	1 636	1 081	1 113	1 243	1 173	1 199	1 152	8 881	
PA	€	860	697	705	597	336	360	357	350	325	297	1 688	
Redes, Ramais e UAG	€	1 286	1 291	1 090	910	614	600	663	600	607	499	2 969	
Contadores e Redutores	€	186	153	129	119	131	153	224	223	248	356	1 224	
Clientes Ligados	#	1 201	768	720	601	462	485	470	466	394	422	2 237	
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional	m/PA	14,2	20,6	16,5	15,6	10,3	9,7	11,0	9,7	11,6	8,1	10,0	
Investimento do ano /GN Veiculado do Lote	€/MWh	187	492	384		320	704	433	776	65	415	217	
A- Rentabilidade Investimento	%	5,47%	1,88%	3,21%			3,39%	4,56%	2,87%	26,00%	2,26%	7,22%	
B- Remuneração sobre Activos	%	5,32%	5,05%	5,05%			5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	
Prémio de BRQ (A-B)	pp	0,15	(3,17)	(1,84)			(2,28)	(1,11)	(2,80)	20,33	(3,41)	1,55	

PDIRD 2026: Projeto de Investimento
Caminha

Descrição	u.m.	Real 22-25					ORC		PDIRD 2026						
		2022	2023	2024	2025	2026	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2027-2031
INVESTIMENTO TOTAL		282	447	404	175	442			522	510	496	443	414	414	2 384
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO		183	335	398	173	438			515	500	486	429	395	395	2 328
Rede e UAG	mC	60	167	285	69	252			287	281	268	238	212	212	1 285
Rede Secundária - BP	mC	40	127	256	35	201			229	224	211	189	162	162	1 015
Ramais	mC	19	39	29	33	51			58	57	57	49	50	50	270
Rede Secundária - BP	m	577	1 300	2 870	105	2 004			2 318	2 226	2 069	1 805	1 516	1 516	9 954
Ramais	#	42	92	64	52	97			111	107	106	88	88	88	500
Rede Secundária - BP (Extensão)	Km	46	47	50	50	52			55	57	59	61	62	62	322
Capitalização de Encargos de Estrutura		23	51	47	38	65			69	70	70	69	72	72	351
Pontos de Abastecimento	mC	101	118	66	67	122			159	148	148	122	111	111	688
Mercado Novo	mC	-	-	-	-	-			-	-	-	-	-	-	-
Mercado Existente	mC	93	109	61	46	66			97	87	88	70	58	58	400
Conversão	mC	88	103	54	37	55			81	73	73	58	48	48	333
Reconversão	mC	1	5	4	7	8			11	11	11	9	8	8	49
Pequeno terciário	mC	4	1	-	2	3			5	4	4	3	2	2	18
Grande consumo	mC	-	-	-	-	-			-	-	-	-	-	-	-
Instrução e análise técnica de processo	mC				15	43			50	49	50	42	42	42	232
Contadores/Redutores	mC		7	9	4	5			12	13	12	11	11	11	57
Pontos de Abastecimento - Segmento	#	157	186	90	80	175			200	192	191	158	158	158	899
Mercado Novo	#	-	-	1	2	54			35	34	34	32	34	34	189
Mercado Existente	#	157	185	89	78	119			164	157	157	125	103	103	706
Conversão	#	146	168	73	53	69			123	118	118	94	77	77	530
Reconversão	#	4	15	11	21	25			34	33	33	26	22	22	148
Pequeno terciário	#	7	2	5	4	5			7	6	6	5	4	4	28
Grande consumo	#	-	-	-	-	2			1	1	-	1	1	1	4
Pontos de Abastecimento - Tarifa						175			200	192	191	158	158	158	899
MP	#	-	-	-	-	-			-	-	-	-	-	-	-
BP>	#	-	-	-	-	2			1	1	-	1	1	1	4
BP<	#	-	-	-	-	173			199	191	191	157	157	157	895
Energia Veiculada Adicional						284			594	1 463	1 940	2 372	2 978	3 354	-
MP	MWh	-	-	-	-	-			-	-	-	-	-	-	-
BP>	MWh	-	-	-	-	108			38,3	836	907	967	1 232	1 438	-
BP<	MWh	-	-	-	-	178			211	626	1 033	1 406	1 746	1 916	-
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	3 323	3 462	3 518	3 580	3 718			3 872	4 019	4 165	4 278	4 391	4 391	23 364
MP	#	-	-	-	-	-			-	-	-	-	-	-	-
BP>	#	-	3	3	3	5			6	7	7	8	9	9	4
BP<	#	3 320	3 459	3 515	3 577	3 713			3 866	4 012	4 158	4 270	4 382	4 382	23 360
Consumo Unitário	MWh/PA	2,4	2,1	2,3	2,4	2,2			2,2	2,3	2,3	2,3	2,3	2,4	2,4
MP	MWh/PA	-	-	-	-	-			-	-	-	-	-	-	-
BP>	MWh/PA	433,4	243,1	498,9	492,2	385,4			325,1	340,5	322,4	305,2	297,4	297,4	-
BP<	MWh/PA	2,0	1,8	1,9	2,0	1,8			1,7	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	-
Energia Veiculada Total		7 848	6 966	8 144	6 580	8 130			8 345	9 122	9 509	9 852	10 370	10 746	-
MP	MWh	-	-	-	-	-			-	-	-	-	-	-	-
BP>	MWh	1 300	729	1 497	1 477	1 540			1 788	2 215	2 257	2 289	2 528	2 734	-
BP<	MWh	6 548	6 237	6 648	7 103	6 588			6 557	6 908	7 252	7 563	7 842	8 012	-
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS		99	112	6	2	31			7	8	9	11	13	13	48
Redes	mC	93	103	4	-	-			-	-	-	-	-	-	-
MP	mC	-	-	-	-	-			-	-	-	-	-	-	-
BP (estruturante)	mC	93	103	4	-	-			-	-	-	-	-	-	-
Rede Primária - MP	m	-	-	-	-	-			-	-	-	-	-	-	-
Rede Secundária Estruturante - BP	m	172	504	47	-	-			-	-	-	-	-	-	-
Rede Primária - MP (Extensão)	Km	-	-	-	-	-			-	-	-	-	-	-	-
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	Km	18	19	19	19	19			19	19	19	19	19	19	10
Outras Infraestruturas	mC	2	2	2	2	31			4	4	5	7	8	8	28
Capacitação de Infraestruturas	mC	-	-	-	-	-			-	-	-	-	-	-	-
Estudos e Equipamentos Técnicos	mC	-	-	-	-	-			-	-	-	-	-	-	-
Contadores - reativações por rotação de clientes	mC	2	2	2	2	31			4	4	5	7	8	8	28
Capitalização de Encargos de Estrutura	mC	5	7	0	-	0			3	4	4	4	5	5	20
OUTROS INVESTIMENTOS		0	-	0	0	1			0	1	1	3	6	12	12
Contadores - Renovação por Imposição Legal	mC	0	-	0	0	1			0	1	1	3	6	12	12
Racional Econômico															
Densificação de Rede															
Nº de Fios da CMN	#	-	-	-	14 369	14 369			14 369	14 369	14 369	14 369	14 369	14 369	14 369
CUI Ativos	#	-	-	-	3 580	3 718			3 872	4 019	4 165	4 278	4 391	4 391	4 391
% de Ligados	%	-	-	-	25%	26%			27%	28%	29%	30%	31%	31%	31%
PA/Km Rede Secundária (EoP)	#/Km	52	52	51	52	52			53	53	54	54	54	54	54
PA (EoP)	#/Km	3 323	3 462	3 518	3 580	3 718			3 872	4 019	4 165	4 278	4 391	4 391	4 391
Km Rede Secundária (EoP)	Km	64	66	69	69	71			73	76	78	80	81	81	81
PA/Km Rede Secundária (Período)	#/Km	210	103	31	457	87			86	86	92	88	104	104	90
PA (Ligados Período)	#/Km	157	186	90	80	175			200	192	191	158	158	158	899
Km rede secundária (Construída Período)	Km	1	2	3	0	2			2	2	2	2	2	2	10
Rátiros de expansão															
Inv. Expansão/Cliente Ligado	C	1 170	1 804	4 439	1 987	2 278			2 348	2 380	2 316	2 511	2 322	2 322	2 372
Investimento Expansão	C	184	336	399	189	399			470	457	442	397	367	367	2 132
PA	C	116	109	109	84	131			166	158	157	139	130	130	751
Redes, Ramais e UAG	C	60	107	285	69	252			287	281	268	238	212	212	1 285
Contadores e Redutores	C	8	10	6	6	16			18	17	17	20	25	25	97
Clientes Ligados	#	157	186	90	80	175			200	192	191	158	158	158	899
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional	m/PA	3,7	7,0	31,9	2,2	11,5			11,6	11,6	10,8	11,4	9,5	11,1	11,1
Investimento do ano / ON Veiculado do Lote	C/MWh	629	1 947	1 168					1 394	395	833	1 090	864	487	636
A - Rentabilidade Investimento	%	-0,57%	-0,58%	0,52%					3,74%	1,38%	0,90%	1,20%	2,83%	2,08%	2,08%
B - Remuneração sobre Activos	%	5,32%	5,05%	5,05%					5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%
Prémio de CMN (A-B)	pp	(5,89)	(5,63)	(4,53)					(1,93)	(4,29)	(4,77)	(4,47)	(2,84)	(3,60)	(3,60)

Descrição	u.m.	Real 22-25				ORÇ 2026	PDIRD 2026						
		2022	2023	2024	2025		2027	2028	2029	2030	2031	3 2027-2031	
INVESTIMENTO TOTAL		413	251	291	169	439	522	561	545	506	478	2.611	
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO		402	243	145	155	423	495	525	511	451	427	2.410	
Rede e UAG	m€	248	151	50	40	248	272	303	290	258	245	1.369	
Rede Secundária - BP	m€	188	121	21	9	208	221	251	238	215	204	1.130	
Ramais	m€	60	30	29	31	41	52	52	52	44	39	239	
Rede Secundária - BP	m	3.556	2.046	25	167	2.072	2.250	2.478	2.318	2.031	1.888	10.965	
Ramais	#	163	76	68	56	77	100	97	96	78	68	439	
Rede Secundária - BP (Extensão)	Km	106	108	108	108	110	113	115	117	119	121	121	
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	48	32	30	31	61	67	74	73	73	78	365	
Pontos de Abastecimento	m€	106	59	65	84	113	156	148	148	120	104	676	
Mercado Novo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mercado Existente	m€	94	52	55	47	69	101	91	92	73	60	417	
Conversão	m€	71	35	18	15	57	84	76	76	61	50	347	
Reconversão	m€	16	14	34	27	8	12	11	11	9	8	59	
Pequeno terciário	m€	6	4	3	5	5	5	4	4	3	2	19	
Grande consumo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Instrução e análise técnica de processo	m€	-	-	-	26	34	45	44	45	37	32	202	
Contadores/Redutores	m€	12	7	9	11	10	10	13	11	11	11	57	
Pontos de Abastecimento - Segmento	#	262	140	174	151	139	180	174	173	140	123	790	
Mercado Novo	#	12	43	61	39	13	9	8	8	8	13	46	
Mercado Existente	#	177	97	112	111	124	171	164	164	130	107	734	
Conversão	#	118	51	24	22	93	128	123	123	98	81	553	
Reconversão	#	49	39	84	81	26	36	34	34	27	22	153	
Pequeno terciário	#	10	7	4	8	5	7	7	7	5	4	30	
Grande consumo	#	3	-	1	1	2	-	2	1	2	3	8	
Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	-	-	-	-	-	139	180	174	173	140	123	790
MP	#	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP>	#	-	-	-	-	-	2	-	2	1	2	3	
BP<	#	-	-	-	-	-	137	180	172	138	120	782	
Energia Veiculada Adicional	MWh	-	-	-	-	-	864	252	1.260	2.951	5.476	7.688	8.308
MP	MWh	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP>	MWh	-	-	-	-	-	707	-	530	1.767	3.887	5.760	6.220
BP<	MWh	-	-	-	-	-	158	252	730	1.184	1.589	1.928	2.088
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	6.607	6.711	6.840	6.950	7.018	7.113	7.202	7.290	7.345	7.383	7.383	
MP	#	1	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
BP>	#	15	14	14	15	17	17	19	20	22	25	25	
BP<	#	6.591	6.697	6.825	6.934	7.000	7.095	7.182	7.269	7.322	7.357	7.357	
Consumo Unitário	MWh/PA	6.5	8.0	7.6	7.8	7.3	6.8	6.5	6.4	6.4	6.4	6.4	
MP	MWh/PA	27.684,4	55.976,6	53.074,3	26.751,0	26.743,3	24.604,0	22.635,6	20.824,8	19.158,8	17.626,1	17.626,1	
BP>	MWh/PA	789,6	666,3	567,2	576,2	556,8	472,8	467,1	486,5	545,4	560,4	560,4	
BP<	MWh/PA	2,5	2,3	2,5	2,7	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	
Energia Veiculada Total	MWh	55.911	53.154	51.410	53.959	50.999	47.931	46.660	46.233	46.791	47.173	47.793	
MP	MWh	27.684	27.958	25.357	26.751	26.743	24.604	22.635	20.825	19.159	17.626	17.626	
BP>	MWh	11.844	9.662	7.941	8.355	8.909	8.038	8.407	9.487	11.453	13.174	13.634	
BP<	MWh	16.383	15.504	16.932	16.854	15.347	15.289	15.617	15.922	16.180	16.373	16.533	
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS		5	4	144	11	61	13	16	17	19	22	80	
Redes	m€	-	-	130	5	-	-	-	-	-	-	-	
MP	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP (estruturante)	m€	-	-	130	5	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Primária - MP	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Secundária Estruturante - BP	m	-	-	1.933	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Primária - MP (Extensão)	Km	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	Km	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
Outras Infraestruturas	m€	5	4	4	6	6	7	8	10	12	14	51	
Capacitação de Infraestruturas	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estudos e Equipamentos Técnicos	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Contadores - reativações por rotação de clientes	m€	5	4	4	6	6	7	8	10	12	14	51	
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	0	0	9	0	0	6	7	7	8	8	36	
OUTROS INVESTIMENTOS	m€	6	4	2	4	10	14	20	16	35	29	115	
Contadores - Renovação por imposição Legal	m€	6	4	2	4	10	14	20	18	35	29	115	
Racional Económico													
Densoificação de Rede													
N.º de Fogos de EPS	#	-	-	-	21.761	21.761	21.761	21.761	21.761	21.761	21.761	21.761	
CUI Ativos	#	-	-	-	6.950	7.018	7.113	7.202	7.290	7.345	7.383	7.383	
% de Ligados	%	-	-	-	32%	32%	33%	33%	34%	34%	34%	34%	
PA/Km Rede Secundária (EoP)	#/Km	62	62	62	63	62	62	61	61	60	60	60	
PA (EoP)	#	6.607	6.711	6.840	6.950	7.018	7.113	7.202	7.290	7.345	7.383	7.383	
Km Rede Secundária (EoP)	Km	106	108	110	110	115	115	117	120	122	124	124	
PA/Km Rede Secundária (Período)	#/Km	74	68	89	904	67	80	70	75	69	65	72	
PA (Ligados Período)	#	262	140	174	151	139	180	174	175	140	123	790	
Km rede secundária (Construída Período)	Km	4	2	2	0	2	2	2	2	2	2	11	
Ráeios de expansão													
Inv. Expansão/Cliente Ligado	C	1.568	1.789	863	909	2.907	2.615	2.928	2.853	3.298	3.553	3.003	
Investimento Expansão	C	411	250	150	137	404	471	509	494	462	437	2.372	
PA	C	142	85	86	78	150	167	166	166	146	138	782	
Redes, Ramais e UAG	C	248	151	50	40	248	272	303	290	258	245	1.369	
Contadores e Redutores	C	20	14	14	20	26	31	41	39	58	54	222	
Clientes Ligados	#	262	140	174	151	139	180	174	173	140	123	790	
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional	m/PA	13,6	14,6	0,1	1,1	14,9	12,5	14,2	13,4	14,5	15,3	13,9	
Investimento do ano /GN Veiculado do Lote	C/MWh	443	500	250	-	467	936	336	264	145	353	286	
A- Rentabilidade Investimento	%	2.04%	3.93%	6.98%	-	-	1.85%	4.77%	6.09%	11.25%	4.16%	5.45%	
B- Remuneração sobre Activos	%	5.32%	5.05%	5.05%	-	-	5.67%	5.67%	5.67%	5.67%	5.67%	5.67%	
Prémio de EPS (A-B)	pp	(3.28)	(1.12)	1.93	-	-	(3.82)	(0.90)	0.42	5.58	(1.51)	(0.22)	

PDIRD 2026: Projeto de Investimento
Fafe

Descrição	u.m.	Real 22-25					ORÇ 2024	PDIRD 2026					
		2022	2023	2024	2025	2027		2028	2029	2030	2031	1 2027-2031	
INVESTIMENTO TOTAL		283	297	446	377	466	691	550	593	498	553	2 885	
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO		278	290	441	211	459	671	519	552	460	506	2 708	
Rede e UAG	mC	170	146	233	124	266	404	289	313	258	300	1 564	
Rede Secundária - BP	mC	132	114	183	99	223	345	235	258	212	258	1 308	
Ramais	mC	38	32	50	25	43	59	54	55	45	42	255	
Rede Secundária - BP	m	1 537	1 534	2 874	781	2 229	3 421	2 355	2 515	2 029	2 340	12 660	
Ramais	#	86	81	153	44	81	109	102	102	82	72	467	
Rede Secundária - BP (Extensão)	Km	77	79	82	83	85	88	91	93	95	97	97	
Capitalização de Encargos de Estrutura	mC	33	45	72	33	72	90	73	79	74	93	410	
Pontos de Abastecimento	mC	78	100	136	54	122	177	157	159	128	114	735	
Mercado Novo	mC	67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mercado Existente	mC	87	87	124	38	75	110	100	100	79	66	455	
Conversão	mC	49	54	113	34	63	93	83	83	66	54	378	
Reconversão	mC	16	30	7	0	9	13	12	13	10	9	57	
Pequeno terciário	mC	1	3	3	3	3	5	4	4	4	3	20	
Grande consumo	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Instrução e análise técnica de processo	mC				10	36	48	47	48	39	33	214	
Contadores/Redutores	mC	9	13	12	6	11	19	11	12	10	15	66	
Pontos de Abastecimento - Segmento	#	134	179	189	53	145	197	183	184	147	129	840	
Mercado Novo	#	1	4	8	2	7	4	4	4	4	7	23	
Mercado Existente	#	132	175	179	51	138	187	179	179	147	117	804	
Conversão	#	80	83	154	46	102	141	134	134	106	87	602	
Reconversão	#	49	88	20	1	29	39	38	38	30	25	170	
Pequeno terciário	#	3	4	5	4	5	7	7	7	6	5	32	
Grande consumo	#	1	-	2	-	2	5	-	1	1	5	13	
Pontos de Abastecimento - Tarifa	#						145	197	183	184	147	129	840
MP	#						-	-	-	-	-	-	
BP>	#						2	6	-	1	5	13	
BP<	#						143	191	183	183	146	124	827
Energia Veiculada Adicional	MWh						498	2 195	4 647	5 249	6 576	10 076	12 394
MP	MWh						-	-	-	-	-	-	-
BP>	MWh						322	1 926	3 852	3 940	4 912	7 940	10 084
BP<	MWh						176	269	795	1 309	1 764	2 137	2 311
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	5 116	5 241	5 364	5 352	5 442	5 573	5 689	5 806	5 886	5 948	5 948	
MP	#	4	4	8	4	4	4	4	4	4	4	4	
BP>	#	34	34	35	39	41	46	45	45	45	49	49	
BP<	#	5 078	5 203	5 325	5 309	5 397	5 523	5 640	5 757	5 837	5 895	5 895	
Consumo Unitário	MWh/PA	30,7	27,2	29,7	27,3	25,3	23,8	22,5	21,0	19,9	19,3	19,3	
MP	MWh/PA	23 410,7	20 339,2	24 267,0	22 011,9	20 083,7	18 477,0	16 998,8	15 638,9	14 387,8	13 236,8	13 236,8	
BP>	MWh/PA	1 447,6	1 369,1	1 354,9	1 196,1	1 081,7	1 011,8	991,1	985,8	989,4	994,9	994,9	
BP<	MWh/PA	2,8	2,6	2,6	2,6	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	
Energia Veiculada Total	MWh	157 000	141 071	157 428	144 356	134 599	130 882	126 453	120 644	116 154	114 035	116 353	
MP	MWh	93 643	81 357	97 068	88 048	80 335	73 908	67 995	62 556	57 551	52 947	52 947	
BP>	MWh	49 219	46 548	46 746	44 257	43 267	44 015	45 097	44 360	44 524	46 759	48 903	
BP<	MWh	14 139	13 167	13 614	14 051	12 997	12 961	13 361	13 748	14 079	14 329	14 503	
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS		5	6	4	6	5	10	13	14	16	18	70	
Redes	mC	-	-	-	156	-	-	-	-	-	-	-	
MP	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP (estruturante)	mC	-	-	-	156	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Primária - MP	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Secundária Estruturante - BP	m	-	-	-	2 000	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Primária - MP (Extensão)	Km	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	Km	1	1	1	3	3	3	3	3	3	3	3	
Outras Infraestruturas	mC	5	6	4	4	5	6	7	8	9	11	41	
Capacitação de Infraestruturas	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estudos e Equipamentos Técnicos	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Contadores - reativações por rotação de clientes	mC	5	6	4	4	5	6	7	8	9	11	41	
Capitalização de Encargos de Estrutura	mC	0	0	-	6	0	4	6	6	6	7	29	
OUTROS INVESTIMENTOS		1	1	0	1	2	9	18	27	23	29	107	
Contadores - Renovação por imposição Legal	mC	1	1	0	1	2	9	18	27	23	29	107	
Ações Econômicas													
Densificação de Rede													
Nº de Fogos da FAF	#						26 246	26 246	26 246	26 246	26 246	26 246	
CU Ativos	#						5 352	5 442	5 573	5 689	5 806	5 948	
% de Ligados	%						20%	21%	21%	22%	22%	23%	
PA/Km Rede Secundária (EoP)	#/Km	66	66	65	63	62	61	61	61	60	59	59	
PA (EoP)	#	5 116	5 241	5 364	5 352	5 442	5 573	5 689	5 806	5 886	5 948	5 948	
Km Rede Secundária (EoP)	Km	78	80	82	85	87	91	93	96	98	100	100	
PA/Km Rede Secundária (Período)	#/Km	87	117	66	19	65	58	78	73	72	55	66	
PA (Ligados Período)	#	134	179	189	53	145	197	183	184	147	129	840	
Km rede secundária (Construída Período)	Km	2	2	3	3	2	3	2	3	2	2	13	
Rátiros de expansão													
Inv. Expansão/Cliente Ligado	c	2 108	1 657	2 359	3 864	2 968	3 240	2 719	2 932	3 086	3 978	3 165	
Investimento Expansão	c	282	297	446	205	430	638	498	539	454	513	2 642	
PA	c	99	132	196	71	147	201	173	194	154	158	864	
Redes, Ramais e UAG	c	170	146	233	124	266	404	289	313	258	300	1 564	
Contadores e Redutores	c	13	19	17	10	17	33	36	47	42	55	214	
Clientes Ligados	#	134	179	189	53	145	197	183	184	147	129	840	
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional	m/PA	11,5	8,6	15,2	14,7	15,4	17,4	12,9	13,7	13,8	18,1	15,1	
Investimento do ano /GN Veiculado do Lote	c/MWh	53	552	51		864	145	967	783	210	111	213	
A- Rentabilidade Investimento	%	16,36%	2,40%	27,18%			11,43%	1,72%	1,96%	7,75%	14,81%	7,56%	
B- Remuneração sobre Activos	%	5,32%	5,05%	5,05%			5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	
Prémio de FAF (A-B)	pp	11,03	(2,65)	22,13			5,76	(3,95)	(3,71)	2,08	9,14	1,89	

Descrição	u.m.	Real 22-25				ORÇ 2026	PDIRD 2026						3 2027-2031
		2022	2023	2024	2025		2027	2028	2029	2030	2031		
INVESTIMENTO TOTAL		522	211	90	164	474	592	531	557	554	503	2 737	
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO		517	206	86	160	468	578	514	523	510	462	2 587	
Rede e UAG	m€	378	61	37	96	271	325	281	287	292	250	1 434	
Rede Secundária - BP	m€	308	17	20	71	209	258	217	221	235	188	1 118	
Ramais	m€	71	43	17	25	62	67	64	66	57	62	316	
Rede Secundária - BP	m	5 084	146	319	4 108	2 085	2 596	2 171	2 171	2 204	1 741	10 883	
Ramais	m	192	81	32	57	119	128	122	122	102	109	583	
Rede Secundária - BP (Extensão)	Km	93	94	94	98	100	103	105	107	109	111	111	
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	49	41	19	31	59	78	72	75	82	85	392	
Pontos de Abastecimento	m€	90	104	31	33	137	175	160	162	136	128	761	
Mercado Novo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mercado Existente	m€	80	98	29	22	70	102	92	92	73	61	420	
Conversão	m€	48	78	24	13	58	86	76	76	61	50	348	
Reconversão	m€	26	17	2	6	8	12	11	12	10	8	52	
Pequeno terciário	m€	6	2	3	3	3	5	4	4	3	2	19	
Grande consumo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Instrução e análise técnica de processo	m€				7	53	57	56	57	48	53	270	
Contadores/Redutores	m€	11	6	2	3	15	16	13	13	15	15	71	
Pontos de Abastecimento - Segmento	#	181	162	44	41	214	231	219	219	184	197	1 050	
Mercado Novo	#	3	-	2	1	87	56	54	54	50	87	301	
Mercado Existente	#	178	161	42	40	128	173	165	165	131	108	742	
Conversão	#	90	110	31	18	94	130	123	123	98	81	556	
Reconversão	#	78	48	6	18	26	35	35	35	28	23	167	
Pequeno terciário	#	10	3	5	4	5	7	7	7	5	4	30	
Grande consumo	#	-	1	-	-	2	2	-	-	3	2	7	
Pontos de Abastecimento - Tarifa	#						214	231	219	219	184	1 050	
MP	#						-	-	-	-	-	-	
BP>	#						2	2	-	3	2	7	
BP<	#						212	229	219	219	181	1 043	
Energia Veiculada Adicional	MWh						718	1 273	2 835	3 412	4 324	5 915	
MP	MWh						-	-	-	-	-	-	
BP>	MWh						456	972	1 944	2 327	2 945	3 981	
BP<	MWh						261	301	891	1 468	1 998	2 487	
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	5 633	5 689	5 675	5 673	5 828	5 988	6 136	6 284	6 397	6 523	6 523	
MP	#	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP>	#	8	9	11	10	12	14	14	14	17	19	19	
BP<	#	5 625	5 680	5 664	5 663	5 816	5 974	6 122	6 270	6 380	6 504	6 504	
Consumo Unitário	MWh/PA	3,1	3,1	3,3	3,3	3,0	2,9	3,1	3,1	3,1	3,2	3,2	
MP	MWh/PA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP>	MWh/PA	549,9	561,8	561,3	521,6	499,9	454,9	484,8	477,9	450,2	416,9	416,9	
BP<	MWh/PA	2,4	2,3	2,3	2,3	2,0	1,9	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	
Energia Veiculada Total	MWh	17 699	17 780	18 657	18 738	16 985	17 327	18 679	19 048	19 757	20 644	21 147	
MP	MWh	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP>	MWh	4 400	4 775	5 613	5 477	5 499	5 914	6 787	6 690	6 978	7 503	7 739	
BP<	MWh	13 300	13 005	13 044	13 261	11 485	11 413	11 892	12 358	12 780	13 161	13 408	
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS		4	4	3	4	5	11	14	15	17	20	75	
Redes	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
MP	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP (estruturante)	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Primária - MP	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Secundária Estruturante - BP	m	92	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Primária - MP (Extensão)	Km	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	Km	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Outras Infraestruturas	m€	4	4	3	4	5	6	7	9	10	12	44	
Capacitação de Infraestruturas	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estudos e Equipamentos Técnicos	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Contadores - restrições por rotação de clientes	m€	4	4	3	4	5	6	7	9	10	12	44	
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	0	(0)	-	-	0	5	6	6	7	7	32	
OUTROS INVESTIMENTOS		1	1	1	1	1	3	3	3	19	27	73	
Contadores - Renovação por imposição Legal	m€	1	1	1	1	1	3	3	3	19	27	73	
Racional Económico													
Densificação de Rede													
Nº de Fogos da FLO	#					24 848	24 848	24 848	24 848	24 848	24 848	24 848	
CUI Ativos	#					5 673	5 828	5 988	6 136	6 284	6 397	6 523	
% de Ligados	%					23%	23%	24%	25%	25%	26%	26%	
PA/Km Rede Secundária (EoP)	#/Km	60	60	60	57	58	58	58	58	58	58	58	
PA (EoP)	#	5 633	5 689	5 675	5 673	5 828	5 988	6 136	6 284	6 397	6 523	6 523	
Km Rede Secundária (EoP)	Km	95	95	95	99	101	104	106	108	110	112	112	
PA/Km Rede Secundária (Período)	#/Km	35	1 110	138	10	103	89	101	101	83	113	96	
PA (Ligados Período)	#	181	162	44	41	214	231	219	219	184	197	1 050	
Km rede secundária (Construída Período)	Km	5	0	0	4	2	3	2	2	2	2	11	
Rátios de expansão													
Inv. Expansão/Cliente Ligado	€	2 082	1 299	2 053	3 833	1 968	2 292	2 139	2 257	2 713	2 250	2 319	
Investimento Expansão	€	522	210	90	167	421	529	468	494	499	443	2 435	
PA	€	128	139	48	53	129	180	154	167	156	145	812	
Redes, Ramais e UAG	€	378	61	37	96	271	325	281	287	292	250	1 434	
Contadores e Redutores	€	15	11	6	8	21	25	23	41	52	48	188	
Clientes Ligados	€	181	162	44	41	214	231	219	219	184	197	1 050	
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional	m/PA	28,1	0,9	7,3	100,2	9,7	11,2	9,9	9,9	12,0	8,8	10,4	
Investimento do ano / GN Veiculado do Lote	€/MWh	987	714	947		587	208	811	859	399	459	412	
A- Rentabilidade Investimento	%	-0,53%	1,42%	0,97%			8,22%	2,35%	2,12%	4,09%	3,65%	4,32%	
B- Remuneração sobre Activos	%	5,32%	5,05%	5,05%			5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	
Prémio de FLO (A-B)	pp	(5,85)	(3,62)	(4,14)			2,55	(3,32)	(3,55)	(1,58)	(2,02)	(1,38)	

PDIRD 2026: Projeto de Investimento
Gondomar

Descrição	u.m.	Real 22-25				ORC		PDIRD 2026						
		2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	1 2027-2031		
INVESTIMENTO TOTAL		1 008	557	435	693	592	784	741	786	832	705	3 849		
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO		957	509	390	643	535	688	623	657	682	534	3 184		
Rede e UAG	m€	718	257	265	510	276	379	335	360	397	260	1 737		
Rede Secundária - BP	m€	610	165	228	473	182	286	246	269	314	170	1 284		
Ramais	m€	108	91	37	36	94	93	89	91	83	96	453		
Rede Secundária - BP	m	7 238	2 003	956	6 682	1 855	2 886	2 460	2 621	2 908	1 604	12 481		
Ramais	#	216	203	64	61	182	178	169	169	147	172	835		
Rede Secundária - BP (Extensão)	Km	304	306	307	314	316	318	321	323	326	328	328		
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	86	84	61	52	80	93	88	94	110	98	483		
Pontos de Abastecimento	m€	152	168	63	82	179	216	200	203	176	171	965		
Mercado Novo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Mercado Existente	m€	135	153	58	57	78	115	104	105	83	68	475		
Conversão	m€	96	124	47	47	65	96	87	87	69	56	395		
Reconversão	m€	27	23	9	7	10	13	13	13	11	9	59		
Pequeno terciário	m€	12	5	3	3	4	5	4	4	4	3	21		
Grande consumo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Instrução e análise técnica de processo	m€	-	-	-	16	82	80	77	79	69	83	388		
Contadores/Redutores	m€	17	15	5	8	19	21	18	20	24	19	103		
Pontos de Abastecimento - Segmento	#	366	279	103	112	328	320	304	305	265	309	1 503		
Mercado Novo	#	99	25	13	22	187	123	117	117	111	187	655		
Mercado Existente	#	267	253	89	89	141	195	187	187	148	122	839		
Conversão	#	163	179	61	64	105	146	141	141	111	91	630		
Reconversão	#	84	65	24	20	30	41	39	39	31	26	176		
Pequeno terciário	#	20	9	4	5	6	8	7	7	6	5	33		
Grande consumo	#	-	1	1	1	-	2	-	1	6	-	9		
Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	-	-	-	-	328	320	304	305	265	309	1 503		
MP	#	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
BP>	#	-	-	-	-	-	2	-	1	6	-	9		
BP<	#	-	-	-	-	328	318	304	304	259	309	1 494		
Energia Veiculada Adicional	MWh	-	-	-	-	409	641	1 689	2 766	5 709	8 376	8 771		
BP>	MWh	-	-	-	-	-	218	436	701	2 904	4 842	4 842		
BP<	MWh	-	-	-	-	409	423	1 253	2 065	2 805	3 535	3 929		
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	26 159	26 150	26 064	25 886	25 952	25 955	25 943	25 931	25 881	25 874	25 874		
MP	#	3	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
BP>	#	56	54	54	54	54	55	54	54	59	58	58		
BP<	#	26 102	26 092	26 010	25 832	25 898	25 900	25 889	25 877	25 822	25 816	25 816		
Consumo Unitário	MWh/PA	3,9	3,8	3,9	3,5	3,1	3,0	3,0	3,0	3,1	3,2	3,2		
MP	MWh/PA	3 084,9	3 519,4	7 012,2	-	-	-	-	-	-	-	-		
BP>	MWh/PA	559,5	560,6	635,5	542,1	461,1	451,7	446,8	447,0	457,9	467,5	467,5		
BP<	MWh/PA	2,4	2,2	2,3	2,3	2,1	2,1	2,1	2,1	2,1	2,1	2,1		
Energia Veiculada Total	MWh	101 656	98 341	100 687	89 769	79 357	78 551	78 576	78 644	80 594	82 283	82 678		
MP	MWh	9 255	8 798	7 012	-	-	-	-	-	-	-	-		
BP>	MWh	30 212	30 835	34 955	29 272	24 900	24 620	24 356	24 136	25 871	27 349	27 349		
BP<	MWh	62 190	58 708	58 720	60 498	54 458	53 931	54 226	54 508	54 723	54 934	55 328		
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS		21	15	14	16	24	50	60	64	71	81	320		
Redes	m€	6	3	-	1	-	-	-	-	-	-	-		
MP	m€	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
BP (estruturante)	m€	2	3	-	1	-	-	-	-	-	-	-		
Rede Primária - MP	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Rede Secundária Estruturante - BP	m	17	55	80	4	-	-	-	-	-	-	-		
Rede Primária - MP (Extensão)	Km	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	Km	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Outras Infraestruturas	m€	14	11	14	15	23	28	32	37	43	50	190		
Capacitação de Infraestruturas	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Estudos e Equipamentos Técnicos	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Contadores - reativações por rotação de clientes	m€	14	11	14	15	23	28	32	37	43	50	190		
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	1	1	-	0	1	22	28	27	28	30	136		
OUTROS INVESTIMENTOS		30	34	31	34	33	47	58	65	79	90	338		
Contadores - Renovação por Imposição Legal	m€	30	34	31	34	33	47	58	65	79	90	338		
Resumo Económico														
Densificação de Rede														
N.º de Fogos da GDM	#	-	-	-	74 527	74 527	74 527	74 527	74 527	74 527	74 527	74 527		
CUI Ativos	#	-	-	-	25 886	25 952	25 955	25 943	25 931	25 881	25 874	25 874		
% de Ligados	%	-	-	-	35%	35%	35%	35%	35%	35%	35%	35%		
PA/Km Rede Secundária (EoP)	#/Km	86	85	85	82	82	81	81	80	79	79	79		
PA (EoP)	#	26 159	26 150	26 064	25 886	25 952	25 955	25 943	25 931	25 881	25 874	25 874		
Km Rede Secundária (EoP)	Km	304	306	307	314	316	319	321	324	327	328	328		
PA/Km Rede Secundária (Período)	#/Km	50	136	98	17	177	111	124	116	91	192	120		
PA (Ligados Período)	#	366	279	103	112	328	320	304	305	265	309	1 503		
Km rede secundária (Construída Período)	Km	7	2	1	7	2	3	2	3	3	2	12		
Rádios de expansão														
Inv. Expansão/Cliente Ligado	€	2 732	1 978	4 217	6 036	1 550	2 131	2 088	2 229	2 778	1 912	2 211		
Investimento Expansão	€	1 000	552	434	676	509	652	680	680	735	591	3 323		
PA	€	221	236	120	109	158	208	192	199	193	166	957		
Redes, Ramais e UAG	€	718	257	265	510	276	379	335	360	397	266	1 737		
Contadores e Redutores	€	60	59	74	50	74	95	108	121	146	159	629		
Clientes Ligados	#	366	279	103	112	328	320	304	305	265	309	1 503		
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional	m/PA	19,8	7,2	9,4	99,7	5,7	9,0	8,1	8,6	11,0	5,2	8,3		
Investimento do ano /GN Veiculado do Lote	€/MWh	698	556	1 081	-	1 242	532	780	507	162	749	379		
A- Rentabilidade Investimento	%	0,89%	1,56%	0,94%	-	-	3,6%	2,61%	3,59%	10,20%	2,73%	4,61%		
B- Remuneração sobre Activos	%	5,32%	5,05%	5,05%	-	-	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%		
Prémio de ODM (A-B)	pp	(4,44)	(3,49)	(4,11)	-	-	(2,05)	(3,06)	(2,08)	4,53	(2,94)	(1,06)		

Descrição	u.m.	Real 22-25				ORC 2026	PDIRD 2026					
		2022	2023	2024	2025		2027	2028	2029	2030	2031	3 2027-2031
INVESTIMENTO TOTAL		1503	2 093	1 635	1 827	827	1 038	989	1 137	1 007	789	4 929
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO		1 439	1 973	1 604	1 741	771	944	882	1 010	847	619	4 272
Rede e UAG	m€	786	1 193	937	943	417	542	479	602	498	334	2 458
Rede Secundária - BP	m€	590	960	733	756	349	451	392	509	421	273	2 048
Ramais	m€	196	233	204	187	68	91	87	93	76	62	490
Rede Secundária - BP	m	13 277	16 525	11 030	11 295	3 490	4 535	3 910	4 870	3 947	2 568	19 830
Ramais	#	525	669	548	450	130	173	164	168	135	111	751
Rede Secundária - BP (Extensão)	Km	301	317	328	340	343	348	352	357	360	363	363
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	183	278	233	237	159	127	120	145	137	113	642
Pontos de Abastecimento	m€	470	503	433	560	195	274	253	263	212	170	1 173
Mercado Novo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mercado Existente	m€	430	450	391	407	120	174	169	169	127	103	722
Conversão	m€	370	361	335	362	99	147	132	132	105	85	601
Reconversão	m€	43	74	44	33	14	20	20	20	16	13	89
Pequeno terciário	m€	17	15	11	12	6	8	7	7	6	4	31
Grande consumo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrução e análise técnica de processo	m€				109	58	77	75	77	63	54	345
Contadores/Redutores	m€	39	53	42	45	17	23	19	27	23	14	100
Pontos de Abastecimento - Segmento	#	817	812	621	637	234	311	296	302	243	200	1 352
Mercado Novo	#	39	34	29	33	16	11	10	10	10	10	37
Mercado Existente	#	772	774	588	602	218	294	285	285	237	193	1 274
Conversão	#	621	539	450	466	161	222	214	214	170	138	958
Reconversão	#	125	213	122	99	45	62	60	60	48	38	268
Pequeno terciário	#	26	22	16	17	9	12	11	11	9	7	50
Grande consumo	#	6	4	4	2	3	4	1	7	6	1	19
Pontos de Abastecimento - Tarifa	#						234	311	296	302	243	200
MP	#											
BP>	#						3	4	1	6	6	18
BP<	#						231	307	295	295	237	199
Energia Veiculada Adicional	MWh						12 804	2 368	5 348	16 789	33 484	39 813
MP	MWh									6 095	12 190	12 190
BP>	MWh						12 516	1 914	4 005	8 452	18 318	24 031
BP<	MWh						288	453	1 343	2 212	2 976	3 592
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	24 386	24 923	25 268	25 687	25 663	25 661	25 645	25 634	25 565	25 452	25 452
MP	#	30	26	21	17	17	16	15	15	14	13	43
BP>	#	96	105	102	107	110	113	113	118	123	123	123
BP<	#	24 260	24 792	25 145	25 563	25 536	25 532	25 517	25 501	25 428	25 316	25 316
Consumo Unitário	MWh/PA	34,4	28,5	26,4	20,0	18,1	16,7	16,9	15,5	15,4	15,0	15,0
MP	MWh/PA	22 477,6	19 009,5	21 016,3	17 509,7	17 002,7	16 16,3	15 783,8	15 411,4	15 121,4	15 014,4	15 014,4
BP>	MWh/PA	1 000,6	1 050,5	1 011,8	1 048,0	1 042,1	940,3	920,0	908,5	938,3	950,3	950,3
BP<	MWh/PA	2,8	2,6	2,6	2,7	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4
Energia Veiculada Total	MWh	839 172	701 877	643 397	510 449	465 753	429 527	408 514	397 881	394 072	381 352	381 754
MP	MWh	674 329	532 260	495 884	332 684	289 045	265 922	244 648	231 171	219 260	202 694	202 694
BP>	MWh	19 055	105 578	104 723	109 820	115 242	102 585	102 643	105 156	115 048	116 887	117 005
BP<	MWh	68 788	64 039	64 791	68 245	61 466	61 020	61 303	61 573	61 743	61 771	62 057
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS		28	90	24	71	23	48	58	61	68	77	313
Redes	m€	6	58	-	51	-	-	-	-	-	-	-
MP	m€	2	56	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP (estruturante)	m€	4	1	-	51	-	-	-	-	-	-	-
Rede Primária - MP	m	-	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Secundária Estruturante - BP	m	128	17	-	615	-	-	-	-	-	-	-
Rede Primária - MP (Extensão)	Km	51	51	51	51	51	51	51	51	51	51	51
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	Km	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2
Outras Infraestruturas	m€	20	17	24	18	22	27	31	36	41	48	182
Capacitação de Infraestruturas	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudos e Equipamentos Técnicos	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contadores - reativações por rotação de clientes	m€	20	17	24	18	22	27	31	36	41	48	182
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	2	16	-	2	1	21	27	26	27	29	130
OUTROS INVESTIMENTOS		35	29	8	15	33	46	48	66	92	92	344
Contadores - Renovação por imposição Legal	m€	35	29	8	15	33	46	48	66	92	92	344
Racional Económico												
Densificação da Rede												
N.º de Fugas da GMR	#					49 603	49 603	49 603	49 603	49 603	49 603	49 603
CUI Ativos	#					25 687	25 663	25 661	25 645	25 634	25 565	25 452
% de Ligados	%					37%	37%	37%	37%	37%	37%	37%
PA/Km Rede Secundária (EoP)	#/Km	81	78	77	75	74	73	73	72	71	70	70
PA (EoP)	#	24 386	24 923	25 268	25 687	25 663	25 661	25 645	25 634	25 565	25 452	25 452
Km Rede Secundária (EoP)	Km	302	318	330	342	345	350	353	358	362	365	365
PA/Km Rede Secundária (Período)	#/Km	61	49	56	53	67	69	76	62	62	78	68
PA (Ligados Período)	#	817	812	621	637	234	311	296	302	243	200	1 352
Km rede secundária (Construída Período)	Km	13	17	11	12	3	5	4	5	4	3	20
Rátiros de expansão												
Inv. Expansão/Cliente Ligado	€	1 624	2 484	2 631	2 612	3 283	3 020	2 891	3 425	3 775	3 528	3 293
Investimento Expansão	€	1 490	2 017	1 634	1 664	768	939	886	1 034	917	704	4 452
PA	€	615	727	624	644	279	302	279	304	264	216	1 354
Redes, Ramais e UAG	€	786	1 193	937	943	417	542	479	602	498	334	2 458
Contadores e Redutores	€	91	97	73	76	72	95	98	128	156	154	630
Clientes Ligados	€	817	812	621	637	234	311	296	302	243	200	1 352
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional	m/PA	16,3	20,4	17,9	17,7	14,9	14,6	13,2	16,1	16,2	12,8	14,7
Investimento do ano /GN Veiculado do Lote	€/MWh	342	90	160			60	198	699	48	77	874
A- Rentabilidade Investimento	%	3,00%	4,12%	8,47%			8,58%	2,39%	19,64%	21,56%	1,41%	11,23%
B- Remuneração sobre Activos	%	5,32%	5,05%	5,05%			5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%
Prémio de OMR (A-B)	pp	(2,32)	(0,93)	3,36			2,91	(3,28)	13,97	15,89	(4,26)	5,56

POIRD 2026: Projeto de Investimento
Lousada

Descrição	u.m.	Real 22-25				Orc 2026	PBIRD 2026					
		2022	2023	2024	2025		2027	2028	2029	2030	2031	1 2027-2031
INVESTIMENTO TOTAL		123	86	326	728	332	467	453	463	421	361	2 166
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO		120	83	317	725	328	458	443	451	401	330	2 082
Rede e UAG	m€	65	45	252	437	174	258	252	257	231	182	1 181
Rede Secundária - BP	m€	42	28	235	371	142	215	208	212	194	151	979
Ramais	m€	23	17	17	65	33	45	44	45	37	31	203
Rede Secundária - BP	m	726	400	3 704	4 939	1 447	2 560	2 068	2 068	1 833	1 410	9 539
Ramais	#	103	40	39	150	63	86	82	82	66	55	371
Rede Secundária - BP (Extensão)	Km	75	76	79	84	86	88	90	92	94	95	95
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	18	14	30	90	58	62	62	65	65	60	314
Pontos de Abastecimento	m€	37	23	35	198	96	138	128	129	105	87	588
Mercado Novo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mercado Existente	m€	34	19	31	138	61	90	81	81	64	53	349
Conversão	m€	18	14	23	92	51	75	67	67	53	44	307
Reconversão	m€	13	5	5	44	7	10	10	10	8	7	45
Pequeno terciário	m€	2	1	3	2	2	4	4	4	3	2	17
Grande consumo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrução e análise técnica de processo	m€	-	-	-	44	28	39	37	38	31	26	171
Contadores/Redutores	m€	3	4	4	16	6	10	10	10	10	7	47
Pontos de Abastecimento - Segmento	#	74	35	51	267	113	155	148	148	119	99	669
Mercado Novo	#	4	1	1	1	3	2	2	2	2	3	11
Mercado Existente	#	70	33	49	245	110	152	145	145	115	95	652
Conversão	#	29	18	31	132	63	114	109	109	86	71	489
Reconversão	#	37	13	14	130	23	32	30	30	24	20	136
Pequeno terciário	#	4	2	4	3	4	6	6	6	5	4	27
Grande consumo	#	-	2	1	1	-	1	1	1	2	1	6
Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	-	-	-	-	113	155	148	148	119	99	669
MP	#	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP>	#	-	-	-	-	-	1	1	1	2	1	6
BP<	#	-	-	-	-	113	154	147	147	117	98	663
Energia Veiculada Adicional	MWh	-	-	-	-	137	1 956	4 377	5 968	7 639	8 366	8 549
BP>	MWh	-	-	-	-	-	1 761	3 802	5 024	6 379	6 862	6 933
BP<	MWh	-	-	-	-	137	195	575	944	1 260	1 504	1 616
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	3 512	3 508	3 534	3 787	3 861	3 969	4 070	4 171	4 243	4 295	4 295
MP	#	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP>	#	10	12	11	12	12	13	14	15	17	18	18
BP<	#	3 502	3 496	3 523	3 775	3 849	3 956	4 056	4 156	4 226	4 277	4 277
Consumo Unitário	MWh/PA	4,5	4,4	4,4	4,5	3,9	4,2	4,7	4,9	5,1	5,2	5,2
MP	MWh/PA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP>	MWh/PA	798,8	742,8	681,2	713,6	636,7	739,9	825,2	842,4	839,1	786,7	786,7
BP<	MWh/PA	2,3	2,1	2,2	2,2	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	2,0	2,0
Energia Veiculada Total	MWh	15 928	15 517	15 463	16 415	14 946	16 541	18 741	20 115	21 573	22 089	22 272
MP	MWh	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP>	MWh	7 988	8 171	7 833	8 206	7 640	9 249	11 140	12 215	13 426	13 768	13 839
BP<	MWh	7 940	7 346	7 629	8 209	7 306	7 292	7 601	7 900	8 147	8 321	8 434
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS		2	2	9	2	3	7	9	9	11	13	48
Redes	m€	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-
MP	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP (estruturante)	m€	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Primária - MP	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Secundária Estruturante - BP	m	-	-	114	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Primária - MP (Extensão)	Km	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	Km	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Infraestruturas	m€	2	2	3	2	3	4	5	5	7	8	28
Capacitação de Infraestruturas	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudos e Equipamentos Técnicos	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contadores - reativações por notação de clientes	m€	2	2	3	2	3	4	5	5	7	8	28
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	0	0	1	-	0	3	4	4	4	5	20
OUTROS INVESTIMENTOS		1	1	0	1	1	2	2	2	2	9	35
Contadores - Renovação por imposição Legal	m€	1	1	0	1	1	2	2	2	2	9	35
Racional Económico												
Densificação de Rede												
N.º de Fogos da LSD	#	-	-	-	-	19 570	19 570	19 570	19 570	19 570	19 570	19 570
CUI Ativos	#	-	-	-	-	3 787	3 861	3 969	4 070	4 171	4 243	4 295
% de Ligados	%	-	-	-	-	19%	20%	21%	21%	22%	22%	22%
PA/Km Rede Secundária (EoP)	#/Km	47	46	44	45	45	45	45	45	45	45	45
PA (EoP)	#	3 512	3 508	3 534	3 787	3 861	3 969	4 070	4 171	4 243	4 295	4 295
Km Rede Secundária (EoP)	Km	75	76	80	85	86	88	90	92	94	96	96
PA/Km Rede Secundária (Período)	#/Km	102	88	13	54	78	72	72	72	65	70	70
PA (Ligados Período)	#	74	35	51	267	113	155	148	148	119	99	609
Km rede secundária (Construída Período)	Km	1	0	4	5	1	2	2	2	2	1	10
Rátiros de expansão												
Inv. expansão/Cliente Ligado	€	1 661	2 453	6 281	2 559	2 691	2 746	2 784	2 841	3 242	3 335	2 951
Investimento Expansão	€	123	86	320	683	304	426	412	420	386	330	1 974
PA	€	32	34	61	229	119	151	143	146	129	114	683
Redes, Ramais e UAG	€	65	45	252	437	174	258	252	257	231	182	1 181
Contadores e Redutores	€	6	7	7	18	11	16	17	18	26	34	110
Clientes Ligados	#	74	35	51	267	113	155	148	148	119	99	609
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional	m/PA	9,8	11,4	72,6	18,5	12,8	13,9	14,0	14,0	15,4	14,2	14,3
Investimento do ano /GN Veiculado do Lote	€/MWh	319	115	600	-	2 215	109	443	187	355	903	2 31
A- Rentabilidade Investimento	%	2,12%	10,33%	0,56%	-	-	14,94%	3,40%	8,51%	3,84%	0,86%	7,24%
B- Remuneração sobre Activos	%	-	5,32%	5,05%	5,05%	-	-	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%
Prémio de LSD (A-B)	ppi	(3,20)	5,28	(4,49)	-	-	9,27	(2,26)	2,84	(1,83)	(4,81)	1,57

Descrição	u.m.	Real 22-25				GRC 2024	POIRD 2026					
		2022	2023	2024	2025		2027	2028	2029	2030	2031	2027-2031
INVESTIMENTO TOTAL		667	854	386	376	627	720	812	794	766	661	3.754
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO		604	734	330	322	562	610	683	672	627	518	3.104
Rede e UAG	m€	431	517	188	188	326	331	397	386	367	278	1.758
Rede Secundária - BP	m€	364	455	147	153	257	257	322	310	300	210	1.400
Ramais	m€	66	62	42	35	69	74	75	75	66	67	358
Rede Secundária - BP	m	5.730	7.923	3.282	2.475	2.555	2.618	3.153	2.993	2.800	1.952	13.516
Ramais	m	174	171	92	67	131	143	139	138	117	119	856
Rede Secundária - BP (Extensão)	Km	547	355	358	361	363	366	369	372	375	371	377
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	59	94	71	52	81	82	96	96	101	94	470
Pontos de Abastecimento	m€	115	123	71	82	156	197	189	190	159	143	878
Mercado Novo	m€	99	102	59	55	80	117	106	107	85	70	485
Conversão	m€	66	70	36	31	67	98	88	88	70	57	403
Reconversão	m€	30	23	15	20	10	14	13	13	11	9	65
Pequeno terciário	m€	2	10	8	4	4	5	5	5	4	3	22
Grande consumo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrução e análise técnica de processo	m€	-	-	-	20	58	64	63	64	54	57	302
Contadores/Redutores	m€	16	21	12	7	12	15	20	19	20	16	90
Pontos de Abastecimento - Segmento	#	230	286	133	117	235	257	250	249	210	214	1.180
Mercado Novo	#	21	91	31	14	88	58	55	55	53	88	309
Mercado Existente	#	205	194	98	102	144	199	191	191	152	124	857
Conversão	#	111	113	48	42	108	149	143	143	114	93	642
Reconversão	#	89	65	39	53	30	40	40	40	32	26	180
Pequeno terciário	#	5	16	11	7	6	8	8	8	6	5	35
Grande consumo	#	4	1	4	1	3	-	4	3	5	2	14
Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	-	-	-	-	235	257	250	249	210	214	1.180
MP	#	-	-	-	-	3	-	4	3	5	2	14
BP	#	-	-	-	-	232	257	246	246	205	212	1.166
Energia Veiculada Adicional	MWh	-	-	-	-	701	415	2.036	3.974	6.063	8.368	9.318
MP	MWh	-	-	-	-	359	-	807	1.950	3.318	4.952	5.553
BP	MWh	-	-	-	-	341	415	1.229	2.025	2.745	3.417	3.765
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	28.236	28.254	28.151	27.981	27.935	27.851	27.762	27.670	27.541	27.415	27.415
MP	#	7	7	5	5	6	6	6	6	5	6	6
BP	#	76	78	81	81	84	83	86	88	92	93	93
BP<	#	28.153	28.169	28.064	27.894	27.845	27.762	27.670	27.576	27.443	27.316	27.316
Consumo Unitário	MWh/PA	16,6	16,6	17,1	15,8	14,5	13,7	13,0	12,4	11,9	11,4	11,4
MP	MWh/PA	43.010,0	47.427,8	52.688,6	47.354,1	44.193,6	40.658,1	37.405,5	34.413,0	31.660,0	29.127,2	29.127,2
BP	MWh/PA	672,8	672,5	733,7	829,9	762,5	734,1	720,5	699,1	677,9	644,8	644,8
BP<	MWh/PA	3,2	3,0	2,9	3,0	2,8	2,7	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8
Energia Veiculada Total	MWh	441.411	467.881	482.948	434.806	405.170	381.652	341.771	343.802	327.450	312.667	313.617
MP	MWh	301.070	331.994	342.476	284.124	265.162	243.949	224.433	206.478	189.960	174.763	174.763
BP	MWh	51.136	51.781	58.333	67.218	62.908	61.298	60.879	60.820	61.011	61.491	62.092
BP<	MWh	89.205	84.106	82.140	83.464	77.100	76.406	76.460	76.504	76.479	76.413	76.762
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS		29	15	15	20	26	54	65	69	76	86	349
Redes	m€	11	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
HP	m€	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP (estruturante)	m€	8	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Rede Primária - MP	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Secundária (Estruturante) - BP	m	129	10,6	63	5	-	-	-	-	-	-	-
Rede Primária - MP (Extensão)	Km	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	Km	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Outras Infraestruturas	m€	17	15	15	19	28	30	34	40	46	53	204
Capacidade de Infraestruturas	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudos e Equipamentos Técnicos	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contadores - reativações por rotação de clientes	m€	17	15	15	19	25	30	34	40	46	53	204
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	1	-	0	0	1	24	30	29	30	32	145
OUTROS INVESTIMENTOS		34	105	40	34	39	57	65	54	63	61	299
Contadores - Renovação por imposição Legal	m€	34	105	40	34	39	57	65	54	63	61	299
Racional Económico												
Densificação de Rede												
N.º de Fogos da MAI	#	-	-	-	60.725	60.725	60.725	60.725	60.725	60.725	60.725	60.725
CUI Ativos	#	-	-	-	27.981	27.935	27.851	27.762	27.670	27.541	27.415	27.415
% de Ligados	%	-	-	-	46%	46%	46%	46%	46%	46%	46%	46%
PA/Km Rede Secundária (EoP)	#/Km	81	79	78	77	76	76	75	74	73	72	72
PA (EoP)	#	28.236	28.254	28.151	27.981	27.935	27.851	27.762	27.670	27.541	27.415	27.415
Km Rede Secundária (EoP)	Km	349	357	361	363	366	368	371	374	377	379	379
PA/Km Rede Secundária (Período)	#/Km	39	36	40	47	92	98	79	83	75	110	87
PA (Ligados Período)	#	230	28,6	133	117	235	257	250	249	210	214	1.180
Km Rede secundária (Construída Período)	Km	6	8	3	2	3	3	3	3	3	2	14
Rátiros de expansão												
Inv. Expansão/Cliente Ligado	C	2.838	2.978	2.897	3.036	2.415	2.458	2.875	2.815	3.242	2.670	2.805
Investimento Expansão	C	653	852	385	355	568	632	719	701	681	671	3.304
PA	C	157	196	130	107	161	199	203	186	164	155	955
Redes, Ramais e UAG	C	431	517	188	188	326	331	397	386	367	278	1.758
Contadores e Redutores	C	65	139	67	60	81	102	119	112	128	130	590
Clientes Ligados	#	230	286	133	117	235	257	250	249	210	214	1.180
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional	m/PA	24,9	27,7	24,7	21,2	10,9	10,2	12,6	12,0	13,3	9,1	11,5
Investimento do ano / GN Veiculado do Lote	C/MWh	113	80	224	-	810	761	298	478	251	301	358
A- Rentabilidade Investimento	%	8,32%	7,14%	9,52%	-	-	3,04%	6,07%	3,85%	6,68%	6,01%	5,05%
B- Remuneração sobre Activos	%	5,32%	5,05%	5,05%	-	-	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%
Prémio de MAI (A-B)	pp	3,00	2,09	4,47	-	-	(2,63)	0,40	(1,82)	1,01	0,34	(0,62)

POIRD 2026: Projeto de Investimento
Matosinhos

Descrição		u.m.	2022	2023	2024	2025	ORÇ 2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2027-2031
INVESTIMENTO TOTAL			672	842	308	873	761	792	813	818	791	749		3 963
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO			544	439	225	803	685	649	670	683	649	589		3 259
Rede e UAG	mC	313	238	116	556	425	362	373	380	372	321	321		1 808
	Rede Secundária - BP	mC	225	174	71	485	347	281	292	298	301	246		1 419
	Ramais	mC	87	64	45	70	78	81	80	82	71	75		389
Rede Secundária - BP	m	4 018	3 313	1 431	5 741	3 399	2 858	2 910	2 910	2 910	2 825	2 270		13 783
	Ramais	m	215	146	89	148	146	157	151	151	127	132		716
Rede Secundária - BP (Extensão)		Km	329	333	334	340	343	346	349	352	355	357		357
Capitalização de Encargos de Estrutura		mC	69	75	43	95	85	90	94	98	105	107		495
Pontos de Abastecimento		mC	162	126	66	183	175	216	203	205	172	159		955
Mercado Novo		mC	142	105	56	105	88	128	116	117	93	76		531
Mercado Existente		mC	80	73	37	89	74	108	97	97	77	63		441
Conversão		mC	55	25	11	7	11	15	14	15	12	10		66
Reconversão		mC	7	9	8	9	4	6	5	5	4	3		23
Pequeno terciário		mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
Grande consumo		mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
Instrução e análise técnica de processo		mC	-	-	-	31	64	71	69	70	60	63		333
Contadores/Redutores		mC	20	21	10	17	23	17	18	18	20	19		91
Pontos de Abastecimento - Segmento		#	405	318	196	567	263	283	272	272	229	238		1 294
Mercado Novo		#	191	150	104	205	99	102	102	102	89	99		547
Mercado Existente		#	311	186	92	159	168	218	209	209	166	136		938
Conversão		#	137	106	51	126	119	163	157	157	124	102		703
Reconversão		#	62	64	29	19	33	46	44	44	35	29		198
Pequeno terciário		#	12	16	12	14	6	9	8	8	7	5		37
Grande Consumo		#	4	2	-	2	6	-	1	1	4	3		9
Pontos de Abastecimento - Tarifa		#	-	-	-	-	263	283	272	272	229	238		1 294
MP		#	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
BP>		#	-	-	-	-	6	-	1	1	4	-		-
BP<		#	-	-	-	-	257	283	271	271	225	235		1 285
Energia Veiculada Adicional		MWh	-	-	-	-	1 794	507	1 694	3 005	4 838	7 202		8 363
MP		MWh	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
BP>		MWh	-	-	-	-	1 425	-	206	671	1 555	3 145		3 971
BP<		MWh	-	-	-	-	368	507	1 488	2 433	3 283	4 057		4 452
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa		#	32 307	32 381	32 193	32 176	32 116	32 008	31 891	31 772	31 612	31 460		31 460
MP		#	9	9	8	7	7	7	7	7	7	7		7
BP>		#	126	126	129	131	137	136	136	136	139	141		141
BP<		#	32 172	32 246	32 056	32 038	31 972	31 855	31 748	31 629	31 466	31 312		31 312
Consumo Unitário		MWh/PA	13,3	13,2	13,3	12,1	12,8	11,6	11,1	10,7	10,4	10,4		10,4
MP		MWh/PA	28 871,2	28 969,9	29 510,5	26 872,6	31 826,3	29 280,2	26 937,8	24 782,7	22 800,1	20 976,1		20 976,1
BP>		MWh/PA	516,0	578,4	658,9	707,8	723,6	685,9	676,1	665,3	652,1	639,3		639,3
BP<		MWh/PA	3,3	2,9	3,0	3,0	2,9	2,8	2,8	2,9	2,9	2,9		2,9
Energia Veiculada Total		MWh	429 555	428 392	429 714	390 827	411 060	389 130	371 148	354 447	339 921	326 881		328 042
MP		MWh	259 840	260 729	250 839	207 544	222 784	204 951	188 564	173 479	159 601	146 833		146 833
BP>		MWh	65 022	72 872	83 628	92 018	96 957	93 621	91 955	90 485	89 670	89 498		90 264
BP<		MWh	104 692	94 790	95 247	97 265	91 319	90 548	90 629	90 685	90 650	90 550		90 466
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS			49	21	24	24	30	62	74	79	87	98		400
Redes		mC	28	-	1	-	-	-	-	-	-	-		-
MP		mC	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
BP (estruturante)		mC	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-		-
Rede Primária - MP		mts	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
Rede Secundária Estruturante - BP		mts	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-		-
Rede Primária - MP (Extensão)		Km	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25		25
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)		Km	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5		5
Outras Infraestruturas		mC	20	21	23	24	28	34	39	46	53	61		233
Capacitação de Infraestruturas		mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
Estudos e Equipamentos Técnicos		mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
Contadores - reativações por rotação de clientes		mC	20	21	23	24	28	34	39	46	53	61		233
Capitalização de Encargos de Estrutura		mC	1	-	0	-	1	27	35	33	34	37		167
OUTROS INVESTIMENTOS			79	82	60	45	47	61	68	67	55	64		300
Contadores - Renovação por imposição Legal		mC	79	82	60	45	47	61	68	67	55	64		300
Racional Económico														
Densificação de Rede														
N.º de Fogos de Matosinhos		#	-	-	-	83 719	83 719	83 719	83 719	83 719	83 719	83 719		83 719
CUI Ativos		#	-	-	-	32 176	32 116	32 008	31 891	31 772	31 612	31 460		31 460
% de Ligados		%	-	-	-	38%	38%	38%	38%	38%	38%	38%		38%
PA/Km Rede Secundária (EoP)		#/Km	97	96	95	93	92	91	90	89	88	87		87
PA (EoP)		#	32 307	32 381	32 193	32 176	32 116	32 008	31 891	31 772	31 612	31 460		31 460
Km Rede Secundária (EoP)		Km	354	338	339	345	348	351	354	357	360	362		362
PA/Km Rede Secundária (Período)		#/Km	101	96	137	44	77	99	93	93	81	105		94
PA (Ligados Período)		#	405	318	196	567	263	283	272	272	229	238		1 294
Km rede secundária (Construída Período)		Km	4	3	1	6	3	3	3	3	3	2		14
Rátiros de expansão														
Inv. Expansão/Cliente Ligado		C	1 583	1 691	1 557	2 292	2 443	2 448	2 605	2 427	3 041	2 723		2 674
Investimento Expansão		C	641	538	305	841	695	693	709	715	696	648		3 460
PA		C	211	179	99	200	173	218	211	215	198	184		1 025
Redes, Ramais e UAG		C	313	238	116	556	425	362	373	380	372	321		1 808
Contadores e Redutores		C	117	120	91	86	98	112	125	120	127	143		627
Clientes Ligados		#	405	318	196	567	263	283	272	272	229	238		1 294
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional		m/PA	9,9	10,4	7,3	15,6	12,9	10,1	10,7	10,7	12,3	9,5		10,7
Investimento do ano /QN Veiculado do Lote		C/MWh	114	407	396	-	388	684	521	566	290	279		414
A- Rentabilidade Investimento		%	11,27%	5,29%	8,85%	-	-	3,75%	4,15%	3,76%	6,01%	6,45%		4,70%
B- Remuneração sobre Activos		%	5,32%	5,05%	5,05%	-	-	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%		5,67%
Prémio de MTS (A-B)		pp	5,95	0,24	3,80	-	-	(1,92)	(1,52)	(1,91)	0,35	0,78		(0,97)

Descrição	u.m.	Real 22-25				OHC 2026	PDIRD 2026						
		2022	2023	2024	2025		2027	2028	2029	2030	2031	1 2027-2031	
INVESTIMENTO TOTAL		500	334	687	260	444	491	473	530	566	443	2 502	
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO		270	328	680	256	441	481	462	518	535	412	2 408	
Rede e UAG	m€	126	218	474	122	264	265	257	300	328	238	1 389	
Rede Secundária - BP	m€	98	196	418	101	228	217	210	251	285	203	1 165	
Ramais	m€	28	22	56	21	37	49	47	50	43	35	224	
Rede Secundária - BP	m	1 724	2 883	5 814	1 143	2 252	2 211	2 105	2 425	2 651	1 862	11 234	
Ramais	#	62	56	125	47	69	94	89	91	74	61	409	
Rede Secundária - BP (Extensão)	Km	50	53	59	60	62	65	67	69	72	74	74	
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	33	40	73	44	68	68	65	74	86	75	366	
Pontos de Abastecimento	m€	111	70	133	91	109	151	139	143	121	98	653	
Mercado Novo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mercado Existente	m€	101	65	126	89	107	99	89	89	71	59	407	
Conversão	m€	76	61	117	46	56	83	74	74	59	49	339	
Reconversão	m€	21	3	7	10	8	11	11	11	9	8	51	
Pequeno terciário	m€	4	1	2	3	3	5	4	4	3	2	18	
Grande consumo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Instrução e análise técnica de processo	m€				20	31	42	41	42	34	29	187	
Contadores/Redutores	m€	10	5	8	12	11	10	9	12	16	11	58	
Pontos de Abastecimento - Segmento	#	197	105	197	110	128	169	161	163	134	109	734	
Mercado Novo	#	6	6	3	3	1	1	1	1	1	1	6	
Mercado Existente	#	191	99	194	104	121	168	160	160	127	108	728	
Conversão	#	124	89	171	70	91	126	120	120	95	79	540	
Reconversão	#	62	8	20	30	25	35	34	34	27	22	152	
Pequeno terciário	#	5	2	3	4	5	7	6	6	5	4	28	
Grande consumo	#	-	-	-	3	3	-	-	2	6	3	11	
Pontos de Abastecimento - Tarifa	#						128	169	161	163	134	109	
MP	#						-	-	-	-	-	-	
BP>	#						3	-	-	2	6	3	
BP<	#						122	169	161	161	128	106	
Energia Veiculada Adicional	MWh						860	230	682	6 456	13 815	17 262	
MP	MWh						860	230	682	6 456	13 815	17 262	
BP>	MWh						707	-	-	5 330	12 304	15 449	
BP<	MWh						153	230	682	1 125	1 510	1 813	
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	3 616	3 677	3 838	3 910	3 998	4 115	4 228	4 342	4 428	4 489	4 489	
MP	#						-	-	-	-	-	-	
BP>	#	11	11	12	14	17	17	17	19	25	28	28	
BP<	#	3 605	3 666	3 826	3 896	3 978	4 098	4 211	4 323	4 403	4 461	4 461	
Consumo Unitário	MWh/PA	6,0	5,7	5,9	6,3	6,2	5,8	5,6	6,0	6,2	6,7	6,7	
MP	MWh/PA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP>	MWh/PA	1 146,5	1 103,1	1 156,3	1 131,2	1 035,1	884,2	866,5	1 098,1	1 202,3	1 106,2	1 106,2	
BP<	MWh/PA	2,6	2,4	2,4	2,5	2,1	2,1	2,1	2,1	2,2	2,2	2,2	
Energia Veiculada Total	MWh	21 809	20 953	22 170	24 243	24 486	23 466	23 536	28 933	35 923	39 008	40 648	
MP	MWh	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP>	MWh	12 612	12 134	13 297	14 705	16 044	15 031	14 730	19 766	26 451	29 313	30 815	
BP<	MWh	9 197	8 818	8 873	9 538	8 441	8 435	8 805	9 167	9 472	9 694	9 833	
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS		228	5	6	3	3	7	9	10	11	13	51	
Redes	m€	214	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
MP	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP (estruturante)	m€	214	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Primária - MP	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Secundária Estruturante - BP	m	3 019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Primária - MP (Extensão)	Km	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	Km	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	
Outras Infraestruturas	m€	3	4	6	3	3	4	5	6	7	8	30	
Capacitação de Infraestruturas	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estudos e Equipamentos Técnicos	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Contadores - reativações por rotação de clientes	m€	3	4	6	3	3	4	5	6	7	8	30	
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	11	0	-	-	0	3	4	4	4	5	21	
OUTROS INVESTIMENTOS		2	1	0	1	1	2	2	2	20	18	44	
Contadores - Renovação por imposição Legal	m€	2	1	0	1	1	2	2	2	20	18	44	
Racional Económico													
Densificação de Rede													
N.º de Fogos da PFR	#				22 072	22 072	22 072	22 072	22 072	22 072	22 072	22 072	
CUI Ativos	#				3 910	3 995	4 115	4 228	4 342	4 428	4 489	4 489	
% de Ligados	%				18%	18%	19%	19%	20%	20%	20%	20%	
PA/Km Rede Secundária (EoP)	#/Km	68	65	62	62	61	61	60	60	59	58	58	
PA (EoP)	#	3 616	3 677	3 838	3 910	3 998	4 115	4 228	4 342	4 428	4 489	4 489	
Km Rede Secundária (EoP)	Km	54	56	62	63	66	68	70	72	75	77	77	
PA/Km Rede Secundária (Período)	#/Km	42	36	34	9,6	5,6	7,6	7,6	6,7	5,1	5,9	6,6	
PA (Ligados Período)	#	197	105	197	110	125	169	161	163	134	109	736	
Km rede secundária (Construída Período)	Km	5	3	6	1	2	2	2	2	3	2	11	
Rátiros de expansão													
Inv. Expansão/Cliente Ligado	€	1 386	3 162	3 482	2 178	3 323	2 634	2 655	2 967	3 938	3 764	3 116	
Investimento Expansão	€	275	332	686	240	418	445	427	484	528	409	2 293	
PA	€	133	105	99	102	136	154	154	164	157	134	775	
Redes, Ramais e UAG	€	126	218	474	122	264	265	257	300	328	238	1 389	
Contadores e Redutores	€	13	9	13	15	15	16	16	20	43	37	131	
Clientes Ligados	#	197	105	197	110	125	169	161	163	134	109	736	
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional	m/PA	8,8	27,5	29,5	10,4	18,0	13,1	13,1	14,9	19,6	17,1	15,3	
Investimento do ano /GN Veiculado do Lote	€/MWh	397	1 565	1 701		483	967	963	44	146	125	121	
A - Rentabilidade investimento	%	3,25%	-1,16%	-0,97%			1,67%	1,66%	38,26%	10,93%	12,85%	12,87%	
B - Remuneração sobre Activos	%	5,32%	5,05%	5,05%			5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	
Prémio de PFR (A-B)	pp	(2,06)	(6,21)	(6,02)			(4,00)	(4,01)	32,59	5,27	7,18	6,90	

PDIRD 2026: Projeto de Investimento

Parados

Descrição	u.m.	Real 22-25				ORC 2026	PDIRD 2026					
		2022	2023	2024	2025		2027	2028	2029	2030	2031	2027-2031
INVESTIMENTO TOTAL		880	389	186	82	312	1 251	1 289	431	389	444	3 804
DESENVOLVIMENTO DE NEÓCIO		869	380	179	71	293	367	355	385	353	413	1 873
Rede e UAG	m€	652	274	108	31	154	199	194	216	201	244	1 055
Rede Secundária - BP	m€	617	229	84	22	112	153	150	171	161	199	835
Ramais	m€	35	45	23	9	42	46	44	46	40	45	220
Rede Secundária - BP	m	8 016	3 454	1 144	209	1 145	1 566	1 500	1 620	1 518	1 787	8 031
Ramais	#	75	101	53	16	81	88	84	84	71	77	404
Rede Secundária - BP (Extensão)	Km	90	94	95	95	96	98	100	101	103	105	505
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	68	48	26	11	46	50	50	55	57	76	287
Pontos de Abastecimento	m€	148	57	46	30	93	119	111	113	95	93	531
Mercado Novo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mercado Existente	#	131	51	38	19	48	70	63	64	51	42	290
Conversão	m€	43	41	23	14	41	59	53	53	42	35	240
Reconversão	m€	84	7	12	5	6	8	8	8	6	6	36
Pequeno terciário	m€	3	3	3	1	2	3	3	3	2	2	14
Grande consumo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrução e análise técnica de processo	m€	-	-	-	7	37	40	38	39	33	36	187
Contadores/Redutores	m€	18	6	8	3	8	9	9	10	10	15	54
Pontos de Abastecimento - Segmento	#	336	86	150	62	146	158	151	152	128	139	728
Mercado Novo	#	5	2	82	28	59	39	37	37	35	59	207
Mercado Existente	#	329	83	67	34	87	119	114	114	91	78	513
Conversão	#	70	58	29	19	66	89	85	85	68	56	383
Reconversão	#	254	21	34	14	18	25	24	24	19	16	108
Pequeno terciário	#	5	4	4	1	3	5	5	5	4	3	22
Grande consumo	#	2	1	1	-	-	-	-	1	2	5	8
Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	-	-	-	-	146	158	151	152	128	139	728
MP	#	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
BP>	#	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5	7
BP<	#	-	-	-	-	146	158	151	151	126	134	720
Energia Veiculada Adicional	MWh	-	-	-	-	179	196	580	6 846	14 110	16 533	17 769
BP>	MWh	-	-	-	-	-	-	-	5 890	11 780	11 780	11 780
BP<	MWh	-	-	-	-	179	196	580	956	1 031	3 130	4 198
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	6 386	6 388	6 469	6 494	6 574	6 651	6 721	6 792	6 839	6 897	6 897
MP	#	19	22	22	21	21	20	19	18	19	23	23
BP>	#	6 367	6 366	6 447	6 473	6 553	6 631	6 702	6 773	6 819	6 873	6 873
Consumo Unitário	MWh/PA	4,9	4,5	4,0	4,5	3,8	3,7	3,7	4,5	5,5	5,7	5,7
MP	MWh/PA	-	-	-	-	-	-	-	11 780,0	11 780,0	11 780,0	11 780,0
BP>	MWh/PA	845,2	662,9	503,9	593,7	492,1	494,0	508,9	525,7	570,9	593,8	593,8
BP<	MWh/PA	2,4	2,4	2,3	2,5	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,3
Energia Veiculada Total	MWh	31 580	28 660	25 998	28 861	24 752	24 420	24 461	30 388	37 320	39 416	40 652
MP	MWh	-	-	-	-	-	-	-	5 890	11 780	11 780	11 780
BP>	MWh	16 058	13 589	11 085	12 765	10 334	10 127	9 726	9 726	10 562	12 471	13 539
BP<	MWh	15 522	15 070	14 913	16 096	14 418	14 294	14 537	14 773	14 978	15 165	15 333
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS		6	6	5	7	6	867	910	16	18	21	1 832
Redes	m€	0	-	-	1	-	475	475	-	-	-	950
MP	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP (estruturante)	m€	0	-	-	1	-	475	475	-	-	-	950
Rede Primária - MP	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Secundária Estruturante - BP	m	6	-	-	2	-	4 500	4 500	-	-	-	9 000
Rede Primária - MP (Extensão)	Km	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	Km	0	0	0	0	0	5	9	9	9	9	9
Outras Infraestruturas	m€	6	6	5	6	6	7	8	9	11	13	48
Capacitação de Infraestruturas	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudos e Equipamentos Técnicos	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contadores - reativações por rotação de clientes	m€	6	6	5	6	6	7	8	9	11	13	48
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	0	0	-	0	0	385	427	7	7	8	854
OUTROS INVESTIMENTOS		5	4	1	4	12	16	24	30	18	10	99
Contadores - Renovação por Imposição Legal	m€	5	4	1	4	12	16	24	30	18	10	99
Racional Econômico												
Densificação de Rede												
Nº de Fogos da PRD	#	-	-	-	35 653	35 653	35 653	35 653	35 653	35 653	35 653	35 653
CUI Ativos	#	-	-	-	6 494	6 574	6 651	6 721	6 792	6 839	6 897	6 897
% de Ligados	%	-	-	-	18%	18%	19%	19%	19%	19%	19%	19%
PA/Km Rede Secundária (EoP)	#/Km	71	68	68	68	68	65	62	62	61	61	61
PA (EoP)	#	6 386	6 388	6 469	6 494	6 574	6 651	6 721	6 792	6 839	6 897	6 897
Km Rede Secundária (EoP)	Km	90	94	95	95	96	103	109	110	112	114	114
PA/Km Rede Secundária (Período)	#/Km	42	25	131	294	128	26	25	92	84	78	43
PA (Ligados Período)	#	336	86	150	62	146	158	151	152	128	139	728
Km rede secundária (Construída Período)	Km	8	3	1	0	1	6	6	2	2	2	17
Rátiros de expansão												
Inv. Expansão/Cliente Ligado	€	2 610	4 519	1 233	1 198	1 883	2 218	2 309	2 529	2 724	2 880	2 517
Investimento Expansão	€	877	389	185	74	275	351	349	384	349	400	1 833
PA	€	199	99	64	31	94	120	114	119	108	118	577
Redes, Ramais e UAG	€	652	274	108	31	154	199	194	216	201	244	1 055
Contadores e Redutores	€	26	15	14	13	26	32	41	49	40	39	200
Clientes Ligados	#	336	86	150	62	146	158	151	152	128	139	728
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional	m/PA	23,9	40,5	7,6	3,4	7,8	9,9	9,9	10,9	11,9	12,9	11,0
Investimento do ano /GN Veiculado do Lote	€/MWh	1 483	684	223	-	1 538	893	927	32	147	162	103
A- Rentabilidade Investimento	%	-1,79%	0,64%	12,49%	-	-	-1,47%	-1,56%	13,33%	11,07%	9,80%	2,53%
B- Remuneração sobre Activos	%	5,32%	5,03%	5,03%	-	-	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%
Prémio de PRD (A-B)	pp	(7,11)	(4,41)	7,44	-	-	(7,14)	(7,23)	7,66	5,34	4,13	(3,14)

Descrição	u.m.	Real 22-25				ORC 2026	POIRD 2026						
		2022	2023	2024	2025		2027	2028	2029	2030	2031	1 2027-2031	
INVESTIMENTO TOTAL		1 324	536	652	317	481	721	682	601	546	426	2 976	
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO		458	485	642	289	481	721	681	599	543	422	2 967	
Rede e UAG	m€	435	431	445	221	268	427	402	335	310	226	1 699	
Rede Secundária - BP	m€	435	426	417	214	222	361	340	273	258	185	1 417	
Ramais	m	-	5	28	8	45	65	63	61	51	41	282	
Rede Secundária - BP	m	5 627	4 329	2 778	614	2 240	3 603	3 324	2 684	2 452	1 750	13 813	
Ramais	#	-	11	78	14	87	122	116	114	92	74	538	
Rede Secundária - BP (Extensão)	Km	9	13	16	17	19	23	26	29	31	33	33	
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	21	44	76	35	79	97	96	86	88	77	444	
Pontos de Abastecimento	m€	1	10	122	33	135	197	183	179	146	119	824	
Mercado Novo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mercado Existente	m€	(1)	6	109	24	86	125	114	114	91	75	518	
Conversão	m€	(1)	6	38	15	72	105	95	95	75	62	431	
Reconversão	m€	-	-	66	3	10	14	14	14	12	10	64	
Pequeno terciário	m€	-	-	5	6	4	6	5	5	4	3	23	
Grande consumo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Instrução e análise técnica de processo	m€	-	-	-	6	39	54	52	53	43	36	238	
Contadores/Redutores	m€	2	4	13	3	10	18	17	12	12	8	67	
Pontos de Abastecimento - Segmento	#	1	12	241	41	157	219	209	205	165	134	932	
Mercado Novo	#	-	-	-	-	2	1	1	1	1	1	5	
Mercado Existente	#	-	9	241	41	154	213	204	204	162	133	916	
Conversão	#	-	9	60	23	116	159	153	153	122	100	687	
Reconversão	#	-	-	175	10	32	45	43	43	34	28	193	
Pequeno terciário	#	-	-	6	8	6	9	8	8	6	5	34	
Grande consumo	#	1	3	-	-	-	1	5	4	2	-	11	
Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	-	-	-	-	-	157	219	209	205	165	134	932
MP	#	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	
BP>	#	-	-	-	-	-	1	4	4	-	2	10	
BP<	#	-	-	-	-	-	156	214	205	205	163	134	921
Energia Veiculada Adicional	MWh	-	-	-	-	-	219	13 519	28 407	29 877	30 324	30 736	30 803
MP	MWh	-	-	-	-	-	-	5 937	11 875	11 875	11 875	11 875	11 875
BP>	MWh	-	-	-	-	-	128	7 474	16 213	17 480	17 745	18 010	18 010
BP<	MWh	-	-	-	-	-	90	109	319	522	704	852	918
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	3	13	254	288	441	654	858	1 058	1 218	1 347	1 347	
MP	#	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	
BP>	#	-	3	3	3	4	8	12	12	14	14	14	
BP<	#	2	9	250	284	436	644	844	1 044	1 202	1 331	1 331	
Consumo Unitário	MWh/PA	499,2	589,3	64,6	25,7	20,3	37,2	46,2	37,7	31,9	28,4	28,4	
MP	MWh/PA	1 497,2	3 593,9	3 868,7	3 325,0	3 307,2	5 996,7	7 337,0	7 225,0	7 122,0	7 027,2	7 027,2	
BP>	MWh/PA	-	741,7	1 527,1	1 023,9	965,1	1 775,3	1 932,8	1 711,0	1 595,1	1 495,8	1 495,8	
BP<	MWh/PA	0,1	1,4	1,3	2,2	2,0	1,3	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	
Energia Veiculada Total	MWh	1 498	4 714	6 624	6 972	7 384	20 351	34 925	36 103	36 277	36 434	36 501	
MP	MWh	1 497	3 594	3 869	3 325	3 307	8 980	14 674	14 450	14 244	14 054	14 054	
BP>	MWh	-	1 113	4 581	3 072	3 371	10 652	19 528	20 532	20 756	20 942	20 942	
BP<	MWh	0	8	174	575	706	779	923	1 120	1 297	1 438	1 505	
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS		866	51	9	28	0	0	1	2	2	3	9	
Redes	m€	819	33	4	6	-	-	-	-	-	-	-	
MP	m€	819	33	4	6	-	-	-	-	-	-	-	
BP (estruturante)	m€	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Primária - MP	m	2 952	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Secundária Estruturante - BP	m	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Primária - MP (Extensão)	Km	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	Km	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outras Infraestruturas	m€	-	-	1	0	0	0	1	1	1	2	5	
Capacitação de Infraestruturas	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estudos e Equipamentos Técnicos	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Contadores - reativações por rotação de clientes	m€	-	-	1	0	0	0	1	1	1	2	5	
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	48	18	4	22	0	0	0	1	1	1	4	
OUTROS INVESTIMENTOS		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	
Contadores - Renovação por imposição Legal	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	
Racional Económico													
Densificação de Rede													
N.º de Fogos da PCR	#	-	-	-	6 234	6 234	6 234	6 234	6 234	6 234	6 234	6 234	
CUI Ativos	#	-	-	-	288	441	654	858	1 058	1 218	1 347	1 347	
% de Ligados	%	-	-	-	5%	7%	10%	14%	19%	20%	22%	22%	
PA/Km Rede Secundária (EoP)	#/Km	0	1	16	17	23	29	33	37	39	41	41	
PA (EoP)	#	3	13	254	288	441	654	858	1 058	1 218	1 347	1 347	
Km Rede Secundária (EoP)	Km	9	13	16	17	19	23	26	29	31	33	33	
PA/Km Rede Secundária (Período)	#/Km	0	3	87	67	70	61	63	76	67	77	67	
PA (Ligados Período)	#	1	12	241	41	157	219	209	205	165	134	932	
Km rede secundária (Construída Período)	Km	6	4	3	1	2	4	3	3	2	2	14	
Rátiros de expansão													
Inv. Expansão/Cliente Ligado	€	457 656	40 415	2 664	6 900	2 817	3 049	3 011	2 668	3 040	2 897	2 933	
Investimento Expansão	€	458	485	642	283	442	668	629	547	502	388	2 734	
PA	€	21	50	185	59	164	223	210	200	178	152	962	
Redes, Ramais e UAG	€	435	431	445	221	268	427	402	335	310	226	1 699	
Contadores e Redutores	€	2	4	12	3	10	19	17	13	14	10	73	
Clientes Ligados	€	1	12	241	41	157	219	209	205	165	134	932	
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional	m/PA	5 627,0	360,8	11,5	15,0	14,3	16,5	15,9	13,1	14,9	13,1	14,8	
Investimento do ano / GN Veiculado do Lote	c/MWh	127	106	1 431	-	-	2 036	25	230	2 595	725	2 914	89
A- Rentabilidade Investimento	%	-2,06%	9,90%	-0,68%	-	-	44,23%	5,39%	-1,69%	0,09%	-1,73%	14,08%	
B- Remuneração sobre Activos	%	5,32%	5,05%	5,05%	-	-	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	
Prémio de PCR (A-B)	pp	(7,38)	4,86	(5,72)	-	-	38,56	(0,28)	(7,36)	(5,58)	(7,40)	8,41	

POIRD 2026: Projeto de Investimento
Penafiel

Descrição		u.m.	2022	2023	Real 22-25	2024	2025	DNC 2026	2027	2028	POIRD 2026				2030	2031	1 2027-2031
INVESTIMENTO TOTAL				141	75	62	34	222	354	307	328	280	280	280	280	1 550	
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO				137	71	46	30	217	338	281	309	260	260	260	1 444		
Rede e UAG			mC	98	35	21	9	118	195	155	177	147	150	150	824		
Rede Secundária - BP			mC	84	24	6	6	93	162	125	145	121	124	124	678		
Ramais			mC	11	11	15	3	25	33	31	32	26	25	25	147		
Rede Secundária - BP			m	1256	386	146	8	947	1 623	1 250	1 410	1 147	1 156	1 156	6 566		
Ramais			m	26	26	26	5	48	62	58	58	47	44	44	269		
Rede Secundária - BP (Extensão)			Km	59	59	59	59	60	62	63	64	65	65	67	67		
Capitalização de Encargos de Estrutura			mC	11	12	11	12	32	45	40	44	42	48	48	218		
Pontos de Abastecimento			mC	30	24	14	9	67	94	85	88	71	63	401			
Mercado Novo			mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Mercado Existente			mC	28	19	13	5	40	58	53	53	42	35	241			
Conversão			mC	21	16	6	4	33	44	44	44	35	29	200			
Reconversão			mC	4	3	5	0	5	7	7	7	5	5	30			
Pequeno terciário			mC	2	1	1	0	2	3	2	2	2	1	11			
Grande consumo			mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Instrução e análise técnica de processo			mC	-	-	-	1	22	27	26	27	22	21	124			
Contadores/Redutores			mC	3	5	1	3	5	9	6	7	6	8	36			
Pontos de Abastecimento - Segmento			#	71	33	25	8	87	111	104	105	85	79	484			
Mercado Novo			#	24	-	1	-	15	10	9	9	9	15	52			
Mercado Existente			#	47	32	23	7	72	99	95	95	75	62	426			
Conversão			#	34	24	8	6	54	74	71	71	56	47	319			
Reconversão			#	11	7	13	-	15	21	20	20	16	13	90			
Pequeno terciário			#	2	1	2	1	3	4	4	4	3	2	17			
Grande consumo			#	-	1	1	1	1	2	-	1	1	2	5			
Pontos de Abastecimento - Tarifa			#	-	-	-	-	-	87	111	104	105	85	79	484		
MP			#	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
BP>			#	-	-	-	-	-	-	2	-	1	-	2	5		
BP<			#	-	-	-	-	-	87	109	104	104	84	77	478		
Energia Veiculada Adicional			MWh	-	-	-	-	-	112	3 941	8 016	8 416	14 680	21 742	22 805		
MP			MWh	-	-	-	-	-	-	3 799	7 596	7 728	5 890	11 780	11 780		
BP>			MWh	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
BP<			MWh	-	-	-	-	-	112	142	418	688	933	1 133	1 224		
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa			#	3 185	3 176	3 151	3 117	3 172	3 244	3 309	3 375	3 421	3 461	3 461			
MP			#	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1		
BP>			#	31	28	28	30	30	31	30	30	29	30	30	30		
BP<			#	3 153	3 147	3 123	3 087	3 142	3 213	3 279	3 345	3 391	3 430	3 430			
Consumo Unitário			MWh/PA	13,4	13,8	13,4	14,0	13,4	14,1	14,8	14,4	14,8	17,5	17,5			
MP			MWh/PA	9 972,7	9 940,1	-	-	-	-	-	-	11 780,0	11 780,0	11 780,0	11 780,0		
BP>			MWh/PA	801,8	908,4	1 237,5	1 230,1	1 156,1	1 239,0	1 341,3	1 345,7	1 350,8	1 362,1	1 362,1	1 362,1		
BP<			MWh/PA	2,7	2,5	2,5	2,7	2,4	2,3	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4		
Energia Veiculada Total			MWh	42 558	43 771	42 342	43 971	42 190	45 252	48 574	48 235	53 775	60 126	61 188			
MP			MWh	9 198	9 140	-	-	-	-	-	-	5 890	11 780	11 780	11 780		
BP>			MWh	24 857	26 799	34 650	35 473	34 684	37 790	40 909	40 372	39 849	40 181	41 153	41 153		
BP<			MWh	8 503	7 832	7 691	8 299	7 506	7 462	7 666	7 863	8 036	8 165	8 256	8 256		
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS																	
Redes			mC	-	-	12	-	-	-	6	7	8	9	11	42		
MP			mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
BP (estruturante)			mC	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Rede Primária - MP			m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Rede Secundária Estruturante - BP			m	-	-	47	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Rede Primária - MP (Extensão)			Km	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)			Km	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Outras Infraestruturas			mC	3	3	3	2	3	3	4	5	6	7	24			
Capacitação de Infraestruturas			mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Estudos e Equipamentos Técnicos			mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Contadores - reativações por rotação de clientes			mC	3	3	3	2	3	3	4	5	6	7	24			
Capitalização de Encargos de Estrutura			mC	0	0	1	-	0	3	4	3	4	4	17			
OUTROS INVESTIMENTOS																	
Contadores - Renovação por imposição Legal			mC	1	1	1	1	2	14	19	11	12	9	64			
Racional Económico																	
Densificação de Rede																	
N.º de Fogos de PNF			#	-	-	-	-	31 592	31 592	31 592	31 592	31 592	31 592	31 592	31 592	31 592	
CUI Ativos			#	-	-	-	-	3 172	3 172	3 244	3 309	3 375	3 421	3 461	3 461	3 461	
% de Ligados			%	-	-	-	-	10%	10%	10%	11%	11%	11%	11%	11%	11%	
PA/Km Rede Secundária (EoP)			#/Km	54	54	53	53	53	52	52	52	52	52	52	52	52	
PA (EoP)			#	3 185	3 176	3 151	3 117	3 172	3 244	3 309	3 375	3 421	3 461	3 461	3 461	3 461	
Km Rede Secundária (EoP)			Km	59	59	59	59	60	62	63	64	66	67	67	67	67	
PA/Km Rede Secundária (Período)			#/Km	57	55	130	1 000	92	68	83	74	74	70	74	74	74	
PA (Ligados Período)			#	71	33	25	8	87	111	104	105	85	79	484	484	484	
Km rede secundária (Construída Período)			Km	1	0	0	0	1	2	1	1	1	1	1	1	1	
Ráios de expansão																	
Inv. Expansão/Cliente Ligado			€	1 982	2 248	1 962	4 042	2 300	2 923	2 660	2 635	2 994	3 234	2 910	2 910	2 910	
Investimento Expansão			€	141	74	49	32	200	324	277	298	254	258	1 409	1 409	1 409	
PA			€	39	31	23	17	72	103	92	97	84	82	459	459	459	
Redes, Ramais e UAG			€	95	35	21	9	118	195	155	177	147	150	824	824	824	
Contadores e Redutores			€	7	8	4	6	10	26	29	23	24	24	125	125	125	
Clientes Ligados			#	71	33	25	8	87	111	104	105	85	79	484	484	484	
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional			m/PA	17,7	11,7	5,8	1,0	10,9	14,6	12,0	13,4	13,5	14,4	13,5	13,5	13,5	
Investimento do ano /GN Veiculado do Lote			€/MWh	719	26	337	-	-	1 790	41	1 023	563	21	120	62	62	
A- Rentabilidade Investimento			%	-1,00%	49,17%	9,57%	-	-	41,71%	1,47%	2,64%	18,87%	13,16%	17,71%	17,71%	17,71%	
B- Remuneração sobre Activos			%	5,32%	5,05%	5,05%	-	-	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	
Prémio de PNF (A-B)			pp	(6,32)	44,12	4,52	-	-	36,04	(4,20)	(3,02)	13,20	7,49	12,04	12,04	12,04	

Descrição	u.m.	Real 22-25				ORC 2026	PDIRD 2026					
		2022	2023	2024	2025		2027	2028	2029	2030	2031	2027-2031
INVESTIMENTO TOTAL		970	362	279	269	347	469	479	466	416	404	2.234
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO		967	360	277	259	344	462	468	453	399	385	2.167
Rede e UAG	m€	903	302	217	181	188	253	265	251	223	215	1.208
Rede Secundária - BP	m€	898	287	208	161	147	202	215	201	181	174	974
Ramais	m€	5	14	9	20	41	51	50	50	42	41	234
Rede Secundária - BP	m	10.940	1.288	2.256	2.125	1.500	2.066	2.134	1.974	1.726	1.610	9.510
Ramais	#	17	34	27	53	79	98	94	93	76	72	433
Rede Secundária - BP (Extensão)	Km	39	40	42	45	46	48	50	52	54	56	56
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	49	41	28	30	49	62	66	65	64	70	328
Pontos de Abastecimento	m€	15	18	32	47	107	146	137	137	112	99	632
Mercado Novo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mercado Existente	m€	14	13	27	34	63	92	83	84	67	55	389
Conversão	m€	14	10	25	34	53	78	69	69	55	45	316
Reconversão	m€	0	0	2	1	8	11	10	11	9	7	48
Pequeno terciário	m€	0	2	1	0	3	4	4	4	3	2	17
Grande consumo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrução e análise técnica de processo	m€				10	36	44	43	44	36	34	207
Contadores/Redutores	m€	1	5	5	3	8	10	11	10	9	10	50
Pontos de Abastecimento - Segmento	#	24	22	48	52	143	176	169	168	137	129	779
Mercado Novo	#	-	-	1	1	29	19	18	18	17	29	101
Mercado Existente	#	24	20	45	50	114	157	150	150	119	98	674
Conversão	#	23	16	38	47	85	118	112	112	89	73	504
Reconversão	#	-	1	6	2	24	33	32	32	25	21	143
Pequeno terciário	#	1	3	1	1	5	6	6	6	5	4	27
Grande consumo	#	-	2	2	1	-	-	1	-	1	2	4
Pontos de Abastecimento - Tarifa	#					143	176	169	168	137	129	779
MP	#	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP>	#	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2	4
BP<	#	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia Veiculada Adicional	MWh					205	246	797	1.336	1.971	5.225	8.077
MP	MWh	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP>	MWh	-	-	-	-	-	-	71	141	348	3.204	5.855
BP<	MWh	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	2.038	2.049	2.060	2.091	2.212	2.361	2.503	2.644	2.754	2.854	2.864
MP	#	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP>	#	6	8	9	11	11	11	12	12	13	15	15
BP<	#	2.032	2.041	2.051	2.080	2.201	2.350	2.491	2.632	2.741	2.841	2.849
Consumo Unitário	MWh/PA	4.4	4.4	5.7	6.3	5.9	5.4	5.3	5.1	5.0	5.9	5.9
MP	MWh/PA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP>	MWh/PA	453,5	512,0	720,9	737,2	659,6	646,4	612,1	580,9	563,2	697,4	697,4
BP<	MWh/PA	3,0	2,7	2,8	2,7	2,5	2,3	2,4	2,4	2,4	2,5	2,5
Energia Veiculada Total	MWh	8.917	9.049	11.796	12.986	12.613	12.457	12.814	13.164	13.612	16.483	19.535
MP	MWh	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP>	MWh	2.721	3.584	6.128	7.372	7.256	7.111	7.039	6.971	7.040	9.763	12.434
BP<	MWh	6.196	5.465	5.668	5.614	5.357	5.346	5.775	6.193	6.572	6.720	7.122
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS		2	2	2	10	2	4	5	6	7	8	30
Redes	m€	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-
MP	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP (estruturante)	m€	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-
Rede Primária - MP	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Secundária Estruturante - BP	m	-	-	-	50	-	-	-	-	-	-	-
Rede Primária - MP (Extensão)	Km	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	Km	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Infraestruturas	m€	2	2	2	2	2	2	3	3	4	5	18
Capacitação de Infraestruturas	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudos e Equipamentos Técnicos	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contadores - reativações por rotação de clientes	m€	2	2	2	2	2	2	3	3	4	5	18
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	0	0	-	1	0	2	2	2	3	3	13
OUTROS INVESTIMENTOS		1	1	0	1	1	3	6	8	9	11	36
Contadores - Renovação por imposição Legal	m€	1	1	0	1	1	3	6	8	9	11	36
Racional Económico												
Densificação de Rede												
N.º de Fios da PTL	#					23.043	23.043	23.043	23.043	23.043	23.043	23.043
CUI Ativos	#					2.091	2.212	2.361	2.503	2.644	2.754	2.854
% de Ligados	%					9%	10%	10%	11%	11%	12%	12%
PA/Km Rede Secundária (EoP)	#/Km	52	51	49	47	48	49	50	51	51	51	51
PA (EoP)	#	2.038	2.049	2.060	2.091	2.212	2.361	2.503	2.644	2.754	2.854	2.854
Km Rede Secundária (EoP)	Km	39	40	42	45	46	48	50	52	54	56	56
PA/Km Rede Secundária (Período)	#/Km	2	17	31	24	95	85	79	85	79	80	82
PA (Ligados Período)	#	24	22	48	52	143	176	169	168	137	129	779
Km rede secundária (Construída Período)	Km	11	1	2	2	2	2	2	2	2	2	10
Ráios de expansão												
Inv. Expansão/Cliente Ligado	C	40.398	16.465	5.802	4.844	2.175	2.404	2.569	2.501	2.746	2.843	2.593
Investimento Expansão	C	970	362	278	282	311	423	434	420	376	367	2.020
PA	C	65	53	55	64	112	155	149	151	125	109	709
Redes, Ramais e UAG	C	903	302	217	181	188	253	265	251	223	215	1.208
Contadores e Redutores	C	3	7	6	6	11	15	20	21	22	26	104
Clientes Ligados	#	24	22	48	52	143	176	169	168	137	129	779
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional	m/PA	455,8	58,5	47,0	40,9	10,5	11,7	12,6	11,8	12,6	12,5	12,2
Investimento do ano / ON Veiculado do Lote	C/MWh	11.089	181	384		1.517	861	711	899	469	64	280
A- Rentabilidade Investimento	%	-3,46%	5,12%	2,49%			2,22%	2,46%	1,97%	3,58%	26,11%	6,13%
B- Remuneração sobre Activos	%	5,32%	5,06%	5,05%			5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%
Prémio de PTL (A-B)	pp	(8,78)	0,07	(2,55)			(3,45)	(3,21)	(3,70)	(2,09)	20,44	0,46

POIRD 2026: Projeto de Investimento

Porto

Descrição		u.m.	2022	2023	2024	2025	ORC 2024	2027	2028	2029	2030	2031	2027-2031
INVESTIMENTO TOTAL		#	835	1 037	929	979	859	925	893	1 142	858	1 046	4 864
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO		#	711	926	828	908	788	810	739	989	685	845	4 048
Rede e UAG	m€	452	609	518	615	479	457	411	607	386	506	2 367	
Rede Secundária - BP	m€	322	459	365	500	394	365	323	511	308	419	1 927	
Ramais	m€	130	151	153	116	85	92	88	96	77	87	441	
Rede Secundária - BP	m	3 666	7 240	3 205	4 623	3 856	3 677	3 213	4 813	2 915	3 747	18 365	
Ramais	#	224	193	183	139	159	175	166	171	139	148	799	
Rede Secundária - BP (Extensão)	Km	397	404	407	412	416	419	423	427	430	434	434	
Capitalização de Encargos de Estrutura		m€	91	146	170	129	116	109	104	142	111	155	620
Pontos de Abastecimento		m€	168	171	140	163	193	244	224	240	188	185	1 081
Mercado Novo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mercado Existente	#	119	134	106	87	98	143	129	129	104	85	590	
Conversão	m€	38	52	34	44	82	120	108	108	86	70	491	
Reconversão	m€	65	48	31	14	12	16	16	16	13	11	73	
Pequeno terciário	m€	15	34	41	29	4	7	6	6	4	4	26	
Grande consumo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Instrução e análise técnica de processo		m€	-	-	-	41	70	78	76	77	65	69	365
Contadores/Redutores		m€	50	37	34	35	25	23	19	33	20	32	126
Pontos de Abastecimento - Segmento		#	652	690	624	476	287	315	298	308	250	266	1 437
Mercado Novo	#	364	405	429	313	104	69	65	65	62	104	365	
Mercado Existente	#	278	270	187	156	176	243	232	232	185	151	1 043	
Conversão	#	60	77	47	63	132	182	174	174	139	113	782	
Reconversão	#	189	134	83	46	37	51	49	49	39	32	220	
Pequeno terciário	#	26	59	57	47	7	10	9	9	7	6	41	
Grande consumo	#	13	15	8	7	7	3	1	11	3	11	29	
Pontos de Abastecimento - Tarifa		#	-	-	-	-	287	315	298	308	250	266	1 437
MP	#	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP>	#	-	-	-	-	-	7	11	1	3	11	29	
BP<	#	-	-	-	-	-	280	312	297	297	247	255	1 408
Energia Veiculada Adicional		MWh	-	-	-	-	4 707	1 708	4 533	8 433	12 284	15 193	17 034
MP	MWh	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP>	MWh	-	-	-	-	-	4 074	884	2 120	4 494	6 956	8 594	9 790
BP<	MWh	-	-	-	-	-	633	824	2 413	3 939	5 328	6 599	7 244
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa		#	35 681	36 046	36 280	36 378	36 302	36 177	36 037	35 906	35 719	35 546	35 546
MP	#	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
BP>	#	297	325	340	341	348	350	350	360	362	372	372	372
BP<	#	35 378	35 715	35 934	36 031	35 948	35 821	35 681	35 640	35 351	35 168	35 168	35 168
Consumo Unitário		MWh/PA	14,4	16,1	16,4	14,2	12,9	12,4	12,1	11,8	11,6	11,4	11,4
MP	MWh/PA	31 492,6	45 423,0	45 488,3	32 680,9	24 826,8	22 840,6	21 013,4	19 332,3	17 785,7	16 362,9	16 362,9	16 362,9
BP>	MWh/PA	466,0	464,8	453,0	471,4	467,0	442,9	436,4	428,4	419,9	409,6	409,6	409,6
BP<	MWh/PA	5,2	4,5	4,7	4,5	4,4	4,4	4,4	4,4	4,4	4,4	4,4	4,4
Energia Veiculada Total		MWh	512 442	578 321	591 857	577 556	467 794	448 168	435 400	424 659	414 752	404 721	405 561
MP	MWh	188 956	272 538	272 930	196 085	148 961	137 048	120 080	115 994	106 718	100 171	98 177	98 177
BP>	MWh	138 394	144 547	150 627	160 521	160 886	154 559	152 723	152 084	151 595	150 340	151 536	151 536
BP<	MWh	185 093	161 236	168 300	160 950	157 948	156 565	156 597	156 581	156 443	156 204	156 848	156 848
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS		#	65	53	69	37	33	69	83	88	97	110	448
Redes		m€	29	21	35	-	-	-	-	-	-	-	-
MP	m€	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP (estruturante)	m€	27	21	35	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Primária - MP	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Secundária Estruturante - BP	m	320	212	51	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Primária - MP (Extensão)	Km	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	Km	4	4	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Outras Infraestruturas		m€	34	30	31	37	32	38	44	51	59	68	261
Capacitação de Infraestruturas	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudos e Equipamentos Técnicos	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contadores - reativações por rotação de clientes	m€	34	30	31	37	32	38	44	51	59	68	261	261
Capitalização de Encargos de Estrutura		m€	3	3	2	-	1	31	39	37	38	42	187
OUTROS INVESTIMENTOS		#	60	57	52	35	38	46	71	65	76	91	348
Contadores - Renovação por imposição Legal	m€	60	57	52	35	38	46	71	65	76	91	348	348
Racional Económico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Densificação de Rede		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
N.º de Fogos da PRT	#	-	-	-	140 814	140 814	140 814	140 814	140 814	140 814	140 814	140 814	140 814
CUI Ativos	#	-	-	-	36 378	36 302	36 177	36 037	35 906	35 719	35 546	35 546	35 546
% de Ligados	%	-	-	-	26%	26%	26%	26%	25%	25%	25%	25%	25%
PA/Km Rede Secundária (EoP)		#/Km	89	88	88	87	86	85	84	83	82	81	81
PA (EoP)	#	35 681	36 046	36 280	36 378	36 302	36 177	36 037	35 906	35 719	35 546	35 546	35 546
Km Rede Secundária (EoP)	Km	401	408	412	416	420	424	427	432	435	439	439	439
PA/Km Rede Secundária (Período)		#/Km	164	93	192	103	74	86	93	64	86	71	78
PA (Ligados Período)	#	652	690	624	476	287	315	298	308	250	266	266	1 437
Km rede secundária (Construída Período)	Km	4	7	3	5	4	4	5	5	3	5	4	18
Rátios de expansão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inv. Expansão/Cliente Ligado		€	1 223	1 463	1 424	1 968	2 744	2 588	2 610	3 335	3 016	3 016	2 999
Investimento Expansão	€	798	1 009	809	937	787	818	778	1 027	754	935	935	4 309
PA	€	209	280	276	216	214	252	233	271	214	239	239	1 210
Redes, Ramais e UAG	€	452	609	518	615	479	457	411	607	386	506	2 367	2 367
Contadores e Redutores	€	136	120	194	105	96	106	134	154	154	190	732	732
Clientes Ligados	#	652	690	624	476	287	315	298	308	250	266	266	1 437
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional		m/PA	5,6	10,5	5,1	9,7	13,4	11,7	10,8	15,6	11,7	14,1	12,8
Investimento do ano /GN Veiculado do Lote		€/MWh	134	133	159	-	167	239	348	185	353	254	253
A- Rentabilidade Investimento		%	14,94%	16,23%	13,73%	-	-	9,99%	7,62%	10,80%	6,79%	8,06%	8,87%
B- Remuneração sobre Activos		%	5,32%	5,05%	5,05%	-	-	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%
Prémio de PRT (A-B)		pp	9,61	11,18	8,68	-	-	4,32	1,95	5,13	1,12	2,39	3,20

Descrição	u.m.	Real 22-25				OBC 2026	POIRD 2026						
		2022	2023	2024	2025		2027	2028	2029	2030	2031	3 2027-2031	
INVESTIMENTO TOTAL		639	276	443	332	616	812	816	819	758	682	3 887	
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO		619	260	424	313	597	777	758	722	649	577	3 479	
Rede e UAG		337	103	255	104	328	434	426	397	341	308	1 923	
Rede Secundária - BP	m€	265	52	217	62	250	345	339	309	287	228	1 509	
Ramais	m€	72	51	38	42	79	89	87	87	74	77	414	
Rede Secundária - BP	m	4 966	1 113	2 996	1 078	2 523	3 491	3 359	3 040	2 728	2 134	14 752	
Ramais	m	798	103	61	68	151	170	163	162	134	137	766	
Rede Secundária - BP (Extensão)	Km	130	131	134	135	137	141	144	147	150	152	152	
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	78	48	60	63	88	105	106	103	105	105	525	
Pontos de Abastecimento	m€	205	109	109	146	182	238	222	221	183	167	1 032	
Mercado Novo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mercado Existente	m€	183	98	97	89	97	142	129	129	103	84	586	
Conversão	m€	126	58	38	46	81	119	107	107	85	69	487	
Reconversão	m€	50	36	54	41	12	16	16	16	13	11	73	
Pequeno terciário	m€	7	4	5	2	4	7	6	6	4	4	26	
Grande consumo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Instrução e análise técnica de processo	m€				41	68	76	74	76	63	66	355	
Contadores/Redutores	m€	22	11	12	15	17	20	20	17	17	16	90	
Pontos de Abastecimento - Segmento	#	442	224	229	265	272	306	293	291	242	247	1 379	
Mercado Novo	#	72	23	14	67	76	63	60	60	57	56	336	
Mercado Existente	#	369	200	215	198	175	241	231	230	183	160	1 036	
Conversão	#	208	91	55	74	131	180	173	173	138	112	776	
Reconversão	#	150	102	153	120	37	51	49	49	38	32	219	
Pequeno terciário	#	11	7	7	4	7	10	9	9	7	6	41	
Grande consumo	#	1	1	-	-	1	2	2	-	2	1	7	
Pontos de Abastecimento - Tarifa	#						272	306	293	291	242	247	1 379
MP	#						-	-	-	-	-	-	
BP>	#						1	2	2	-	2	7	
BP<	#						271	304	291	291	240	246	1 372
Energia Veiculada Adicional	MWh						347	3 515	8 006	9 341	10 226	12 037	13 319
MP	MWh						-	-	-	-	-	-	-
BP>	MWh						44	3 139	6 897	7 516	7 739	8 935	9 907
BP<	MWh						303	375	1 109	1 825	2 487	3 102	3 412
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	13 626	13 726	13 827	13 997	14 127	14 260	14 381	14 499	14 569	14 643	14 643	
MP	#	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
BP>	#	28	28	28	29	30	31	32	31	32	32	32	
BP<	#	13 598	13 698	13 798	13 967	14 096	14 228	14 348	14 467	14 536	14 610	14 610	
Consumo Unitário	MWh/PA	4.0	4.1	4.5	4.8	4.3	4.4	4.5	4.4	4.3	4.3	4.3	
MP	MWh/PA	-	-	25 477.0	21 254.5	18 807.5	17 302.9	15 918.7	14 645.2	13 473.6	12 395.7	12 395.7	
BP>	MWh/PA	859.3	983.6	693.6	550.2	519.3	593.7	684.6	695.0	692.9	710.7	710.7	
BP<	MWh/PA	2.3	2.1	2.2	2.2	1.9	1.9	1.9	1.9	1.9	1.9	1.9	
Energia Veiculada Total	MWh	54 722	56 361	62 427	64 989	60 877	61 970	64 516	64 025	63 194	63 391	64 673	
MP	MWh	-	-	12 758	12 254	18 808	17 303	15 919	14 645	13 474	12 396	12 396	
BP>	MWh	24 061	27 541	19 422	15 680	15 318	18 108	21 566	21 891	21 828	22 742	23 713	
BP<	MWh	30 660	28 820	30 267	30 054	26 752	26 559	27 031	27 488	27 893	28 254	28 564	
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS		11	9	16	14	12	26	32	34	38	44	174	
Redes	m€	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	
MP	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP (estruturante)	m€	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Primária - MP	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Secundária Estruturante - BP	m	-	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Primária - MP (Extensão)	Km	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	Km	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Outras Infraestruturas	m€	10	9	16	12	12	14	17	20	23	27	101	
Capacitação de Infraestruturas	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estudos e Equipamentos Técnicos	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Contadores - reativações por rotação de clientes	m€	10	9	16	12	12	14	17	20	23	27	101	
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	1	0	-	0	0	12	15	14	15	17	72	
OUTROS INVESTIMENTOS		8	7	2	4	4	8	30	63	70	62	235	
Contadores - Renovação por imposição Legal	m€	8	7	2	4	4	8	30	63	70	62	235	
Racional Económico													
Densificação de Rede													
N.º de Fogos da PVZ	#				36 115	36 115	36 115	36 115	36 115	36 115	36 115	36 115	
CUI Ativos	#				13 997	14 127	14 260	14 381	14 499	14 569	14 643	14 643	
% de Ligados	%				39%	39%	39%	40%	40%	40%	41%	41%	
PA/Km Rede Secundária (EoP)	#/Km	105	104	103	103	102	101	99	98	97	96	96	
PA (EoP)	#	13 626	13 726	13 827	13 997	14 127	14 260	14 381	14 499	14 569	14 643	14 643	
Km Rede Secundária (EoP)	Km	130	131	134	136	138	142	145	148	151	153	153	
PA/Km Rede Secundária (Período)	#/Km	89	201	76	243	108	88	87	96	89	116	93	
PA (Ligados Período)	#	442	224	229	265	272	306	293	291	242	247	1 379	
Km rede secundária (Construída Período)	Km	5	1	3	1	3	3	3	3	3	2	15	
Rátios de expansão													
Inv. Expansão/Cliente Ligado	€	1 437	1 230	1 931	1 083	2 014	2 368	2 481	2 505	2 806	2 425	2 508	
Investimento Expansão	€	635	276	442	287	548	725	727	729	679	599	3 459	
PA	€	260	146	152	152	185	247	235	232	207	190	1 111	
Redes, Ramais e UAG	€	337	103	255	104	328	434	426	397	361	305	1 923	
Contadores e Redutores	€	38	26	30	31	35	44	66	100	110	105	425	
Clientes Ligados	#	442	224	229	265	272	306	293	291	242	247	1 379	
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional	m/PA	11.2	5.0	13.1	4.1	9.3	11.4	11.5	10.4	11.3	8.6	10.7	
Investimento do ano /GN Veiculado do Lote	€/MWh	47	494	965	-	1 577	103	372	1 020	643	234	260	
A- Rentabilidade investimento	%	21.05%	3.54%	0.72%			15.74%	4.34%	1.40%	2.29%	7.10%	6.73%	
B- Remuneração sobre Activos	%	5.32%	5.05%	5.05%			5.67%	5.67%	5.67%	5.67%	5.67%	5.67%	
Prémio de PVZ (A-B)	pp	15.72	(1.60)	(4.33)			10.07	(1.33)	(4.26)	(3.38)	1.43	1.06	

Descrição	U.m.	Real 22-25					ORC 2024	PDIRD 2026					
		2022	2023	2024	2025	2026		2027	2028	2029	2030	2031	2027-2031
INVESTIMENTO TOTAL		538	595	592	570	486	613	563	742	560	468	2 946	
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO		411	528	568	541	478	593	530	706	521	415	2 745	
Rede e UAG	m€	253	324	403	276	271	338	294	432	302	227	1 593	
Rede Secundária - BP	m€	186	259	345	198	224	278	238	370	252	183	1 322	
Ramais	m€	67	65	39	78	46	59	57	62	49	43	271	
Rede Secundária - BP	m	2 111	4 614	5 837	2 424	2 243	2 807	2 382	3 502	2 375	1 713	12 779	
Ramais	#	143	172	85	179	88	113	107	111	88	77	495	
Rede Secundária - BP (Extensão)	Km	152	156	162	165	167	170	172	176	178	180	180	
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	52	78	88	114	78	80	75	101	84	76	416	
Pontos de Abastecimento	m€	105	126	77	151	126	176	161	172	135	113	787	
Mercado Novo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mercado Existente	m€	96	110	66	106	76	111	101	101	81	66	460	
Conversão	m€	80	83	55	90	64	93	84	84	67	54	382	
Reconversão	m€	13	22	10	13	9	13	12	13	10	9	57	
Pequeno terciário	m€	3	5	2	3	3	5	4	4	4	3	21	
Grande consumo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Instrução e análise técnica de processo	m€	-	-	-	26	39	50	49	50	41	37	227	
Contadores/Redutores	m€	10	16	11	19	11	14	11	21	13	10	69	
Pontos de Abastecimento - Segmento	#	177	208	107	164	158	203	193	200	158	138	892	
Mercado Novo	#	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mercado Existente	#	174	198	103	159	137	189	181	181	144	118	813	
Conversão	#	130	127	74	119	103	141	136	136	108	88	609	
Reconversão	#	39	63	26	35	29	40	38	38	30	25	171	
Pequeno terciário	#	5	8	3	5	5	8	7	7	6	5	33	
Grande consumo	#	3	3	1	4	2	2	-	7	3	1	13	
Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	-	-	-	-	-	158	203	193	200	158	138	892
MP	#	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	
BP>	#	-	-	-	-	-	1	2	-	7	3	1	
BP<	#	-	-	-	-	-	156	201	193	193	155	137	879
Energia Veiculada Adicional	MWh	-	-	-	-	-	8 382	2 278	4 833	12 013	23 167	27 937	28 456
MP	MWh	-	-	-	-	-	8 167	-	-	-	-	-	-
BP>	MWh	-	-	-	-	-	20	1 973	3 946	10 573	21 235	25 595	25 919
BP<	MWh	-	-	-	-	-	195	304	887	1 441	1 932	2 342	2 537
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	6 350	6 486	6 534	6 642	6 733	6 852	6 962	7 079	7 154	7 209	7 209	
MP	#	14	13	14	13	14	13	12	11	10	9	9	
BP>	#	36	46	43	47	48	49	48	54	56	56	56	
BP<	#	6 310	6 427	6 477	6 582	6 675	6 790	6 902	7 014	7 088	7 144	7 144	
Consumo Unitário	MWh/PA	40,1	37,6	37,8	39,7	36,5	33,0	30,9	29,7	29,3	28,2	28,2	
MP	MWh/PA	13 150,0	13 282,8	13 128,7	13 741,5	12 446,7	10 894,4	10 824,6	10 824,6	10 907,1	11 090,8	11 090,8	
BP>	MWh/PA	1 489,7	1 179,0	1 167,4	1 288,7	1 261,9	1 351,5	1 268,0	1 313,2	1 391,0	1 424,3	1 424,3	
BP<	MWh/PA	2,8	2,6	2,7	2,7	2,5	2,4	2,4	2,5	2,5	2,5	2,5	
Energia Veiculada Total	MWh	255 100	241 610	246 391	261 318	244 290	224 036	213 492	208 538	208 449	202 796	203 315	
MP	MWh	183 820	179 317	177 237	185 510	168 030	147 074	135 308	124 483	114 525	105 363	105 363	
BP>	MWh	53 629	45 880	51 951	57 992	59 942	60 697	61 494	66 971	76 505	79 760	80 084	
BP<	MWh	17 651	16 413	17 203	17 815	16 317	16 266	16 688	17 084	17 419	17 614	17 869	
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS		116	61	19	22	6	12	15	16	19	22	84	
Redes	m€	108	54	9	10	-	-	-	-	-	-	-	
MP	m€	3	-	7	10	-	-	-	-	-	-	-	
BP (estruturante)	m€	105	54	2	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Primária - MP	m	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Secundária Estruturante - BP	m	1 710	289	44	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Primária - MP (Extensão)	Km	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	Km	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
Outras Infraestruturas	m€	4	4	4	4	6	7	8	10	11	13	49	
Capacitação de Infraestruturas	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estudos e Equipamentos Técnicos	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Contadores - reativações por rotação de clientes	m€	4	4	4	4	6	7	8	10	11	13	49	
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	5	3	7	8	0	5	7	7	7	8	35	
OUTROS INVESTIMENTOS		11	5	4	7	5	7	17	20	21	31	97	
Contadores - Renovação por imposição Legal	m€	11	5	4	7	5	7	17	20	21	31	97	
Racional Económico													
Densificação de Rede													
N.º de Fogos da STS	#	-	-	-	30 391	30 391	30 391	30 391	30 391	30 391	30 391	30 391	
CUA Ativos	#	-	-	-	6 642	6 733	6 852	6 962	7 079	7 154	7 209	7 209	
% de Ligados	%	-	-	-	22%	22%	23%	23%	23%	24%	24%	24%	
PA/Km Rede Secundária (EoP)	#/Km	41	41	40	40	40	40	40	40	40	40	40	
PA (EoP)	#	6 350	6 486	6 534	6 642	6 733	6 852	6 962	7 079	7 154	7 209	7 209	
Km Rede Secundária (EoP)	Km	154	159	164	167	169	172	174	178	180	182	182	
PA/Km Rede Secundária (Período)	#/Km	46	42	18	68	70	72	81	87	67	81	70	
PA (Ligados Período)	#	177	205	107	164	158	203	193	200	158	138	892	
Km rede secundária (Construída Período)	Km	4	5	6	2	2	3	2	4	2	2	13	
Rádios de expansão													
Inv. Expansão/Cliente Ligado	c	2 399	2 620	5 384	3 207	2 827	2 744	2 624	3 426	3 239	3 063	3 008	
Investimento Expansão	c	425	537	576	526	447	557	506	685	512	423	2 683	
PA	c	148	188	154	154	154	191	176	202	165	142	876	
Redes, Ramais e UAG	c	253	324	403	276	271	338	294	432	302	227	1 593	
Contadores e Redutores	c	23	25	19	30	22	28	36	50	45	54	214	
Clientes Ligados	#	177	205	107	164	158	203	193	200	158	138	892	
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional	m/PA	11,9	22,5	54,6	14,8	14,2	13,8	12,3	17,5	15,0	12,4	14,3	
Investimento do ano /GN Veiculado do Lote	c/MWh	261	105	63	-	53	122	912	50	60	407	94	
A- Rentabilidade Investimento	%	2,87%	11,14%	4,04%	-	-	13,87%	1,98%	34,12%	27,55%	3,93%	17,11%	
B- Remuneração sobre Activos	%	5,32%	5,05%	5,05%	-	-	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	
Prémio de STS (A-B)	pp	(2,46)	6,10	(1,01)	-	-	8,20	(3,69)	28,45	21,88	(1,74)	11,44	

Descrição	u.m.	Real 22-25				ORÇ 2026	POIRD 2026					
		2022	2023	2024	2025		2027	2028	2029	2030	2031	2027-2031
INVESTIMENTO TOTAL		682	237	296	213	512	657	640	583	568	471	2 939
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO		666	224	290	203	500	632	612	552	556	421	2 773
Rede e UAG	m€	472	144	180	117	300	365	357	307	327	230	1 586
Rede Secundária - BP	m€	400	117	145	92	233	304	298	249	275	197	1 336
Ramais	m	72	28	34	26	47	61	59	58	50	43	272
Rede Secundária - BP	m	6 538	2 056	2 444	1 163	2 518	3 046	2 927	2 448	2 588	1 752	12 761
Ramais	km	210	72	83	52	88	116	110	108	89	76	499
Rede Secundária - BP (Extensão)	#	99	101	103	105	107	110	113	115	118	120	120
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	67	31	52	30	70	85	86	79	90	77	417
Pontos de Abastecimento	m€	127	49	59	56	130	182	169	166	139	114	770
Mercado Novo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mercado Existente	m€	111	43	53	41	78	115	104	104	83	68	473
Conversão	m€	91	34	41	32	65	96	87	87	69	56	394
Reconversão	m€	18	7	9	7	10	15	13	13	11	9	58
Pequeno terciário	m€	2	2	3	2	4	5	4	4	4	3	21
Grande consumo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrução e análise técnica de processo	m€	-	-	-	11	39	51	50	51	42	37	230
Contadores/Redutores	m€	16	6	6	4	13	16	15	11	15	10	67
Pontos de Abastecimento - Segmento	#	222	83	87	71	159	208	198	195	161	137	899
Mercado Novo	#	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mercado Existente	#	213	77	85	67	141	195	186	186	148	121	836
Conversão	#	156	53	55	47	105	146	140	140	111	91	628
Reconversão	#	53	21	26	18	30	41	39	39	31	25	175
Pequeno terciário	#	4	3	4	2	6	8	7	7	6	5	33
Grande consumo	#	4	2	1	-	3	3	3	-	4	1	11
Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	-	-	-	-	159	208	198	195	161	137	899
MP	#	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP>	#	-	-	-	-	3	3	3	-	4	1	11
BP<	#	-	-	-	-	156	205	195	195	157	136	888
Energia Veiculada Adicional	MWh	-	-	-	-	1 304	7 375	15 418	16 348	18 360	20 594	21 078
MP	MWh	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP>	MWh	-	-	-	-	1 109	7 084	14 575	14 982	16 519	18 351	18 645
BP<	MWh	-	-	-	-	195	290	843	1 366	1 841	2 243	2 433
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	6 043	6 079	6 106	6 108	6 205	6 336	6 458	6 577	6 662	6 723	6 723
MP	#	5	4	5	5	5	5	5	5	5	5	5
BP>	#	23	27	27	27	30	32	34	33	36	36	36
BP<	#	6 015	6 048	6 074	6 076	6 170	6 299	6 419	6 539	6 621	6 682	6 682
Consumo Unitário	MWh/PA	14.8	17.0	17.5	17.1	15.9	15.7	15.8	15.0	14.4	14.0	14.0
MP	MWh/PA	7 783.3	10 461.3	14 277.9	12 992.3	11 861.8	10 912.9	10 039.9	9 236.7	8 497.7	7 817.9	7 817.9
BP>	MWh/PA	1 523.6	1 654.3	1 004.6	884.6	855.4	964.1	1 118.9	1 000.9	1 000.9	1 094.0	1 094.0
BP<	MWh/PA	2.6	2.4	2.5	2.5	2.3	2.2	2.3	2.3	2.3	2.3	2.3
Energia Veiculada Total	MWh	89 484	102 956	106 481	104 207	97 516	98 240	101 328	97 661	95 408	93 682	94 166
MP	MWh	38 916	47 076	64 251	64 901	59 309	54 564	50 199	46 983	42 469	39 090	39 090
BP>	MWh	35 044	41 359	27 125	23 883	24 378	29 887	36 922	36 882	37 981	39 384	39 678
BP<	MWh	15 524	14 521	15 075	15 363	13 829	13 789	14 206	14 596	14 938	15 209	15 399
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS		5	6	4	4	5	11	14	16	18	20	79
Redes	m€	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MP	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP (estruturante)	m€	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Primária - MP	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Secundária Estruturante - BP	m	-	135	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Primária - MP (Extensão)	km	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	km	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Infraestruturas	m€	5	4	4	4	5	6	8	9	11	13	46
Capacitação de Infraestruturas	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudos e Equipamentos Técnicos	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contadores - reativações por rotação de clientes	m€	5	4	4	4	5	6	8	9	11	13	46
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	-	0	-	-	0	5	7	7	7	8	33
OUTROS INVESTIMENTOS		11	7	2	6	7	14	14	15	15	38	87
Contadores - Renovação por imposição Legal	m€	11	7	2	6	7	14	14	15	15	30	87
Racional Económico												
Densificação de Rede												
N.º de Fogos da TRF	#	-	-	-	-	15 990	15 990	15 990	15 990	15 990	15 990	15 990
CUI Ativos	#	-	-	-	-	6 108	6 205	6 336	6 458	6 662	6 723	6 723
% de Ligados	%	-	-	-	-	38%	39%	40%	40%	41%	42%	42%
PA/Km Rede Secundária (EoP)	#/Km	61	60	59	58	58	57	57	57	56	56	56
PA (EoP)	#	6 043	6 079	6 106	6 108	6 205	6 336	6 458	6 577	6 662	6 723	6 723
Km Rede Secundária (EoP)	Km	99	101	103	105	107	110	113	116	118	120	120
PA/Km Rede Secundária (Período)	#/Km	34	38	36	61	63	68	68	80	62	78	70
PA (Ligados Período)	#	222	83	87	71	159	208	198	195	161	137	899
Km rede secundária (Construída Período)	Km	7	2	2	1	3	3	3	2	3	2	13
Rátios de expansão												
Inv. Expansão/Cliente Ligado	€	3 054	2 834	3 407	2 849	2 973	2 887	2 947	2 695	3 351	3 117	2 977
Investimento Expansão	€	678	235	294	202	473	600	584	535	540	427	2 676
PA	€	178	74	105	71	148	200	190	183	173	145	891
Redes, Ramais e UAG	€	472	144	180	117	300	365	357	307	327	230	1 586
Contadores e Redutores	€	28	17	12	24	24	36	35	35	40	199	52
Clientes Ligados	#	222	83	87	71	159	208	198	195	161	137	899
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional	m/PA	29.5	24.8	28.1	16.4	15.8	14.6	14.8	12.6	16.1	12.8	14.2
Investimento do ano / GN Veiculado do Lote	€/MWh	249	269	495	-	362	41	436	1 006	154	441	127
A- Rentabilidade Investimento	%	2.30%	3.56%	1.97%	-	-	41.91%	3.59%	1.46%	10.44%	3.50%	15.14%
B- Remuneração sobre Activos	%	5.32%	5.05%	5.05%	-	-	5.67%	5.67%	5.67%	5.67%	5.67%	5.67%
Prémio de TRF (A-B)	pp	(3.02)	(1.48)	(3.07)	-	-	36.24	(2.07)	(4.21)	4.77	(2.17)	9.47

POIRD 2026: Projeto de Investimento
Valença

Descrição	u.m.	Real 22-25				ORC 2026	POIRD 2026						
		2022	2023	2024	2025		2027	2028	2029	2030	2031	1 2027-2031	
INVESTIMENTO TOTAL													
		84	289	26	72	345	405	438	400	334	299	1 875	
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO													
		82	288	25	70	343	402	433	394	327	282	1 838	
Rede e UAG	mC	80	166	7	46	211	221	252	220	179	151	1 023	
Rede Secundária - BP	mC	42	143	38	38	178	179	211	178	145	121	833	
Ramais	mC	9	23	7	8	33	42	42	41	34	30	189	
Rede Secundária - BP	m	745	2 056	-	665	1 769	1 829	2 070	1 750	1 395	1 145	8 189	
Ramais	#	24	58	18	12	62	81	78	77	62	53	351	
Rede Secundária - BP (Extensão)													
		37	39	39	40	42	44	46	47	49	50	50	
Capitalização de Encargos de Estrutura													
		8	39	5	9	40	54	61	57	53	52	276	
Pontos de Abastecimento													
		24	83	13	16	92	126	120	118	95	80	539	
Mercado Novo	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mercado Existente	mC	21	77	11	11	56	82	74	74	59	49	330	
Conversão	mC	18	72	10	9	47	69	62	62	49	41	282	
Reconversão	mC	2	2	1	1	7	9	9	9	7	6	42	
Pequeno terciário	mC	1	3	1	1	2	4	3	3	2	2	14	
Grande consumo	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Instrução e análise técnica de processo													
					4	27	36	35	36	29	26	162	
Contadores/Redutores													
		3	6	2	1	9	8	11	8	6	6	39	
Pontos de Abastecimento - Segmento													
		38	122	43	27	111	145	140	138	111	95	629	
Mercado Novo	#	1	-	25	8	3	5	5	5	5	6	29	
Mercado Existente	#	37	121	18	19	101	139	133	133	106	87	598	
Conversão	#	30	109	15	15	76	104	100	100	80	66	450	
Reconversão	#	5	7	2	3	21	29	28	28	22	18	125	
Pequeno terciário	#	2	5	1	1	4	6	5	5	4	3	23	
Grande consumo	#	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	2	
Pontos de Abastecimento - Tarifa													
						111	145	140	138	111	95	629	
MP	#	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP>	#	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	2	
BP<	#	-	-	-	-	109	145	138	138	111	95	627	
Energia Veiculada Adicional													
						2 328	299	1 063	1 795	2 280	2 675	2 854	
MP	MWh	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP>	MWh	-	-	-	-	2 160	-	194	389	389	389	389	
BP<	MWh	-	-	-	-	168	299	868	1 407	1 891	2 286	2 466	
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa													
			1 267	1 376	1 399	1 395	1 491	1 618	1 740	1 860	1 953	2 030	
MP	#												
BP>	#		10	11	11	10	12	12	14	14	14	14	
BP<	#		1 257	1 365	1 388	1 385	1 479	1 606	1 726	1 846	1 939	2 016	
Consumo Unitário													
			7,8	9,0	8,9	9,1	9,9	7,8	7,6	7,4	7,1	6,9	
MP	MWh/PA		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP>	MWh/PA		486,2	679,4	661,4	693,1	843,7	581,6	541,0	506,5	496,9	487,5	
BP<	MWh/PA		4,0	3,6	3,7	3,9	3,5	3,5	3,4	3,5	3,5	3,5	
Energia Veiculada Total													
			9 875	11 887	12 414	12 690	14 352	12 132	12 708	13 255	13 558	13 775	
MP	MWh		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP>	MWh		4 862	7 134	7 276	7 278	9 281	6 979	7 033	7 091	6 957	6 826	
BP<	MWh		5 013	4 753	5 139	5 412	5 071	5 154	5 674	6 164	6 601	6 949	
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS													
			1	1	1	1	1	3	3	4	5	6	
Redes													
MP	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP (estruturante)	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Primária - MP	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Secundária Estruturante - BP	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Primária - MP (Extensão)	Km	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	Km	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outras infraestruturas													
			1	1	1	1	1	1	2	2	3	4	
Capacitação de Infraestruturas	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estudos e Equipamentos Técnicos	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Contadores - reativações por rotação de clientes	mC	1	1	1	1	1	1	2	2	3	4	12	
Capitalização de Encargos de Estrutura													
			-	-	-	-	0	1	2	2	2	9	
OUTROS INVESTIMENTOS													
			0	0	0	0	0	1	1	2	2	10	
Contadores - Renovação por imposição Legal	mC	0	0	0	0	0	0	1	1	2	2	10	
Nacional Econômico													
Densificação de Rede													
N.º de Fogos da VLN	#					8 399	8 399	8 399	8 399	8 399	8 399	8 399	
CUI Ativos	#					1 395	1 491	1 618	1 740	1 860	1 953	2 030	
% de Ligados	%					17%	18%	19%	21%	22%	23%	24%	
PA/Km Rede Secundária (EoP)													
			34	35	36	35	36	37	38	39	40	41	
PA (EoP)	#		1 267	1 376	1 399	1 395	1 491	1 618	1 740	1 860	1 953	2 030	
Km Rede Secundária (EoP)	Km		37	39	39	40	42	44	46	47	49	50	
PA/Km Rede Secundária (Período)													
			81	89	-	41	63	79	68	79	80	83	
PA (Ligados Período)	#		38	122	43	27	111	145	140	138	111	95	
Km rede secundária (Construída Período)	Km		1	2	-	1	2	2	2	2	1	8	
Rátios de expansão													
Inv. expansão/Cliente Ligado													
			2 210	2 366	604	2 533	2 861	2 535	2 864	2 625	2 725	2 851	
Investimento Expansão	C		84	289	26	72	318	368	401	362	302	1 704	
PA	C		29	116	16	20	96	136	155	131	112	615	
Redes, Ramais e UAG	C		50	166	7	46	211	221	252	220	179	1 023	
Contadores e Redutores	C		5	7	3	3	10	10	15	12	12	67	
Clientes Ligados	C		38	122	43	27	111	145	140	138	111	95	
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional													
			19,6	16,9	-	24,6	15,9	12,6	14,8	12,7	12,6	12,1	
Investimento do ano / QN Veiculado do Lote													
			189	336	282		136	614	432	675	701	755	
A- Rentabilidade Investimento													
		%	2,07%	3,64%	8,69%			4,54%	4,97%	3,78%	3,51%	3,09%	
B- Remuneração sobre Activos													
		%	5,32%	5,05%	5,05%			5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	
Prémio de VLN (A-B)													
		pp	(3,25)	(1,41)	3,64			(1,13)	(0,70)	(1,89)	(2,16)	(2,58)	

Descrição	u.m.	Real 22-25				GRC 2026	PDIRD 2026					
		2022	2023	2024	2025		2027	2028	2029	2030	2031	1 2027-2031
INVESTIMENTO TOTAL		691	804	307	306	679	749	700	710	671	636	3 467
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO		437	770	275	281	540	629	629	641	590	540	3 095
Rede e UAG	m€	265	551	165	180	280	383	339	345	323	268	1 658
Rede Secundária - BP	m€	220	500	136	160	184	289	248	253	242	171	1 203
Ramais	m€	46	52	30	21	96	94	90	92	81	97	455
Rede Secundária - BP	m	2 868	7 118	1 635	867	1 882	2 912	2 487	2 487	2 294	1 619	11 799
Ramais	m	119	149	55	37	185	180	171	171	147	174	843
Rede Secundária - BP (Extensão)	Km	184	191	103	103	195	198	201	203	205	207	207
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	49	84	44	36	78	94	89	92	95	99	468
Pontos de Abastecimento	m€	123	135	65	64	182	218	202	204	172	173	969
Mercado Novo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mercado Existente	m€	110	120	57	39	79	116	105	105	84	69	480
Conversão	m€	63	62	24	19	66	98	87	87	69	57	398
Reconversão	m€	44	50	28	16	10	15	13	13	11	9	60
Pequeno terciário	m€	3	8	5	4	4	5	5	5	4	3	22
Grande consumo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrução e análise técnica de processo	m€	-	-	-	17	83	81	78	80	69	85	393
Contadores/Redutores	m€	14	16	8	8	19	21	18	18	19	19	96
Pontos de Abastecimento - Segmento	#	277	315	163	136	333	324	308	308	264	314	1 518
Mercado Novo	#	22	70	48	53	190	125	119	119	112	191	665
Mercado Existente	#	253	243	114	82	143	197	189	189	150	123	848
Conversão	#	109	106	33	27	107	148	141	141	112	134	92
Reconversão	#	137	136	73	48	30	41	40	40	32	26	179
Pequeno terciário	#	7	11	8	7	6	8	8	8	6	5	35
Grande consumo	#	2	2	1	1	-	2	-	-	2	-	4
Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	-	-	-	-	333	324	308	308	264	314	1 518
MP	#	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP>	#	-	-	-	-	-	2	-	-	2	-	4
BP<	#	-	-	-	-	-	322	308	308	262	314	1 514
Energia Veiculada Adicional	MWh	-	-	-	-	406	4 065	8 528	9 320	10 993	12 672	13 073
MP	MWh	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP>	MWh	-	-	-	-	-	3 652	7 304	7 304	8 258	9 212	9 212
BP<	MWh	-	-	-	-	-	406	414	1 224	2 016	2 735	3 861
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	16 189	16 328	16 307	16 279	16 446	16 569	16 677	16 784	16 848	16 961	16 961
MP	#	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP>	#	39	39	41	42	42	43	42	41	42	41	41
BP<	#	16 149	16 289	16 266	16 237	16 404	16 526	16 635	16 743	16 806	16 920	16 920
Consumo Unitário	MWh/PA	3,6	3,5	3,5	3,6	3,4	3,4	3,6	3,5	3,6	3,6	3,6
MP	MWh/PA	0,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP>	MWh/PA	495,1	515,9	524,1	495,4	459,4	531,0	608,0	613,7	628,0	642,4	642,4
BP<	MWh/PA	2,4	2,3	2,2	2,3	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,1	2,1
Energia Veiculada Total	MWh	58 466	56 612	57 006	57 656	52 552	55 498	59 256	59 356	60 347	61 354	61 755
MP	MWh	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP>	MWh	19 310	20 118	20 963	20 560	19 302	22 568	25 841	25 470	26 061	26 659	26 659
BP<	MWh	39 156	36 494	36 043	37 095	33 251	32 930	33 415	33 885	34 286	34 695	35 095
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS		217	12	11	12	15	31	38	41	46	52	208
Redes	m€	196	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MP	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP (estruturante)	m€	196	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Primária - MP	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Secundária Estruturante - BP	m	1 967	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Primária - MP (Extensão)	Km	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	Km	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Outras Infraestruturas	m€	12	11	11	12	14	17	20	24	28	33	121
Capacitação de Infraestruturas	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudos e Equipamentos Técnicos	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contadores - reativações por rotação de clientes	m€	12	11	11	12	14	17	20	24	28	33	121
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	9	0	-	-	1	14	18	17	18	20	87
OUTROS INVESTIMENTOS		36	22	21	14	24	24	33	29	35	43	163
Contadores - Renovação por imposição Legal	m€	36	22	21	14	24	24	33	29	35	43	163
Racional Económico												
Densificação de Rede	#	-	-	-	-	41 218	41 218	41 218	41 218	41 218	41 218	41 218
N.º de Fogos da VLG	#	-	-	-	-	16 277	16 446	16 569	16 677	16 784	16 848	16 961
CUI Ativos	%	-	-	-	-	39%	40%	40%	40%	41%	41%	41%
% de Ligados	%	-	-	-	-	40%	40%	40%	40%	41%	41%	41%
PA/Km Rede Secundária (EoP)	#/Km	86	84	83	82	82	82	81	81	80	80	80
PA (EoP)	#	16 189	16 328	16 307	16 279	16 446	16 569	16 677	16 784	16 848	16 961	16 961
Km Rede Secundária (EoP)	Km	188	195	197	198	200	202	205	207	210	211	211
PA/Km Rede Secundária (Período)	#/Km	57	44	100	157	177	111	124	124	115	194	129
PA (Ligados Período)	#	277	315	163	136	333	324	308	308	264	314	1 518
Km rede secundária (Construída Período)	Km	5	7	2	1	2	3	2	2	2	2	12
Ráeios de expansão												
Inv. Expansão/Cliente Ligado	C	1 750	2 546	1 882	2 129	1 485	2 021	1 959	1 990	2 210	1 691	1 967
Investimento Expansão	C	485	802	307	290	494	655	603	613	584	531	2 984
PA	C	158	203	101	76	157	210	194	197	179	168	948
Redes, Ramais e UAG	C	265	551	165	180	280	383	339	345	323	268	1 658
Contadores e Redutores	C	61	47	40	33	57	62	71	70	81	95	379
Clientes Ligados	C	2 777	315	163	136	333	324	308	308	264	314	1 518
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional	m/PA	10,4	22,6	10,0	6,4	5,7	9,0	8,1	8,1	8,7	5,2	7,8
Investimento do ano /GN Veiculada do Lote	C/MWh	332	589	700	-	1 218	81	760	776	228	652	228
A- Rentabilidade Investimento	%	2,15%	0,48%	2,40%	-	-	20,42%	2,67%	2,51%	7,22%	3,24%	8,24%
B- Remuneração sobre Activos	%	5,32%	5,05%	5,05%	-	-	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%
Prémio de VLG (A-B)	pp	(3,18)	(4,57)	(2,64)	-	-	14,75	(3,00)	(3,16)	1,55	(2,43)	3,57

POIRD 2026: Projeto de Investimento
Viana do Castelo

Descrição	u.m.	Real 22-25				ORÇ 2024	POIRD 2026					
		2022	2023	2024	2025		2027	2028	2029	2030	2031	3 2027-2031
INVESTIMENTO TOTAL		1 930	1 399	1 400	1 506	740	816	847	801	791	683	3 937
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO		1 849	1 121	1 370	1 485	714	774	772	716	694	582	3 539
Rede e UAG	mC	1 364	671	976	1 052	420	435	444	396	400	318	1 993
Rede Secundária - BP	mC	1 238	556	872	954	349	352	362	315	330	251	1 609
Ramais	mC	127	135	104	89	71	83	81	81	71	62	383
Rede Secundária - BP	m	11 736	4 709	6 390	11 698	3 442	3 557	3 572	3 092	3 101	2 334	15 650
Ramais	m	348	298	251	194	154	159	152	151	126	118	706
Rede Secundária - BP (Extensão)	Km	217	221	228	239	243	246	250	253	256	258	258
Capitalização de Encargos de Estrutura	mC	160	171	171	169	117	104	109	103	112	106	534
Pontos de Abastecimento	mC	323	279	224	263	178	235	220	217	182	158	1 012
Mercado Novo	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mercado Existente	mC	299	255	204	189	99	145	131	131	105	86	598
Conversão	mC	277	227	180	173	83	121	109	109	87	71	498
Reconversão	mC	12	12	18	9	12	17	16	16	13	11	74
Pequeno terciário	mC	10	16	6	7	4	7	6	6	4	4	26
Grande consumo	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrução e análise técnica de processo	mC	-	-	-	56	59	71	69	70	59	57	326
Contadores/Redutores	mC	24	24	20	18	20	19	20	16	19	16	88
Pontos de Abastecimento - Segmento	#	555	433	334	307	241	286	274	271	226	213	1 270
Mercado Novo	#	17	9	7	5	58	158	136	136	105	86	598
Mercado Existente	#	534	423	326	300	178	246	235	235	187	153	1 056
Conversão	#	476	367	268	260	134	184	177	177	141	115	794
Reconversão	#	37	35	49	28	37	52	49	49	39	32	221
Pequeno terciário	#	21	21	9	12	7	10	9	9	7	6	41
Grande consumo	#	4	1	1	2	5	2	3	-	4	2	11
Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	-	-	-	-	241	286	274	271	226	213	1 270
MP	#	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP>	#	-	-	-	-	5	2	3	-	4	2	11
BP<	#	-	-	-	-	236	284	271	271	222	211	1 259
Energia Veiculada Adicional	MWh	-	-	-	-	1 479	3 158	7 042	8 146	9 632	11 714	12 686
MP	MWh	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP>	MWh	-	-	-	-	1 189	2 745	5 837	6 185	6 972	8 437	9 114
BP<	MWh	-	-	-	-	290	413	1 205	1 961	2 660	3 277	3 572
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	13 796	14 121	14 323	14 502	14 596	14 704	14 800	14 893	14 941	14 976	14 976
MP	#	2	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2
BP>	#	54	50	56	50	56	56	58	57	60	61	61
BP<	#	13 740	14 070	14 266	14 450	14 539	14 646	14 740	14 834	14 879	14 913	14 913
Consumo Unitário	MWh/PA	9.5	9.0	9.1	9.5	8.2	8.0	7.9	7.7	7.5	7.4	7.4
MP	MWh/PA	17 683,9	25 167,5	37 284,4	30 767,3	18 485,8	17 007,0	15 646,4	14 394,7	13 243,1	12 183,7	12 183,7
BP>	MWh/PA	1 096,1	1 008,6	1 045,0	1 013,0	933,3	893,7	908,0	890,1	873,0	853,8	853,8
BP<	MWh/PA	2,7	2,6	2,5	2,6	2,3	2,3	2,3	2,3	2,4	2,4	2,4
Energia Veiculada Total	MWh	131 505	126 944	128 754	137 193	119 837	117 266	117 160	114 512	112 470	111 228	112 201
MP	MWh	35 368	37 751	37 284	46 151	36 972	34 014	31 293	28 789	26 486	24 367	24 367
BP>	MWh	59 189	52 450	65 383	53 688	48 999	49 599	51 754	51 183	51 071	51 654	52 331
BP<	MWh	36 948	35 743	36 086	37 354	33 866	33 653	34 113	34 640	34 913	35 207	35 502
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS		76	276	29	15	13	27	33	38	39	45	178
Redes	mC	59	243	5	-	-	-	-	-	-	-	-
MP	mC	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-
BP (estruturante)	mC	59	243	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Primária - MP	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Secundária Estruturante - BP	m	654	609	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Primária - MP (Extensão)	Km	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	Km	7	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
Outras infraestruturas	mC	14	16	14	15	12	15	17	20	24	28	104
Capacitação de Infraestruturas	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudos e Equipamentos Técnicos	mC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contadores - reativações por rotação de clientes	mC	14	16	14	15	12	15	17	20	24	28	104
Capitalização de Encargos de Estrutura	mC	2	16	10	-	0	12	15	15	15	17	74
OUTROS INVESTIMENTOS		6	2	2	6	13	15	41	50	57	56	220
Contadores - Renovação por imposição Legal	mC	6	2	2	6	13	15	41	50	57	56	220
Adicional Económico												
Densificação de Rede												
N.º de Fogos da VCT	#	-	-	-	49 278	49 278	49 278	49 278	49 278	49 278	49 278	49 278
CUI Ativos	#	-	-	-	14 502	14 596	14 704	14 800	14 893	14 941	14 976	14 976
% de Ligados	%	-	-	-	29%	30%	30%	30%	30%	30%	30%	30%
PA/Km Rede Secundária (EoP)	#/Km	62	62	61	59	58	58	57	57	57	56	56
PA (EoP)	#	13 796	14 121	14 323	14 502	14 596	14 704	14 800	14 893	14 941	14 976	14 976
Km Rede Secundária (EoP)	Km	224	229	236	247	251	254	258	261	264	267	267
PA/Km Rede Secundária (Período)	#/Km	45	81	52	26	70	80	77	88	73	91	81
PA (Ligados Período)	#	555	433	334	307	241	286	274	271	226	213	1 270
Km rede secundária (Construída Período)	Km	12	5	6	12	3	4	4	3	3	2	16
Rátios de expansão												
Inv. Expansão/Cliente Ligado	€	3 363	2 627	4 146	4 722	2 823	2 561	2 781	2 641	3 170	2 861	2 784
Investimento Expansão	€	1 864	1 158	1 385	1 450	680	732	762	716	716	609	1 534
PA	€	459	426	374	358	216	249	240	234	217	192	1 132
Redes, Ramais e UAG	€	1 366	671	976	1 052	420	435	444	396	400	318	1 993
Contadores e Redutores	€	41	41	35	39	44	48	78	86	99	99	411
Clientes Ligados	#	555	433	334	307	241	286	274	271	226	213	1 270
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional	m/PA	21,1	10,9	19,1	38,1	14,3	12,4	13,0	11,4	13,7	11,0	12,3
Investimento do ano /GN Veiculado do Lote	€/MWh	680	1 003	1 670	-	460	116	525	949	323	313	279
A- Rentabilidade Investimento	%	0,03%	0,13%	-100%	-	-	14,51%	3,19%	1,79%	5,08%	5,27%	6,41%
B- Remuneração sobre Activos	%	5,32%	5,05%	5,05%	-	-	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%
Prémio de VCT (A-B)	pp	(5,29)	(4,91)	(6,04)	-	-	8,84	(2,48)	(3,88)	(0,59)	(0,40)	0,74

Descrição	u.m.	Real 22-25				ORC	POIRD 2026						
		2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	1 2027-2031	
INVESTIMENTO TOTAL		982	811	371	766	672	1179	996	892	853	772	4 692	
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO		817	773	351	741	638	838	925	801	766	660	3 990	
Rede e UAG	m€	479	492	174	411	337	462	544	441	437	358	2 239	
Rede Secundária - BP	m€	335	424	113	336	253	366	446	345	354	272	1 783	
Ramais	m€	144	68	60	76	84	97	97	95	83	84	456	
Rede Secundária - BP	m	5 077	9 975	2 684	4 802	2 579	3 713	4 385	3 395	3 358	2 531	17 332	
Ramais	m	391	160	144	149	162	186	180	177	148	148	839	
Rede Secundária - BP (Extensão)	Km	255	265	268	272	275	279	283	285	290	292	292	
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	101	100	66	100	103	113	130	115	124	121	603	
Pontos de Abastecimento	m€	237	180	112	230	199	263	251	245	205	184	1 149	
Mercado Novo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mercado Existente	m€	215	160	98	147	109	169	144	144	115	94	656	
Conversão	m€	156	84	60	78	91	133	120	120	95	78	546	
Reconversão	m€	56	72	33	62	13	18	18	18	15	12	81	
Pequeno terciário	m€	3	5	4	8	5	7	6	6	5	4	29	
Grande consumo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Instrução e análise técnica de processo	m€	-	-	-	62	73	83	81	83	69	71	387	
Contadores/Redutores	m€	22	20	14	21	17	20	27	19	21	19	106	
Pontos de Abastecimento - Segmento	#	470	383	196	314	292	334	324	318	266	266	1 508	
Mercado Novo	#	44	48	12	6	96	63	60	60	57	59	336	
Mercado Existente	#	426	334	182	308	196	270	268	258	205	168	1 159	
Conversão	#	258	118	84	112	147	202	194	194	164	126	870	
Reconversão	#	163	208	91	183	41	57	54	54	43	35	243	
Pequeno terciário	#	5	8	7	13	8	11	10	10	8	7	46	
Grande consumo	#	-	1	2	-	-	1	6	-	4	2	13	
Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	-	-	-	-	-	292	334	324	318	266	1 508	
MP	#	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP>	#	-	-	-	-	-	-	1	6	-	4	2	
BP<	#	-	-	-	-	-	292	333	318	262	264	1 495	
Energia Veiculada Adicional	MWh	-	-	-	-	-	349	576	4 718	8 708	10 225	11 900	
MP	MWh	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP>	MWh	-	-	-	-	-	(0)	118	3 375	6 514	7 251	8 205	
BP<	MWh	-	-	-	-	-	349	459	1 343	2 194	2 975	3 695	
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	16 539	16 762	16 857	17 069	17 188	17 312	17 427	17 535	17 592	17 648	17 648	
MP	#	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
BP>	#	46	42	48	50	50	50	55	54	57	58	58	
BP<	#	16 491	16 718	16 807	17 017	17 136	17 260	17 370	17 479	17 533	17 588	17 588	
Consumo Unitário	MWh/PA	6,7	8,2	7,3	6,4	6,4	6,1	6,1	6,1	6,0	5,9	5,9	
MP	MWh/PA	30 807,6	31 091,2	22 099,9	14 771,7	17 681,0	16 266,5	14 965,2	13 767,9	12 666,5	11 653,2	11 653,2	
BP>	MWh/PA	883,9	816,0	858,1	778,8	711,5	699,6	715,0	733,9	721,8	701,9	701,9	
BP<	MWh/PA	2,5	2,3	2,4	2,4	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,3	2,3	
Energia Veiculada Total	MWh	143 306	136 476	122 726	109 133	109 027	105 336	105 604	106 346	104 626	103 254	103 837	
MP	MWh	61 015	62 182	44 200	29 543	35 162	32 533	29 930	27 536	25 333	23 306	23 306	
BP>	MWh	40 657	35 904	38 617	38 150	35 573	34 979	37 539	39 995	40 062	40 360	40 578	
BP<	MWh	41 033	38 389	39 908	41 431	38 092	37 823	38 335	38 815	39 230	39 588	39 952	
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS		146	21	11	11	15	305	39	41	46	53	454	
Redes	m€	130	9	-	-	-	152	-	-	-	-	152	
MP	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP (estruturante)	m€	130	9	-	-	-	152	-	-	-	-	152	
Rede Primária - MP	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Secundária Estruturante - BP	m	2 035	50	-	-	-	1 150	-	-	-	-	1 150	
Rede Primária - MP (Extensão)	Km	27	27	27	27	27	27	27	27	27	27	27	
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	Km	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3	
Outras Infraestruturas	m€	11	11	11	11	15	18	21	24	28	33	123	
Capacitação de Infraestruturas	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estudos e Equipamentos Técnicos	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Contadores - reativações por rotação de clientes	m€	11	11	11	11	15	18	21	24	28	33	123	
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	5	1	-	-	1	136	18	17	18	20	209	
OUTROS INVESTIMENTOS		19	17	8	16	19	36	32	49	41	59	218	
Contadores - Renovação por imposição Legal	m€	19	17	8	15	19	36	32	49	41	59	218	
Nacional Econômico													
Denominação de Rede													
N.º de Fogos da VCD	#	-	-	-	38 818	38 818	38 818	38 818	38 818	38 818	38 818	38 818	
CUI Ativos	#	-	-	-	17 069	17 188	17 312	17 427	17 535	17 592	17 648	17 648	
% de Ligados	%	-	-	-	44%	44%	45%	45%	45%	45%	45%	45%	
PA/Km Rede Secundária (EoP)	#/Km	64	63	63	62	62	61	61	61	60	60	60	
PA (EoP)	#	16 539	16 762	16 857	17 069	17 188	17 312	17 427	17 535	17 592	17 648	17 648	
Km Rede Secundária (EoP)	Km	257	267	270	274	277	282	286	290	293	296	296	
PA/Km Rede Secundária (Período)	#/Km	66	38	73	65	113	69	74	94	80	108	82	
PA (Ligados Período)	#	470	383	196	314	292	334	324	318	266	266	1 508	
Km rede secundária (Construída Período)	Km	7	10	3	5	5	5	4	7	3	5	18	
Riscos de expansão													
Inv. Expansão/Cliente Ligado	€	1 798	2 087	1 889	2 241	2 050	2 420	2 768	2 489	2 877	2 559	2 614	
Investimento Expansão	€	845	800	370	704	599	808	897	792	745	681	3 943	
PA	€	316	260	164	248	212	272	274	259	238	215	1 259	
Redes, Ramais e UAG	€	479	492	174	411	337	462	544	441	437	355	2 239	
Contadores e Redutores	€	50	47	33	45	50	74	79	92	90	110	446	
Clientes Ligados	€	470	383	196	314	292	334	324	318	266	266	1 508	
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional	m/PA	10,8	26,0	13,7	15,3	8,8	11,1	13,4	10,7	12,5	9,5	11,5	
Investimento do ano /GN Veiculado do Lote	€/MWh	928	931	75	-	1 713	701	126	933	350	584	316	
A- Rentabilidade Investimento	%	5,32%	5,32%	5,05%	5,05%	-	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	
B- Remuneração sobre Activos	%	5,32%	5,05%	5,05%	5,05%	-	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	
Prémio de VCD (A-B)	pp	(5,88)	(4,64)	14,21	-	-	(4,33)	7,45	(3,87)	(1,11)	(2,77)	(0,76)	

PDIRD 2026: Projeto de Investimento
Vila Nova de Cervela

Descrição	u.m.	Real 22-25				GRG 2026	PDIRD 2026						
		2022	2023	2024	2025		2027	2028	2029	2030	2031	2027-2031	
INVESTIMENTO TOTAL		203	367	169	183	350	454	419	403	338	323	1.939	
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO		11	93	123	101	349	458	416	401	330	310	1.912	
Rede e UAG	m€	(1)	87	80	124	212	262	238	224	181	172	1.077	
Rede Secundária - BP	m€	(4)	48	65	113	181	219	197	182	147	143	888	
Ramais	m€	2	10	14	11	32	43	41	41	33	29	189	
Rede Secundária - BP	m	-	1.303	811	1.054	1.795	2.202	1.949	1.790	1.421	1.331	8.693	
Ramais	m	4	25	31	30	60	82	77	77	61	52	549	
Rede Secundária - BP (Extensão)	Km	27	29	29	30	32	34	36	38	40	41	41	
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	4	20	22	26	48	61	59	57	53	57	287	
Pontos de Abastecimento	m€	8	16	22	31	92	131	120	120	96	82	548	
Mercado Novo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mercado Existente	m€	6	13	20	22	57	84	76	76	60	50	346	
Conversão	m€	5	13	18	21	48	71	63	63	50	41	288	
Reconversão	m€	1	-	1	0	7	10	10	10	8	7	43	
Pequeno terciário	m€	-	-	1	1	2	4	3	3	2	2	15	
Grande consumo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Instrução e análise técnica de processo	m€	-	-	-	6	27	36	35	36	29	25	161	
Contadores/Redutores	m€	2	3	2	3	8	11	9	8	6	7	41	
Pontos de Abastecimento - Segmento	#	12	21	34	37	108	147	139	138	110	93	627	
Mercado Novo	#	-	-	1	1	3	2	2	2	2	3	11	
Mercado Existente	#	11	20	31	34	103	143	136	136	108	89	612	
Conversão	#	9	20	26	31	77	107	102	102	81	66	458	
Reconversão	#	2	-	3	1	22	30	29	29	23	19	130	
Pequeno terciário	#	-	-	2	2	4	6	5	5	4	4	24	
Grande consumo	#	1	1	2	2	2	2	1	-	-	1	4	
Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	-	-	-	-	-	108	147	139	138	110	93	627
MP	#	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	4	
BP>	#	-	-	-	-	-	106	145	138	110	92	623	
BP<	#	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Energia Veiculada Adicional	MWh	-	-	-	-	-	5.837	572	2.840	4.745	5.114	5.591	5.908
MP	MWh	-	-	-	-	-	5.694	353	2.191	3.675	3.675	3.852	4.029
BP>	MWh	-	-	-	-	-	144	219	648	1.069	1.438	1.739	1.880
BP<	MWh	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	664	672	704	722	822	959	1.088	1.216	1.316	1.399	1.399	
MP	#	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
BP>	#	9	9	11	12	14	16	17	17	17	18	18	
BP<	#	654	662	692	709	807	942	1.070	1.198	1.298	1.380	1.380	
Consumo Unitário	MWh/PA	32,3	26,9	31,1	29,2	34,3	22,6	20,9	19,4	17,3	15,9	15,9	
MP	MWh/PA	11.731,8	10.856,8	13.734,4	11.699,2	11.474,2	10.556,3	9.711,8	8.934,8	8.220,0	7.562,4	7.562,4	
BP>	MWh/PA	883,8	526,8	583,6	605,8	984,2	487,5	546,1	609,4	601,5	586,9	586,9	
BP<	MWh/PA	2,7	2,6	2,7	3,1	2,9	2,6	2,7	2,7	2,8	2,8	2,8	
Energia Veiculada Total	MWh	21.448	17.289	21.425	20.813	26.497	20.151	21.414	22.386	21.886	21.554	21.672	
MP	MWh	11.732	10.837	13.734	11.699	11.474	10.556	9.712	8.935	8.220	7.562	7.562	
BP>	MWh	7.954	4.741	5.836	6.967	12.795	7.313	9.011	10.359	10.226	10.271	10.448	
BP<	MWh	1.762	1.711	1.854	2.147	2.228	2.282	2.691	3.092	3.441	3.721	3.862	
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS		192	294	46	1	1	1	2	2	3	4	13	
Redes	m€	182	278	41	-	-	-	-	-	-	-	-	
MP	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP (estruturante)	m€	182	278	41	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Primária - MP	m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Secundária Estruturante - BP	m	925	941	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Primária - MP (Extensão)	Km	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	Km	5	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	
Outras infraestruturas	m€	0	1	0	1	1	1	1	1	2	3	8	
Capacitação de Infraestruturas	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estudos e Equipamentos Técnicos	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Contadores - reativações por rotação de clientes	m€	0	1	0	1	1	1	1	1	2	3	8	
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	9	19	4	-	0	1	1	1	1	2	5	
OUTROS INVESTIMENTOS		0	0	0	0	0	0	0	0	5	9	14	
Contadores - Renovação por imposição Legal	m€	0	0	0	0	0	0	0	0	5	9	14	
Racional Económico													
Desnificação de Rede													
N.º de Fogos da VNC	#	-	-	-	6.333	6.333	6.333	6.333	6.333	6.333	6.333	6.333	
CUI Ativos	#	-	-	-	722	822	959	1.088	1.236	1.316	1.399	1.399	
% de Ligados	%	-	-	-	11%	13%	15%	17%	19%	21%	22%	22%	
PA/Km Rede Secundária (EoP)	#/Km	20	19	20	20	21	24	25	27	29	30	30	
PA (EoP)	#	664	672	704	722	822	959	1.088	1.216	1.316	1.399	1.399	
Km Rede Secundária (EoP)	Km	33	35	36	37	39	41	43	44	46	47	47	
PA/Km Rede Secundária (Período)	#/Km	13	9	42	35	60	67	71	77	77	70	72	
PA (Ligados Período)	#	12	21	34	37	108	147	139	138	110	93	627	
Km rede secundária (Construída Período)	Km	1	2	1	1	2	2	2	2	1	1	9	
Réguas de expansão													
Inv. Expansão/Cliente Ligado	€	978	4.465	3.627	4.750	2.994	2.854	2.752	2.655	2.794	3.195	2.827	
Investimento Expansão	€	12	94	123	176	323	420	392	366	307	297	1.773	
PA	€	10	33	41	48	102	146	134	133	104	107	633	
Redes, Ramais e UAG	€	(1)	57	80	124	212	262	238	224	181	172	1.077	
Contadores e Redutores	€	3	4	2	3	9	12	11	9	13	18	65	
Clientes Ligados	#	12	21	34	37	108	147	139	138	110	93	627	
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional	m/PA	-	62,0	23,9	28,5	16,6	15,0	14,0	13,0	12,9	14,3	13,9	
Investimento do ano /GN Veiculado do Lote	€/MWh	20	511	223	-	55	367	113	872	966	467	300	
A- Rentabilidade Investimento	%	52,94%	0,60%	6,90%	-	-	4,80%	14,94%	2,17%	1,68%	3,47%	6,01%	
B- Remuneração sobre Activos	%	5,32%	5,05%	5,05%	-	-	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	
Prémio de VNC (A-B)	pp	47,62	(4,45)	1,85	-	-	(0,87)	9,27	(3,50)	(3,99)	(2,20)	0,34	

Descrição	U.m.	Real 22-25				Orc 2026	POIRD 2026					
		2022	2023	2024	2025		2027	2028	2029	2030	2031	2027-2031
INVESTIMENTO TOTAL		1 152	1 139	1 957	1 820	769	854	939	1 972	1 473	1 474	6 712
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO		1 031	1 090	1 401	1 596	745	798	856	801	756	773	4 013
Rede e UAG	m€	614	698	957	1 083	429	439	504	457	475	468	2 341
Rede Secundária - BP	m€	461	579	814	913	356	359	423	377	406	402	1 956
Ramais	m€	154	119	143	140	63	80	81	80	70	63	375
Rede Secundária - BP	m	9 159	11 344	12 562	11 235	3 613	3 647	4 142	3 662	3 778	3 625	18 854
Ramais	m	477	317	409	338	118	154	150	148	122	107	681
Rede Secundária - BP (Extensão)	Km	304	316	328	340	343	347	351	355	358	362	362
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	128	153	197	194	140	106	121	115	128	141	611
Pontos de Abastecimento	m€	289	239	248	349	176	242	231	229	192	166	1 061
Mercado Novo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mercado Existente	m€	262	212	220	239	106	156	142	142	113	93	646
Conversão	m€	215	178	175	185	88	131	118	118	94	77	537
Reconversão	m€	42	29	36	46	15	18	17	18	14	12	80
Pequeno terciário	m€	6	5	9	8	5	7	6	6	5	4	29
Grande consumo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrução e análise técnica de processo	m€	-	-	-	67	52	69	68	69	56	49	371
Contadores/Redutores	m€	27	25	28	43	18	17	22	18	22	24	104
Pontos de Abastecimento - Segmento	#	538	413	389	439	213	277	270	267	219	192	1 228
Mercado Novo	#	21	23	25	26	17	18	19	18	17	15	60
Mercado Existente	#	500	373	361	406	191	265	254	250	202	166	1 141
Conversão	#	367	281	247	255	143	198	191	191	152	124	856
Reconversão	#	123	85	100	137	40	56	53	53	42	35	239
Pequeno terciário	#	10	7	14	14	8	11	10	10	8	7	46
Grande consumo	#	2	2	4	7	5	1	5	2	7	9	24
Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	-	-	-	-	213	277	270	267	219	192	1 228
MP	#	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	3
BP>	#	-	-	-	-	5	1	3	2	7	8	26
BP<	#	-	-	-	-	208	276	265	265	212	183	1 201
Energia Veiculada Adicional	MWh	-	-	-	-	5 380	1 301	23 325	48 484	54 370	78 203	100 584
MP	MWh	-	-	-	-	-	-	19 437	38 874	38 874	46 531	54 188
BP>	MWh	-	-	-	-	5 113	884	2 651	7 569	12 752	28 357	42 814
BP<	MWh	-	-	-	-	267	417	1 237	2 041	2 744	3 314	3 585
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	18 539	18 779	18 996	19 259	19 279	19 320	19 355	19 386	19 391	19 328	19 328
MP	#	21	23	25	26	17	18	19	18	17	15	60
BP>	#	98	97	102	103	108	108	110	111	117	124	124
BP<	#	18 420	18 659	18 871	19 137	19 152	19 194	19 226	19 257	19 237	19 187	19 187
Consumo Unitário	MWh/PA	42,0	35,8	34,2	29,7	25,8	24,0	23,7	23,7	22,7	22,9	22,9
MP	MWh/PA	27 717,6	22 418,1	20 360,7	18 051,0	17 820,6	16 838,0	16 541,6	16 353,0	16 082,2	15 864,1	15 864,1
BP>	MWh/PA	1 459,3	1 272,9	1 275,6	1 328,6	1 055,2	981,6	969,5	982,2	979,8	1 040,0	1 040,0
BP<	MWh/PA	2,9	2,7	2,7	2,8	2,4	2,4	2,4	2,5	2,5	2,5	2,5
Energia Veiculada Total	MWh	779 218	657 473	645 568	567 851	497 824	464 046	458 586	458 302	440 624	442 636	445 009
MP	MWh	582 069	493 199	468 296	379 071	333 591	311 503	305 020	302 531	281 438	269 690	277 347
BP>	MWh	143 013	124 112	126 923	136 185	112 382	106 008	105 672	108 530	111 694	125 320	139 777
BP<	MWh	54 136	50 162	50 329	52 594	46 851	46 535	46 894	47 241	47 492	47 615	47 884
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS		89	20	544	216	23	35	43	1 133	628	631	2 470
Redes	m€	64	3	509	191	-	-	-	631	350	354	1 337
MP	m€	66	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP (estruturante)	m€	-	0	509	191	-	-	-	631	350	354	1 337
Rede Primária - MP	m	307	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Secundária Estruturante - BP	m	-	-	6 158	601	-	-	-	7 500	1 800	1 770	11 070
Rede Primária - MP (Extensão)	Km	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	Km	4	4	10	11	11	11	11	18	20	22	22
Outras Infraestruturas	m€	13	12	13	13	17	20	23	27	31	34	136
Capacitação de Infraestruturas	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudos e Equipamentos Técnicos	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contadores - reativações por rotação de clientes	m€	13	12	13	13	17	20	23	27	31	34	136
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	11	5	22	12	6	16	20	475	247	238	990
OUTROS INVESTIMENTOS		31	29	12	9	20	31	39	38	50	71	229
Contadores - Renovação por imposição Legal	m€	31	29	12	9	20	31	39	38	50	71	229
Racional Económico												
Densificação de Rede												
N.º de Fogos da VNF	#	-	-	-	-	57 744	57 744	57 744	57 744	57 744	57 744	57 744
CUI Ativos	#	-	-	-	-	19 259	19 320	19 355	19 386	19 391	19 328	19 328
% de Ligados	%	-	-	-	-	33%	33%	33%	34%	34%	33%	33%
PA/Km Rede Secundária (EoP)	#/Km	40	59	56	55	54	54	54	52	51	50	50
PA (EoP)	Km	18 539	18 779	18 996	19 259	19 279	19 320	19 355	19 386	19 391	19 328	19 328
Km Rede Secundária (EoP)	Km	308	320	338	350	354	357	362	373	378	384	384
PA/Km Rede Secundária (Período)	#/Km	59	35	21	37	59	76	65	24	39	36	41
PA (Ligados Período)	Km	538	413	389	439	213	277	270	267	219	192	1 228
Km rede secundária (Construída Período)	Km	9	11	19	12	4	4	4	11	6	5	30
Rátiros de expansão												
Inv. Expansão/Cliente Ligado	€	1 993	2 737	3 665	3 530	3 427	2 778	3 150	2 984	3 745	4 322	3 320
Investimento Expansão	€	1 072	1 130	1 436	1 550	730	769	851	797	820	830	4 067
PA	€	391	365	417	433	247	262	262	242	234	234	1 257
Redes, Ramais e UAG	€	614	698	957	1 083	429	439	504	457	475	466	2 341
Contadores e Redutores	€	68	67	52	64	85	68	84	83	103	130	468
Clientes Ligados	#	538	413	389	439	213	277	270	267	219	192	1 228
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional	m/PA	17,0	27,5	32,3	25,6	17,0	13,2	15,3	13,7	17,3	18,9	15,4
Investimento do ano / GN Veiculada do Lote	€/MWh	554	217	930	-	136	296	21	90	283	19	40
A - Rentabilidade Investimento	%	0,28%	0,79%	0,42%	-	-	5,99%	22,64%	6,88%	2,17%	40,73%	13,90%
B - Remuneração sobre Activos	%	5,32%	5,05%	5,05%	-	-	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%
Prémio de VNF (A-B)	pp	(5,05)	(4,26)	(4,63)	-	-	0,32	16,97	1,21	(3,50)	35,06	8,23

Descrição	u.m.	Real 22-25				ORÇ 2026	PDIRD 2026						
		2022	2023	2024	2025		2027	2028	2029	2030	2031	2027-2031	
INVESTIMENTO TOTAL		1 312	979	2 003	1 787	1 315	1 099	1 208	1 139	1 083	1 204	8 734	
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO		1 024	801	1 788	1 639	822	898	961	884	771	776	4 290	
Rede e UAG	m€	681	555	1 284	1 091	481	499	562	496	432	432	2 422	
Rede Secundária - BP	m€	520	455	1 131	963	357	395	458	394	345	338	1 931	
Ramais	m€	161	99	153	128	94	103	104	103	87	94	498	
Rede Secundária - BP Ramais	m	7 958 345	7 668 216	15 710 375	10 169 295	3 551 178	4 004 198	4 473 192	3 833 189	3 270 157	3 103 164	18 683 900	
Rede Secundária - BP (Extensão)	Km	666	673	689	699	703	707	711	715	718	722	722	
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	117	102	225	213	158	121	135	127	126	142	650	
Pontos de Abastecimento	m€	226	144	279	336	216	278	264	261	215	202	1 219	
Mercado Novo	m€	193	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mercado Existente	m€	372	118	242	229	113	145	149	149	119	98	679	
Conversão	m€	141	75	162	182	94	139	124	124	98	81	565	
Reconversão	m€	39	30	68	29	14	19	18	19	15	13	84	
Pequeno terciário	m€	13	13	12	18	5	7	7	7	5	4	30	
Grande consumo	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Instrução e análise técnica de processo	m€	-	-	-	72	80	89	86	88	74	78	415	
Contadores/Redutores	m€	33	26	36	54	24	24	29	24	22	26	124	
Pontos de Abastecimento - Segmento	#	651	424	669	800	322	357	345	341	283	295	1 621	
Mercado Novo	#	276	210	235	128	115	72	72	72	68	115	402	
Mercado Existente	#	372	211	430	367	203	280	267	267	212	178	1 201	
Conversão	#	234	109	226	260	152	210	200	200	169	131	900	
Reconversão	#	115	80	186	81	45	59	56	56	45	37	253	
Pequeno terciário	#	23	22	18	26	8	11	11	11	8	7	48	
Grande consumo	#	3	3	4	5	4	2	6	2	3	5	18	
Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	-	-	-	-	322	357	345	341	283	295	1 621	
MP	#	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP>	#	-	-	-	-	4	2	6	2	3	5	18	
BP<	#	-	-	-	-	318	355	339	339	280	290	1 603	
Energia Veiculada Adicional	MWh	-	-	-	-	2 032	2 441	7 032	13 483	18 988	22 244	24 294	
MP	MWh	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BP>	MWh	-	-	-	-	1 612	1 914	5 474	10 919	15 515	17 937	19 563	
BP<	MWh	-	-	-	-	419	527	1 558	2 564	3 474	4 306	4 731	
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa	#	55 103	55 065	55 194	55 169	54 938	54 626	54 305	53 977	53 594	53 221	53 221	
MP	#	5	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	
BP>	#	149	154	148	155	159	160	165	166	168	172	172	
BP<	#	54 948	54 905	55 040	55 008	54 773	54 460	54 134	53 805	53 420	53 045	53 045	
Consumo Unitário	MWh/PA	14,7	14,5	14,1	14,2	13,5	12,8	12,2	11,7	11,2	10,7	10,7	
MP	MWh/PA	92 253,0	92 692,8	88 096,6	90 619,0	86 041,4	79 158,1	72 825,5	66 999,4	61 639,5	56 708,3	56 708,3	
BP>	MWh/PA	666,2	643,9	650,9	627,7	608,8	589,4	589,1	600,4	612,0	605,2	605,2	
BP<	MWh/PA	2,9	2,6	2,7	2,6	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,5	2,5	
Energia Veiculada Total	MWh	811 195	795 168	775 604	782 371	745 141	701 042	664 479	632 867	603 164	573 813	578 863	
MP	MWh	553 518	556 157	528 579	543 714	516 248	474 949	436 953	401 996	369 837	340 235	340 235	
BP	MWh	99 262	97 648	98 282	95 098	95 589	94 012	95 730	99 369	102 196	102 885	104 511	
BP<	MWh	158 416	142 463	148 742	143 559	133 303	132 082	131 797	131 501	131 121	130 678	131 103	
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS		235	69	164	117	431	105	126	133	147	166	678	
Redes	m€	169	9	106	63	378	-	-	-	-	-	-	
MP	m€	39	(9)	3	-	375	-	-	-	-	-	-	
BP (estruturante)	m€	131	19	103	63	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Primária - MP	m	6	102	-	-	1 150	-	-	-	-	-	-	
Rede Secundária Estruturante - BP	m	1 721	731	879	409	-	-	-	-	-	-	-	
Rede Primária - MP (Extensão)	Km	28	28	28	28	29	29	29	29	29	29	29	
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	Km	13	14	15	15	15	15	15	15	15	15	15	
Outras Infraestruturas	m€	48	44	47	49	49	58	67	77	89	103	396	
Capacitação de Infraestruturas	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estudos e Equipamentos Técnicos	m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Contadores - reativações por rotação de clientes	m€	48	44	47	49	49	58	67	77	89	103	396	
Capitalização de Encargos de Estrutura	m€	17	16	11	6	7	47	59	56	58	63	283	
OUTROS INVESTIMENTOS		53	110	51	31	62	96	121	122	145	263	754	
Contadores - Renovação por imposição Legal	m€	53	110	51	31	62	96	121	122	145	263	754	
Racional Económico													
Densificação de Rede													
N.º de Fogos da VNG	#	-	-	-	-	145 720	145 720	145 720	145 720	145 720	145 720	145 720	
CUI Activos	#	-	-	-	-	55 169	54 938	54 626	54 305	53 977	53 594	53 221	
% de Ligados	%	-	-	-	-	38%	38%	37%	37%	37%	37%	37%	
PA/Km Rede Secundária (EoP)	#/Km	81	80	78	77	76	76	76	74	73	72	72	
PA (EoP)	#	55 103	55 065	55 194	55 169	54 938	54 626	54 305	53 977	53 594	53 221	53 221	
Km Rede Secundária (EoP)	Km	679	688	704	715	718	722	727	731	734	737	737	
PA/Km Rede Secundária (Período)	#/Km	67	50	40	47	91	89	77	89	87	95	87	
PA (Ligados Período)	#	651	424	669	800	322	357	345	341	283	295	1 621	
Km rede secundária (Construída Período)	Km	10	8	17	11	4	4	4	4	3	3	19	
Rátios de expansão													
Inv. Expansão/Cliente Ligado	c	1 721	2 243	2 815	3 289	2 448	2 495	3 077	2 915	3 358	3 652	3 104	
Investimento Expansão	c	1 121	951	1 883	1 644	853	962	1 062	994	950	1 063	9 031	
PA	c	309	220	467	442	267	286	276	284	276	243	1 329	
Redes, Ramais e UAG	c	681	555	1 284	1 091	481	499	562	496	432	432	2 422	
Contadores e Redutores	c	150	176	132	112	134	177	216	222	275	391	1 280	
Clientes Ligados	#	651	424	669	800	322	357	345	341	283	295	1 621	
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional	m/PA	12,2	18,1	23,5	20,3	11,0	11,2	13,0	11,2	11,6	10,5	11,5	
Investimento do ano /GN Veiculado do Lote	C/MWh	514	334	496	-	420	197	247	116	394	259	207	
A- Rentabilidade Investimento	%	2,33%	5,34%	2,22%	-	-	8,83%	6,84%	14,44%	4,06%	6,55%	6,34%	
B- Remuneração sobre Activos	%	5,32%	5,05%	5,05%	-	-	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	
Prémio de VNG (A-B)	pp	(2,99)	0,29	(2,78)	-	-	3,17	1,17	8,77	(1,61)	0,88	2,67	

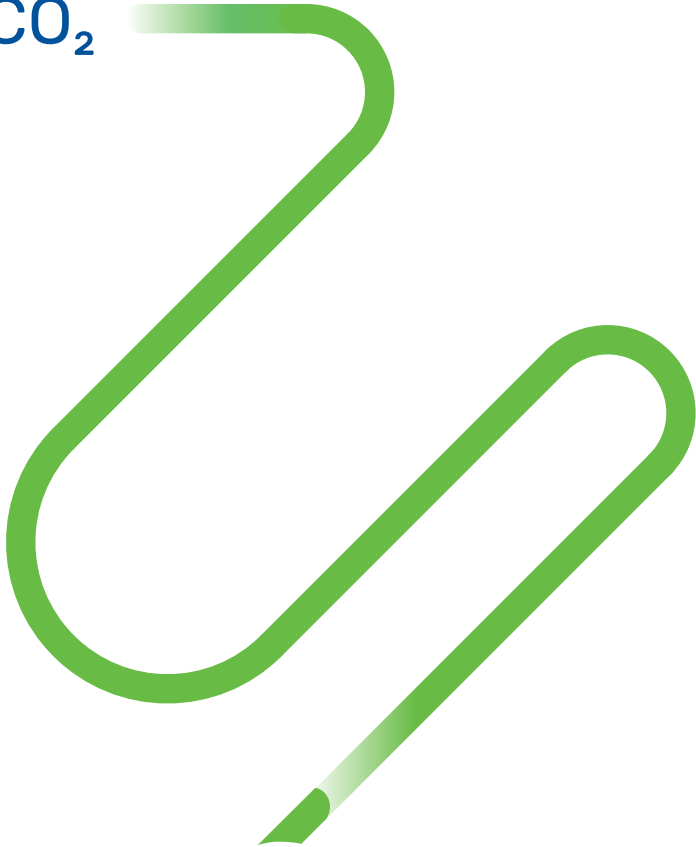
		Real 22-25				O&M	POIRD 2026						
Descrição		u.m.	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	1 2027-2031
INVESTIMENTO TOTAL			576	776	851	781	350	492	505	443	508	370	2 318
BESERVOLVIMENTO DE NEGÓCIO			564	773	847	597	344	483	491	429	477	328	2 208
Rede e UAG		m€	427	597	653	387	175	278	290	240	291	182	1 280
Rede Secundária - BP		m€	383	545	588	329	143	232	245	195	251	151	1 075
Ramais		m€	44	53	65	58	32	46	45	44	39	31	205
Rede Secundária - BP		m	7 501	7 727	7 705	6 274	1 461	2 333	2 401	1 921	2 327	1 410	10 392
Ramais		m	135	150	173	132	62	87	83	82	68	54	374
Rede Secundária - BP (Extensão)		Km	103	111	118	125	126	128	131	133	135	136	132
Capitalização de Encargos de Estrutura		m€	50	85	103	88	73	65	69	62	77	60	333
Pontos de Abastecimento		m€	88	91	92	121	96	140	131	128	110	86	595
Mercado Novo		m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mercado Existente		m€	81	84	79	87	62	90	81	81	65	53	371
Conversão		m€	62	66	60	68	52	76	67	67	54	44	308
Reconversão		m€	15	16	14	17	7	10	10	10	8	7	46
Pequeno terciário		m€	3	2	5	2	2	4	4	4	3	3	17
Grande consumo		m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrução e análise técnica de processo		m€	-	-	-	27	28	39	37	38	31	26	171
Contadores/Redutores		m€	7	7	12	8	6	11	12	8	14	7	53
Pontos de Abastecimento - Segmento		#	163	157	139	182	112	156	150	147	122	97	672
Mercado Novo		#	2	1	1	4	1	1	1	1	1	1	5
Mercado Existente		#	161	155	132	146	111	153	146	146	116	95	656
Conversão		#	109	105	87	93	84	115	109	109	87	71	491
Reconversão		#	47	47	39	49	23	32	31	31	24	20	138
Pequeno terciário		#	5	3	6	4	4	6	6	6	5	4	27
Grande consumo		#	-	1	3	-	-	2	3	-	5	1	11
Pontos de Abastecimento - Tarifa		#	-	-	-	-	112	156	150	147	122	97	672
MP		#	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
BP>		#	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP<		#	-	-	-	-	112	154	147	147	117	96	660
Energia Veiculada Adicional		MWh	-	-	-	-	158	603	7 844	14 692	16 594	18 809	19 134
MP		MWh	-	-	-	-	-	5 890	11 780	11 780	11 780	11 780	11 780
BP>		MWh	-	-	-	-	-	383	1 302	1 838	3 458	5 256	5 432
BP<		MWh	-	-	-	-	-	221	652	1 074	1 455	1 774	1 921
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa		#	3 977	4 044	4 160	4 262	4 330	4 434	4 532	4 626	4 696	4 740	4 740
MP		#	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1
BP>		#	10	13	13	15	15	17	19	19	24	25	25
BP<		#	3 967	4 031	4 147	4 247	4 315	4 417	4 512	4 606	4 671	4 714	4 714
Consumo Unitário		MWh/PA	4.2	4.0	4.6	5.6	5.2	5.1	6.5	7.8	8.0	8.3	8.3
MP		MWh/PA	-	-	-	-	-	-	11 780.0	11 780.0	11 780.0	11 780.0	11 780.0
BP>		MWh/PA	545.0	507.4	607.7	873.6	773.1	734.2	691.0	671.1	658.3	642.3	642.3
BP<		MWh/PA	2.8	2.6	2.7	2.7	2.5	2.4	2.5	2.5	2.5	2.5	2.5
Energia Veiculada Total		MWh	16 528	16 182	18 862	23 669	22 268	22 376	29 285	35 807	37 489	39 290	39 614
MP		MWh	-	-	-	-	-	-	5 890	11 780	11 780	11 780	11 780
BP>		MWh	5 450	5 835	7 900	12 230	11 594	11 747	12 439	12 752	14 154	15 737	15 914
BP<		MWh	11 078	10 346	10 962	11 439	10 672	10 629	10 957	11 275	11 555	11 772	11 920
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS			9	3	4	183	4	8	10	11	12	14	54
Redes		m€	6	-	-	170	-	-	-	-	-	-	-
MP		m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP (estruturante)		m€	6	-	-	170	-	-	-	-	-	-	-
Rede Primária - MP		m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Secundária Estruturante - BP		m	49	-	-	2 116	-	-	-	-	-	-	-
Rede Primária - MP (Extensão)		Km	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)		Km	0	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2
Outras Infraestruturas		m€	3	3	4	5	4	4	5	6	7	9	32
Capacitação de Infraestruturas		m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudos e Equipamentos Técnicos		m€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contadores - reativações por rotação de clientes		m€	3	3	4	5	4	4	5	6	7	9	32
Capitalização de Encargos de Estrutura		m€	0	0	-	8	0	3	5	4	5	5	22
OUTROS INVESTIMENTOS			1	1	0	1	1	2	4	3	19	28	54
Contadores - Renovação por imposição Legal		m€	1	1	0	1	1	2	4	3	19	28	54
Racional Económico													
Densificação de Rede													
N.º de Fogos da VVD		#	-	-	-	24 025	24 025	24 025	24 025	24 025	24 025	24 025	24 025
CUI Ativos		#	-	-	-	4 262	4 330	4 434	4 532	4 626	4 696	4 740	4 740
% de Ligados		%	-	-	-	18%	18%	18%	19%	19%	20%	20%	20%
PA/Km Rede Secundária (EoP)		#/Km	39	37	35	34	34	34	34	34	34	34	34
PA (EoP)		#	3 977	4 044	4 160	4 262	4 330	4 434	4 532	4 626	4 696	4 740	4 740
Km Rede Secundária (EoP)		Km	103	111	118	127	128	131	133	135	137	139	139
PA/Km Rede Secundária (Período)		#/Km	22	20	18	18	17	17	17	17	17	17	17
PA (Ligados Período)		#	163	157	139	152	112	156	150	147	122	97	672
Km Rede Secundária (Construída Período)		Km	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
Rátios de expansão													
Inv. Expansão/Cliente Ligado		€	3 487	4 941	6 120	3 788	2 869	2 886	3 083	2 725	3 871	3 490	3 141
Investimento Expansão		€	568	776	881	576	321	480	462	401	472	339	2 124
PA		€	131	169	182	175	155	155	143	143	113	704	704
Redes, Ramais e UAG		€	427	597	653	387	175	278	290	240	291	182	1 280
Contadores e Redutores		€	11	10	16	14	11	17	22	18	40	44	140
Clientes Ligados		#	163	157	139	152	112	156	150	147	122	97	672
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional		m/PA	46.0	49.2	55.4	41.3	13.0	15.0	16.0	13.1	19.1	14.5	15.5
Investimento do ano /GN Veiculado do Lote		€/MWh	945	1 968	127	-	2 031	373	35	952	132	522	111
A- Rentabilidade Investimento		%	-0.82%	-1.44%	9.05%	-	-	4.50%	15.04%	1.78%	12.46%	2.99%	7.90%
B- Remuneração sobre Activos		%	5.32%	5.05%	5.05%	-	-	5.67%	5.67%	5.67%	5.67%	5.67%	5.67%
Prémio de VVD (A-B)		pp	(6.15)	(6.49)	4.01	-	-	(1.17)	9.37	(3.96)	6.79	(2.68)	2.23

POIRD 2026: Projeto de Investimento
Vizela

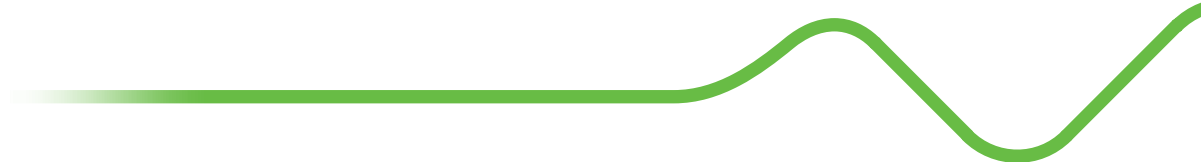
Descrição		u.m.	2022	2023	2024	2025	2026	ORC	2027	2028	2029	2030	2031	3 2027-2031
INVESTIMENTO TOTAL				346	363	356	458	470	664	573	585	499	510	2 832
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO				340	355	353	452	464	650	561	572	474	486	2 743
Rede e UAG	m€		200	174	169	214	258		375	312	318	259	277	1 641
Rede Secundária - BP	m€		153	120	119	172	212		315	254	258	210	232	1 267
Ramais	m€		47	54	50	42	46		62	59	60	49	45	274
Rede Secundária - BP	m		2 657	1 893	1 878	2 293	2 141		3 138	2 539	2 540	2 027	2 138	12 382
Ramais	#		138	148	148	120	88		118	111	111	89	78	507
Rede Secundária - BP (Extensão)	Km		34	36	38	40	42		45	48	50	52	54	54
Capitalização de Encargos de Estrutura			m€	40	57	54	80	75	88	79	82	77	89	414
Pontos de Abastecimento	m€		100	124	130	159	130		187	170	171	138	120	787
Mercado Novo	m€		-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-
Mercado Existente	m€		92	113	118	118	81		119	107	108	86	71	491
Conversão	m€		70	107	107	107	67		100	89	89	72	59	405
Reconversão	m€		21	5	8	8	10		14	13	14	11	9	61
Pequeno terciário	m€		1	1	3	2	4		5	5	5	4	3	22
Grande consumo	m€		-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-
Instrução e análise técnica de processo	m€		-	-	-	-	29	39	52	51	52	43	37	235
Contadores/Redutores			m€	8	11	12	12	10	16	12	12	10	13	61
Pontos de Abastecimento - Segmento	#		190	163	167	174	158		212	200	200	161	140	913
Mercado Novo	#		5	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-
Mercado Existente	#		185	161	165	173	144		202	193	193	154	124	868
Conversão	#		121	146	143	145	109		152	144	144	116	95	651
Reconversão	#		62	14	19	24	31		42	41	41	32	26	182
Pequeno terciário	#		2	1	3	4	6		8	8	8	6	5	35
Grande consumo	#		2	1	1	-	1		3	-	-	-	3	6
Pontos de Abastecimento - Tarifa	#		-	-	-	-	158	212	200	200	161	140	913	
MP	#		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP>	#		-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	3	6
BP<	#		-	-	-	-	157	209	200	200	161	137	907	
Energia Veiculada Adicional			MWh	-	-	-	225	4 689	9 640	10 162	10 634	11 943	13 041	
MP	MWh		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP>	MWh		-	-	-	-	34	4 418	8 835	8 835	8 835	9 748	10 661	
BP<	MWh		-	-	-	-	191	272	805	1 327	1 799	2 196	2 380	
Total de Pontos de Abastecimento - Tarifa			#	3 432	3 545	3 671	3 811	3 930	4 094	4 247	4 399	4 513	4 605	4 605
MP	#		6	6	7	6	6	6	6	6	6	6	6	6
BP>	#		17	15	17	17	18	21	21	21	21	24	24	24
BP<	#		3 409	3 524	3 647	3 788	3 906	4 067	4 220	4 372	4 486	4 575	4 575	4 575
Consumo Unitário			MWh/PA	42,4	43,7	35,6	31,6	28,0	26,4	24,9	22,7	20,9	19,5	19,5
MP	MWh/PA		20 508,3	21 991,8	16 395,5	14 392,1	14 438,0	13 283,0	12 220,3	11 242,7	10 343,3	9 515,8	9 515,8	
BP>	MWh/PA		799,0	765,2	634,9	518,4	478,5	409,5	379,8	359,8	329,8	299,2	299,2	
BP<	MWh/PA		2,6	2,4	2,4	2,4	2,2	2,1	2,1	2,1	2,2	2,2	2,2	2,2
Energia Veiculada Total			MWh	145 470	152 513	128 586	118 171	108 558	105 739	103 948	98 283	93 054	89 040	90 138
MP	MWh		123 050	131 951	104 571	93 549	86 628	79 698	73 322	67 456	62 060	57 095	57 095	
BP>	MWh		13 583	12 243	13 359	15 614	13 624	17 735	21 886	21 625	21 370	22 032	22 945	
BP<	MWh		8 778	8 318	8 656	9 008	8 306	8 306	8 799	9 202	9 595	9 913	10 098	
OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS				3	2	2	2	3	7	9	10	11	14	51
Redes	m€		1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MP	m€		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BP (estruturante)	m€		1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Primária - MP	m		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Secundária Estruturante - BP	m		-	-	62	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Primária - MP (Extensão)	Km		5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Rede Sec. Estruturante - BP (Extensão)	Km		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Outras Infraestruturas			m€	2	2	2	2	3	4	5	6	7	8	30
Capacitação de Infraestruturas	m€		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudos e Equipamentos Técnicos	m€		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contadores - reativações por rotação de clientes	m€		2	2	2	2	2	3	4	5	6	7	8	30
Capitalização de Encargos de Estrutura			m€	0	0	-	-	0	3	4	4	4	5	21
OUTROS INVESTIMENTOS				3	6	1	4	3	8	3	4	13	11	39
Contadores - Renovação por imposição Legal	m€		3	6	1	4	3	8	3	4	4	13	11	39
Racional Económico														
Densificação de Rede														
N.º de Fogos da VIZ	#		-	-	-	9 592	9 592	9 592	9 592	9 592	9 592	9 592	9 592	9 592
CUI Activos	#		-	-	-	3 811	3 930	4 094	4 247	4 399	4 513	4 605	4 605	4 605
% de Ligados	%		-	-	-	40%	41%	43%	44%	46%	47%	48%	48%	48%
PA/Km Rede Secundária (EoP)		#/Km	96	94	93	91	89	87	85	84	83	82	82	82
PA (EoP)	#		3 432	3 545	3 671	3 811	3 930	4 094	4 247	4 399	4 513	4 605	4 605	4 605
Km Rede Secundária (EoP)	Km		36	38	40	42	44	47	50	52	54	56	56	56
PA/Km Rede Secundária (Período)		#/Km	72	86	86	76	74	68	79	79	79	68	74	74
PA (Ligados Período)	#		190	163	167	174	158	212	200	200	161	140	913	
Km rede secundária (Construída Período)	Km		3	2	2	2	2	3	3	3	2	2	12	12
Rátios de expansão														
Inv. Expansão/Cliente Ligado		c	1 817	2 224	2 127	2 466	2 726	2 872	2 590	2 445	2 806	3 348	2 822	
Investimento Expansão		c	345	363	358	429	431	609	518	529	452	468	5 574	
PA	c		132	170	172	198	156	207	163	160	160	160	905	
Redes, Ramais e UAG	c		200	174	169	214	258	375	312	318	259	277	1 541	
Contadores e Redutores	c		13	19	14	18	16	27	19	21	30	32	130	
Clientes Ligados		#	190	163	167	174	158	212	200	200	161	140	913	
Metros Rede Secund. Adicional - expansão / PA adicional	m/PA		14,0	11,6	11,6	13,2	13,6	14,8	12,7	12,7	12,6	15,3	13,6	
Investimento do ano /ON Veiculados do Lote	c/MWh		378	267	97		1 913	65	990	1 016	1 067	213	198	
A- Rentabilidade Investimento		%	1,96%	3,30%	12,02%			25,36%	1,50%	1,37%	1,21%	7,33%	9,13%	
B- Remuneração sobre Activos		%	5,32%	5,05%	5,05%			5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	
Prémio de VIZ (A-B)		pp	(3,37)	(1,75)	6,97			19,69	(4,17)	(4,30)	(4,46)	1,66	3,46	

Anexo 2

Gás natural
e Emissões de CO₂

A thick green line that starts from the right side of the text 'e Emissões de CO₂', loops upwards and to the left, then downwards and to the right, ending near the word 'portgás'.

portgás



Gás Natural e Emissões de CO₂

Consumos e emissões

Este anexo apresenta a relação entre o consumo de gás veiculado na rede de distribuição e as emissões de dióxido de carbono (CO₂), enquadrando-a numa perspetiva comparativa e territorial. A análise desenvolvida considera, não apenas as emissões diretamente associadas ao consumo de gás, mas também o efeito líquido resultante da substituição de fontes energéticas historicamente utilizadas nos municípios da área de concessão, designadamente o GPL e o fuelóleo, caracterizadas por fatores de emissão significativamente superiores.

Fonte de energia	Emissões CO ₂ (g/kWh)	Informação
Gás Natural	185,6	Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) 2013-2020
GPL	208,1	
Gasóleo	264,1	
Carvão / Coque	345,96	
Fuelóleo	275,8	Publicação APA - "Fator de Emissão da Eletricidade (2023)"
Eletricidade	151	

Fatores de emissão de CO₂, por fonte de energia, ano de 2023

Este enquadramento encontra-se alinhado com o estudo "Portgás – True Value 2024", que aplica uma metodologia de avaliação de externalidades ambientais suportada em referências científicas reconhecidas, permitindo quantificar o contributo líquido da rede de distribuição de gás para a redução de emissões de CO₂. Com base nos consumos efetivos registados na área de concessão, o exercício evidencia que a utilização do gás veiculado na rede permite uma redução relevante das emissões face às soluções alternativas substituídas, em particular no segmento industrial, onde historicamente predominava o recurso a fuelóleo.

Neste contexto, a poupança de emissões de CO₂ apresentada por concelho reflete o impacto agregado da existência da rede de distribuição, considerando a estrutura de consumo local e o perfil dos utilizadores. Os concelhos com maior intensidade de consumo e maior peso industrial evidenciam naturalmente valores absolutos mais elevados de emissões evitadas, traduzindo o papel estruturante da infraestrutura de gás na descarbonização da economia regional.

Importa ainda salientar que este contributo ambiental positivo assume uma dimensão dinâmica, na medida em que a rede de distribuição se encontra tecnicamente preparada para a incorporação progressiva de gases de origem renovável, como o biometano e o hidrogénio, potenciando uma redução adicional da intensidade carbónica do gás distribuído ao longo do tempo. Assim, o impacto apresentado neste anexo deve ser interpretado como uma base de referência que reforça o papel da rede de gás enquanto plataforma de transição energética custo-eficaz, em coerência com os objetivos nacionais de neutralidade carbónica. Em 2025 foram veiculados cerca de 5 172 GWh de gás, correspondendo a 305 mil ton de emissões de CO₂ evitadas, no total. A desagregação por concelho está presente na tabela seguinte:



Concelho	Poupança Emissões CO2 (ton)
BARCELOS	28 625
BRAGA	12 499
CAMINHA	183
ESPOSENDE	2 770
FAFE	11 315
FELGUEIRAS	585
GONDOMAR	4 512
GUIMARÃES	47 538
LOUSADA	328
MAIA	27 067
MATOSINHOS	20 716
PAÇOS DE FERREIRA	495
PAREDES	577
PENAFIEL	366
PONTE DE LIMA	952
PORTO	302
PAREDES DE COURA	16 112
PÓVOA DE VARZIM	1 381
SANTO TIRSO	18 694
TROFA	6 643
VALENÇA	476
VALONGO	1 549
VIANA DO CASTELO	6 028
VILA DO CONDE	6 496
VILA NOVA DE CERVEIRA	1 011
VILA NOVA DE FAMALICÃO	48 434
VILA NOVA DE GAIA	29 538
VILA VERDE	421
VIZELA	9 595
Total	305 208

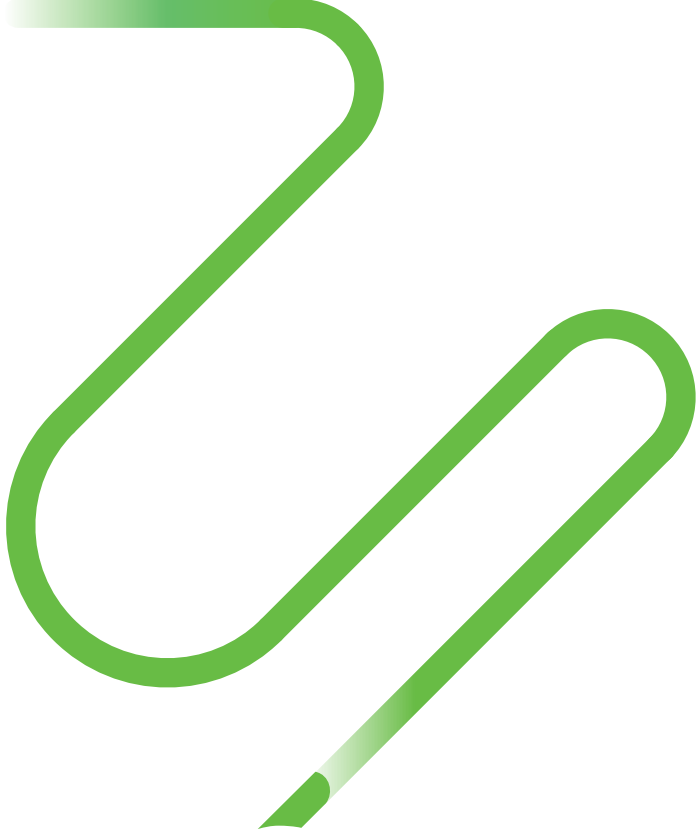
Volumes veiculados e CO₂ emitido por concelho

A poupança de emissões de CO₂ evidencia um contributo particularmente relevante em concelhos com maior expressão industrial e urbana, destacando-se Vila Nova de Famalicão e Guimarães que, em conjunto, representam cerca de 31 % da poupança total de emissões de CO₂ associada à área de concessão, evidenciando o peso destes concelhos – fortemente industrializados – no contributo global da rede para a descarbonização.

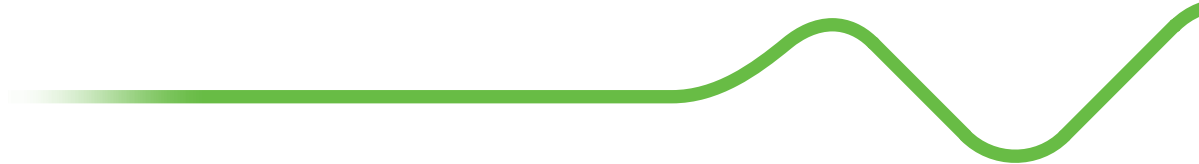
A rede de distribuição de gás da Portgás é fundamental para a transição energética, reduzindo emissões de CO₂ e promovendo a descarbonização regional. A sua importância é maior em áreas industriais, equilibrando competitividade e impacto ambiental. A adaptação para gases renováveis reforça o seu papel como plataforma eficaz e resiliente, alinhada com os objetivos nacionais de neutralidade carbónica e sustentabilidade energética.

Anexo 3

Fichas de Descarbonização
por Concelho

A thick green line that starts horizontally, curves down and to the left, then curves down and to the right, ending with a small arrowhead pointing towards the word 'portugal'.

portugal



Resumo

No contexto da transição energética e dos objetivos nacionais e europeus de neutralidade carbónica, a integração de gases de origem renovável na rede de distribuição assume um papel determinante na descarbonização do sistema energético e na valorização de recursos endógenos. A área de concessão da Portgás evidencia um *pipeline* relevante e territorialmente diversificado de projetos de produção e injeção de gases renováveis, com especial predominância do biometano, refletindo a maturidade crescente destas soluções e a sua adequação às características de consumo local.

As fichas de descarbonização por concelho apresentadas neste anexo sintetizam o potencial de substituição progressiva do gás convencional por gases renováveis, evidenciando impactos diferenciados em função do perfil de consumo, da proximidade entre produção e utilização e do nível de maturidade dos projetos identificados. No seu conjunto, os projetos considerados no cenário de ambição traduzem um potencial de descarbonização da ordem dos 20 % dos consumos da concessão, com situações em que a produção renovável excede o consumo local, permitindo a veiculação de excedentes para concelhos vizinhos e reforçando a resiliência e a flexibilidade da rede.

O cenário baseia-se no ano de 2025 e prevê a implementação gradual dos projetos, conforme a sua maturidade e restrições técnicas, regulatórias e de investimento, ao longo do PDIRD 2026, entre 2027 e 2031.

Para refletir de forma realista os diferentes graus de desenvolvimento e incerteza associados às iniciativas em curso, a análise é estruturada segundo dois cenários distintos: um cenário de ambição, que considera a concretização de um conjunto alargado de projetos identificados, e um cenário conservador, restrito aos projetos que se encontram em fase de tramitação institucional. Esta abordagem permite enquadrar, de forma fundamentada, o contributo potencial dos gases renováveis para a descarbonização da área de concessão, bem como apoiar o planeamento da rede e a definição de prioridades estratégicas de ligação e reforço de capacidade, numa lógica de coerência territorial e alinhamento com as políticas públicas nacionais.

Descarbonização Concelho

Concelho	Gás Veiculado no Concelho (MWh)	Volume Anual (MWh)	Descarbonização [%]
Barcelos	317 551	185 747	58%
Braga	301 806	33 331	11%
Gondomar	89 740	66 043	74%
Paredes	28 808	17 543	61%
Penafiel	43 892	51 596	118%
Vila do Conde	108 658	536 603	494%
Vila Nova de Famalicão	566 158	165 108	29%
Viana do Castelo	137 250	14 401	10%
Área de Concessão	5 172 249	MWh	
Descarbonização Concessão	21%		

Cenário Ambição (15 Projetos com maior potencial)

Descarbonização Concelho

Concelho	Gás Veiculado no Concelho (MWh)	Volume Anual (MWh)	Descarbonização [%]
Barcelos	317 551	185 747	58%
Braga	301 806	33 331	11%
Paredes	28 808	17 543	61%
Penafiel	43 892	51 596	118%
Vila do Conde	108 658	51 596	47%
Vila Nova de Famalicão	566 158	165 108	29%
Viana do Castelo	137 250	14 401	10%

Área de Concessão	5 172 249 MWh
Descarbonização Concessão	10%

Cenário Conservador (10 Projetos, em trâmite na DGEG)

BARCELOS

Barcelos revela um dos mais expressivos potenciais de descarbonização da concessão, sustentado sobretudo em projetos associados ao tratamento de resíduos sólidos urbanos, em linha com as orientações do Plano de Ação para o Biometano e com o eixo de economia circular previsto no PDIRD.

A conjugação entre produção renovável e perfil de consumo local permite atingir uma substituição de cerca de 58% do gás fóssil atualmente veiculado, mantendo-se o volume previsto de 185.747 MWh/ano de gases renováveis injetados, num consumo total de 317.551 MWh/ano. O concelho beneficia de um equilíbrio particularmente favorável entre a componente doméstica, os consumos do setor terciário e o volume de produção renovável previsto, garantindo um impacto estrutural também ao nível da estabilidade energética regional.

Este contributo reforça não apenas a redução material de gases com efeito de estufa, mas também a resiliência do sistema, na medida em que a produção ocorre próxima do consumo e com origem em fluxos constantes de resíduos urbanos. A coerência com políticas nacionais, incluindo o PAB, PNEC2030 e o RNC2050 é plena, sobretudo no que respeita à valorização de recursos endógenos e ao reforço da autonomia energética local.

Descarbonização Concelho - Barcelos

Concelho	Cenário Ambição	Cenário Conservador
Gás veiculado (MWh)	317 551	317 551
Volume anual de GOR injetado (MWh)	185 747	185 747
% Descarbonização	58%	58%

Comparação de Cenários — Ambição (15 Projetos) vs. Conservador (10 Projetos – DGEG)

Impactos estimados:

- Descarbonização estrutural (>50%), reduzindo pressão tarifária associada a volatilidade energética.
- Redução significativa de GEE, alinhada com RNC2050 e metas do PNEC.
- Aumento da resiliência energética local ao permitir produção renovável próxima do consumo.
- Contributo direto para economia circular e valorização de RSU.

BRAGA

Braga apresenta um perfil de descarbonização moderado em termos quantitativos, mas muito relevante do ponto de vista estratégico. O gás renovável do concelho mantém uma taxa de descarbonização de 11%, resultante da injeção de 33.331 MWh/ano face ao consumo anual de 301.806 MWh.

Embora o contributo percentual seja inferior ao verificado em concelhos com forte componente agropecuária ou com sistemas intermunicipais de RSU, Braga desempenha um papel relevante no corredor energético do Vale do Cávado, reforçando a previsibilidade da operação da rede e a diversificação das fontes de produção renovável. Trata-se também de um concelho com elevada densidade populacional, onde a redução de emissões associada ao uso de biometano tem impacto direto na qualidade ambiental urbana.

Em termos de enquadramento político, o projeto está alinhado com o PAB, PNEC2030 e o RNC2050, na sua vertente de complementaridade tecnológica, constituindo um contributo claro para políticas municipais de neutralidade carbónica. A maturidade do projeto e o seu papel demonstrativo justificam o seu enquadramento como investimento.

Descarbonização Concelho - Braga

Concelho	Cenário Ambição	Cenário Conservador
Gás veiculado (MWh)	301 806	301 806
Volume anual de GOR injetado (MWh)	33 331	33 331
% Descarbonização	11%	11%

Comparação de Cenários — Ambição (15 Projetos) vs. Conservador (10 Projetos – DGEG)

Impactos estimados:

- Tratamento circular de lamas urbanas.
- Redução de emissões em contexto urbano denso.
- Reforço da competitividade industrial ligeira e terciário.

GONDOMAR

Gondomar destaca-se por ser um dos concelhos com maior potencial da região Norte. O concelho apresenta um potencial de descarbonização muito elevado, que atinge 74%, resultante da produção prevista de 66.043 MWh/anual face a um consumo anual de 89.740 MWh. Contudo, ainda não se encontra em tramitação, na DGEG, qualquer projeto de Gondomar, facto que demonstra a elevada sensibilidade dos níveis de descarbonização à maturidade procedimental destas iniciativas, produzindo um cenário em que o concelho passa de líder nacional em impacto relativo para um contributo nulo no curto prazo.

A diferença entre os cenários destaca como é essencial acelerar os procedimentos administrativos, já que o projeto de Gondomar possui alcance metropolitano e pode impactar positivamente vários sistemas vizinhos, especialmente nos concelhos do Porto, Valongo e Maia. O impacto desse projeto vai além de reduzir as emissões em Gondomar; ele também contribui para fortalecer a segurança energética na região metropolitana do Porto.

Do ponto de vista de políticas públicas, foca os vetores centrais do PAB, reforça a economia circular intermunicipal e contribui significativamente para as metas nacionais de redução de emissões.

Descarbonização Concelho - Gondomar

Concelho	Cenário Ambição	Cenário Conservador
Gás veiculado (MWh)	89 740	89 740
Volume anual de GOR injetado (MWh)	66 043	0*
% Descarbonização	74%	Não aplicável

Comparação de Cenários — Ambição (15 Projetos) vs. Conservador (10 Projetos – DGEG)

***Este projeto não integra o conjunto dos 10 em fase análise na DGEG, não é contemplado no Cenário Conservador.**

Impactos estimados:

- Elevadíssima redução de emissões (RSU metropolitano).
- Relevância para a economia circular intermunicipal.
- Potencial para abastecimento de indústria próxima e reforço de resiliência energética.

PAREDES

Paredes apresenta um potencial de descarbonização muito elevado, que traduz a valorização energética de resíduos sólidos urbanos. Dos volumes previstos para injeção, o concelho regista uma descarbonização de 61%, equivalente à injeção anual de 17.542 MWh para um consumo de 28.808 MWh.

A relação particularmente favorável entre produção renovável e consumo posiciona Paredes como um caso de referência na neutralização das emissões associadas ao consumo de gás nos setores doméstico e industrial. Para além do impacto direto na redução de emissões, o projeto apoia a solidez da malha energética regional, beneficiando também concelhos limítrofes.

Paredes encontra total coerência com o PAB, o PNEC2030 e a Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética, dado que possibilita o acesso a energia mais acessível e sustentável. A sua relevância estratégica justifica que seja considerado de ligação prioritária pelas entidades reguladoras.

Descarbonização Concelho - Paredes

Concelho	Cenário Ambição	Cenário Conservador
Gás veiculado (MWh)	28 808	28 808
Volume anual de GOR injetado (MWh)	17 542	17 542
% Descarbonização	61%	61%

Comparação de Cenários – Ambição (15 Projetos) vs. Conservador (10 Projetos – DGEG)

Impactos estimados:

- Economia circular (tratamento de RSU).
- Redução de CO₂.
- Abastecimento industrial estável e renovável.

PENAFIEL

Penafiel assume um papel singular na concessão, apresentando um volume de produção renovável superior ao consumo anual do concelho. O concelho mantém um nível de descarbonização extremamente elevado, atingindo 118%, o que corresponde a uma produção anual de 51.596 MWh face a um consumo de 43.892 MWh.

Este excedente energético permite a Penafiel assumir-se como exportador líquido de gás renovável, contribuindo de forma decisiva para a descarbonização de concelhos vizinhos e para o equilíbrio global da rede. Esta capacidade excedentária, associada à proximidade a zonas industriais, torna Penafiel um ponto potencial de reforço para fluxos inversos e para estabilização energética regional.

A coerência com políticas públicas nacionais é evidente, sobretudo com o PAB, que privilegia a mobilização de substratos agropecuários e a criação de *hubs* territoriais de biometano. Penafiel surge, assim, como um concelho-âncora no sistema de gases renováveis, cuja ligação deve ser claramente priorizada.

Descarbonização Concelho - Penafiel

Concelho	Cenário Ambição	Cenário Conservador
Gás veiculado (MWh)	43 892	43 892
Volume anual de GOR injetado (MWh)	51 596	51 596
% Descarbonização	118%	118%

Comparação de Cenários — Ambição (15 Projetos) vs. Conservador (10 Projetos – DGEG)

O concelho excede largamente o consumo local, demonstrando que a infraestrutura de distribuição é essencial para veicular excedentes para outros concelhos.

Impactos estimados:

- Potencial para criação de “hub” renovável.
- Redução de emissões superior ao consumo local.
- Atratividade para novos setores industriais descarbonizados.

VILA DO CONDE

Vila do Conde apresenta o conjunto mais expressivo de projetos de biometano, combinando substratos agropecuários e fluxos orgânicos diversificados. Este concelho, à data, representa o maior potencial de injeção de gás renovável, em que se estima uma descarbonização de 47%, correspondente à produção anual de 51.596 MWh, de acordo com os processos em trâmite na DGEG, para um consumo de 108.658 MWh. Analisando o potencial global deste concelho prevê-se que a produção prevista aumente de forma muito significativa para os 536.603 MWh, conduzindo a uma taxa de descarbonização de 494%.

Esta multiplicação quase dez vezes no volume de injeção prevista reflete a entrada de diversos projetos com elevada maturidade e posiciona Vila do Conde como o polo mais estruturante para a criação de um sistema de *reverse flow* renovável dentro da concessão. A sua relevância energética transforma o concelho num verdadeiro eixo de produção para abastecimento de subsistemas contíguos, com benefícios diretos na estabilidade da rede, na competitividade industrial e na resiliência energética regional.

Alinhado com o PAB e com as políticas de descarbonização da economia agropecuária, Vila do Conde constitui um ponto crítico para o planeamento de capacidade, sendo necessária uma abordagem prioritária a nível de investimento e reforço das redes primária e secundária.

Descarbonização Concelho - Vila do Conde

Concelho	Cenário Ambição	Cenário Conservador
Gás veiculado (MWh)	108 658	108 658
Volume anual de GOR injetado (MWh)	536 603	51 596
% Descarbonização	494%	47%

Comparação de Cenários – Ambição (15 Projetos) vs. Conservador (10 Projetos – DGEG)

Impactos estimados:

- Forte contribuição para a autonomia energética regional.
- Relevância agropecuária na cadeia de valor do biometano.
- Capacidade de alimentar múltiplos subsistemas vizinhos.

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Vila Nova de Famalicão apresenta uma combinação muito relevante entre o peso industrial no consumo de gás e o contributo renovável associado ao projeto de biometano da região. O concelho atinge 29% de descarbonização em ambos os cenários, resultante da produção anual prevista de 165.108 MWh perante um consumo total de 566.158 MWh.

Apesar de o impacto percentual ser inferior ao de concelhos com forte componente RSU, assume particular importância pela relevância económica do seu tecido industrial e pela possibilidade de substituição direta de combustíveis fósseis mais intensivos em carbono. O projeto em análise reforça a estabilidade do subsistema do Vale do Ave e contribui para a competitividade das indústrias locais, reduzindo custos energéticos e emissões sem comprometer a segurança de abastecimento.

O concelho encontra alinhamento com o PNEC2030 no que respeita à descarbonização industrial e com as orientações do PAB para integração de biometano em setores produtivos. A ligação deste projeto é, por isso, essencial para a coesão energética regional.

Descarbonização Concelho - Vila Nova de Famalicão

Concelho	Cenário Ambição	Cenário Conservador
Gás veiculado (MWh)	566 158	566 158
Volume anual de GOR injetado (MWh)	165 108	165 108
% Descarbonização	29%	29%

Comparação de Cenários – Ambição (15 Projetos) vs. Conservador (10 Projetos – DGEG)

Impactos estimados:

- Redução expressiva de emissões industriais.
- Economia circular na gestão de resíduos.
- Estabilização de oferta energética renovável às zonas industriais.

VIANA DO CASTELO

Viana do Castelo apresenta um perfil de descarbonização mais moderado, cerca de 10,5% nos cenários avaliados, correspondente à produção anual de 14.401 MWh num consumo de 137.250 MWh. Contudo, a relevância do concelho não reside apenas no volume, mas sobretudo na tipologia do projeto, que incorpora hidrogénio renovável, assumindo um carácter pioneiro no contexto da concessão.

A sua geografia e a configuração da rede tornam o concelho particularmente adequado para injeção de hidrogénio. Deste modo, Viana do Castelo reforça as metas da EN-H2 e contribui para a criação de um ecossistema de inovação no Alto Minho, promovendo simultaneamente a diversificação tecnológica na matriz de gases renováveis.

Dado o seu valor estratégico, o concelho deve ser considerado prioritário pelas entidades reguladoras, não tanto pelo volume, mas pela capacidade de gerar conhecimento e elevar o grau de maturidade tecnológica da operação em ambiente real.

Descarbonização Concelho - Viana do Castelo

Concelho	Cenário Ambição	Cenário Conservador
Gás veiculado (MWh)	137 250	137 250
Volume anual de GOR injetado (MWh)	14 401	14 401
% Descarbonização	10%	10%

Comparação de Cenários – Ambição (15 Projetos) vs. Conservador (10 Projetos – DGEG)



Impactos estimados:

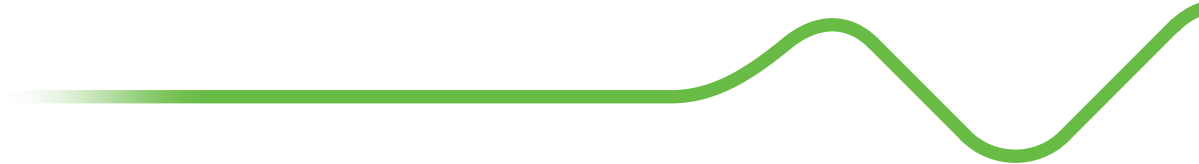
- Introdução do H₂ no sistema – ganho estratégico futuro.
- Redução moderada de emissões.
- Desenvolvimento de ecossistema de gases renováveis no Alto Minho.

Anexo 4

Detalhe dos Projetos
"Conformidade e
Segurança do
Abastecimento"



portgals





Detalhe dos Projetos “Conformidade e Segurança do Abastecimento”

A análise realizada à globalidade da infraestrutura da concessão da Portgás vem evidenciar que esta apresenta capacidade para sustentar um incremento de consumo em toda a área de concessão nos próximos anos, incluindo o cenário de misturas de gás convencional com gás de origem renovável, seja sob a forma de biometano ou hidrogénio, denotando-se uma evolução positiva nos sistemas onde foram concebidas medidas corretivas no último Plano Diretor. Não obstante, e fruto da evolução do contexto, existem sistemas e subsistemas com evolução negativa na matriz de risco, alvo de análise suplementar.

Ao nível da rede de média pressão, a análise realizada permite concluir que a única GRMS que pode ser desativada sem quaisquer implicações no abastecimento do operador de rede é a GRMS de Braga. Portanto, todas as outras apresentam restrições à sua colocação fora de serviço (de forma planeada ou accidental). Não obstante a REN Gasodutos ter previsto investimentos para colmatar algumas lacunas identificadas previamente, existe capacidade de incrementar a resiliência na interface da rede de transporte com a infraestrutura da Portgás, uma vez assegurados os investimentos de interligação de GRMS ao nível da rede de média pressão.

Em resumo, o planeamento estratégico tem como objetivo fundamental a maximização da performance das redes, minimizando custos de investimento (através de maior rigor na fase de previsão de investimentos e de soluções técnicas), promovendo um ativo sustentável com otimização do TOTEX ao longo do seu ciclo de vida e mitigando os riscos de operação técnica e comercial, assegurando a capacidade para desenvolvimento de negócio.

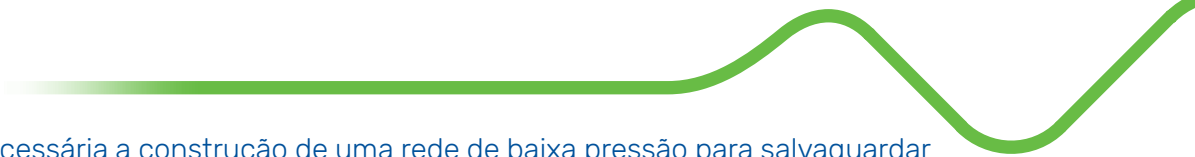
O presente Anexo detalha os projetos enquadrados na tipologia “Conformidade e Segurança do Abastecimento”, com enfoque específico nas intervenções diretamente associadas à rede de distribuição existente, nomeadamente ao reforço da fiabilidade operacional, mitigação de risco e manutenção dos níveis regulamentares de qualidade de serviço.

O montante global de investimento explicitado neste Anexo ascende a 2,439 M€, correspondendo aos projetos cuja natureza, âmbito técnico e calendarização justificam uma apresentação detalhada e autónoma neste anexo.

Importa referir que o valor remanescente associado aos projetos de resiliência, totalizando 3,139 M€, encontra-se distribuído em projetos de carácter transversal ou de capacitação tecnológica, cuja natureza não aconselha a sua duplicação ou desagregação detalhada neste Anexo.

Esta abordagem assegura a coerência global do plano de investimento, evita redundâncias na apresentação da informação e reflete a opção por uma segregação funcional dos projetos.

Decorrente da necessidade de intervenção de fundo na denominada Ponte de Vilarinho, em Vila do Conde, por parte da Infraestruturas de Portugal, que irá obrigar a desativar a rede de média pressão instalada nessa ponte por um período estimado superior a um



ano, verifica-se necessária a construção de uma rede de baixa pressão para salvaguardar a continuidade de abastecimento aos concelhos de Vila do Conde e Póvoa de Varzim. O projeto proposto preconiza a execução de 1,2 km de rede de baixa pressão, com um investimento de 0,152M € previsto realizar no ano de 2027.

Considerando a inexistência de redundância ao PRM que abastece o concelho de Penafiel, subsistema denominado D23, constituindo, por isso, um risco acrescido de falha da continuidade de abastecimento, em caso de falência de algum equipamento do PRM ou em caso de necessidade de o colocar fora de serviço, para efeitos de manutenção ou outra questão operacional, preconiza-se efetuar a interligação deste ao subsistema C02 e C04. Além da criação de uma redundância no abastecimento a este concelho, esta interligação permitirá a realização das operações necessárias para garantir a adequabilidade para veicular hidrogénio da rede de média pressão mantendo o fornecimento de gás aos clientes. Adicionalmente, esta rede permitirá aumentar a interligação entre dois sistemas para os quais existem pedidos de ligação de produtores de gases de origem renovável, nomeadamente biometano, cuja capacidade de produção ultrapassa o consumo do subsistema, funcionando esta rede como meio de veiculação desse gás entre subsistemas. O projeto proposto preconiza a execução de 9 km de rede de baixa pressão, com um investimento de 0,950 M€ previsto realizar nos anos de 2027 e 2028.

Fruto do crescimento industrial no concelho de Vila Nova de Famalicão, que em 2025 foi responsável por 11,3 % da energia veiculada na concessão da Portgás, identifica-se como necessário robustecer a pressão no lado poente do concelho. Com a execução de uma interligação à rede de baixa pressão do município de Vila do Conde, será possível robustecer este ponto crítico. Esta ligação potenciará ainda a veiculação de gás de origem renovável do município de Vila do Conde para Vila Nova de Famalicão. Para este projeto estima-se um investimento de 0,631 M€ para a execução de 7,5 km de rede de baixa pressão, com previsão de realização no ano de 2029.

Também no município de Vila Nova de Famalicão se verifica a necessidade de robustecer a pressão da rede de média pressão que abastece clientes industriais de relevo. Para tal, estima-se necessário construir uma rede de média pressão com sensivelmente 1,8 km que permitirá aumentar a pressão no ponto crítico identificado em cerca de 5 bar, e para o qual se estima um investimento de 0,356 M€ a realizar em 2031.

Para o período 2027-2031 está prevista a substituição de postos de redução e medida que apresentam diferentes níveis de obsolescência técnica e tecnológica. Apesar dos trabalhos preparatórios realizados, existe alguma incerteza nas localizações possíveis para os novos postos, estando estimada a realização de cerca de 2 km de rede nos diferentes concelhos da concessão com um valor total de 0,350 M€, no período 2029-2030.

Com estes projetos pretende-se robustecer as condições de fornecimento de gás aos concelhos indicados, garantindo a interligação de diferentes sistemas que irá aumentar o potencial de veiculação de gases de origem renovável, abastecendo sistemas onde existe uma forte concentração de indústrias que poderão, desta forma, ter acesso a uma solução energética de baixo custo e com potencial incorporação de gases renováveis.

Os projetos descritos propostos neste plano são apresentados no quadro seguinte:

Conformidade e Segurança do Abastecimento	Extensão	Investimento
Rede de Baixa Pressão		
Desvio Ponte de Vilarinho - VCD	1 150	152
Ligação de Vila Nova de Famalicão a Vila do Conde	7 500	631
Interligação D23 a C02/C04	9 000	950
Rede de Média Pressão		
Reforço de Vila Nova de Famalicão	1 770	356
Ligação de novos PRM	2 000	350
Total	21 420	2 439

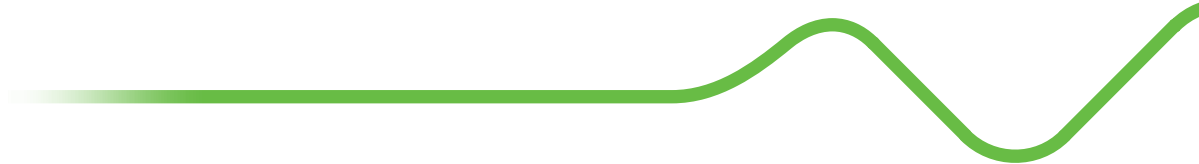
Projetos de resiliência de rede

Anexo 5

Detalhe dos Projetos
de Descarbonização
do Sistema
Nacional de Gás



portgás



Detalhe dos Projetos de “Descarbonização do Sistema Nacional de Gás”

Assumindo o seu compromisso com os desígnios de neutralidade carbónica do Governo português, decorrente de políticas públicas como a Estratégia Nacional do Hidrogénio que estabeleceu metas de incorporação de gases de origem renovável e baixo teor em carbono nas infraestruturas de gás (volumes de 1 % a 5 % até 2025 e 10 % a 15 % até 2030 nas redes do SNG), e o regulamento da distribuição que indica a admissibilidade de uma quota máxima de conteúdo de hidrogénio na RNDG até 20 % em volume, dividida equitativamente entre o ORT e os ORD, a Portgás desenvolveu uma estratégia de Descarbonização, explanada ao longo do documento, e que se detalha neste anexo.

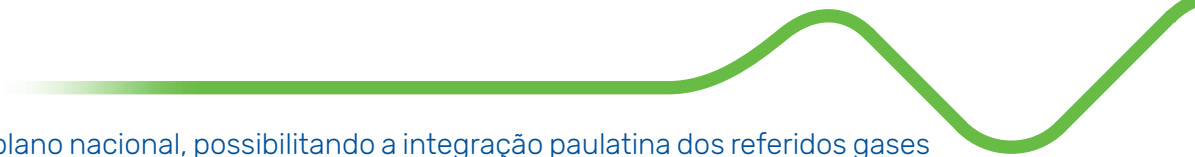
De forma a capacitar competências e os seus ativos para a veiculação de gases de origem renovável, a estratégia está orientada para a mitigação de riscos em assegurar os níveis de fiabilidade e de qualidade de serviço, decorrentes da sua missão de serviço público confiado pelo Estado português.

Neste PDIRD são já contemplados os resultados dos trabalhos de *assessment* às infraestruturas para veiculação de hidrogénio, tendo estrategicamente sido divididos em dois patamares, um primeiro para misturas até 20 % e um segundo, mais longínquo temporalmente, acima de 20 % de hidrogénio, que se prevê que extravase o plano temporal deste PDIRD.

Dada a previsão de que a injeção de biometano possa ocorrer mais cedo, segundo indicações de dois produtores ainda em 2026, os investimentos necessários para gerir a injeção deste gás já são considerados como indispensáveis, estando alguns projetos já em fase de implementação.

O Decreto-Lei n.º 62/2020, de 28 de agosto, refere no preâmbulo que “*Os operadores das infraestruturas da rede nacional de distribuição ficam agora confiados da missão de desenvolver as suas concessões e os investimentos necessários para a crescente incorporação de gases de origem renovável, em linha com as necessidades do mercado e de combate às alterações climáticas*”. Além da atribuição de vários deveres e direitos (p. ex.: “*A incorporação de gases de origem renovável e de gases de baixo teor de carbono*” e “*A contribuição para a progressiva descarbonização do SNG, com o objetivo de alcançar a neutralidade carbónica até 2050*”), a alínea g) do número 2 do Artigo 17.º do referido Decreto-Lei estabelece como obrigação de serviço público das concessionárias “*A capacitação das infraestruturas e instalações concessionadas para a receção de outros gases*”.

Neste contexto, e refletindo a atual maturidade científica sobre a incorporação de novos gases em regime de mistura com gás, no âmbito de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação, a Portgás identificou como prioritários investimentos que permitam não só assegurar a compatibilidade das infraestruturas existentes aos novos desígnios de política energética, como potenciar projetos-piloto para aquisição e internalização de



competências no plano nacional, possibilitando a integração paulatina dos referidos gases de origem renovável, biometano, hidrogénio e metano sintético, nas suas infraestruturas.

Desta forma a Portgás assume-se na sua missão, enquanto Operador de Rede de Distribuição, como responsável pela dinamização de projetos potenciadores da transição energética, pelo desenvolvimento de parcerias entre operadores de mercado, quer do lado da produção de gás de origem renovável como do lado dos comercializadores, assegurando que os seus ativos servem os desígnios do contrato de concessão, de desenvolvimento de mercado num racional de sustentabilidade económico-financeira de longo prazo, garantindo a sua perenidade.

Os Regulamentos da Rede Nacional de Transporte e da Rede Nacional de Distribuição, determinam que os operadores devem promover as diligências necessárias para garantir a conformidade das infraestruturas para receber misturas de hidrogénio com gás, até 10 % no transporte e 20 % na distribuição, devendo apresentar os resultados dos estudos ao concedente, como referido no preâmbulo regulamentar:

- Distribuição: *“os operadores da Rede Nacional de Distribuição de Gás (RNDG) deverão elaborar, de dois em dois anos, um relatório de monitorização relativo ao impacto da injeção de gases origem renovável e/ou de baixo teor de carbono na rede de distribuição, contendo nomeadamente a análise ao comportamento dos materiais e equipamentos aos fenómenos de permeação, o programa de pesquisa de fugas, o controlo da mistura, e a adequação dos procedimentos de operação e de resposta a emergências.”*
- Transporte: *“o operador da Rede Nacional de Transporte de Gás (RNTG) deverá elaborar, de dois em dois anos, um relatório de monitorização relativo ao impacto da injeção de gases origem renovável e/ou de baixo teor de carbono na rede de gasodutos, contendo nomeadamente a análise ao comportamento dos materiais e equipamentos aos fenómenos de permeação, o programa de pesquisa de fugas, o controlo da mistura, e a adequação dos procedimentos de operação e de resposta a emergências.”*

A Portgás, enquadrada no Grupo REN, tem capitalizado sinergias com o operador das infraestruturas de alta pressão, afigurando-se como um ator relevante no processo de descarbonização da economia em Portugal, para acomodar hidrogénio, sejam misturas incrementais de com gás ou 100% de hidrogénio, assegurando o alinhamento com a política energética nacional.



No âmbito da estratégia de descarbonização do setor energético e da preparação progressiva das infraestruturas de gás para a incorporação de gases renováveis, a Portgás desenvolveu, no quadro do Programa H2REN, do Grupo REN, um conjunto abrangente de estudos técnicos e de *assessment* à adequabilidade das suas redes de distribuição de baixa e média pressão para a veiculação de hidrogénio. Estes trabalhos assentaram numa abordagem sistemática e multidisciplinar, envolvendo a análise de materiais, componentes, equipamentos e sistemas críticos, bem como a avaliação dos critérios de operação, segurança, integridade e compatibilidade da infraestrutura com diferentes cenários de mistura e de conversão integral.

Os estudos realizados, suportados por entidades de engenharia e certificação independentes, permitiram demonstrar que a infraestrutura da Portgás se encontra tecnicamente apta para a operação segura com misturas de hidrogénio até 20 % em volume nas redes de média e baixa pressão, tendo igualmente sido avaliadas e identificadas as condições, intervenções e *roadmap* necessários para a conversão faseada de ativos para operação com 100 % de hidrogénio. Este processo culminou na emissão dos respetivos certificados de adequabilidade da infraestrutura, constituindo um marco histórico e relevante na preparação da rede de distribuição para os desafios associados à transição energética.

Em continuidade com este percurso de preparação técnica e com vista à consolidação da maturidade operacional nesta matéria, durante o ano de 2026 irá realizar-se um projeto-piloto para injeção de hidrogénio, na rede de transporte, junto à GRMS de Braga, concebido como prova de conceito para a veiculação de hidrogénio em mistura com o gás da rede. Este projeto permitirá testar, em contexto real e urbano, a distribuição e o consumo de hidrogénio, por clientes domésticos, terciários e industriais, validando de forma integrada os pressupostos técnicos, operacionais e de segurança associados à introdução gradual do hidrogénio na rede de distribuição e reforçando a confiança na escalabilidade desta solução, em alinhamento com uma visão de longo prazo para a integração do hidrogénio no sistema gasista nacional.

Sumarizando, a realização do Programa H2REN identificou o grau de aptidão das infraestruturas de gás, assim como os pontos que carecem de intervenção e os respetivos investimentos necessários para garantir a adequabilidade destes ativos para o Sistema Energético Nacional.

Dada a importância desta missão, a Portgás tem interagido com outros ORD, nomeadamente a Floene e a Sonorgás, e com o ORT com vista à otimização do investimento realizado pelos diferentes operadores do SNG.

Os investimentos necessários para corrigir as fragilidades descritas anteriormente serão compensados pela evolução de novas tecnologias com menor custo unitário, estando a Portgás a garantir um acompanhamento permanente da evolução do mercado através de atividades de *scouting* e de interações com outros operadores de redes de gás, tanto nacionais como internacionais.

Na tipologia “Descarbonização do Sistema Nacional de Gás” a Portgás apresenta o plano de investimento proposto para o horizonte deste PDIRD, compilando o conjunto de iniciativas, ações e projetos que traduzem a execução da sua estratégia, projetando um montante global de cerca de 17,6 M€.

Descarbonização do Sistema Nacional de Gás	2025 (R)	2026 (ORC)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)	Σ 2027-2031
Desenvolvimento de projetos para preparação das infraestruturas para gases renováveis (m €)								
Sustainable Gas	1 403	1 010	1 776	1 511	1 629	1 629	2 147	8 692
Smart Gas Company	828	796	563	568	793	1 033	783	3 738
R&D Projects	576	45	955	1 154	915	1 196	965	5 184
TOTAL	2 807	1 851	3 293	3 233	3 337	3 858	3 894	17 615

Sustainable Gas

Descarbonização do Sistema Nacional de Gás	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)	Σ 2027-2031
Sustainable Gas (m €)						
PRM - Postos de Redução e Medida	1 036	1 036	1 554	1 554	2 072	7 252
PRM Móvel - Posto de Redução e Medida Móvel	-	200	-	-	-	200
UTR - Unidade de Transmissão Remota	75	75	75	75	75	375
PFM - Postos Filtragem e Medida	-	200	-	-	-	200
ESG - Environmental, Social and Governance	665	-	-	-	-	665
TOTAL	1 776	1 511	1 629	1 629	2 147	8 692

No âmbito do PDIRD 2026, a rubrica *Sustainable Gas* representa a fase inicial do processo de descarbonização da rede de distribuição da Portgás, com enfoque na preparação técnica, funcional e operacional dos ativos críticos da infraestrutura para a integração gradual de gases renováveis. Esta etapa não tem como objetivo imediato a maximização dos volumes injetados, mas sim garantir que a rede possua as condições estruturais, de controlo e de monitoramento adequadas para operar de maneira segura e confiável, diante da crescente diversidade na composição do gás transportado, alinhando-se às diretrizes das políticas energéticas nacionais e europeias, bem como ao cumprimento da legislação e regulamentação setorial vigente.

O investimento previsto nesta rubrica soma 8,7 M€ para 2027-2031 e será distribuído gradualmente conforme a evolução dos projetos de gases renováveis, regulamentação e riscos técnicos. A maior parte do valor (7,3 M€) destina-se à substituição gradual de Postos de Redução e Medida (PRM), com foco na medição de energia, controlo operacional e na adaptação para gases de origem renovável.

Complementarmente, o plano prevê a aquisição de um Posto de Redução e Medida móvel, com um investimento de 0,2 M€ previsto para 2028, destinado a reforçar a flexibilidade operacional da rede. Esta solução permitirá responder a necessidades transitórias, apoiar projetos-piloto, realizar ensaios técnicos e assegurar continuidade de serviço durante intervenções de adaptação de infraestruturas fixas, constituindo um instrumento relevante de mitigação de risco num contexto de transição tecnológica.



A transformação da rede num sistema mais sensorizado é suportada pelo investimento em Unidades de Transmissão Remota (UTR), no montante global de 0,375 M€ ao longo do período 2027-2031. Estas unidades permitem a recolha e transmissão contínua de dados operacionais relevantes, como pressões, caudais e estados de funcionamento dos ativos, reforçando a capacidade de supervisão remota da rede, suportando os sistemas SCADA e garantindo uma gestão mais eficiente e segura num contexto de maior complexidade operacional induzida pela descarbonização.

Em 2028 está previsto um investimento de 0,2 M€ na construção de um Posto de Filtragem e Medida (PFM), destinado a garantir níveis adequados de filtragem e proteção dos equipamentos na rede de Média Pressão. A introdução de gases de origem renovável poderá causar alteração de fluxos, quer de velocidade como de direção, pelo que reforça a importância destes ativos, uma vez que contribuem para a salvaguarda da integridade dos reguladores, válvulas e sistemas de medição, assegurando a manutenção dos padrões de qualidade e segurança exigidos à rede de distribuição.

A rubrica *Sustainable Gas* integra ainda uma componente de ESG (*Environmental, Social and Governance*), com um investimento de 0,665 M€ concentrado em 2027, orientada para o reforço da monitorização ambiental e do controlo operacional da infraestrutura. Este investimento visa aumentar a exigência na gestão e acompanhamento dos ativos de distribuição, com particular enfoque na deteção, quantificação e mitigação de emissões fugitivas de metano, assegurando conformidade com os requisitos regulamentares aplicáveis e com os compromissos assumidos pela Portgás no âmbito da *Oil and Gas Methane Partnership* (OGMP). Em paralelo, esta componente suporta a adaptação de práticas operacionais, a atualização de procedimentos e a capacitação organizacional necessárias para reforçar a governação ambiental da empresa e a credibilidade do processo de descarbonização do Sistema Nacional de Gás.

No seu conjunto, a rubrica *Sustainable Gas* traduz uma opção estratégica clara de preparação antecipada da infraestrutura de distribuição, assegurando que a rede da Portgás permanece um ativo resiliente, seguro e tecnicamente apto para integrar, de forma progressiva e custo-eficaz, gases de origem renovável no Sistema Nacional de Gás. Esta primeira fase de investimento cria as bases indispensáveis para as etapas subsequentes da descarbonização, preservando simultaneamente a eficiência económica do sistema, a moderação tarifária e a proteção dos consumidores finais, em plena coerência com os objetivos e o horizonte temporal do PDIRD 2026.

Smart Gas Company

Descarbonização do Sistema Nacional de Gás	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)	Σ 2027-2031
Smart Gas Company (m €)						
PSM - Postos de Seccionamento e Medida	100	100	100	100	100	500
Sensorização da Rede	16	16	16	16	16	80
Equipamentos para Compliance com Hidrogénio	232	432	407	647	647	2 363
Power 2 H2	-	-	250	250	-	500
Desenvolvimento de Sistemas Integrados para Gestão do Sistema	200	-	-	-	-	200
Segurança e Operação	15	20	20	20	20	95
TOTAL	563	568	793	1 033	783	3 738

A rubrica *Smart Gas Company* enquadra um conjunto de investimentos destinados a dotar a rede de distribuição de maiores níveis de inteligência, observabilidade e capacidade de gestão, condição essencial para a integração progressiva de gases de origem renovável e para a resiliência e operação segura da infraestrutura num contexto de fluxos de gás com múltiplas origens. O investimento total previsto nesta rubrica ascende a 3,7 M€ no período 2027-2031, refletindo uma abordagem faseada e coerente com o horizonte do PDIRD 2026.

Neste âmbito, os Postos de Seccionamento e Medida (PSM) assumem um papel central enquanto ativos críticos da rede, permitindo uma gestão mais informada e dinâmica dos fluxos de gás, bem como a maximização de incorporação de gases renováveis. Para além da sua função de seccionamento, estes postos passam a constituir pontos privilegiados de recolha de informação operacional, suportando uma gestão mais “inteligente” da rede, particularmente relevante num cenário de injeção de gases renováveis e de coexistência de fluxos de diferentes origens. O investimento previsto nesta componente totaliza 0,5 M€ ao longo do período, garantindo a sua implementação de forma progressiva e alinhada com a evolução da rede.

De forma complementar, o reforço da sensorização da rede, com um investimento de 0,08 M€, contribui para aumentar a granularidade da informação disponível sobre o estado e o comportamento da infraestrutura, enquanto os equipamentos para *compliance* com hidrogénio, que concentram a maior parcela do investimento desta rubrica (2,3 M€), asseguram a adaptação dos ativos existentes às exigências técnicas associadas à introdução deste vetor energético.

Está igualmente previsto o desenvolvimento de um projeto-piloto (*Power 2 H2*) no valor de 0,5 M€, com o objetivo de proporcionar à Portgás experiência na utilização do hidrogénio, enquanto vetor energético, bem como demonstrar todo o ciclo de produção, armazenamento e consumo deste recurso energético de origem renovável. O investimento em sistemas integrados de gestão (0,2 M€) permitirá a integração eficiente de informações provenientes de múltiplas fontes, apoiando a tomada de decisões operacionais em tempo útil. A área de Segurança e Operação receberá um aporte, aproximado, de 0,1 M€, destinado à atualização dos procedimentos e à capacitação das equipas, garantindo que se mantêm os elevados padrões de segurança historicamente associados à gestão da rede, conforme detalhado no anexo específico.

No seu conjunto, a rubrica *Smart Gas Company* materializa um investimento estruturante na digitalização e inteligência da rede de distribuição, criando as bases técnicas para uma gestão mais eficiente dos fluxos de gás, para a integração segura de gases renováveis e para o reforço da resiliência operacional do Sistema Nacional de Gás, em plena articulação com os objetivos de descarbonização do PDIRD 2026.

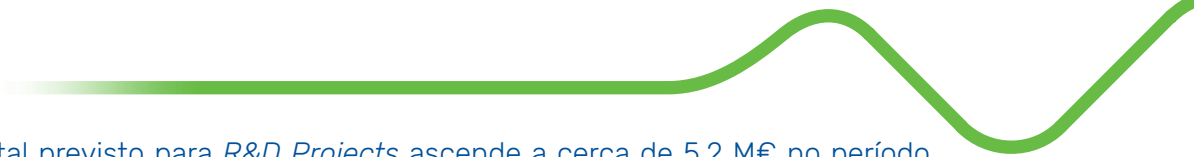
R&D Projects

Descarbonização do Sistema Nacional de Gás	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)	Σ 2027-2031
R&D Projects (m €)						
Equipamentos para Medição, Controlo da Qualidade e Odorização do Gás	450	650	410	691	460	2 662
<i>Smart Regulation</i>	260	260	260	260	260	1 300
Capacitação da Rede - Adaptação dos Ativos para Compatibilidade com H2	136	136	136	136	136	680
Sensorização e Alarmística	109	109	109	109	109	543
TOTAL	955	1 154	915	1 196	965	5 184

A rubrica *R&D Projects* enquadra um conjunto de investimentos orientados para a experimentação, validação e demonstração de novas soluções técnicas e tecnológicas aplicáveis à rede de distribuição, com o objetivo de reforçar a eficiência operacional, melhorar a qualidade do serviço prestado aos clientes e aumentar a competitividade do setor num contexto de transição energética. Estes projetos assumem um carácter eminentemente experimental e demonstrador, permitindo testar equipamentos e abordagens emergentes do mercado antes da sua eventual adoção em larga escala, reduzindo riscos tecnológicos e promovendo soluções mais custo-eficazes para o Sistema Nacional de Gás.

No âmbito desta rubrica, destaca-se o investimento em equipamentos para medição, controlo da qualidade e odorização do gás, que permitirá avaliar novas soluções técnicas mais competitivas e adaptadas a cenários de incorporação de gases de origem renovável, garantindo simultaneamente elevados padrões de qualidade, segurança e fiabilidade do fornecimento. Em complemento, os projetos de *Smart Regulation* visam testar abordagens inovadoras à regulação remota para controlo da pressão rede, promovendo uma gestão mais flexível e eficiente dos fluxos de gás, particularmente relevante num contexto de maior variabilidade da composição do gás e de coexistência de múltiplas origens de injeção.

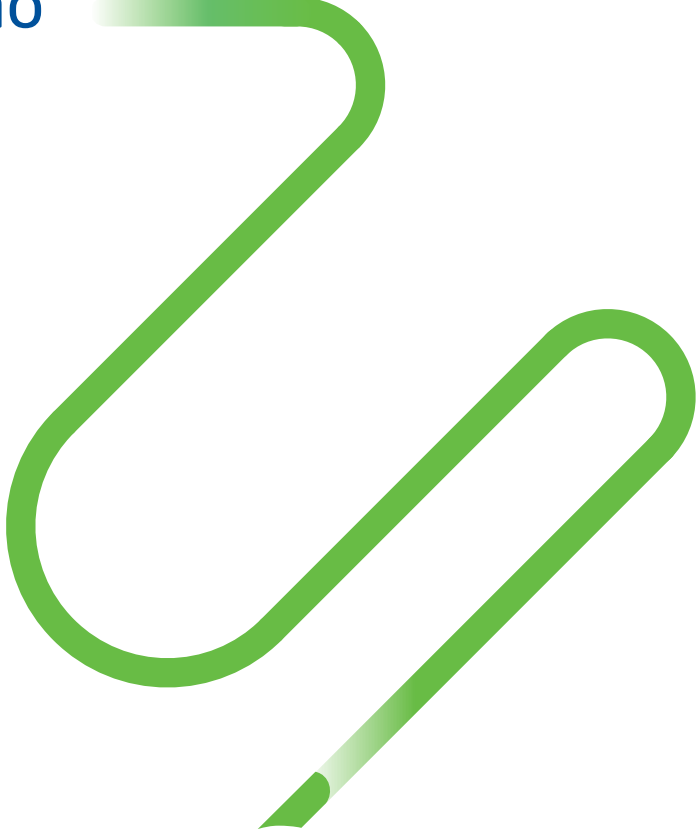
São ainda previstos investimentos em capacitação da rede e adaptação dos ativos para compatibilidade com hidrogénio, permitindo validar soluções técnicas para a preparação gradual da infraestrutura para este vetor energético, em condições de segurança e conformidade regulamentar. Adicionalmente, os projetos de sensorização e alarmística reforçam a capacidade de monitorização e deteção precoce de desvios operacionais, contribuindo para uma exploração mais robusta da rede e para a melhoria contínua dos processos de operação e manutenção.



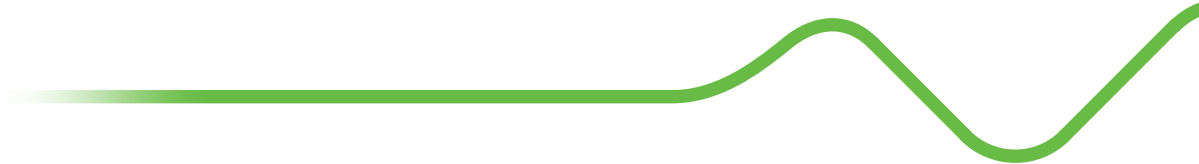
O investimento total previsto para *R&D Projects* ascende a cerca de 5,2 M€ no período 2027-2031, distribuído de forma faseada ao longo do horizonte do PDIRD 2026, refletindo a natureza evolutiva e experimental destas iniciativas. No seu conjunto, estes projetos permitem à Portgás testar, em ambiente real, soluções tecnológicas inovadoras, robustecer a eficiência operacional da rede, reforçar a relação com os clientes através de um serviço mais fiável e transparente, e contribuir para a competitividade e sustentabilidade do setor no processo de descarbonização do Sistema Nacional de Gás.

Anexo 6

Detalhe dos Projetos
de “Digitalização”

A thick green line that starts from the right side of the text 'Digitalização', loops upwards and to the left, then downwards and to the right, ending near the word 'portugal' in the logo.

The logo for Portugal, featuring the word 'portugal' in a stylized blue font. A small green square is positioned to the left of the 'p', and a green line segment is positioned above the 'g'.



Detalhe dos Projetos de “Digitalização”

Os investimentos em Digitalização enquadram-se enquanto investimentos de conformidade e de suporte ao desenvolvimento e à operação da infraestrutura de distribuição de gás, orientados por vetores de eficiência operacional, qualidade de serviço e resiliência da rede. Esta tipologia assume um carácter transversal no PDIRD 2026, assegurando a continuidade e a robustez dos sistemas que suportam a exploração da rede, a gestão da informação operacional e o cumprimento das obrigações legais e regulamentares aplicáveis ao operador de rede de distribuição.

Para o quinquénio de 2027 a 2031, está previsto um investimento nesta rubrica no valor aproximado de 6,5 milhões de euros.

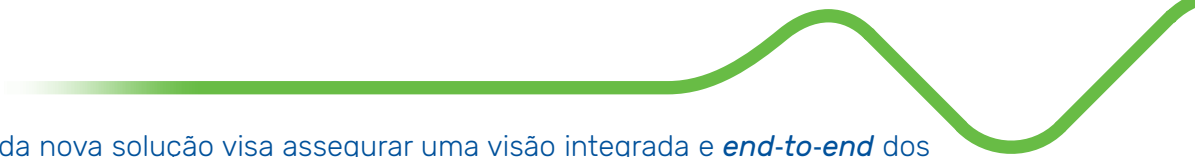
Digitalização	2025 (R)	2026 (ORC)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)	Σ 2027-2031 (P)
Sistemas de Informação	2 673	3 611	2 523	1 265	975	885	864	6 512
Total	2 673	3 611	2 523	1 265	975	885	864	6 512

No horizonte temporal do plano, o investimento em Digitalização encontra-se centrado nos Sistemas de Informação, enquanto infraestrutura tecnológica crítica para a operação da concessão. Estes sistemas suportam funções essenciais associadas à gestão operacional da rede, à medição e faturação da energia veiculada, ao tratamento e integração de dados de exploração, bem como à articulação com os agentes de mercado e entidades reguladoras. A sua atualização e modernização visam mitigar riscos associados à obsolescência tecnológica, reforçar a fiabilidade e a disponibilidade dos sistemas **core** e garantir níveis elevados de qualidade e integridade da informação.

A evolução dos Sistemas de Informação assume particular relevância num contexto de crescente exigência sobre a observabilidade e o controlo da rede, decorrente da necessidade de assegurar a segurança e a fiabilidade do abastecimento, bem como de preparar a infraestrutura para a incorporação progressiva de gases de origem renovável. Neste enquadramento, os investimentos previstos contribuem para uma maior capacidade de monitorização, rastreabilidade e análise dos fluxos de gás, criando as bases técnicas para uma gestão mais dinâmica e integrada da rede de distribuição.

No âmbito da estratégia de digitalização da Portgás, e em coerência com os objetivos definidos no PDIRD 2026 para reforço da eficiência operacional, qualidade de serviço, resiliência e preparação da infraestrutura para a integração de gases de origem renovável, destaca-se o projeto de transformação digital dos sistemas **core**, materializado pela implementação do projeto ENTER.

Este projeto constitui um investimento estruturante, orientado para a modernização do suporte aplicacional aos processos críticos da atividade de distribuição de gás, mitigando riscos associados à obsolescência tecnológica dos sistemas atualmente em exploração e assegurando a continuidade e robustez do suporte operacional no médio e longo prazo. A solução **SAP S/4HANA for Utilities** representa a adoção de uma plataforma integrada, alinhada com as melhores práticas do setor e preparada para responder às crescentes exigências regulamentares, técnicas e de reporte.



A implementação da nova solução visa assegurar uma visão integrada e **end-to-end** dos processos de negócio, promovendo a harmonização funcional entre os sistemas comerciais e corporativos, a consolidação de dados enquanto fonte única de verdade e o reforço da capacidade de planeamento, controlo e tomada de decisão. O projeto privilegia uma abordagem baseada em **standard SAP (clean core)**, reduzindo customizações à medida, com impactos positivos ao nível da flexibilidade, escalabilidade, facilidade de manutenção e evolução futura da solução, contribuindo para a contenção do TCO ao longo do ciclo de vida do sistema.

No plano funcional, a solução **SAP for Utilities** permite reforçar o suporte aos processos fundamentais da Portgás, nomeadamente os fluxos **meter-to-cash**, a gestão de clientes, contratos, faturação, medição e integração com os processos financeiros e de controlo de gestão. Esta integração integrada melhora a qualidade e tempestividade da informação operacional e financeira, potencia a automatização de processos e reduz a probabilidade de erros, assegurando maior eficiência e fiabilidade na operação diária.

Do ponto de vista técnico, a adoção da plataforma **SAP S/4HANA** proporciona um salto tecnológico significativo, suportado numa arquitetura moderna, robusta e preparada para elevados volumes de dados, compatível com a crescente digitalização da infraestrutura de distribuição, com a expansão de sistemas SCADA, **smart metering** e com a incorporação progressiva de analítica avançada e inteligência artificial. A nova solução reforça, igualmente, os níveis de segurança e ciber-resiliência dos sistemas de informação críticos, mitigando riscos associados à proteção de dados, à continuidade de serviço e à operação de uma infraestrutura crítica nacional.

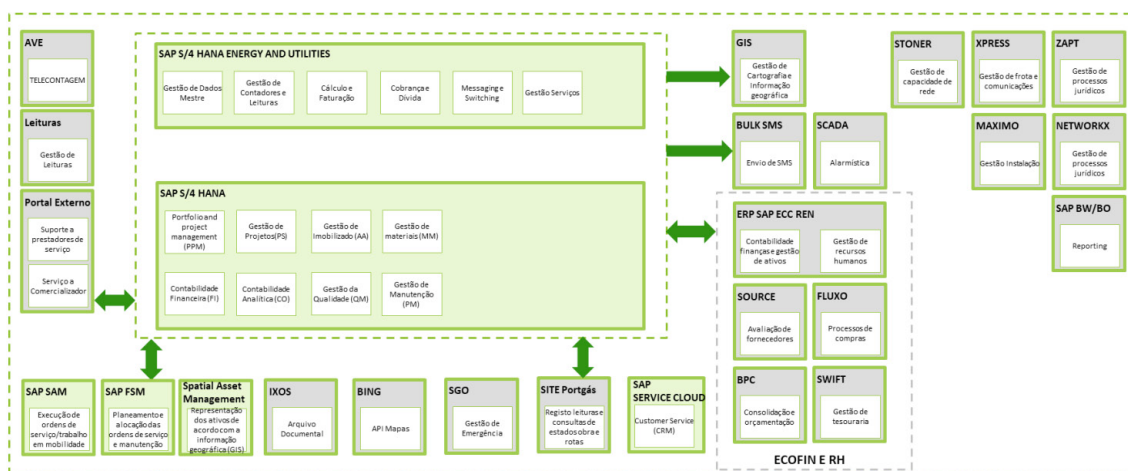
O projeto encontra-se estruturado segundo uma metodologia de implementação **Hybrid Agile**, combinando uma abordagem faseada de desenho e implementação tecnológica com ciclos iterativos de validação com o negócio, assegurando uma adequada transferência de conhecimento e capacitação das equipas internas da Portgás. Estão contempladas atividades de desenho de solução, configuração e implementação da plataforma, migração de dados mestres e transacionais críticos, testes integrados e de aceitação, formação dos utilizadores e **handover** para a manutenção aplicacional.

O projeto teve início em 2024 e encontra-se calendarizado com conclusão prevista para o ano de 2027, alinhando-se com o horizonte temporal do PDIRD 2024. Este projeto assume-se como um pilar fundamental da estratégia de digitalização da Portgás, criando as bases tecnológicas necessárias para suportar, de forma eficiente e sustentável, a evolução da atividade de distribuição de gás num contexto de maior complexidade operacional, integração de gases renováveis, exigência regulamentar reforçada e necessidade de elevada qualidade de serviço.

Em síntese, a implementação da solução **SAP S/4HANA for Utilities**, e a revisão do ecossistema digital, constitui um investimento estruturante que contribui de forma direta para:

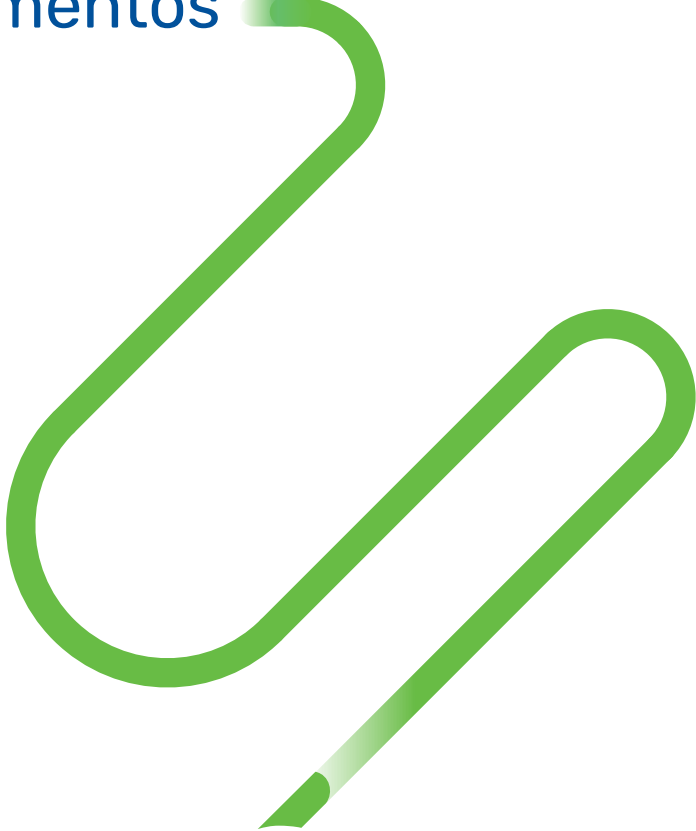
- o incremento da eficiência operacional e da qualidade da informação;
- a modernização e resiliência dos sistemas core da concessionária;
- a preparação da organização para os desafios da transição energética e da digitalização da infraestrutura;

- a mitigação de riscos tecnológicos e operacionais;
- o alinhamento com as melhores práticas do setor e com os objetivos estratégicos do PDIRD 2026.

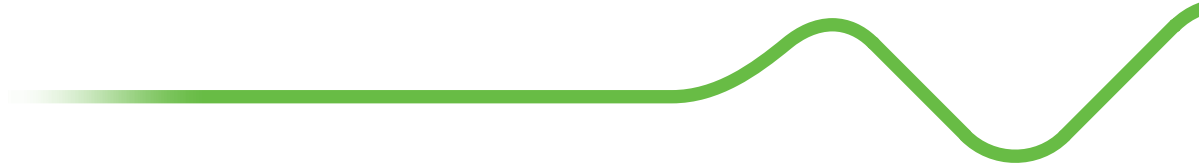


Anexo 7

Detalhe dos Projetos
“Outros Investimentos”

A thick green line that starts from the right side of the text "Outros Investimentos", loops downwards and to the left, then loops back upwards and to the right, ending near the word "portugal".

portugal



Detalhe dos Projetos de “Outros Investimentos”

No âmbito do PDIRD 2026, e em coerência com a segregação introduzida no capítulo 6.2.5, o investimento em contadores enquanto equipamento de medição não elegível para a Base de Ativos Regulada é tratado de forma autónoma. Assim, os projetos enquadrados na rubrica “Outros Investimentos” incluem, no que respeita a contadores, exclusivamente os custos associados às operações de instalação, substituição física e demais intervenções operacionais necessárias à sua colocação em serviço, não incluindo investimento no equipamento enquanto ativo.

Outros Investimentos	2025 (R)	2026 (ORC)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)	Σ 2027-2031 (P)
Instalação de Contadores – Renovação por imposição legal	198	284	328	456	508	615	774	2 681
Edifícios e Equip. Transporte	135	511	270	1050	410	60	290	2 080
Total	333	795	598	1506	918	675	1064	4 761

Uma componente relevante desta rubrica corresponde, neste contexto, às intervenções operacionais associadas à substituição de contadores por imposição legal, refletindo a necessidade de executar fisicamente a renovação do parque instalado em fim de vida útil, nos termos do enquadramento regulamentar aplicável.

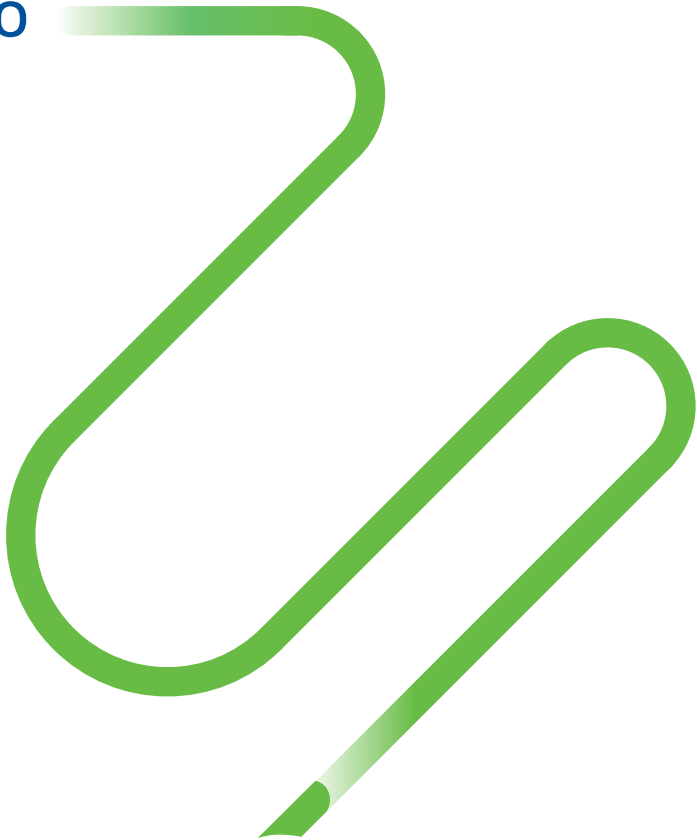
A distribuição crescente do investimento ao longo do período traduz o carácter contínuo e inevitável destas intervenções operacionais, assegurando que a base instalada de contadores se mantém adequada às exigências regulamentares em vigor, sem prejuízo da separação clara entre o investimento em equipamento e o investimento em instalação já estabelecida no PDIRD 2026.

Adicionalmente, a rubrica integra investimentos em edifícios e equipamentos de transporte, destinados a garantir condições adequadas de suporte à atividade operacional, logística e de manutenção da infraestrutura de distribuição. Estes investimentos visam assegurar a operacionalidade, segurança e eficiência dos meios físicos de apoio à exploração da rede, acompanhando a evolução das necessidades da concessão e o reforço das exigências operacionais decorrentes da modernização do sistema.

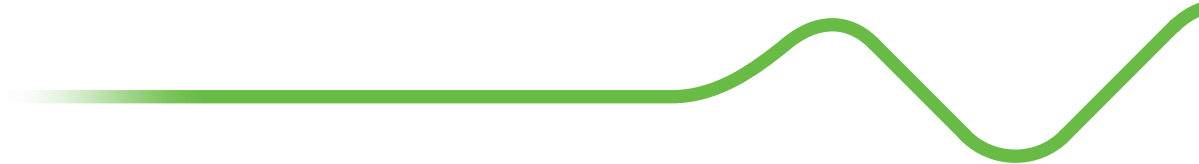
No seu conjunto, os “Outros Investimentos” totalizam cerca de 4,7M € no período 2027-2031, refletindo uma abordagem equilibrada e prudente que assegura o cumprimento das obrigações legais, a robustez operacional da Portgás e a continuidade de um serviço de distribuição de gás seguro, fiável e sustentável, em plena coerência com os objetivos globais do PDIRD 2026.

Anexo 8

Roadshow
de Investimento



portugal





Roadshow de Investimento

No contexto da prestação de serviços públicos essenciais, a Portgás destaca-se pelo papel fundamental que desempenha na promoção da coesão territorial, impulsionando a competitividade económica e promovendo melhorias na qualidade de vida das comunidades abrangidas. A sua atuação contribui para o crescimento económico e descarbonização dos municípios, para o bem-estar das famílias e para o fortalecimento das condições necessárias ao desenvolvimento industrial. O valor social, económico e ambiental que gera nas regiões onde opera tem expressão direta nas dinâmicas locais, através do rendimento disponível das famílias, do reforço da competitividade das indústrias, da redução da pobreza energética, da criação de emprego qualificado, da fiabilidade do serviço público prestado e do contributo decisivo para uma transição energética segura e tecnicamente consistente. Neste contexto, a aproximação permanente às autarquias assume-se como um elemento fundamental da relação institucional da Portgás com os territórios, reforçando a transparência, a confiança e o alinhamento entre prioridades locais e políticas públicas setoriais.

É neste enquadramento que se insere o *Roadshow* de Investimento, uma iniciativa institucional promovida pela Portgás para estabelecer um diálogo direto e aproximação aos 29 municípios da sua área de concessão. Este programa pretende sensibilizar cada município para o papel atual da Portgás enquanto operador de rede, clarificar o enquadramento estratégico e regulamentar do setor, apresentar as prioridades de investimento identificadas no PDIRD e aprofundar a visão futura associada à integração progressiva de gases renováveis, nomeadamente hidrogénio e biometano, no sistema energético. O *Roadshow* constitui, assim, uma oportunidade para reforçar o entendimento comum sobre a relevância da infraestrutura de gás para as comunidades, demonstrando como o ativo existente representa um elemento crítico de continuidade de serviço, segurança energética e preparação para cenários futuros de descarbonização, em linha com os objetivos nacionais e europeus.

Através desta iniciativa, a Portgás assume uma postura de proximidade institucional, partilhando com os executivos municipais informação clara e rigorosa sobre o estado da rede, os investimentos previstos, os benefícios gerados a nível económico, social e ambiental e os desafios que se colocam num contexto de transição energética acelerada. Pretende-se, igualmente, reforçar a consciência territorial sobre o contributo efetivo da infraestrutura de gás para a resiliência local, para a manutenção de atividades industriais estratégicas e para a sustentabilidade financeira das famílias, combatendo a pobreza energética e evidenciando o papel que a rede desempenha enquanto garante de competitividade energética e continuidade de serviço. Ao mesmo tempo, o diálogo com os municípios permite recolher contributos locais essenciais para a priorização de investimentos, assegurando que o planeamento da Portgás reflete de forma equilibrada as necessidades territoriais, as expectativas dos agentes locais e as orientações das autoridades regulatórias.



Num momento em que se prevê um aumento progressivo da incorporação de gases renováveis, o *Roadshow* permite clarificar junto das autarquias as condições técnicas, regulamentares e operacionais necessárias para viabilizar a injeção futura destes gases nas infraestruturas existentes. A iniciativa contribui para fortalecer a compreensão mútua sobre os processos de certificação, controlo de qualidade, requisitos industriais, ajustamentos operacionais e investimentos necessários para garantir que a rede se mantém segura, resiliente e preparada para suportar misturas crescentes de hidrogénio e biometano, em alinhamento com o RNC2050, a Estratégia Nacional para o Hidrogénio e as orientações da DGEG e da ERSE. Este esforço de esclarecimento e alinhamento territorial é determinante para assegurar que a transição energética decorre de forma equilibrada, realista e compatível com a proteção dos consumidores, a continuidade da atividade económica e a estabilidade dos territórios.

O programa reforça, também, a importância da Portgás enquanto parceira das autarquias na prossecução de objetivos de sustentabilidade, resiliência e adaptação climática. A partilha de informação sobre os investimentos realizados e previstos, a evolução tecnológica da operação, os indicadores de desempenho e os benefícios socioeconómicos gerados permite consolidar uma visão integrada sobre o papel da infraestrutura de gás no desenvolvimento local e sobre a sua capacidade para apoiar políticas públicas municipais nas áreas da habitação, dinamização económica, proteção civil, eficiência energética e planeamento urbano. É importante salientar que muitos edifícios sob responsabilidade das autarquias ainda utilizam soluções menos sustentáveis, como o GPL. A conversão direta para gás convencional, seguida do uso de gás renovável distribuído na rede, viabiliza uma transição eficiente que contribui significativamente para a descarbonização destes edifícios. Ao proporcionar este diálogo estruturado, a Portgás contribui para aumentar a literacia energética dos decisores locais, reforçando a capacidade de tomada de decisão informada e aumentando a eficácia da articulação entre níveis de governação.

O *Roadshow* de Investimento afirma-se, assim, como uma iniciativa de responsabilidade institucional que reforça a transparência, a proximidade e o compromisso da Portgás com os territórios. Ao promover uma abordagem colaborativa e orientada para a criação de valor público, a Portgás contribui para o alinhamento das políticas municipais com a evolução regulatória e com os objetivos nacionais de neutralidade carbónica, assegurando que a transição energética ocorre de forma tecnicamente robusta, territorialmente equilibrada e socialmente justa. Esta iniciativa reforça, ainda, o papel da Portgás enquanto agente legitimado para apoiar a tomada de decisão estratégica no setor energético, fortalecendo o seu contributo para uma transição que preserve a competitividade, protege as comunidades e assegura a robustez das infraestruturas que sustentam o funcionamento da sociedade.

Eixo Minho / Alto Minho

Neste eixo, verifica-se uma combinação de crescimento industrial estruturado com lacunas ainda relevantes de cobertura da rede em zonas urbanas e equipamentos públicos.



O concelho de Viana do Castelo evidencia uma dinâmica particularmente relevante, suportada pela expansão de polos industriais existentes e pela criação de novas áreas empresariais (Alvarães, Darque-Anha, Vila Fria e Deocriste), coexistindo com áreas urbanas ainda não servidas por rede. Paralelamente, identifica-se a necessidade de integração de diversos edifícios sob gestão municipal, reforçando o potencial de consumo associado.

Em Valença, a proximidade à fronteira e a crescente dinâmica logística transfronteiriça suportam a expansão de polos industriais estruturantes, nomeadamente em São Pedro da Torre, Pedras Brancas e Interminho, sendo explícita a necessidade de reforço da capacidade da rede para acomodar novos investimentos.

Ponte de Lima apresenta um perfil distinto, caracterizado por um elevado número de equipamentos públicos ainda não servidos por gás, incluindo escolas, pavilhões e infraestruturas turísticas, a par da existência de polos industriais relevantes, como Gemieira e Queijada.

No caso de Vila Nova de Cerveira, embora a dinâmica recente seja mais moderada, identificam-se novos pontos de consumo associados a equipamentos, unidade hoteleira em desenvolvimento, loteamentos habitacionais e ao polo industrial de Sapardos, evidenciando um potencial de crescimento incremental.

Por sua vez, nos concelhos de Caminha e Paredes de Coura, a informação disponível é mais limitada, embora se reconheça a existência de dinâmica territorial com potencial de geração de novos consumos, justificando a necessidade de aprofundamento e acompanhamento do desenvolvimento de negócio.

Eixo Braga / Cávado

Este eixo caracteriza-se por um crescimento urbano e industrial acelerado, fortemente suportado por instrumentos de planeamento territorial e investimentos estruturantes.

O concelho de Braga destaca-se pela aprovação recente do PDM, que prevê mais de 120 hectares de expansão urbana, traduzindo-se num crescimento significativo da procura potencial, tanto ao nível residencial como empresarial, incluindo a integração progressiva de edifícios sob gestão municipal.

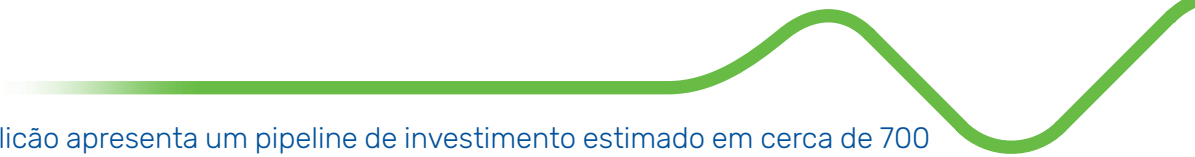
Em Barcelos, a concretização de infraestruturas estruturantes, como a nova circular e o novo hospital, induz a criação de novos polos de consumo, com impacto direto no desenvolvimento urbano e na localização de atividades económicas.

Vila Verde apresenta uma forte dinâmica industrial, com a criação de três novas zonas industriais (Coucieto, Ribeira do Neiva e Geme), complementadas por projetos ambientais relevantes, como a unidade de gestão de resíduos da Braval, bem como pela integração de equipamentos municipais na rede.

Já em Esposende, destaca-se a necessidade de integração na rede de múltiplos equipamentos públicos ainda não servidos, em particular escolas, a par de novos loteamentos e projetos de habitação social, evidenciando um potencial equilibrado entre os segmentos B2B e B2C.

Eixo Ave / Quadrilátero Urbano

Este eixo evidencia uma das dinâmicas mais intensas de crescimento económico e urbano, com forte interligação entre investimento industrial e expansão habitacional.



Vila Nova de Famalicão apresenta um pipeline de investimento estimado em cerca de 700 milhões de euros para os próximos anos, traduzindo-se numa expansão significativa da atividade industrial e, por arrastamento, da procura residencial.

Guimarães evidencia igualmente crescimento habitacional relevante, com destaque para zonas como Lordelo, Pinheiro e São Tomé, coexistindo com a necessidade de integração de equipamentos públicos ainda não servidos pela rede.

Nos concelhos de Fafe e Vizela, o desenvolvimento territorial encontra-se associado a processos de consolidação urbana, com integração progressiva de edifícios sob gestão municipal e expansão de zonas industriais, evidenciando um potencial significativo tanto ao nível da procura empresarial como residencial.

Eixo Área Metropolitana do Porto (AMP) Norte / Vale do Sousa

Este eixo destaca-se pela elevada densidade populacional e por dinâmicas de crescimento demográfico e urbano particularmente intensas.

O caso de Paços de Ferreira assume especial relevância, configurando um exemplo paradigmático de necessidade de expansão da rede. O concelho apresenta um crescimento populacional projetado de cerca de 45% (de 55.000 para 80.000 habitantes), uma rede significativa de equipamentos públicos (cerca de 19 escolas) e a perspetiva de integração de produção de biometano na ETAR de Lustosa. Adicionalmente, identificam-se necessidades urgentes de reforço da rede em eixos estruturantes, como a EN209.

Lousada apresenta uma dinâmica de expansão urbana relevante, suportada por projetos de habitação social e novas áreas empresariais, complementada pela integração de equipamentos municipais.

Felgueiras e Penafiel evidenciam igualmente crescimento sustentado, com novos polos industriais e habitacionais, bem como investimentos estruturantes associados a equipamentos de saúde, mobilidade e atividades económicas.

No concelho de Paredes, não foram identificados contributos específicos, sem prejuízo do crescimento industrial e urbano que se tem vindo a assistir.

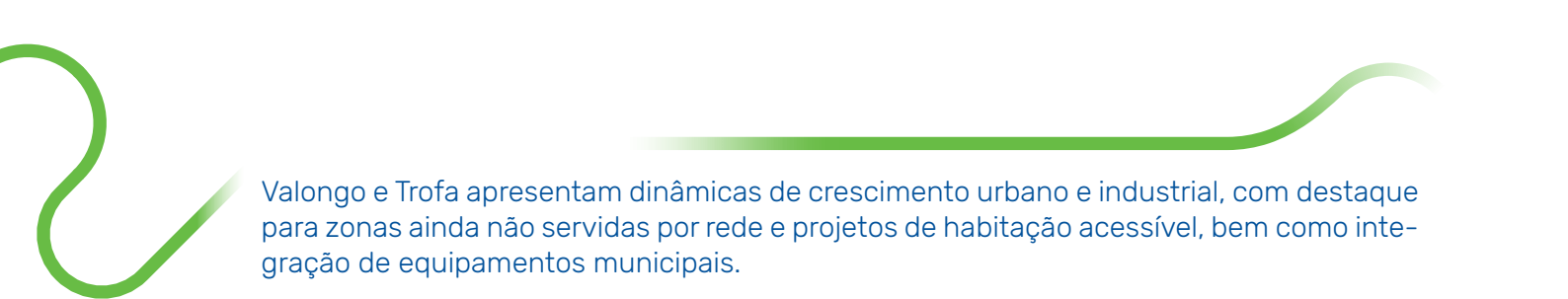
Eixo Área Metropolitana do Porto

Neste eixo, caracterizado por uma rede mais consolidada, os principais drivers de investimento prendem-se com a densificação, a otimização da infraestrutura existente e a integração de novos consumos.

A Maia destaca-se pelo crescimento estruturado suportado pelo PDM, com elevada capacidade de acolhimento de novos residentes e atividades económicas, bem como pela integração de equipamentos municipais.

Matosinhos apresenta um elevado número de equipamentos públicos ainda não servidos por gás, associado a processos de reabilitação urbana e expansão para zonas de menor densidade.

Gondomar evidencia um forte pipeline de equipamentos públicos (escolas, piscinas, centros de saúde), novas zonas industriais e expansão habitacional, sobretudo na zona oriental do concelho.



Valongo e Trofa apresentam dinâmicas de crescimento urbano e industrial, com destaque para zonas ainda não servidas por rede e projetos de habitação acessível, bem como integração de equipamentos municipais.

Santo Tirso destaca-se pela expansão industrial de grande escala (cerca de 170 hectares), enquanto Vila do Conde combina expansão habitacional com projetos associados a biometano e integração de equipamentos.

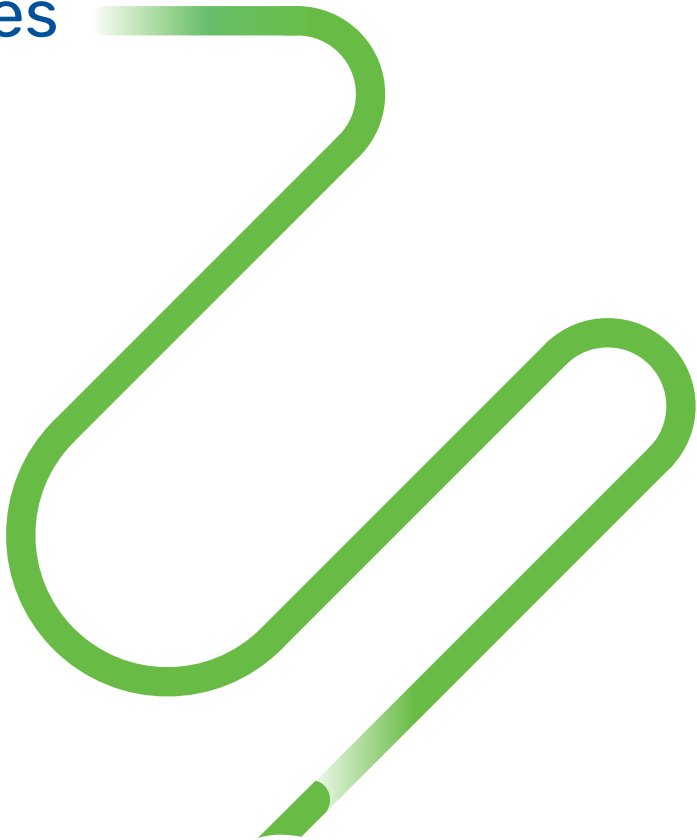
Na Póvoa de Varzim, a rede encontra-se próxima da universalidade, sendo os investimentos direcionados para extensões pontuais e reconversão de consumos energéticos existentes (GPL para gás).

No Porto, os principais drivers estão associados à reabilitação urbana (UOPG), à reindustrialização e ao elevado potencial de integração de biometano, bem como à integração de edifícios municipais.

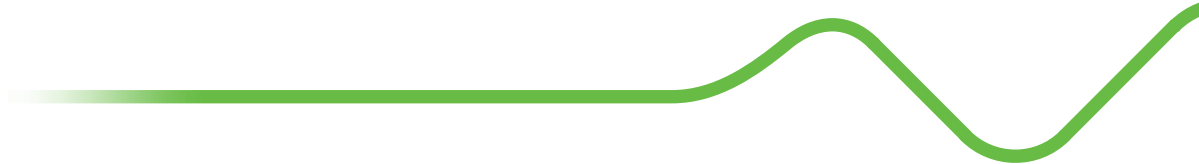
Por fim, em Vila Nova de Gaia não foram identificados contributos específicos no âmbito do presente exercício, não obstante a densificação e expansão urbana da cidade.

Anexo 9

Projetos
Complementares

A thick green line that starts from the right side of the text 'Projetos Complementares', curves downwards and to the left, then loops around and extends diagonally downwards towards the word 'portugal' in the logo.

The logo for Portugal, featuring the word 'portugal' in a stylized blue font. A small green square is positioned to the left of the 'p', and a green line segment is positioned above the 'g'.



1. Projetos Complementares: PTRR (enquadrável em PDIRD)

A Portgás, enquanto operador da rede de distribuição de gás e entidade concessionária de um serviço público essencial, desempenha um papel estruturante na vida económica e social dos territórios onde atua, garantindo, diariamente, o fornecimento de energia a famílias, indústria, serviços públicos, infraestruturas críticas e agentes económicos, em condições de segurança, continuidade e qualidade de serviço. Esta proximidade à sociedade, comunidades e a responsabilidade associada à gestão de uma infraestrutura energética de carácter essencial conferem à Portgás um papel ativo na proteção das populações e na salvaguarda do funcionamento da sociedade, em particular em contextos de disrupção, emergência ou crise. Neste enquadramento, a participação da Portgás nas iniciativas associadas ao “Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência” (PTRR) assume especial relevância, na medida em que este programa constitui um instrumento central da política pública nacional para reforçar a resiliência do país face às alterações climáticas, mitigar riscos sistémicos e garantir que os sistemas energéticos, enquanto pilares do funcionamento da sociedade, permanecem robustos, fiáveis e preparados para responder a eventos extremos.

Neste enquadramento, o PTRR constitui um instrumento particularmente relevante para alavancar investimentos de natureza estrutural que, pela sua finalidade e perfil de risco, não se enquadram plenamente nas tipologias tradicionais do PDIRD, mas que são determinantes para reforçar a robustez do sistema energético nacional e a sua capacidade de resposta a eventos de baixa probabilidade e de impacto elevado. A Portgás posiciona-se, assim, como parceira ativa do Estado na implementação destas políticas públicas, assumindo um papel de responsabilidade na proteção das infraestruturas, das populações e dos serviços essenciais, em especial nos territórios onde exerce a sua atividade concessionada.

Os projetos aqui considerados configuram-se como projetos complementares ao PDIRD, na medida em que não visam objetivos de expansão comercial, aumento de capacidade ou rentabilidade direta do sistema, mas respondem a necessidades de natureza sistémica associadas à adaptação climática, à continuidade de serviço e à transformação tecnológica da operação da rede. Trata-se de investimentos orientados para o interesse público, cujo racional assenta no reforço da segurança, da fiabilidade e da resiliência do sistema de distribuição de gás, em coerência com os princípios de prudência, racionalidade técnico-económica e sustentabilidade que norteiam a atuação da Portgás.

Pilar Resiliência: Adaptação Climática da Rede de Gás

No domínio da adaptação climática da rede de distribuição de gás, a Portgás identificou a necessidade de desenvolver intervenções específicas em ativos localizados em zonas particularmente expostas a riscos climáticos, designadamente incêndios florestais, cheias e fenómenos meteorológicos extremos. Apesar das características intrínsecas da rede de distribuição de gás, que lhe conferem elevados níveis de resiliência quando comparada com outras infraestruturas energéticas, a análise de risco realizada evidenciou a existência de pontos críticos onde se justifica uma atuação preventiva, com vista a mitigar vulnerabilidades e reduzir a probabilidade de falhas em cenários extremos. O investimento previsto, no montante de 1,2 M€, destina-se à realização de intervenções preventivas em pontos especiais da rede, incluindo a substituição de soluções mais expostas por soluções enterradas e o reforço da proteção física e operacional de Postos de Regulação e Medida localizados em áreas sensíveis. Estas intervenções têm como objetivo assegurar a continuidade do serviço público de distribuição de gás, proteger ativos críticos e reduzir o risco operacional associado a eventos climáticos severos, não se traduzindo em qualquer

incremento de capacidade ou alteração do perfil de exploração da rede, mas exclusivamente no reforço da sua resiliência e segurança.

Estimativa de investimento e calendário

P. Especiais/PRM estimado (un)	Custo unitário estimado (m€/unidade)	Investimento total estimado (m€)	Plano de implementação (anos)
6	200	1.200	2027-2029

No âmbito desta iniciativa apresenta-se uma proposta de métrica de desempenho a taxa de cobertura de infraestruturas críticas intervencionadas, ou seja, o número de ativos identifi- cados com risco climático, com mecanismos de redundância em caso de eventos extremos:

$$\frac{\text{Número total de ativos intervencionados}}{\text{Número total de ativos de risco potencial}} = 0\% ; \textit{Meta} = 100\%$$

Pilar Transformação: Reforço Tecnológico

A Portgás reconhece que a resiliência do sistema energético contemporâneo depende, de forma crescente, da capacidade de monitorizar, gerir e responder a eventos em tempo real, o que exige uma evolução significativa dos sistemas tecnológicos de suporte à operação. A transformação digital da rede de distribuição de gás assume, assim, um papel estru- turente na estratégia da Portgás, não apenas enquanto vetor de eficiência operacional, mas sobretudo como instrumento essencial para reforçar a capacidade de resposta do sistema energético nacional em contextos de disrupção. Neste âmbito, o investimento previsto de 4,5 M€, pilar da transformação do PTRR, visa reforçar a inteligência operacional da rede, através da implementação de sistemas avançados de monitorização, da integração de pla- taformas de gestão de ocorrências, do desenvolvimento de modelos digitais das infraestru- turas críticas e da aplicação de soluções de inteligência artificial à operação da rede.

Estes desenvolvimentos tecnológicos permitirão à Portgás melhorar de forma signifi- cativa a sua capacidade de antecipação, gestão e resposta a cenários de crise, reduzir tempos de resposta, apoiar a tomada de decisão operacional em contextos de elevada incerteza e reforçar a articulação com entidades externas, nomeadamente autoridades públicas e serviços de proteção civil. Adicionalmente, a consolidação destas capacidades digitais constitui um elemento fundamental para preparar a rede de distribuição para a integração progressiva de gases de origem renovável, assegurando que a transição ener- gética ocorre sem comprometer a segurança de abastecimento, a qualidade de serviço e a estabilidade do sistema.

Os investimentos associados ao pilar da transformação não devem, assim, ser encara- dos apenas como projetos de modernização tecnológica, mas como instrumentos de política pública com impacto direto na segurança energética nacional, na resiliência das infraestruturas críticas e na confiança dos agentes do sistema e da sociedade em geral. Ao reforçar a robustez digital da operação da rede, a Portgás contribui para a redução de riscos operacionais, reputacionais e institucionais, criando condições para uma gestão mais transparente, previsível e resiliente do sistema de distribuição de gás.

Estimativa de investimento e calendário

Sistemas de Informação Técnicos	Investimento total estimado (m€)	Plano de implementação (anos)
Sistemas e IA	4.500	2027-2030

No âmbito desta iniciativa apresenta-se uma proposta de métrica de desempenho a implementação de *digital twins* na plataforma a desenvolver.

Em síntese, os projetos complementares aqui enquadrados refletem a assunção, por parte da Portgás, de um compromisso claro com os objetivos estratégicos do Estado português no domínio da resiliência, da segurança energética e da transição climática. Através da participação ativa nas iniciativas do PTRR, a Portgás reforça o seu papel enquanto operador de serviço público, contribuindo para uma transição energética tecnicamente sustentada, socialmente equilibrada e compatível com a necessidade de garantir a continuidade e a segurança do abastecimento energético, preservando o valor estratégico da infraestrutura de gás no contexto do sistema energético nacional.

2. Projetos Complementares: Integração de gases renováveis

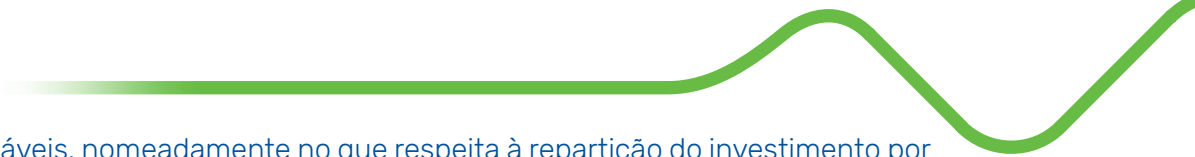
No âmbito dos “Projetos Complementares”, e em coerência com a ambição estratégica assumida no PDIRD 2026 relativamente à incorporação estrutural de gases de origem renovável, a Portgás considera relevante enquadrar a eventual intervenção do ORD enquanto agente facilitador da transição energética, em particular no que respeita à ligação de potenciais polos de produção de gases renováveis, conforme previsto nas diretrizes aplicáveis à elaboração do plano.

Em particular, a materialização do “Cenário Ambição”, evidenciado no Anexo 3, que contempla a integração de 15 projetos de produção de gases renováveis com elevado grau de maturidade e um potencial agregado de descarbonização da ordem dos 20 % do gás veiculado na rede da Portgás, poderá justificar, num enquadramento hipotético e condicionado, a assunção pelo ORD de um investimento complementar destinado a viabilizar a sua integração plena e célere na infraestrutura de distribuição.

Neste contexto, admite-se, a título indicativo, a possibilidade de o ORD, através de um investimento complementar em execução de rede dedicada, estimado em aproximadamente 5M €, destinado a mitigar barreiras económicas à execução de projetos com elevado valor para o SNG, favorecendo a rápida integração na rede, potenciando a capacidade de produção local, reduzindo a dependência energética do exterior e otimizando os benefícios ambientais, energéticos e económicos decorrentes da incorporação de gases renováveis. Este é um investimento de carácter estratégico, voltado para a aceleração do processo de descarbonização do Sistema Nacional de Gás, não se configurando como substituição generalizada dos encargos de ligação dos promotores.

A eventual concretização desta opção pressupõe, naturalmente, a definição de um enquadramento regulamentar adequado, bem como de critérios objetivos de elegibilidade, assegurando o respeito pelos princípios da transparência, da não discriminação, da proporcionalidade e da eficiência económica, bem como a sua articulação com os instrumentos regulatórios e mecanismos de planeamento em vigor.

Neste sentido, a referência a esta possibilidade no âmbito dos Projetos Complementares tem como único propósito assegurar o alinhamento do PDIRD 2026 com as diretrizes de

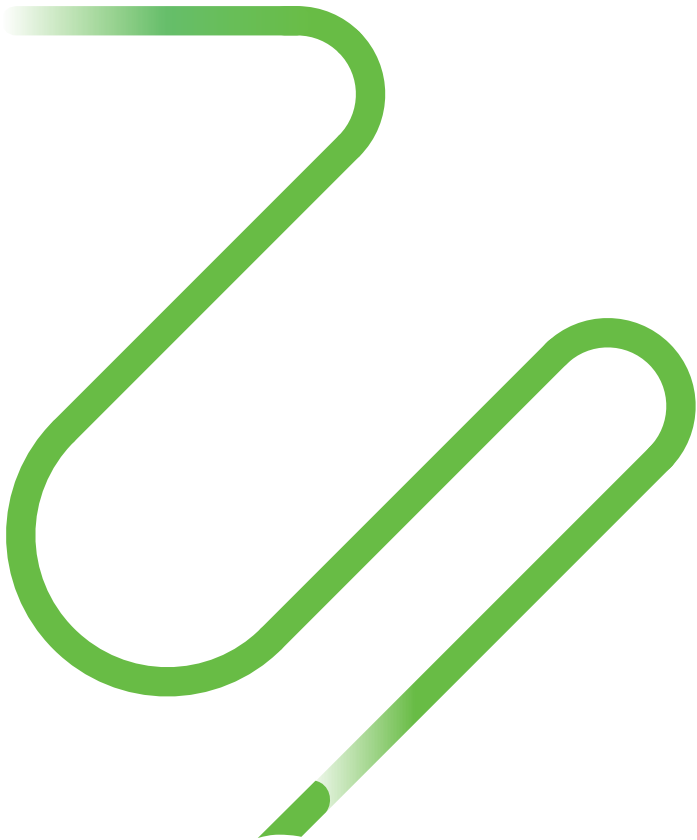


planeamento aplicáveis, nomeadamente no que respeita à repartição do investimento por tipologia de utilização prevista e à ligação de potenciais polos de produção de gases renováveis, sinalizando uma opção estratégica potencial do ORD, cuja concretização dependerá do grau efetivo de desenvolvimento dos projetos identificados no “Cenário Ambição” e da evolução do respetivo enquadramento legal e regulamentar.

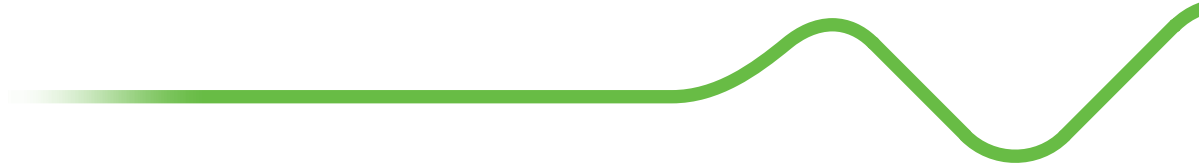
Projetos Complementares	Investimento (m€)
PTRR: Pilar Resilência	1 200
PTRR: Pilar Transformação	4 500
Integração de Gases Renováveis	5 000
Total	10 700

Anexo 10

Indicadores
Harmonizados

A thick green line that starts from the right side of the text 'Indicadores Harmonizados', curves downwards and to the left, then loops around and extends diagonally downwards towards the word 'portugal' in the logo.

portugal





Indicadores harmonizados

No âmbito do disposto no Despacho n.º 4725/2026, de 10 de abril, e das orientações posteriormente emitidas pela ERSE através da carta ET/2026/683, de 16 de abril, relativamente ao conjunto de indicadores a considerar na elaboração dos PDIRD-G 2026, a Portgás procedeu ao cálculo e apresentação dos indicadores solicitados, em cumprimento das instruções recebidas.

Importa, no entanto, referir que a análise dos investimentos previstos no PDIRD assenta numa realidade complexa, que exige uma abordagem abrangente e integrada. Nesse contexto, considera-se que o conjunto de indicadores ora apresentado, embora relevante, não reflete, de forma plena, todas as dimensões necessárias à adequada apreciação da necessidade e da eficiência dos investimentos. Exemplos disso são a falta, nestes indicadores, de metodologias clássicas de avaliação de investimento, como a Taxa Interna de Rentabilidade, a avaliação de eficiência por Contributos, o impacto territorial dos investimentos face à assimetria de desenvolvimento existente no país e, muito relevante, a avaliação Comparativa entre setores energéticos. Por outro lado, alguns desses indicadores são de razoabilidade questionável, como os Indicadores #3, #4, #5 e #6, focados em metodologias de avaliação de TOTEX unitário que consideramos redutoras, conduzindo a enviesamento na análise de eficiência.

Adicionalmente, importa recordar que os investimentos incluídos no PDIRD não visam apenas a otimização de custos ou a avaliação de métricas unitárias ou evolução tarifária, mas, também, o cumprimento das obrigações associadas à concessão, bem como a prossecução de objetivos mais amplos, designadamente assegurar a sustentabilidade, a segurança e o desenvolvimento equilibrado do sistema de distribuição de gás no conjunto dos setores energéticos, a par da coesão territorial e do desenvolvimento económico local.

Assim, os indicadores apresentados no presente anexo devem ser interpretados unicamente como um exercício de resposta às orientações da ERSE, não constituindo, por si só, uma base suficiente para a formulação de conclusões sobre a adequação, a oportunidade ou a eficiência dos investimentos propostos, os quais exigem uma análise técnica integrada, alinhada com o enquadramento regulatório e estratégico do setor energético. Do ponto de vista da Portgás, a definição destes indicadores deverá ser reavaliada em nova oportunidade, com a participação dos Operadores.

Indicador 1 – Consumo de gás por ponto de abastecimento

Mede o consumo médio anual por ponto de abastecimento, permitindo avaliar a evolução do perfil de consumo dos clientes e identificar tendências que possam comprometer a sustentabilidade econômica da atividade. Indicador anual que deve ser calculado para a totalidade de rede existente proposta em cada ano de cálculo do indicador. Para efeitos deste indicador, os cenários de evolução do consumo e do número de pontos de abastecimento de gás deverão ter subjacente o cenário central ambição (ou equivalente¹) do RMSA-G mais recente.

Este indicador deve ser apresentado desagregado por MP, BP< e BP> e segmento de consumo, bem como agregado.

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
CONS (MWh)	7 571 903	6 023 081	5 737 449	5 706 154	5 187 890	4 823 730	4 592 112	4 494 729	4 404 245	4 320 324	4 244 272
MP	5 002 827	3 615 349	3 449 535	3 344 241	2 785 411	2 542 862	2 337 856	2 188 457	2 060 030	1 920 006	1 788 286
BP>	1 303 907	1 202 146	1 180 954	1 226 762	1 259 623	1 225 331	1 206 797	1 249 539	1 278 685	1 327 778	1 378 284
BP<	1 265 170	1 205 586	1 106 959	1 135 151	1 142 855	1 055 537	1 047 459	1 056 733	1 065 530	1 072 541	1 077 703
PA (#)	395 353	402 765	406 209	408 562	410 521	412 285	414 210	415 872	417 475	417 961	418 268
MP	129	142	133	126	115	116	113	126	111	108	105
BP>	1 393	1 541	1 605	1 647	1 661	1 730	1 765	1 800	1 824	1 895	1 953
BP<	393 831	401 082	404 471	406 789	408 745	410 439	412 332	413 946	415 540	415 958	416 210
Rácio (MWh/PA)	19,15	14,95	14,12	13,97	12,64	11,70	11,09	10,81	10,55	10,34	10,15
MP	38 781,6	25 460,2	25 936,4	26 541,6	24 221,0	21 921,2	20 689,0	17 368,7	18 558,8	17 777,8	17 031,3
BP>	936,0	780,1	735,8	744,8	758,4	708,3	683,7	694,2	701,0	700,7	705,7
BP<	3,2	3,0	2,7	2,8	2,8	2,6	2,5	2,6	2,6	2,6	2,6

Nota:

Valores reais com base na faturação e previsionais PDIRD-G 2026 no mesmo referencial.

No referencial faturação, os pontos de abastecimento e os consumos em MP incluem os consumidores ligados em BP que são faturados em MP.

Valores utilizados em todos os indicadores.

Cenário	Setor	Unid.	2024	2025	2027	2030	2035	2040	2025/2030
Cenário Central Ambição	Mercado Convencional	TWh	32,6	32,3	31,8	29,6	27,1	23,2	
	Residencial	TWh	3,3	3,3	3,2	3	2,2	1,1	-9,10%
	Terciário	TWh	3,4	3,3	3,3	3,2	2,8	2,2	-3,00%
	Indústria	TWh	19	19,1	18,9	18,6	17,9	17	-2,60%
	Cogeração	TWh	7	6,6	6,4	4,8	4,3	2,9	-27,30%

Variação anual implícita no cenário central ambição do RMSA

	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Mercado Convencional						
Residencial	-1,50%	-1,50%	-2,10%	-2,10%	-2,10%	-6,00%
Terciário	0,00%	0,00%	-1,00%	-1,00%	-1,00%	-2,60%
Indústria	-0,50%	-0,50%	-0,50%	-0,50%	-0,50%	-0,80%
Cogeração	-1,50%	-1,50%	-9,10%	-9,10%	-9,10%	-2,20%

real com as variações implícitas no cenário central ambição do RMSA-G

	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2025/2030
Total	5 163 934	5 127 429	5 091 320	5 012 786	4 938 065	4 866 852	4 767 487	
Residencial	931 396	917 175	903 172	883 950	865 136	846 724	795 796	-9,10%
Terciário	750 106	750 106	750 106	742 452	734 875	727 376	708 208	-3,00%
Indústria	3 082 850	3 066 667	3 050 569	3 034 342	3 018 202	3 002 147	2 979 202	-2,60%
Cogeração	399 581	393 480	387 473	352 042	319 852	290 605	284 281	-27,30%

Nota:

Valores reais – consumo de gás (MWh) no referencial de saída da RND.

Valores previsionais calculados com base nas variações por segmento implícitas no cenário central ambição do RMSA-G.

Valores utilizados no cálculo dos indicadores 3 e 5.

Indicador 2 – Consumo de gás por km de rede

Mede a utilização da rede de distribuição, expressa em volume anual de consumo de gás por quilómetro de rede existente. Constitui igualmente um indicador de sustentabilidade da atividade, através da viabilidade operacional: valores decrescentes sinalizam subutilização crescente da infraestrutura e aumento do risco de custos fixos não recuperáveis. Indicador anual que deve ser calculado para a totalidade de rede existente proposta em cada ano de cálculo do indicador. Para efeitos deste indicador, o cenário de evolução do consumo de gás deverá ter subjacente o cenário central ambição (ou equivalente) do RMSA-G mais recente.

Este indicador deve ser apresentado desagregado por MP e BP, bem como agregado.

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
CONS (MWh) (#1)	7 571 903	6 023 081	5 737 449	5 706 154	5 187 890	4 823 730	4 592 112	4 494 729	4 404 245	4 320 324	4 244 272
MP	5 002 827	3 615 349	3 449 535	3 344 241	2 785 411	2 542 862	2 337 856	2 188 457	2 060 030	1 920 006	1 788 286
BP	2 569 076	2 407 732	2 287 913	2 361 913	2 402 479	2 280 868	2 254 256	2 306 272	2 344 215	2 400 319	2 455 986
EXT (km)	5 545	5 721	5 872	5 998	6 119	6 191	6 283	6 370	6 458	6 534	6 599
MP	407	410	410	410	410	411	411	411	411	411	411
BP	5 138	5 311	5 462	5 588	5 709	5 780	5 872	5 959	6 047	6 123	6 188
Rácio (CONS/EXT)	1 366	1 053	977	951	848	779	731	706	682	661	643
MP	12 301	8 818	8 414	8 157	6 794	6 187	5 688	5 325	5 012	4 672	4 351
BP	500	453	419	423	421	395	384	387	388	392	397

Indicador 3 – TOTEX unitário por unidade de energia

Mede o custo total³ (CAPEX⁴ + OPEX⁵), por unidade de energia distribuída, permitindo comparar a eficiência da atividade de distribuição. Para efeitos deste indicador, o cenário de evolução do consumo de gás deverá ter subjacente o cenário central ambição (ou equivalente) do RMSA-G mais recente.

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Custo Capital	40 387	45 114	47 269	46 762	47 471	47 987	48 737	49 561	49 998	50 752	52 143
RAB Médio	477 040	483 623	491 313	496 015	499 641	500 726	505 422	511 389	516 323	519 964	521 433
RoR	4,72%	5,49%	5,90%	5,64%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%
Amortização do ex*	17 871	18 583	18 297	18 808	19 145	19 599	20 083	20 569	20 726	21 273	22 581
Custos OPEX aceites^[1]	13 068	12 555	12 854	10 988	11 209	11 370	11 351	11 350	11 350	11 337	11 323
Fixos	5 231	5 138	5 255	4 653	4 786	4 862	4 862	4 862	4 862	4 862	4 862
Variáveis	7 837	7 417	7 599	6 335	6 424	6 508	6 489	6 488	6 488	6 475	6 461
PAs Médios	390 661	399 054	404 482	407 386	409 542	414 063	416 725	418 363	419 989	420 463	420 778
€/PA	0,015088	0,014820	0,015156	0,012456	0,012810	0,013015	0,013015	0,013015	0,013015	0,013015	0,013015
CONS (MWh)	7 588 032	5 987 361	5 715 884	5 678 131	5 163 934	4 823 748	4 592 112	4 494 729	4 404 245	4 320 324	4 244 272
€/Kwh	0,000256	0,000251	0,000257	0,000222	0,000228	0,000232	0,000232	0,000232	0,000232	0,000232	0,000232
TOTEX	53 455	57 669	60 123	57 751	58 681	59 357	60 088	60 911	61 348	62 089	63 466
TOTEX/CONS (EUR/MWh)	7,04	9,63	10,52	10,17	11,36	12,31	13,09	13,55	13,93	14,37	14,95

Indicador 3 – TOTEX unitário por unidade de energia (consumo previsional com base nas taxas de variação implícitas no cenário central ambição do RMSA-G)

Custo Capital	47 987	48 737	49 561	49 998	50 752	52 143
Custos aceites	11 441	11 467	11 470	11 474	11 464	11 445
Fixos	4 862	4 862	4 862	4 862	4 862	4 862
Variáveis	6 579	6 605	6 608	6 612	6 601	6 582
PAs Médios	414 063	416 725	418 363	419 989	420 463	420 778
€/PA	0,013015	0,013015	0,013015	0,013015	0,013015	0,013015
Volumes - MWh	5 127 429	5 091 320	5 012 786	4 938 065	4 866 852	4 767 487
€/Kwh	0,000232	0,000232	0,000232	0,000232	0,000232	0,000232
TOTEX	59 428	60 204	61 031	61 472	62 215	63 587
TOTEX/CONS (EUR/MWh)	11,59	11,82	12,18	12,45	12,78	13,34

Nota:

^[1] Parâmetros dos anos gás 2025/2026, previstos para o ano 2026

Indicador 4 – TOTEX unitário por ponto de abastecimento

Mede o custo total (CAPEX + OPEX), por ponto de abastecimento servido, permitindo comparar o custo unitário da atividade de distribuição por cliente e, juntamente, com o indicador #3, melhor avaliar a eficiência por operador. Para efeitos deste indicador, o cenário de evolução dos pontos de abastecimento de gás deverá ter subjacente o cenário central ambição (ou equivalente) do RMSA-G mais recente.

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
TOTEX (# 3)	53 455	57 669	60 123	57 751	58 681	59 357	60 088	60 911	61 348	62 089	63 466
PA (#1)	395 353	402 765	406 209	408 562	410 521	412 285	414 210	415 872	417 475	417 961	418 268
TOTEX/PA (EUR/PA)	135	143	148	141	143	143,97	145,07	146,47	146,95	148,55	151,74

Variação do consumo implícito no cenário central ambição do RMSA-G

TOTEX (# 3)	59 428	60 204	61 031	61 472	62 215	63 587
PA (#1)	412 285	414 210	415 872	417 475	417 961	418 268
TOTEX/PA (EUR/PA)	144,14	145,35	146,75	147,25	148,85	152,03

Indicador 5 – TOTEX unitário com amortização decrescente por unidade de energia

TOTEX unitário com amortização decrescente por unidade de energia (consumo de gás), por ano. Variante do indicador #3 em que a componente de amortização do exercício de todo o investimento proposto é calculada segundo um perfil decrescente (com a metodologia de soma dos dígitos⁷), de forma a refletir o risco de obsolescência dos ativos em contexto de descarbonização.

Permite avaliar o custo unitário ajustado ao risco do investimento proposto.

Para efeitos deste indicador, o cenário de evolução do consumo de gás deverá ter subjacente o cenário central ambição (ou equivalente) do RMSA-G mais recente.

	2027	2028	2029	2030	2031
Custo Capital	49 670	50 770	51 177	51 639	53 121
RAB Médio	504 942	509 779	513 390	515 796	516 062
RoR	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%	5,67%
Amortização do ex ^o	21 043	21 869	22 071	22 397	23 864
Custos aceites (#3)	11 351	11 350	11 350	11 337	11 323
TOTEX	61 021	62 120	62 527	62 976	64 444
CONS (#1)	4 592 112	4 494 729	4 404 245	4 320 324	4 244 272
TOTEX _{NAD} /CONS	13,29	13,82	14,20	14,58	15,18

Variação do consumo implícito no cenário central ambição do RMSA-G

Custo Capital	49 670	50 770	51 177	51 639	53 121
Custos aceites (#3)	11 441	11 467	11 470	11 474	11 464
TOTEX	61 111	62 237	62 647	63 113	64 585
CONS (#1)	5 091 320	5 012 786	4 938 065	4 866 852	4 767 487
TOTEX_{NAD}/CONS	12,00	12,42	12,69	12,97	13,55

Indicador 6 – TOTEX unitário com amortização decrescente por ponto de abastecimento

TOTEX unitário com amortização decrescente por ponto de abastecimento (PA), para cada operador, em cada ano. Variante do indicador #4 em que a componente de amortização do exercício de todo o investimento proposto é calculada segundo um perfil decrescente (com a metodologia de soma dos dígitos⁸), de forma a refletir o risco de obsolescência dos ativos em contexto de descarbonização. Permite avaliar o custo unitário ajustado ao risco do investimento proposto. Para efeitos deste indicador, o cenário de evolução dos pontos de abastecimento de gás deverá ter subjacente o cenário central ambição (ou equivalente) do RMSA-G mais recente.

	2027	2028	2029	2030	2031
TOTEX (#5)	61 021	62 120	62 527	62 976	64 444
PA (#1)	414 210	415 872	417 475	417 961	418 268
TOTEX _{NAD/PA}	147,32	149,37	149,77	150,67	154,07

Variação do consumo implícito no cenário central ambição do RMSA-G

TOTEX (#5)	61 111	62 237	62 647	63 113	64 585
PA (#1)	414 210	415 872	417 475	417 961	418 268
TOTEX _{NAD/PA}	147,54	149,66	150,06	151,00	154,41

Indicador 7 – Percentagem de investimento com vida útil para além do horizonte 2050

Avalia que percentagem do investimento proposto terá vida útil que se estende para além de 2050, avaliando que parte do investimento possa vir a ser amortizada em anos posteriores à data-alvo de neutralidade carbónica.

	notas
INV_{total}	124 722 exclui contadores
INV _{após2050}	60 614 31/12/2049
INV _{após2050} /INV _{total}	0,49
RAB_{PDIRD}	521 570 31/12/2031
RAB ₂₀₅₀	178 818 31/12/2049
RAB ₂₀₅₀ /RAB _{PDIRD}	0,34

Indicador 8 – Impacto do investimento proposto no RAB

Mede o impacto relativo da totalidade do investimento proposto, permitindo avaliar o peso do investimento proposto no RAB do operador. Indicador que deve ser calculado para a totalidade do investimento proposto.

	notas
INV _{total}	124 722 exclui contadores
RAB _L	502 080 31/12/2026
RAB _B	888 466 31/12/2026
INV _{total} /RAB _L	24,8%
INV _{total} /RAB _B	14,0%

Indicador 9 – Investimento em desenvolvimento e expansão vs extensão rede

Avalia, para a rede de distribuição de cada concelho da concessão ou de cada licença do operador, o investimento em “desenvolvimento e expansão de rede” face à extensão de rede construída.

Deve ser disponibilizado o indicador (rácio) e as respetivas variáveis para:

- 5 valores anuais resultantes do investimento concretizado nos últimos 5 anos
- 5 valores resultantes do investimento a concretizar em cada ano do PDIRD-G
- 1 valor agregado, real, da soma dos últimos 5 anos
- 1 valor agregado, previsional, da soma dos próximos 5 anos (PDIRD-G)

	Variável	2021 (R)	2022 (R)	2023 (R)	2024 (R)	2025 (R)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)
Investimento em desenvolvimento e expansão vs extensão rede	INV DES_EXP (€)	19 246	20 332	18 168	17 381	17 343	18 661	18 179	18 205	16 485	14 826
	NEXT (m)	169 719	159 882	139 904	116 150	114 643	85 616	82 802	80 731	72 964	60 355
	Rácio (EUR/m)	109,9	121,5	124,5	143,7	151,3	218,0	219,5	225,5	225,9	245,6
	Σ INVDES_EXP (k€)										
	Σ NEXT (m)										
	Rácio (EUR/m)										
Rácio (histórico 5 anos)	INVDES_EXP / NEXT	92 469	700 298								
Rácio (próximos 5 anos)	INVDES_EXP / NEXT	86 356	382 468								

Fontes: INVDES_EXP_PDIRD 2024 (Q49, p. 133) para 2021; PDIRD 2026 (Q46, p. 137) para 2022-2031. NEXT – mesmas fontes, linha “Rede Secundária – BP mts” da tipologia Desenvolvimento.

Indicador 10 – Investimento em desenvolvimento e expansão de rede vs pontos abastecimento

Avalia, para a rede de distribuição de cada concelho da concessão ou de cada licença do operador, o investimento em “desenvolvimento e expansão de rede” face ao número de pontos de abastecimento por segmento de consumo.

Deve ser disponibilizado o indicador (rácio) e as respetivas variáveis para:

- 5 valores anuais resultantes do investimento concretizado nos últimos 5 anos
- 5 valores resultantes do investimento a concretizar em cada ano do PDIRD-G
- 1 valor agregado, real, da soma dos últimos 5 anos
- 1 valor agregado, previsional, da soma dos próximos 5 anos (PDIRD-G)

	Variável	2021 (R)	2022 (R)	2023 (R)	2024 (R)	2025 (R)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)
Investimento em desenvolvimento e expansão de rede vs pontos abastecimento	INV DES_EXP (€)	19 246	20 332	18 168	17 381	17 343	18 661	18 179	18 205	16 485	14 826
	NPA total	10 580	9 244	7 362	6 370	5 920	6 954	6 657	6 644	5 490	5 327
	NPA RES	10 239	8 901	7 025	6 052	5 620	6 662	6 378	6 378	5 223	5 105
	NPA TER	281	275	280	262	253	238	222	222	177	145
	NPA INDUST	60	68	57	56	47	54	57	44	90	77
	NPA COGER	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rácios (histórico 5 anos)	INVDES_EXP / NPA total	1 819	2 101	2 366	2 620	2 930					
	INVDES_EXP / NPARES	1 880	2 182	2 480	2 757	3 086					
	INVDES_EXP / NPATER	68 491	70 615	62 214	63 691	68 549					
	INVDES_EXP / NPAINDUST	320 767	285 574	305 614	297 982	369 000					
	INVDES_EXP / NPACOGER	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.					
Rácios (próximos 5 anos)	INVDES_EXP / NPA total	2 683	2 731	2 740	3 003	2 783					
	INVDES_EXP / NPARES	2 801	2 850	2 854	3 156	2 904					
	INVDES_EXP / NPATER	78 408	81 887	82 005	93 136	102 248					
	INVDES_EXP / NPAINDUST	345 574	318 930	413 750	183 167	192 545					
	INVDES_EXP / NPACOGER	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.					

Indicador 11 – Investimento em desenvolvimento e expansão de rede vs consumo adicional

Avalia, para a rede de distribuição de cada concelho da concessão ou de cada licença do operador, o investimento em “desenvolvimento e expansão de rede” face ao consumo adicional abastecido por segmento de consumo.

Deve ser disponibilizado o indicador (rácio) e as respetivas variáveis para:

- 5 valores anuais resultantes do investimento concretizado nos últimos 5 anos
- 5 valores resultantes do investimento a concretizar em cada ano do PDIRD-G
- 1 valor agregado, real, da soma dos últimos 5 anos
- 1 valor agregado, previsional, da soma dos próximos 5 anos (PDIRD-G)

	Variável	2021 (R)	2022 (R)	2023 (R)	2024 (R)	2025 (R)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)
Investimento em desenvolvimento e expansão de rede vs consumo adicional	INV DES_EXP	19 246	20 332	18 168	17 381	17 343	18 179	18 205	16 485	14 826	14 826
	NCONS total	47 551	33 063	29 611	32 800	29 237	63 703	59 023	55 110	51 300	49 800
	NCONS RES	9 863	6 858	6 142	6 803	6 064	13 214	12 243	11 431	10 641	10 330
	NCONS TER	1 505	1 046	937	1 038	925	2 016	1 868	1 744	1 624	1 576
	NCONS INDUST	36 182	25 159	22 532	24 958	22 247	48 473	44 912	41 935	39 035	37 894
	NCONS COGER	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Rácios (histórico 5 anos)	INVDES_EXP / NCONS total	404,7	614,9	613,5	529,9	593,2					
	INVDES_EXP / NCONSRES	1 951,3	2 964,7	2 957,9	2 554,7	2 859,7					
	INVDES_EXP / NCONSTER	12 788,4	19 429,8	19 385,3	16 742,7	18 742,1					
	INVDES_EXP / NCONSINDUST	531,9	808,2	806,3	696,4	779,6					
	INVDES_EXP / NCONSCOGER	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.					
Rácios (próximos 5 anos)	INVDES_EXP / NCONS total	285,4	308,4	299,1	289,0	297,7					
	INVDES_EXP / NCONSRES	1 375,8	1 487,0	1 442,1	1 393,3	1 435,3					
	INVDES_EXP / NCONSTER	9 016,6	9 745,4	9 451,2	9 131,4	9 406,5					
	INVDES_EXP / NCONSINDUST	375,0	405,3	393,1	379,8	391,3					
	INVDES_EXP / NCONSCOGER	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.					

Fontes: 2021 – PDIRD 2020 Quadro 38 p. 124 (previsão, assinalado a laranja); 2022 – PDIRD 2022 Quadro 47 p. 137 FC2022 (ano fechado à data de submissão: MP=0, BP>=1,274, BP<=7,616 MWh; valor baixo de BP> reflecte colapso consumo industrial pós-Ucrânia; 2023 – texto PDIRD 2026 p. 77 (82 GWh real); 2024 – texto PDIRD 2026 pp. 78-79 (~73 GWh); 2025+ – PDIRD 2026 Q46 p. 137. Desagregação por segmento TER (BP) não disponível para 2023-2024 – requer dados operacionais internos. NCONS por nível de pressão (BP</BP>/MP) disponível para 2021, 2022, 2025 e previsional.

Nota Metodológica – Energia Veiculada Adicional (NCONS)

Para efeitos do cálculo do indicador, o volume de consumo adicional associado aos novos pontos de abastecimento angariados em cada ano foi apurado com base na linha “Energia Veiculada Adicional” dos Quadros consolidados dos PDIRD de referência, a qual representa o volume anual de energia em regime de cruzeiro dos novos pontos de abastecimento captados em cada período.

Contudo, dado que as ligações de novos pontos de abastecimento ocorrem de forma distribuída ao longo do ano civil, e não concentradas no início do mesmo, o contributo efetivo de energia veiculada no ano de angariação é, em média, inferior ao consumo anual de cruzeiro. Neste sentido, foi adotado o pressuposto de que os novos pontos de abastecimento angariados num determinado ano contribuem, em média, com 50% do respetivo consumo anual de cruzeiro, refletindo uma entrada em consumo efetiva no ponto médio do ano.

Este pressuposto está em linha com a distribuição uniforme das angariações ao longo dos doze meses e com a prática regulatória habitual na modelização de receitas incrementais em sistemas de distribuição de gás.

Indicador 12 – Investimento em Conformidade e Segurança de Abastecimento

Avalia, para a rede de distribuição da concessão ou de cada licença do operador, o investimento em “conformidade e segurança de abastecimento” face às principais grandezas físicas que permitem caracterizar a utilização da rede e das infraestruturas, designadamente

1) extensão de rede, 2) Pontos de Abastecimento e 3) consumo atual Deve ser disponibilizado o indicador (rácio) e as respetivas variáveis para:

- 5 valores anuais resultantes do investimento concretizado nos últimos 5 anos
- 5 valores resultantes do investimento a concretizar em cada ano do PDIRD-G
- 1 valor agregado, real, da soma dos últimos 5 anos
- 1 valor agregado, previsional, da soma dos próximos 5 anos (PDIRD-G)

	Variável	2021 (R)	2022 (R)	2023 (R)	2024 (R)	2025 (R)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)
Investimento em Conformidade e Segurança de Abastecimento	INV CONF	4 012	3 147	2 837	2 696	2 147	1 927	1 873	2 123	2 293	2 445
	EXT	5 545	5 721	5 872	5 998	6 120	6 282	6 370	6 458	6 534	6 598
	PA	395 353	402 765	406 209	408 562	410 521	414 210	415 872	417 475	417 961	418 268
	CONS	7 571 903	6 023 081	5 737 449	5 706 154	5 187 890	4 592 112	4 494 729	#####	4 320 324	4 244 272
Rácios (histórico 5 anos)	INVCONF / EXT	723,5	550,1	483,1	449,5	350,8					
	INVCONF / PA	10,2	7,8	7,0	6,6	5,2					
	INVCONF / CONS	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4					
Rácios (próximos 5 anos)	INVCONF / EXT	306,7	294,0	328,7	350,9	370,6					
	INVCONF / PA	4,7	4,5	5,1	5,5	5,9					
	INVCONF / CONS	0,4	0,4	0,5	0,5	0,6					

Fontes: INVCONF – PDIRD 2024 Q49 p. 133 (2021) e PDIRD 2026 Q46 p.137 (2022-2031). EXT TOTAL = Rede Sec. (std+estruturante) + Rede Primária MP
Fontes: PDIRD 2026 Q46 + PDIRD 2024 Q49. PA EoP e CONS: PDIRD 2026 Q46. Rácios agregados: Σ INVCONF / EXT médio do período (5 anos).

Indicador 13 – Investimento em Digitalização

Avalia, para a rede de distribuição da concessão ou de cada licença do operador, o investimento em “Digitalização” face às principais grandezas físicas que permitem caracterizar a utilização da rede e infraestruturas, designadamente 1) a extensão de rede, 2) Pontos de Abastecimento e 3) o consumo atual.

Deve ser disponibilizado o indicador (rácio) e as respetivas variáveis para:

- 5 valores anuais resultantes do investimento concretizado nos últimos 5 anos
- 5 valores resultantes do investimento a concretizar em cada ano do PDIRD-G
- 1 valor agregado, real, da soma dos últimos 5 anos
- 1 valor agregado, previsional, da soma dos próximos 5 anos (PDIRD-G)

	Variável	2021 (R)	2022 (R)	2023 (R)	2024 (R)	2025 (R)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)
Investimento em Digitalização	INV DIGIT	1 457	2 336	968	2 291	2 673	2 523	1 265	975	885	864
	EXT	5 545	5 721	5 872	5 998	6 120	6 282	6 370	6 458	6 534	6 598
	PA	395 353	402 765	406 209	408 562	410 521	414 210	415 872	417 475	417 961	418 268
	CONS	7 571 903	6 023 081	5 737 449	5 706 154	5 187 890	4 592 112	4 494 729	4 404 245	4 320 324	4 244 272
Rácios (histórico 5 anos)	INVDIGIT / EXT	262,8	408,3	164,9	382,0	436,8					
	INVDIGIT / PA	3,7	5,8	2,4	5,6	6,5					
	INVDIGIT / CONS	0,2	0,4	0,2	0,4	0,5					
Rácios (próximos 5 anos)	INVDIGIT / EXT	401,6	198,6	151,0	135,5	131,0					
	INVDIGIT / PA	6,1	3,0	2,3	2,1	2,1					
	INVDIGIT / CONS	0,5	0,3	0,2	0,2	0,2					

Indicador 14 – Investimento em Descarbonização do Sistema Nacional de Gás

Avalia, para a rede de distribuição da concessão ou de cada licença do operador, o investimento em “descarbonização” face às principais grandezas físicas que permitem traduzir a integração de gases renováveis na rede, designadamente: 1) a extensão de rede construída par receção de gases renováveis, 2) o número de produtores ligados à rede, 3) a produção injetada na rede e 4) o consumo atual bastecido por essa rede.

Deve ser disponibilizado o indicador (rácio) e as respetivas variáveis para:

- 5 valores anuais resultantes do investimento concretizado nos últimos 5 anos
- 5 valores resultantes do investimento a concretizar em cada ano do PDIRD-G
- 1 valor agregado, real, da soma dos últimos 5 anos
- 1 valor agregado, previsional, da soma dos próximos 5 anos (PDIRD-G)

	Variável	2021 (R)	2022 (R)	2023 (R)	2024 (R)	2025 (R)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)	2030 (P)	2031 (P)
Investimento em Descarbonização do Sistema Nacional de Gás	INV DESCARB	0	0	0	0	0	20	4 200	800	0	0
	NPROD	0	0	0	0	0	2	12	1	0	0
	INJ REDE	0	0	0	0	0	50 874	953 456	66 043	0	0
	NEXT INJ	0	0	0	0	0	410	19 230	1 000	n.d.	n.d.
	CONS	0	0	0	0	0	4 592 112	4 494 729	4 404 245	4 320 324	4 244 272
Rácios (histórico 5 anos)	INVDESCARB / NPROD (eur/#prod)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.					
	INVDESCARB / INJREDE (eur/MWh)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.					
	INVDESCARB / NEXTINJ (eur/m)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.					
	INVDESCARB / CONS (eur/MWh)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.					
	NEXTINJ / INJREDE (m/MWh)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.					
Rácios (próximos 5 anos)	INVDESCARB / NPROD (eur/#prod)	10 000	350 000	800 000	n.d.	n.d.					
	INVDESCARB / INJREDE (eur/MWh)	0	4	12	n.d.	n.d.					
	INVDESCARB / NEXTINJ (eur/m)	49	218	800	n.d.	n.d.					
	INVDESCARB / CONS (eur/MWh)	0	1	0	n.d.	n.d.					
	NEXTINJ / INJREDE (m/MWh)	0,01	0,02	0,02	n.d.	n.d.					

Nota

O investimento em “Descarbonização” reflete a estratégia da Portgás de preparação progressiva das infraestruturas de distribuição para a integração gases renováveis, nomeadamente hidrogénio até 20%, em conformidade com o Regulamento das Redes de Distribuição de Gás, e biometano. Historicamente, a Portgás não considerou qualquer investimento adicional para a ligação de produtores de gases renováveis, uma vez que o referido Regulamento estabelece explicitamente que esses encargos são da responsabilidade integral do Produtor.

Para o período previsional 2027-2031, o indicador prevê o investimento em “Projetos Complementares – Gases Renováveis” (~5 M€), através dos quais a Portgás se compromete a financiar a totalidade da ligação dos 15 projetos de produção sinalizados no PDIRD 2026 à rede de distribuição, de forma a acelerar a resposta à descarbonização do Sistema Nacional de Gás.

Indicador 15 – Densificação da rede existente

Avalia, para cada concelho, o grau de densificação da rede existente, através do rácio entre o investimento em “densificação de rede” (sem expansão da área geográfica) e o investimento total em “desenvolvimento e expansão”.

Avalia, também, para cada concelho, a densidade de abastecimento da rede existente, através do rácio entre a extensão da nova rede com o respetivo consumo abastecido pela mesma.

Para aplicação destes indicadores, o “Investimento em Densificação” é aquele que resulta na construção de rede secundária numa mesma área geográfica já abastecida (em m²), ou seja, sem expandir as fronteiras dessa área. Caso essa área (m²) aumente, considera-se expansão para outra área geográfica, mesmo sem a rede crescer para novas freguesias, e classifica-se esse investimento como investimento em “Desenvolvimento e expansão”.

A Portgás não dispõe, na sua estrutura interna de classificação de investimentos, de uma categoria autónoma que permita distinguir o investimento em “densificação de rede” – definido na ficha do indicador como a construção de rede secundária dentro de uma área geográfica já abastecida, sem expansão das suas fronteiras – do investimento em “desenvolvimento e expansão”. Na prática operacional, a grande maioria dos projetos de ligação de novos consumidores incide sobre zonas parcialmente abastecidas, servindo simultaneamente objetivos de densificação da rede existente e de expansão da área coberta, não sendo tecnicamente possível imputar o investimento a uma ou outra categoria de forma auditável e consistente com os dados atualmente disponíveis.

Neste contexto, e não sendo possível dar resposta a este indicador em tempo útil para a presente submissão do PDIRD 2026, o indicador #15 não é preenchido, ficando o presente registo como nota justificativa da decisão adoptada.

Indicador 16 – Taxas de concretização das projeções de exercícios anteriores

Mede o grau de concretização das projeções apresentadas pelos ORD nos dois exercícios de PDIRD-G anteriores, em comparação com os valores reais observados.

Estas taxas de concretização devem ser apresentadas, comparando valores reais dos últimos cinco anos com os valores previsionais dos dois PDIRD-G anteriores para o respetivo ano, e justificando detalhadamente as diferenças ocorridas para seguintes variáveis: i) Consumo de gás (CONS) ii) Pontos de abastecimento (PA) iii) Consumo por ponto de abastecimento (CONS/PA) iv) Investimento total por unidade de energia (INVTOTAL/CONS) v) Investimento total por ponto de abastecimento (INVTOTAL/PA) Estas variáveis devem ser apresentadas, num primeiro nível, de forma agregada por operador. Complementarmente, devem também ser apresentadas com desagregação para a respetiva rede de distribuição de cada concelho da concessão ou licença.

Adicionalmente, as variáveis i), ii) e iii) devem ser apresentadas com desagregação entre MP, BP> e BP<.

VALORES REAIS	2021	2022	2023	2024	2025
CONS (MWh)	7 571 903	6 023 081	5 737 449	5 706 154	5 187 890
PA total EoP (#)	395 353	402 765	406 209	408 562	410 521
CONS / PA (MWh/PA)	19,15	14,95	14,12	13,97	12,64
INV TOTAL (k€)	26 008	27 794	24 089	25 551	25 413
INV / CONS (EUR/MWh)	3,308	4,316	3,844	4,127	4,899
INV / PA (EUR/PA)	63,35	64,54	54,29	57,64	61,90
PREVISÃO PDIRD 2020	2021	2022	2023	2024	2025
CONS (MWh)	7 672 000	7 793 000	7 914 000	8 048 000	8 182 000
PA total EoP (#)	403 264	415 823	428 107	440 121	451 778
CONS / PA (MWh/PA)	19,02	18,74	18,49	18,29	18,11
INV TOTAL (k€)	26 879	27 208	25 663	24 482	22 413
INV / CONS (EUR/MWh)	3,504	3,491	3,243	3,042	2,739
INV / PA (EUR/PA)	66,65	65,43	59,95	55,63	49,61
PREVISÃO PDIRD 2022	2021	2022	2023	2024	2025
CONS (MWh)	n.d.	n.d.	6 168 589	7 830 010	7 976 742
PA total EoP (#)	n.d.	n.d.	414 580	424 427	433 079
CONS / PA (MWh/PA)	n.d.	n.d.	14,88	18,45	18,42
INV TOTAL (k€)	n.d.	n.d.	28 086	27 835	24 881
INV / CONS (EUR/MWh)	n.d.	n.d.	4,553	3,555	3,119
INV / PA (EUR/PA)	n.d.	n.d.	67,75	65,58	57,45
PREVISÃO PDIRD 2024	2021	2022	2023	2024	2025
CONS (MWh)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	5 971 196
PA total EoP (#)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	420 704
CONS / PA (MWh/PA)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	14,19
INV TOTAL (k€)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	23 225
INV / CONS (EUR/MWh)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	3,890
INV / PA (EUR/PA)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	55,21
RÁCIO PDIRD 2020 / Real	2021	2022	2023	2024	2025
CONS prev / CONS real	101,3%	129,4%	137,9%	141,0%	157,7%
PA prev / PA real	102,0%	103,2%	105,4%	107,7%	110,1%
CONS/PA prev / CONS/PA real	99,3%	125,3%	130,9%	130,9%	143,3%
INV prev / INV real	103,3%	97,9%	106,5%	95,8%	88,2%
INV/CONS prev / INV/CONS real	105,9%	80,9%	84,4%	73,7%	55,9%
INV/PA prev / INV/PA real	105,2%	101,4%	110,4%	96,5%	80,1%
RÁCIO PDIRD 2022 / Real	2021	2022	2023	2024	2025
CONS prev / CONS real	n.d.	n.d.	107,5%	137,2%	153,8%
PA prev / PA real	n.d.	n.d.	102,1%	103,9%	105,5%
CONS/PA prev / CONS/PA real	n.d.	n.d.	105,3%	132,1%	145,8%
INV prev / INV real	n.d.	n.d.	116,6%	108,9%	97,9%
INV/CONS prev / INV/CONS real	n.d.	n.d.	118,5%	86,1%	63,7%
INV/PA prev / INV/PA real	n.d.	n.d.	124,8%	113,8%	92,8%
RÁCIO PDIRD 2024 / Real	2021	2022	2023	2024	2025
CONS prev / CONS real	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	115,1%
PA prev / PA real	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	102,5%
CONS/PA prev / CONS/PA real	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	112,3%
INV prev / INV real	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	91,4%
INV/CONS prev / INV/CONS real	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	79,4%
INV/PA prev / INV/PA real	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	89,2%

Fontes – Reais: PDIRD 2026 Q46 p.137 (2022-2025); PDIRD 2024 Q49 p.133 (2021). PDIRD 2020: Q23 p.109 (CONS GWh MWh), Q21 p.108 (PA EoP), p.117 (INV k€). PDIRD 2022: Q47 p.137 (FC2022 para 2022; previsão 2023-2025). PDIRD 2024: Q49 p.133 (ORC2024 para 2024; previsão 2025). Laranja >110% = sobreestimação; verde <92% = subestimação. PDIRD 2020/2022 projectaram consumos pré-crise Ucrânia (-7,7-8,2 TWh vs -5,2-5,7 TWh real 2023-2025).

Rua Linhas de Torres, 41
4350-214 Porto
www.portgas.pt

An abstract graphic consisting of several green lines of varying thickness. One line starts from the 'www.portgas.pt' text and extends diagonally down towards the 'portgas' logo. Other lines are horizontal and curved, creating a stylized, modern shape.

portgas